



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

BRASÍLIA – DF
2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU Nº 146 de 30 de setembro de 2015, da Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Coordenação-Geral de Planejamento
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

BRASÍLIA – DF
2016

Lista de siglas e abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIC - Associação Comercial de Ceilândia
AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal
APL - Arranjos Produtivos Locais
BSC - *Balanced Scorecard*
CBRA - Campus Brasília
CCEI - Campus Ceilândia
CD - Colégio de Dirigentes
CDDS - Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas
CEDA-SI - Coletivo de Estudos em Dança, Educação Somática e Improvisação
CENSUP - Censo de Educação Superior
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEST - Campus Estrutural
CGAM - Campus Gama
CGAQ - Coordenação-Geral de Aquisições
CGCF - Coordenação-Geral de Contabilidade e Finanças
CGEO - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária
CGPIBP - Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos
CGPL - Coordenação-Geral de Planejamento
CGPQ - Coordenação-Geral de Políticas de Qualificação
CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação
CGU - Controladoria-Geral da União
CGUPAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COET - Comissão de Ética
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPGF - Cartões de Pagamento do Governo Federal
CPLA - Campus Planaltina
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRFI - Campus Riacho Fundo

CS - Conselho Superior
CSAM - Campus Samambaia
CSSB - Campus São Sebastião
CTAG - Campus Taguatinga
CTGC - Campus Taguatinga Centro
CTIC - Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
DREP - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DRGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
EAC - Eficiência Acadêmica – Concluintes
EAD - Ensino à Distância
EIFB - Editora do Instituto Federal de Brasília
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ESAF - Escola de Administração Fazendária
ETB - Escola Técnica de Brasília
ETC – Escola Técnica da Ceilândia
FIC - Formação Inicial e Continuada
GCA - Gastos Correntes por Aluno
GCI - Gastos com Investimentos
GCP - Gastos com Pessoal
GDF - Governo do Distrito Federal
GOC - Gastos com Outros Custeios
GRU - Guia de Recolhimento da União
IC/IT - Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica
IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília/Instituto Federal de Brasília.
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPS - Instituto Politécnico de Santarém
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MESIC - Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária
MPOG - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRF - Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar
NAIN - Núcleo de Auditoria Interna
NAPNE - Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
NENG - Núcleo de Engenharia
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
NTIC - Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
NUCS - Núcleo de Comunicação Social
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC - Plano Anual de Capacitação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas e Voluntariado em Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPA - Plano Plurianual
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PREN - Pró-Reitoria de Ensino
PREX - Pró-Reitoria de Extensão
PRÓ-DF - Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI - Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação
RA - Região Administrativa
RAD - Indicador da Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral
RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RCM - Indicador da Relação Concluintes/Aluno Matriculado
RCV - Indicador da Relação Candidato Vaga
RFE - Indicador da Retenção do Fluxo Escolar
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RIM - Indicador da Relação Ingresso/Aluno Matriculado
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

SEDF - Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGA - Sistema de Gestão Acadêmica
SGI - Sistema de Gestão Integrado
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SIGA-ADM - Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SINCODIV - Sindicato das Distribuidoras de Veículos do Distrito Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças)
TAM - Termo de Acordo de Metas
TCD - Indicador da Titulação do Corpo Docente
TCU - Tribunal de Contas da União
TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília
TI - Tecnologia da Informação
UCB – Universidade Católica de Brasília
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNB - Universidade de Brasília
UNICEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília
UNIEURO – Centro Universitário Euroamericano
UPIS - União Pioneira de Integração Social
VOIP – *Voice Over Internet Protocol*

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabelas

Tabela 1 - Quantidade de metas por situação e unidade organizacional.....	41
Tabela 2 - Comparativo entre receita prevista e realizada	60
Tabela 3 - Revisão Analítica do Ativo (BP)	105
Tabela 4 – Revisão Analítica do Passivo (BP).....	106
Tabela 5 - Revisão Analítica do Patrimônio Líquido (PL)	107

Quadros

Quadro 1- Endereço das Unidades do IFB	17
Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos <i>Campi</i>	17
Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor).....	18
Quadro 4 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	35
Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)	37
Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão).....	37
Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)	39
Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos	43
Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos	44
Quadro 10 - Ação/Subtítulos – OFSS	46
Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS.....	50
Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento	51
Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	55
Quadro 14 - Restos a pagar processados e não processados	57
Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	58
Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo IFB na modalidade termo de cooperação.....	58
Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	58
Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	59
Quadro 19 - Despesas por modalidade de contratação	61
Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa	62
Quadro 21 - Resultado dos indicadores do PDI	63
Quadro 22 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005	68
Quadro 23 - Estrutura de governança do IFB	88
Quadro 24 - Ações do Núcleo de Auditoria Interna.....	94
Quadro 25 - Gestão de riscos e controles internos	95
Quadro 26 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão	102
Quadro 27 - Eventos de capacitação realizados pela CGPQ em 2015	110
Quadro 28 - Força de Trabalho do IFB	110
Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	111
Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFB	111
Quadro 31 - Despesas do pessoal.....	113
Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	114
Quadro 33 - Comparativo da composição do quadro de estagiários e das despesas correspondentes	116
Quadro 34 - Cessão de espaços a terceiros	119

Quadro 35 - Obras realizadas em 2015	120
Quadro 36 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício	127
Quadro 37 - Recomendações exaradas no exercício de 2015	128
Quadro 38 - Relação de reposição ao erário no exercício de 2015	131
Quadro 39 - Despesas com publicidade	133
Quadro 40 - Relação de metas por unidade organizacional e situação	135
Quadro 41 - Principais metas, riscos identificados e estratégias adotadas.....	143

Gráficos

Gráfico 1 - Comparativo entre metas previstas e atingidas por unidade organizacional	42
Gráfico 2 - Relação Candidato Vaga por Unidades do IFB	69
Gráfico 3 - Evolução da Relação Candidato Vaga IFB	69
Gráfico 4 - Evolução da Relação Candidato Vaga IFB e Rede Federal	70
Gráfico 5 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Unidades do IFB	70
Gráfico 6 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado do IFB	71
Gráfico 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado do IFB e Rede Federal	71
Gráfico 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Unidades do IFB	72
Gráfico 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado do IFB	72
Gráfico 10 Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado do IFB e Rede Federal.....	73
Gráfico 11 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por Unidades do IFB	73
Gráfico 12 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes do IFB	74
Gráfico 13 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes do IFB e Rede Federa	74
Gráfico 14 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB	75
Gráfico 15 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar do IFB	76
Gráfico 16 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar do IFB e Rede Federal	76
Gráfico 17 - Relação de Alunos (Equivalente) por Docente em Tempo Integral por Unidades do IFB	77
Gráfico 18 - Evolução da Relação Aluno por Docente em Tempo Integral do IFB e Rede Federal	78
Gráfico 19 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno do IFB	78
Gráfico 20 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno do IFB e Rede Federal	79
Gráfico 21 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal do IFB	79
Gráfico 22 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal do IFB e Rede Federal	80
Gráfico 23 - Evolução do gasto com outros custeios do IFB	80
Gráfico 24 - Evolução do Gasto com Outros Custeios do IFB e Rede Federal	81
Gráfico 25 - Evolução do Gasto com Investimentos do IFB	81
Gráfico 26 - Evolução do Gasto com Investimentos do IFB e Rede Federal	82
Gráfico 27: Indicador Socioeconômico para o IFB (a), CBRA (b), CCEI (c), CEST (d), CGAM (e), CPLA (f), CRFI (g), CSAM (h), CSSB (i), CTAG (j),CTGC(l)	85
Gráfico 28 - Índice de Titulação do Corpo Docente por Unidades do IFB	86
Gráfico 29 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente do IFB	87
Gráfico 30 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente do IFB e Rede Federal	87
Gráfico 31 - Pesquisa de satisfação (cidadão): qualidade do atendimento	98
Gráfico 32 - Pesquisa de satisfação (cidadão): canal utilizado	98
Gráfico 33 - Pesquisa de satisfação (cidadão): encaminhamento para realização de outro procedimento.....	98
Gráfico 34 - Pesquisa de satisfação (cidadão): qualidade da resposta da unidade em relação a manifestação.....	98
Gráfico 35 - Pesquisa de satisfação (cidadão): avaliação das providências tomadas	99
Gráfico 36 - Pesquisa de satisfação (cidadão): avaliação final do atendimento quanto a resolução da manifestação.....	99
Gráfico 37 - Pesquisa de satisfação (cidadão): recomendação do canal da Ouvidoria	99

Gráfico 38 - Pesquisa de satisfação (cidadão): canal da Ouvidoria e o exercício da cidadania.....	99
Gráfico 39 - Pesquisa de satisfação (cidadão): tempo de resposta.....	100
Gráfico 40 - Pesquisa de satisfação (gestão): média de manifestações da unidade	100
Gráfico 41 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da contribuição da ouvidoria para a melhoria do serviço	100
Gráfico 42 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação quanto o auxílio da ouvidoria na resolução dos questionamentos	101
Gráfico 43 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da unidade quanto ao aproveitamento das orientações e sugestões da Ouvidoria.....	101
Gráfico 44 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da Ouvidoria como canal para o exercício da cidadania.....	101

Figuras

Figura 1 - Objetivos estratégicos do IFB por perspectivas e eixos do PDI (versão adaptada do mapa estratégico)	40
Figura 2 - Organograma do IFB	134
Figura 3 - Acessibilidade: Acesso principal (CSSB)	158
Figura 4 - Acessibilidade: Modelo de vagas reservadas e acessos (CSSB)	158
Figura 5 - Acessibilidade: Acesso em rampas (CSSB)	159
Figura 6 - Acessibilidade: acesso ao auditório locado em nível inferior (CSSB).....	159
Figura 7 - Acessibilidade: Modelo de acesso em rampas no interior dos auditórios	160
Figura 8 - Acessibilidade: Modelo de acesso ao piso superior do bloco pedagógico-administrativo	160
Figura 9 - Acessibilidade: Sanitário acessível do piso superior do bloco pedagógico-administrativo	161
Figura 10 - Acessibilidade: Modelo de guichê de atendimento do bloco pedagógico-administrativo	161
Figura 11 - Acessibilidade: Modelo de sanitário acessível e acesso do bloco Laboratório Especial	162
Figura 12 - Acessibilidade: Modelo de vestiário/sanitário acessível do bloco ginásio.....	162
Figura 13 - Acessibilidade: Modelo de biblioteca	163
Figura 14 - Acessibilidade: Detalhes de rebaixo de calçada e sinalização tátil	163
Figura 15 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização em braille e sinalização em espaços abertos ...	164
Figura 16 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização tátil e visual	164
Figura 17 - Acessibilidade: Detalhe do podotátil e sinalização visual.....	164
Figura 18 - Acessibilidade: Reserva de espaço para P.N.E. no bloco do ginásio	165
Figura 19 - Acessibilidade: Execução de acessos em rampas (CCEI)	165
Figura 20 - Acessibilidade: Execução de rebaixo de calçada para vaga reservada (CCEI).....	165
Figura 21 - Acessibilidade: Rampa de acesso ao pátio central do bloco pedagógico-administrativo (CCEI)	166
Figura 22 - Acessibilidade: Modelo dos visores das portas das salas de aula	166

Lista de anexos

ANEXO 1 – Figura 2 - Organograma do IFB	134
ANEXO 2 - Quadro 40 - Relação de metas por unidade organizacional e situação.....	135
ANEXO 3 - Quadro 41 - Principais metas, riscos identificados e estratégias adotadas	143
ANEXO 4 – Figura 3 - Acessibilidade: Acesso principal (CSSB)	158
ANEXO 5 – Figura 4 - Acessibilidade: Modelo de vagas reservadas e acessos (CSSB).....	158
ANEXO 6 – Figura 5 - Acessibilidade: Acesso em rampas (CSSB).....	159
ANEXO 7 – Figura 6 - Acessibilidade: acesso ao auditório locado em nível inferior (CSSB).....	159
ANEXO 8 – Figura 7 - Acessibilidade: Modelo de acesso em rampas no interior dos auditórios ..	160
ANEXO 9 – Figura 8 - Acessibilidade: Modelo de acesso ao piso superior do bloco pedagógico-administrativo.....	160
ANEXO 10 – Figura 9 - Acessibilidade: Sanitário acessível do piso superior do bloco pedagógico-administrativo.....	161
ANEXO 11 – Figura 10 - Acessibilidade: Modelo de guichê de atendimento do bloco pedagógico-administrativo.....	161
ANEXO 12 – Figura 11 - Acessibilidade: Modelo de sanitário acessível e acesso do bloco Laboratório Especial	162
ANEXO 13 – Figura 12 - Acessibilidade: Modelo de vestiário/sanitário acessível do bloco ginásio	162
ANEXO 14 – Figura 13 - Acessibilidade: Modelo de biblioteca	163
ANEXO 15 – Figura 14 - Acessibilidade: Detalhes de rebaixo de calçada e sinalização tátil	163
ANEXO 16 – Figura 15 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização em braille e sinalização em espaços abertos	164
ANEXO 17 – Figura 16 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização tátil e visual	164
ANEXO 18 – Figura 17 - Acessibilidade: Detalhe do podotátil e sinalização visual.....	164
ANEXO 19 – Figura 18 - Acessibilidade: Reserva de espaço para P.N.E. no bloco do ginásio	165
ANEXO 20 – Figura 19 - Acessibilidade: Execução de acessos em rampas (CCEI).....	165
ANEXO 21 – Figura 20 - Acessibilidade: Execução de rebaixo de calçada para vaga reservada (CCEI)	165
ANEXO 22 – Figura 21 - Acessibilidade: Rampa de acesso ao pátio central do bloco pedagógico-administrativo (CCEI).....	166
ANEXO 23 – Figura 22 - Acessibilidade: Modelo dos visores das portas das salas de aula	166
ANEXO 24 - Demonstrações contábeis: Balanço Financeiro	167
ANEXO 25 - Demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário.....	169
ANEXO 26 - Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial	173
ANEXO 27 - Demonstrações contábeis: Fluxo de Caixa	176
ANEXO 28 - Demonstrações contábeis: Variações Patrimoniais	179

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	15
1.1 Finalidade, competências e composição	15
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	17
1.3 Ambiente de atuação	19
1.4 Organograma.....	35
1.5 Macroprocessos finalísticos	37
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	40
2.1 Planejamento Organizacional.....	40
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	42
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	44
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	44
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos.....	46
2.3 Desempenho Orçamentário	46
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	46
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	55
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	57
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	58
2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	60
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas	60
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	61
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	63
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	67
3 GOVERNANÇA	88
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	88
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna	93
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	94
3.4 Gestão de riscos e controles internos	95
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	97
4.1 Canais de acesso do cidadão	97
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão	97
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	98

4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	102
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	102
5	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	104
5.1	Desempenho financeiro no exercício	104
5.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	104
5.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	105
5.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	105
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	108
6.1	Gestão de Pessoas	108
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	110
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	113
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	114
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	114
6.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	116
6.2.1	Gestão da frota de veículos.....	116
6.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	118
6.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	118
6.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	119
6.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	120
6.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim 120	
6.3	Gestão da tecnologia da informação	120
6.3.1	Principais sistemas de informações	124
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	125
6.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	126
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	127
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	127
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	128
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	130
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	132
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	132
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	133
ANEXOS	134

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) é uma instituição de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O IFB articula a educação superior, básica e profissional e de pós-graduação. Trata-se de uma escola equiparada às universidades federais. A instituição oferta, além de cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação, cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos de curta duração voltados à qualificação profissional. Oferta ainda cursos pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Programa Mulheres Mil e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além dos ofertados na modalidade de educação a distância (EaD), pelo Programa e-Tec Brasil.

Criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, como as outras instituições que compõem a Rede, é *multicampi* e possui gestão delegada. No ano de 2015, o IFB esteve presente em 10 *Campi* e em mais 5 polos de Educação à Distância.

A maioria das informações institucionais contidas neste relatório podem também ser obtidas por meio da carta de serviços ao cidadão e da plataforma IFB em Números. Por isso, convidamos o leitor a consultá-las no portal do IFB na internet: <http://www.ifb.edu.br/>.

O ano de 2015 foi um ano para dar seguimento ao processo de consolidação do IFB no seu sexto ano de existência. Os primeiros anos foram dedicados à implantação da estrutura física, à criação de cursos, à contratação de pessoal e à criação de rotinas de trabalho, de modo que quase tudo era novo todos os dias.

De um modo especial o ano de 2015 foi o ano em que o IFB conseguiu levar o Ensino Médio Integrado para 6 *Campi*, ofertando 10 diferentes cursos. Esta oferta, em período integral permite ao IFB cumprir seu compromisso com a sociedade de assegurar uma referência para o ensino médio de todo o seu território de atuação. O fato do ensino médio ofertado ser integrado à formação profissional permite a preparação de profissionais cidadãos, ampliando as condições de sustentabilidade do desenvolvimento no Distrito Federal.

O IFB ampliou também os cursos ofertados no período noturno, de modo a promover a inclusão de uma parcela da população que fica fora da escola por falta de oportunidade. Os cursos técnicos subsequentes, PROEJA e os superiores funcionam prioritariamente a noite. No ano de 2015 foram aprovados 08 novos cursos pelo Conselho Superior.

Para que este ensino acontecesse de modo integrado com a geração de conhecimento tecnológico e com as demandas da sociedade o IFB promoveu a 5ª Semana de Produção Científica. Desta vez a semana foi integrada com as Rodadas de Negócios, Jornadas de Estágio e Emprego, Festival de Cinema, Desafios de Projetos e Fábrica de Ideias. Mais de 5 mil pessoas passaram pelo evento.

No panorama internacional, o IFB recebeu diversas delegações de outros países para conhecer seu trabalho. Neste sentido cabem destaque o programa de intercâmbio de dirigentes com o *National Star College* da Inglaterra, a organização dos encontros de Institutos de Fronteira e a qualificação de seus servidores em parceria com o Instituto Politécnico de Santarém, de Portugal.

A consolidação passa também pela infraestrutura. No ano de 2015, o IFB concluiu as obras de 4 *Campi* e equipou diversos laboratórios. Desta forma, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se torna de melhor qualidade e o atendimento ao público mais abrangente.

As dificuldades são inerentes ao processo de trabalho e desenvolvimento. No IFB, durante o ano de 2015 foram enfrentadas algumas, das quais a mais severa foi a incerteza orçamentária. Sendo

o orçamento distribuído de forma igual entre todas as unidades do país, os valores não atendem as peculiaridades regionais. Desta forma, o montante atribuído ao IFB não cobre todas as despesas. Assim sendo, atividades previstas ou desejadas não foram conduzidas a contento por falta de recursos. De outro lado, os recursos foram liberados aos poucos e não houve garantias de que o montante previsto na LOA seria liberado, o que levou ao atraso do cronograma e das atividades previstas. Por vezes isso levou a custos adicionais.

Outra dificuldade, própria das novas instituições, está na consolidação de processos. Tendo em vista o crescimento contínuo da quantidade de servidores, sempre há pessoas que não conhecem os procedimentos administrativos (e metodológicos) e outras que ainda não os dominam. Para além disso o *turn over* de servidores do IFB está por volta de 30%, sobretudo nos técnicos administrativos onde se concentram os menores salários. Assim, o alinhamento com os objetivos institucionais e a formação da força de trabalho é um desafio para a gestão.

O IFB é uma escola que tem a justiça social em sua missão. Assim sendo, acolhe estudantes de todas as classes sociais e mais de 300 estudantes (e alguns servidores) com necessidades específicas. Contudo, há restrições (e imposições) legais para atender este público. As divergências geradas nesta legislação de inclusão e de gestão, são obstáculos concretos à consecução desta missão tão importante para a sociedade. Cabe aqui destacar pelo menos duas situações: a dos intérpretes de libras e a dos cuidadores (autistas, esquizofrênicos, déficit de atenção, ...).

Objetivando garantir a permanência e o êxito educacional, mais de 3.000 benefícios foram concedidos pelos programas implantados pela política de Assistência Estudantil do IFB no ano de 2015.

O Relatório de Gestão do exercício de 2015, destinado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, foi elaborado em conformidade com o que dispõem a Instrução Normativa TCU nº 63 de 1 de setembro de 2010, que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares; a Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de setembro de 2015, que especifica a forma, os conteúdos gerais e os prazos para apresentação; e a Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, que apresenta as orientações para a elaboração dos conteúdos e para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas.

Os itens atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas, em atendimento ao disposto nos § 2º e 3º do art. 2º da Portaria TCU nº 321/2015, foram organizados na forma de capítulos e numerados em sequência de acordo com a estrutura básica indicada no sistema, não contemplando, nesta sequência, os conteúdos não apresentados pela instituição, conforme relação e justificativa abaixo:

- Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados – item 4.3.1 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (não se aplica à unidade prestadora de contas);
- Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal – item 4.3.10 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (sem ocorrência no período);
- Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos – item 4.30 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (sem ocorrência no período);
- Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada – item 5.11 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (sem ocorrência no período);
- Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – item 8.1.11 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (sem ocorrência no período);

Dos itens indicados no anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 que não compõem a estrutura do Relatório de Gestão, mas foram atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas como parte dos grupos *Relatórios, Pareceres e Declarações*, e *Informações Suplementares*, não foram apresentados os seguintes:

- Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994 – item 7.2.3 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (não se aplica à unidade prestadora de contas);
- Relatório de Auditor Independente – item 19 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (não se aplica à unidade prestadora de contas); e
- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – item 20.4 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015 (não se aplica à unidade prestadora de contas).

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

Este capítulo contempla os elementos identificadores do IFB, bem como sua estruturação, seu contexto de atuação, seus principais macroprocessos e suas competências. O objetivo é proporcionar a compreensão do que é o instituto, as razões de sua existência e suas principais relações com o ambiente em que está inserido.

1.1 Finalidade, competências e composição

O IFB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Integrada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a instituição é, também, denominada Instituto Federal de Brasília. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Finalidades

Em consonância com o Art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, o IFB tem por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Competências

De forma ampla o IFB tem definido em Lei os seus objetivos, conforme Art. 7º da Lei nº 11.892, de 2008:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

A missão, visão e valores do Instituto Federal de Brasília foram definidos pela comunidade e encontram-se disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014 a 2018.

Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Visão

Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

Valores

Ética; educação como bem público gratuito e de qualidade; formação crítica, emancipatória e cidadã; gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; respeito

à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação; sustentabilidade econômica e socioambiental.

O IFB possui dez *Campi*, que buscam promover o ensino, a pesquisa e a extensão, em conformidade com as políticas e diretrizes do Ministério da Educação.

Quadro 1- Endereço das Unidades do IFB

Unidade	Endereço
Campus Brasília	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Definitiva)
Campus Ceilândia	QNN 26, Área Especial, s/n, ao lado da UNB. Ceilândia-DF (Sede Definitiva)
Campus Estrutural	Quadra 16, Área Especial nº 01, Cidade do Automóvel. SCIA-DF (Sede Definitiva)
Campus Gama	Rodovia DF 480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades. Gama – DF (Sede Definitiva)
Campus Planaltina	Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural. Planaltina – DF (Sede Definitiva)
Campus Riacho Fundo	Av Cedro, Área Especial nº 15, QS 16. Riacho Fundo – DF (Sede Definitiva)
Campus Samambaia	Rodovia DF 460, Lote 02, Subcentro Leste (Complexo Boca da Mata). Samambaia-DF (Sede Definitiva)
Campus São Sebastião	Centro de Múltiplas Funções, Área Especial nº 2, s/n, Bairro São Bartolomeu. São Sebastião-DF (Sede Definitiva)
Campus Taguatinga	QNM 40, Área Especial Nº 01. Taguatinga-DF (Sede Definitiva)
Campus Taguatinga Centro	C12, Bloco F, lotes 1 e 2. Taguatinga Centro-DF (Sede Definitiva) Pistão Sul, QSD, AE 1, Lt.4, 1º Andar, Ed. Spazio Duo. Taguatinga-DF (Sede Provisória)
Reitoria	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Provisória)

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O IFB é composto por uma Reitoria, com sede no Plano Piloto, e dez *Campi* distribuídos pelo Distrito Federal, conforme relacionado no Quadro 1. O funcionamento desses *Campi* foi autorizado por meio das seguintes portarias:

Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos *Campi*

Campus	Portaria MEC Nº	Diário Oficial da União (DOU)
Brasília	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
Ceilândia	Portaria nº 933, de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
Estrutural	Portaria nº 933 de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
Gama	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
Planaltina	Portaria nº 365, de 14/03/2008	DOU nº 53, de 18/03/2008
Riacho Fundo	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
Samambaia	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
São Sebastião	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
Taguatinga	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
Taguatinga Centro	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013

As normas que tratam da estrutura organizacional encontram-se disponíveis no portal do instituto na internet - <http://www.ifb.edu.br/>, na aba Acesso à Informação > Institucional > Normas Internas do IFB, ou na aba Acesso Rápido > Portarias e Resoluções. As principais normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição são:

Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor)

Norma	Data	Ementa
Lei nº 11.892/2008	29/10/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Resolução CS nº 020/2009	02/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Resolução CS nº 021/2009	14/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Resolução CS nº 020/2010	02/12/2010	Cria o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento.
Resolução CS nº 009/2012	03/02/2012	Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e dispõe sobre a proteção de direitos relativos à Propriedade Intelectual no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 012/2012	08/02/2012	Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 022/2012	25/06/2012	Estabelece as normas de funcionamento do Conselho Editorial da Editora do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 035/2012	13/11/2012	Aprova a nova estrutura organizacional para o Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 034/2012	28/11/2012	Aprova o regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, no âmbito do IFB.
Resolução CS nº 037/2012	06/12/2012	Aprova o Regimento Interno da Ouvidoria do Instituto Federal de Brasília - IFB
Resolução COET nº 001/2012	10/12/2012	Estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para a Comissão de Ética do Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 009/2013	24/05/2013	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do IFB e, por conseguinte, atualiza o Estatuto do IFB, no que concerne a este órgão colegiado.
Portaria Normativa 004/2013	11/07/2013	Torna público as formas de atuação e as atribuições e competências dos Núcleos executivos e sistêmicos do IFB – Núcleos de Auditoria Interna – NAIN; de Tecnologia da Informação – NTIC; de Comunicação Social – NUCS; e de Engenharia – NENG.
Resolução CS nº 024/2013	16/10/2013	Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.
Portaria Normativa 002/2014	11/04/2014	Institui o Regulamento do Comitê Gestor dos Programas Institucionais de Bolsas e Projetos do IFB.
Resolução CS nº 017/2014	19/08/2014	Aprova as normas para o processo de escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral Central e Comissões Eleitorais nos <i>Campi</i> .
Portaria Normativa 008/2014	10/10/2014	Institui o Regulamento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Resolução CS nº 006/2015	15/05/2015	Estabelece as normas de funcionamento da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e do núcleo docente estruturante complementares ao Regimento Geral do IFB e dá outras providências.

1.3 Ambiente de atuação

Campus Brasília

a) Espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

Atualmente o Campus Brasília (CBRA) oferta ensino técnico, tecnológico e superior a mais de 1.000 alunos do Distrito Federal e entorno, abrangendo uma população potencial superior a 2 milhões de habitantes, em coexistência com os demais *Campi* do IFB e, de forma concorrente, com todas as demais instituições de educação pública ou privada presentes no DF.

O CBRA está inserido em um espaço onde há muita oferta de cursos, principalmente, em instituições privadas com alto custo financeiro para os estudantes e com processos seletivos segregadores, em sua essência, nos quesitos financeiros. Na prática, percebe-se uma penetração bastante tímida do CBRA nesse mercado potencial, que poderia ser explorado de forma mais contundente.

Dessa forma, existe uma lacuna de oferta de cursos para atender os potenciais alunos de famílias de renda per capita baixa e que, por questões sociais e econômicas, não conseguem ter acesso ao conhecimento.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Os principais atores atuantes nesse mesmo contexto ao qual o CBRA está presente são, por exemplo: o IESB, a UNB, o CNEC, o ETB. Essas instituições ofertam cursos superiores, cursos de qualificação profissional e PRONATEC, de forma concorrente ao IFB.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

Em um contexto em que a qualificação profissional é muito cara para a sociedade, o IFB vem garantir esse acesso a todos, de forma, se não mais justa, pelo menos mais igualitária, não utilizando de critérios de seleção, onde as pessoas de histórico escolar mais robustos conseguem as vagas nos cursos.

No entanto, independente da natureza econômica da oferta, gratuita ou não, a comunidade atendida pelo campus exige oferta de ensino de qualidade, formando cidadãos qualificados para o ambiente de trabalho e preparados para a vida social. Daí a necessidade do constante aprimoramento do corpo docente e técnico do IFB para atender de forma eficiente à demanda da sociedade.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Como ameaças a atuação do CBRA pode-se citar a concorrência das instituições privadas; o insuficiente número de servidores técnicos; recursos financeiros escassos; estrutura física e organizacional deficitária; e o desconhecimento das atividades do IFB por grande parte da população.

Em oposição, podemos citar como oportunidades: a localização privilegiada do campus (acesso fácil ao transporte); a visão de governo sobre o país como “Pátria Educadora”; o grande número de jovens para o mercado de trabalho; a oferta de ensino de graduação e técnico de forma gratuita; e a boa reputação da rede federal de ensino em outros estados da federação.

Campus Ceilândia

a) Espaço potencial de atuação comparativamente ao espaço ocupado pelo IFB

De acordo com Pesquisa por Amostra de Domicílios – PDAD 2015, a Região Administrativa (RA) IX – Ceilândia foi criada pela Lei n.º 49/89 e pelo o Decreto n.º 11.921/89, por desmembramento da RA III - Taguatinga. Está situada a 26 quilômetros da RA I – Brasília. A população urbana foi estimada, no ano de 2015, em 489.351 habitantes. Destes, 46% encontram-se na faixa etária de 25 a

59 anos. Crianças, na faixa de zero a 14 anos, somam 21% e os idosos representam 17%. Nos setores Pôr do Sol e Sol Nascente, o percentual de crianças é expressivo, 28%, e de idosos é menor, seis por cento.

Da população total de Ceilândia, destaca-se o percentual daqueles que não estudam, 72,12%. Os que frequentam escola pública somam 23,47%, com 1,14% em período integral. Quanto ao nível de escolaridade, a população concentra-se na categoria dos que têm nível fundamental incompleto, 35,96%, seguido pelo médio completo, 23,94%. Os que possuem ensino superior completo, incluindo especialização, mestrado e doutorado, são 6,02%. Analfabetos na região representam 3,58%. No Pôr do Sol e Sol Nascente prevalece o ensino fundamental incompleto, 40%.

Os eixos tecnológicos de atuação do Campus Ceilândia foram definidos em audiências públicas. Entre os cursos ofertados em 2015, foram oferecidos 2 cursos técnicos: em Equipamentos Biomédicos e Segurança do Trabalho. Vale ressaltar que o curso Técnico em Equipamentos Biomédicos não é ofertado por nenhuma escola do DF, nem mesmo do Centro-Oeste e foi muito demandado pela comunidade, tendo em vista a demanda de profissionais da área; já em relação ao curso técnico em Segurança do Trabalho, o Campus Ceilândia se destaca por ser o pioneiro na oferta desse curso na modalidade EAD própria do IFB, teve início no segundo semestre de 2015 com uma oferta de 160 vagas, e para o primeiro semestre de 2016 serão ofertadas 100 vagas. Ainda para o primeiro semestre de 2016, será ofertado o curso técnico em Eletrônica, o qual é oferecido apenas pela Escola Técnica de Taguatinga, mantida pelo GDF, sendo um dos cursos mais procurados e que não consegue atender à demanda da sociedade. Neste contexto, ainda está prevista a oferta do curso de Licenciatura em Matemática para o ano de 2016.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Na Ceilândia existem atualmente cerca de dez instituições que ofertam educação profissional de nível técnico, dentre elas a Escola Técnica da Ceilândia (ETC), mantida pelo Governo do Distrito Federal, e uma escola do SENAC, do Sistema S. Os cursos técnicos ofertados pela ETC são de Informática e Administração, na modalidade subsequente, de forma presencial, e na modalidade integrada PROEJA, ofertados à distância.

O SENAC oferta cursos técnicos em Informática e Secretariado. Nas demais escolas, a maior parte das vagas ofertadas são para cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

Educação de qualidade, mais oferta de vagas, diversidade de cursos e eventos abertos para participação da comunidade.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Elevado índice de evasão; desconhecimento do papel e da finalidade do IFB pela comunidade de Ceilândia; baixa escolaridade da população adulta, inferior ao nível fundamental, o que poderá impossibilitar o acesso aos cursos ofertados e previstos para o Campus; entraves burocráticos para aproximar e firmar parcerias com empresas privadas, tendo em vista o encaminhamento de alunos para estágio e espaços de vivência profissional para os docentes das áreas técnicas; ainda há que se ressaltar as dificuldades orçamentárias em função do contingenciamento dos recursos federais em 2015; falta de segurança nas adjacências e acesso ao Campus, bem como dificuldades de infraestrutura, quais sejam: iluminação pública e pavimentação do acesso.

Oportunidades: Proximidade em relação ao Campus da UnB; facilidade de acesso à estação de metrô e às linhas de ônibus que interligam Ceilândia a outras Regiões Administrativas; parcerias firmadas com duas associações empresariais da Ceilândia, assim sendo: Associação Comercial de Ceilândia – ACIC, através do processo nº 23098.001107.2014-42 e Associação Comercial Classista,

conforme processo nº 23098.001108.2014-97; ainda relatando sobre as oportunidades, cabe enfatizar que há carência de mão-de-obra capacitada nas áreas ofertadas pelo Campus; reduzido número de instituições públicas na região que ofertam educação profissional de forma gratuita; possibilidade de aproximação e interação com a comunidade por meio de políticas que integram ensino, pesquisa e extensão e possibilidade de utilização de ferramentas tecnológicas para facilitar o acesso da população aos cursos ofertados.

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

Investimentos em capacitação de técnicos e docentes, abrangendo várias áreas de conhecimento, inclusive com a participação de servidor no Programa Professores para o Futuro II, na Finlândia, oferecido pela SETEC/MEC, com 800 horas de capacitação. Com o intuito de aproximar a comunidade interna e externa da gestão, estão sendo criados espaços para divulgação das ações e possibilidade de registro de críticas e sugestões, dentre eles destacam-se: formulários impressos disponíveis na recepção do Campus; redes sociais do Campus; recepcionistas e telefone disponível à comunidade; visitas às escolas, participação em eventos de divulgação; celebração de termo de cooperação técnica com a UNB Campus Ceilândia, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; e ainda, alguns espaços do Campus, tais como: auditório e quadra de esportes são disponibilizados formalmente para sociedade, mediante acordos de cooperação interinstitucionais para realização de eventos e atividades desportivas.

Campus Estrutural

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

Mercado de Atuação: De acordo com Pesquisa Amostral por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013, a Estrutural tem na sua composição populacional 34,12% de crianças com idade entre zero a 14 anos, o que mostra uma parcela bastante significativa de jovens na cidade, o equivalente a mais de 1/3 da população da RA. Os idosos representam apenas 2,65% da população de 35 mil habitantes. Apesar de a renda domiciliar ser de apenas R\$ 1.465,15, houve um acréscimo real de 2,91% em relação a 2011. Do contingente populacional, 82,11% têm renda entre um a cinco salários mínimos. Segundo dados levantados por uma pesquisa realizada pela CODEPLAN, há uma grande necessidade de priorizar mais fortemente a educação nessa região.

Características: A formação da Estrutural tem sua origem em uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal existente há décadas naquela localidade. Pessoas eram atraídas para o lixão em busca de meios de sobrevivência e, nessa busca, foram ali alinhando seus barracos para moradia. Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA em frente à Vila, época em que se previa a remoção da invasão, para outro local. Tentativas foram realizadas neste sentido, mas sem sucesso.

No início dos anos 90, aquele conjunto de barracos adjacentes ao lixão foi ampliado e transformado na “Invasão da Estrutural”. No início pouco menos de 100 domicílios encontravam-se fincados no local. A conhecida invasão ampliou-se e mais tarde foi transformada em Vila Estrutural pertencente à Região Administrativa do Guará. Em janeiro de 2004, a Lei nº 3.315 cria o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), que foi transformado na RA XXV e a Vila Estrutural como sua sede urbana, hoje com população estimada em 35.801 habitantes.

Em 2013, o número de domicílios urbanos estimados era de 9.071, a média de moradores por domicílio urbano era de 3,95 pessoas. Do total de habitantes da RA XXV, 34,12% têm até 14 anos de idade. No grupo de 15 a 59 anos, que concentra a força de trabalho, encontram-se 63,23% do total. A faixa etária de 60 anos ou mais é representada apenas por 2,65% dos habitantes.

Da população total do SCIA-Estrutural, destaca-se elevado percentual daqueles que não estudam, 62,95%. Entre os que estudam (37,05%), 34,85% frequentam a escola pública e 2,20% a escola privada. Quanto ao nível de escolaridade 2,59% declarou ser analfabeta. A população concentra-se na categoria dos que têm o nível fundamental incompleto (47,29%) e ensino médio completo (12,44%). Vale destacar que somente 1,80% da população do SCIA-Estrutural não teve acesso ou não concluiu o ensino fundamental e o ensino médio em idade apropriada, tendo em vista ter frequentado ou frequentar o EJA – Educação de Jovens e Adultos. Os que concluíram o curso superior, que em números absolutos representam 181 ou 0,51%, nenhum concluiu grau de ensino mais elevado como especialização mestrado e doutorado. A PDAD detectou ainda, no momento da pesquisa, que 81 crianças (0,23%) na faixa de 6 a 14 anos não alfabetizadas. As atividades extracurriculares desenvolvem a socialização, aumentam a autoestima e enriquecem a vida acadêmica e profissional das pessoas. No SCIA-Estrutural, essas atividades são pouco observadas, pois 99,32% da população declarou não frequentar nenhum tipo de atividade extracurricular. Dos que fazem cursos de idiomas, o de inglês é o mais procurado, muito embora timidamente pois apenas 0,34%, ou seja, 121 pessoas declararam estudar. Quando ao estudo da informática, apenas 40 pessoas (0,11%) estudam a “ferramenta do momento”.

Dos 13.264 alunos da RA SCIA-Estrutural, 6.128 (46,20%) estudam na própria Região, já 31,32% se deslocam para frequentar escolas na RA X, Guará. A RA XI Cruzeiro recebe 1.149 estudantes, 8,66% enquanto Brasília-RA I recebe 8,21%.

No tocante à ocupação dos moradores do SCIA-Estrutural, observa-se que, entre os acima de dez anos, 48,12% têm atividades remuneradas, enquanto 2,30 % estão aposentados. Os desempregados somam, 7,10% desta população. No que diz respeito à ocupação remunerada, o Setor Terciário envolve 83,46%, sendo 21,31% no Comércio, 2,23% nos Serviços Públicos (Federal e GDF) e, 38,32%, em Serviços Gerais. A construção civil absorve 15,05% dos ocupados.

Do contingente de trabalhadores, a maioria é constituída por empregados (55,14%), sendo que 44,12% têm carteira assinada. Os empregados sem carteira de trabalho totalizam 1.169 trabalhadores, que representam 8,64% da força de trabalho local. A categoria dos autônomos absorve 43,22% do total da mão de obra, e o serviço público e militar, 2,08%. Os aprendizes são apenas 20, 0,15%, para uma população na faixa etária de 15 a 24 anos de cerca de 7.700 pessoas. As demais posições são pouco expressivas. Entre os trabalhadores residentes na Região Administrativa do SCIA-Estrutural, 38,43% trabalham na própria RA, 15,95%, em Brasília – Plano Piloto. A RA X Guará por sua vez atrai 1.089, 8,05 trabalhadores da região em análise e 14,77% em vários locais. As demais Regiões são pouco expressivas quando analisadas individualmente.

O Campus Estrutural (CEST) do IFB está estrategicamente localizado na entrada da Cidade do Automóvel. Nesta área existe a maior concentração de empresas que comercializam veículos novos e seminovos de diversas marcas além da existência de um número expressivo de oficinas de manutenção/reparos de veículos automotores. Desta forma, o CEST buscará oferecer oportunidades aos interessados em cursos, principalmente aqueles relacionados à área automotiva, sendo o único campus do IFB com atuação neste segmento, bem como fomentar projetos de pesquisa e ações de extensão que contribuam com a formação dos cidadãos, a inclusão social e o desenvolvimento da economia local.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Na região Administrativa RA XXV na qual está localizado o campus Estrutural as unidades educacionais existentes são 5 escolas, 1 escola de Educação infantil, 2 ofertando ensino fundamental I (do 1º ao 4º ano), 1 de Ensino fundamental II (do 5º ao 9º ano) e 1 que oferta ensino médio na modalidade EJA, não tendo, portanto, unidades educacionais, sejam públicas ou privadas, que ofertem vagas de ensino profissionalizante e/ou de ensino médio regular ou de ensino superior.

O CEST tem parcerias firmadas junto a diversos segmentos, dentre as quais destacam-se: Sindicato das Distribuidoras de Veículos do Distrito Federal (SINCODIV); Agenciamento; Administração Regional RA XXV (Região que compreende a Cidade Estrutural, a Cidade do Automóvel e o SCIA); Polícia Militar do Distrito Federal; Secretaria de Educação do Distrito Federal. Além desses, a comunidade pode ser considerada como o mais importante dos parceiros. Devido a multiplicidade de atuação do IFB o CEST não enfrenta concorrência dentro da região na qual está inserida a escola e é a primeira na região a ofertar ensino profissionalizante, com cursos FIC e curso técnico de nível médio subsequente e também a primeira a ofertar curso em nível superior na região.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

O público atendido pelo campus Estrutural em sua maioria são estudantes que possuem faixas etárias variadas, desde os jovens até os com idade mais avançada, com diversos níveis de escolaridade e que sentem necessidade por elevação de escolaridade, qualificação profissional e inserção no ambiente educacional.

O campus Estrutural está presente numa região administrativa que apresenta baixo índice de desenvolvimento humano – IDH, mas que, paradoxalmente, também registra a maior concentração de empresas que comercializam veículos automotores no Distrito Federal.

O campus Estrutural tem como diretriz trabalhar projetos relacionados ao ensino à pesquisa e à extensão que possam contribuir para a formação cidadã dos seus estudantes na busca pela inclusão no mundo do trabalho, e em atividades que ampliem os conhecimentos culturais, sociais e ambientais.

Atualmente o campus Estrutural oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Manutenção Automotiva, da modalidade Jovem Aprendiz, idiomas de inglês e espanhol, informática e gestão, Curso Técnico subsequente em Manutenção Automotiva e Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

Conforme planejamento do campus, os cursos, principalmente o Jovem Aprendiz e o curso técnico em manutenção automotiva, além de buscarem promover a inclusão social procuram atender ao mercado que demanda por mão de obra qualificada.

O curso superior de Licenciatura em matemática preenche uma lacuna na formação de professores em uma área das ciências exatas com carência de docentes em todo o Brasil.

A implantação de uma escola com foco em cursos voltados à manutenção de veículos denota uma preocupação do IFB no sentido de atender essa lacuna de educação pública gratuita com a oferta de ensino profissionalizante além de ensino superior nesta região do DF. O poder público, neste sentido, procura sanar uma deficiência na área educacional, resgatando assim, uma dívida perante a comunidade local.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: 1) Problemas na conclusão das obras do campus; 2) Apesar de concluída, a escolaridade de parte dos alunos apresenta deficiência, podendo esse fator dificultar no acompanhamento das aulas e aumentar o índice de evasão escolar; 3) Orçamento insuficiente para investimento em equipamentos necessários à montagem dos laboratórios e biblioteca; 4) O baixo nível de conhecimento por parte de alguns segmentos sobre o IFB; 5) O IFB tem dificuldades de ser reconhecido como instituição de referência no ensino profissionalizante no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista escolas mais antigas serem mais procuradas pelo público. Outra questão está relacionada à ausência de mecanismos eficazes no combate à evasão, que acontece em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados pela instituição. Dessa forma, a crise pela qual o país atravessa dificulta o planejamento, pois os recursos destinados a investimento e custeio estão bem abaixo daquilo que representa as necessidades do CEST.

Oportunidades: 1) Possibilidade de realizar correções com a composição de comissão de recebimento da obra, a qual procurou ao máximo identificar e indicar aos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento das obras os problemas identificados na construção; 2) A possibilidade de estudar próximo a casa, faz com que muitas pessoas que não pensavam em retomar seus estudos, passem a frequentar um ambiente educacional; 3) Formatar e executar projetos que visem a permanência do aluno; 4) Em 2015 foi possível ofertar, com dificuldade, os cursos com os poucos equipamentos disponíveis no campus; 5) Atuação da equipe do campus, no sentido de divulgar junto as escolas públicas das regiões próximas os cursos ofertados pelo campus; 6) A Região do SCIA, mais precisamente onde o CEST está localizado é de fácil acesso e tem grande visibilidade. A via Estrutural (EPCL – Estrada Parque Ceilândia) conecta Taguatinga, Vicente Pires e SIA a EPIA, Cruzeiro e Plano Piloto (Eixo Monumental), sendo ela uma das rodovias mais movimentadas do DF, possibilita um acesso rápido e seguro ao campus. Outro fator que deve ser considerado é a ausência de escolas com oferta de ensino profissionalizante e ensino superior na Cidade Estrutural como também em regiões próximas ao CEST. Há apenas uma escola nesta região que oferta EJA no turno noturno.

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

A equipe do campus Estrutural utiliza recursos eletrônicos como principal meio de comunicação. Várias informações são passadas pelo website, e-mail e redes sociais. Além disso, o campus oferece atendimento ininterrupto ao público, pessoalmente e por telefone das 08h00 às 22h30m. A ouvidoria do IFB também é um recurso amplamente divulgado a comunidade como canal de comunicação.

Campus Gama

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O Campus Gama do IFB (CGAM) oferece formação nas áreas de Alimentação, Administração, Química, Logística e Agronegócio. A vocação do campus foi definida por meio de consultas públicas à sociedade e tendo como base dados socioeconômicos da região.

No campus são ofertados os seguintes cursos:

- Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Integrado em Alimentos e PROEJA em Administração.
- Técnicos subsequentes: Técnico em Logística, Técnico em Química e Técnico em Agronegócio.
- Cursos Superiores: Licenciatura em Química e Tecnólogo em Logística.

Os cursos ofertados no Campus Gama têm por finalidade oferecer condições para que o estudante desenvolva as competências profissionais gerais requeridas pela área, de modo a facilitar e ampliar suas possibilidades de atuação e interação com outros profissionais, desenvolvendo as competências específicas relacionadas ao perfil de conclusão da habilitação referentes aos cursos em questão.

São principais espaços de atuação na região em que o Campus está inserido:

- Porto Seco: O grupo de Logística, Serviços e Armazenamento Ltda (Logserve) apostou no potencial do Distrito Federal para sediar operações de importação e exportação, investindo na construção do Porto Seco DF, com o objetivo de desafogar os serviços nos portos e aeroportos e, com isso, agilizar o desembarque de mercadorias importadas e exportadas e reduzir os custos dessas operações. Tem seu foco no

atendimento de negócios com produtos de baixo peso, volume reduzido e valor agregado, tais como: medicamentos, motores e peças para reposição de equipamentos.

- Polo JK: Localizado na área em torno de Santa Maria, ao longo da DF-050. Com a previsão de implantação do Setor Meireles, próximo a Santa Maria, área residencial de alta densidade, surgirá nova demanda para comércio e serviços nas áreas próximas ao Polo JK. Seguindo uma tendência internacional, empresas de pequeno e médio porte tendem a se agrupar em polos para potencializar o mercado e os lucros. Na concepção do Polo JK, deverão ser complementadas melhorias no espaço urbano, com articulação deste polo com as áreas residenciais circundantes e com a implantação de atividades comerciais, de serviços e equipamentos comunitários, que atendam à população residente da área. Tais ações têm como objetivo estimular o desenvolvimento econômico da região, por meio da implantação de centros comerciais e de distribuição, centro de apoio rodoviário, habitação, comércio e serviços de apoio.
- Produtores rurais: De acordo com informações no Portal do Governo do Distrito Federal, a zona rural do Gama ocupa uma área de 39.366 ha e possui 6 núcleos rurais, sendo eles: Núcleo Rural Ponte Alta, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Núcleo Rural Ponte Alta Norte, Núcleo Rural Monjolo, Córrego Crispim e Alagado.
- Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF): Tem como objetivo principal incentivar empreendimentos, concedendo incentivos fiscais e econômicos às empresas que se instalarem no Distrito Federal, também se constitui ação que amplia o número de indústrias sediadas no DF, configurando, assim, uma cadeia produtiva: mais indústrias, mais emprego, mais desenvolvimento da região.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

- Instituições Públicas: Secretaria de Educação do GDF; Universidade de Brasília
- Instituições Privadas: Colégio ALUB; SESI; SENAI; Colégio Objetivo; Colégio Dom César; Colégio JK; Faculdade Faciplac; Faculdade Fortium. Tais Instituições atuam no Ensino Médio, EJA, Graduação e Pós-graduação.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

Cursos com ênfase nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de modo a oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Possibilidade de sombreamento de oferta de cursos por outras instituições de ensino; Falta de transporte e iluminação pública; Falta de ronda policial escolar; Falta de sinalização para travessia de pedestres na DF-480.

Oportunidades: A localização do Campus Gama permite uma maior área de abrangência e atendimento dos cidadãos da Região Administrativa do Gama e entorno do DF; Possibilidade de expansão da área construída do Campus Gama em virtude de área disponível, aumentando assim a oferta de serviços educacionais.

Campus Planaltina

- a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O Campus Planaltina atua no mercado de educação profissional, científica e tecnológica de qualificação profissional, principalmente, nos eixos tecnológicos de recursos naturais e produção alimentícia atendendo a demanda mercadológica na área agrícola. Tendo como característica ser uma escola fazenda que atua no ensino de cursos técnicos nas modalidades integrado ao ensino médio e subsequente em agropecuária, no curso técnico em agroindústria na modalidade de alternância, no ensino superior oferece o curso superior de tecnologia em agroecologia e licenciatura em biologia. Atua ainda em várias áreas da Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos em Ensino à Distância e programas governamentais como o PRONATEC e Mulheres Mil. Além do atendimento a comunidade e as pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais por meio do método terapêutico e educacional da Equoterapia.

- b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Universidade de Brasília (UNB), União Pioneira de Integração Social (UPIS), Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina e a Faculdade Águas Emendadas, Centro Educacional Delta, Colégio Adventista de Planaltina, Centro de Desenvolvimento Global, Centro Olímpico de Ensino e Escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

- c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

A oferta de ensino público de qualidade e sua participação em eventos tradicionais e do DF e importantes no cenário agropecuário como a Exposição Agropecuária de Planaltina- Expoplan e Agrobrasil.

- d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: As principais ameaças estão relacionadas ao surgimento de vagas diversas em outras instituições de Ensino públicas ou privadas, incluindo *Campi* de outros Institutos Federais.

Oportunidades: Como oportunidades pode-se destacar a tradição, a qualidade do ensino e estrutura permitindo a possibilidade de oferta de cursos diversos relacionados às ciências agrárias e da natureza.

- e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

O IFB campus Planaltina atua em toda a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE englobando cooperativas agrícolas, Órgãos públicos ligados aos Ministérios, aos Órgãos do Governo do Distrito Federal, EMBRAPA, Empresas Agrícolas Privadas, Empresa Agrícola Familiar e Empresas de Serviços em Geral.

Campus Riacho Fundo

- a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O Campus Riacho Fundo (CRFI) atua no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, oferecendo cursos técnicos subsequentes em Cozinha e em Panificação, além de cursos de Formação Inicial e Continuada em Inglês, Espanhol e Francês; Noções básicas em Raciocínio lógico e Noções básicas em Estatística e probabilidade; Licenciatura em Letras Inglês; cursos técnicos EaD em Logística, em Administração, em Meio Ambiente e em Infraestrutura (Profucionário). Para início de 2016, o CRFI tem a previsão de 80 estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados de nível médio em Hospitalidade e em Cozinha.

Em 2015, as aulas iniciaram na sede definitiva na Área Especial QS 16, Av. Cedro, Fazenda Sucupira, Riacho Fundo I, Brasília-DF, contendo salas amplas, biblioteca, auditório, espaço de vivência, ginásio, laboratórios especiais para aulas práticas, laboratórios de informática.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Concorrentes:

- IGA do Brasil, empresa argentina de gastronomia com mais de 30 escolas no Brasil, franquia em Taguatinga próximo ao campus.
- SENAC-DF, que oferta cursos livres em Confeitaria e Panificação.
- Instituições de ensino superior em Licenciatura: IESB, UCB, UPIS, UnB, UNIEURO, UNICEUB, ICES (Promove), Anhanguera.

Parceiros:

- O Campus recebeu um estagiário do Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC para atuar no curso técnico subsequente em Cozinha, via projeto PROPICIE.
- Possível parceria com Campus Petrolina do IF Sertão, na área de enologia e viticultura, para intercâmbio de estudantes e capacitação de docentes.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

O Campus Riacho Fundo atua no eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer com a oferta de diferentes modalidades de ensino, desde o ensino médio ao ensino superior sobre a luz da inclusão socioeconômica da comunidade. O campus busca trabalhar os seus cursos a partir dos Arranjos Produtivos Locais. Concomitante ao ensino, são desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

A comunidade abrangida pelo campus conta com o auxílio de docentes e técnicos de bom nível de qualificação acadêmica e com experiência do mundo do trabalho. Como também uma boa infraestrutura física e de equipamentos que permitem o desenvolvimento das aulas práticas nos diferentes laboratórios.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Falta de rede de internet e telefone até setembro de 2015, o que interferiu nos trabalhos do campus; serviço de impressão sofreu redução de equipamentos e precisou de conscientização dos servidores para se evitar o desperdício de cópias; problemas com contratos (CEB e CAESB): o campus utilizou a ligação provisória da construtora até a celebração de contrato com estas empresas; cortes orçamentários que implicaram ações de contingência emergências, cancelamento de empenhos, dispensa de terceirizados, orientação do uso da água e energia elétrica; falta/atraso de insumos devido à carência de servidor para atuar nos processos de aquisição de insumos e à falta de procedimentos internos (fluxos), sendo necessário a convocação de servidores técnicos-administrativos e a solicitação ao Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação a criação de software para este fim; falta de docentes para atuarem no ensino médio técnico de nível médio em 2016, para isso houve(e haverá) convocação e remoção de docentes de acordo com a demanda.

Oportunidades: Parceria com a CAESB para realização do Projeto Biguá (coleta de óleo de cozinha); participação do Campus na I Feira de Estágio e Emprego do IFB com mesa-redonda com empresários do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer (próxima reunião no início de 2016), visando convênios de estágio e parcerias; divulgação do Campus por meio do Projeto Mil Ideias e Grandes Negócios realizado, de caráter empreendedor, responsabilidade social e sustentabilidade; parcerias

com a 28ª Batalhão da Polícia Militar - DF e com a Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante (cessão de espaço para cursos de capacitação).

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

O CRFI avançou ao construir o projeto político pedagógico do campus; dois projetos de planos de cursos do Ensino Médio Técnico Integrado em Hospitalidade e em Cozinha (oferta em 2016/1); criação de comissão de perfil docente e projeção de cursos, visando a verticalização dos cursos; reestruturação do Conselho Gestor do campus prevista para o primeiro trimestre de 2016.

Campus Samambaia

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O Campus Samambaia do IFB cumpre a função constitucional do Estado ao ofertar Educação, e atua na educação superior, básica e profissional, promovendo ensino, pesquisa e extensão com foco na inovação tecnológica e desenvolvimento social. De acordo com Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2015, na Região Administrativa de Samambaia há estimados 68.565 domicílios urbanos, com uma população estimada em 254.439 habitantes, com metade na faixa etária de 25-59 anos, 22% na faixa de 0-14 anos, e 11% idosos. A população concentra-se no Comércio e Serviços Gerais, sendo que 31% trabalham na própria Região. A renda domiciliar é média baixa, de 4,3 salários mínimos mensais. A per capita é de 1,2 salários mínimos. O Coeficiente de Gini em 2015 é de 0,402.

Em termos educacionais, o percentual daqueles que não estudam em Samambaia perfaz 68,9%. Os que frequentam escola pública somam 25,1%, com 0,8% em período integral. Na escola particular, apenas 6,0%. A população concentra-se nos que têm ensino fundamental incompleto, 35,5%, seguido pelo médio completo, 22,2%. Os que possuem nível superior completo são 6,7%. Analfabetos na Região representam 2,7%. Apenas 4,4% da população é composta por menores de seis anos fora da escola. Neste contexto, o Campus se desenvolve para atender a demanda crescente de preparar profissionais capacitados para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para a formação cidadã. Isto se dá com a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de curta duração voltados à qualificação profissional, tanto em formação inicial, quanto continuada e na formação de professores (licenciatura). Também oferta cursos pelo PROEJA e pelo PRONATEC, além dos ofertados na modalidade de Educação a Distância, pelo Programa e-Tec Brasil.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Não há na Região Administrativa outra instituição de ensino que atue no mesmo campo. O Sest-Senat oferta cursos exclusivamente profissionalizantes voltadas para a valorização de transportadores autônomos e trabalhadores do setor de transporte (condutores, mecânica, operadores de máquinas). Na Região Administrativa de Águas Claras, a Escola Técnica de Brasília mantida pelo Governo do Distrito Federal, oferta cursos técnicos gratuitos nas áreas de Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações. Na Região Administrativa de Taguatinga, há uma série de escolas e faculdades privadas que ofertam graduações e cursos profissionalizantes para Formação Inicial e Continuada. As escolas públicas atendem à educação básica.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

Durante o ano de 2014 foi feito um pequeno levantamento de expectativa discente do campus em dois cursos. Nestes levantamentos, foram evidenciadas expectativas que informalmente temos conhecimento nas conversas com nossos estudantes. Dentre as mais relevantes estão as relacionadas à solução de necessidades estruturais na oferta e apoio de serviços, fortalecimento da representação da sociedade civil na vida do campus de maneira a encontrar os anseios da sociedade (o que será fortalecido com a instituição do Conselho Gestor que tem representação de membros da sociedade

civil organizada). Entre tantos, há relevantes contribuições como a expectativa de sermos representados em eventos nacionais e internacionais, com o estímulo ao desenvolvimento de talentos em atividades individuais e coletivas, e particular interesse no esforço de facilitar o caminho ao encontro da empregabilidade e manutenção da inserção sócio laboral de estudantes criando espaço para interação social.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Identificamos como nossa maior ameaça as mudanças a que o mercado produtivo está sujeito. Como temos eixos de atuação bem definido: indústria de Construção civil, indústria moveleira e meio ambiente, qualquer movimento recessivo nestas áreas pode afetar nossa oferta de cursos, ainda que possa ser minimizado pela oferta do ensino médio e superior. Mesmo sabendo que a necessária preocupação com o meio ambiente é um caminho sem volta para a sociedade, as áreas de construção civil e movelaria estão bastante sujeitas aos humores do mercado. Foi realizada no ano de 2013, para elaboração do PDI 2014-2018, diagnóstico estratégico para identificar as ameaças mais acentuadas no ambiente de atuação do Instituto e algumas são comuns à maioria dos *Campi*, como o amplo espectro de público discente com diferentes necessidades educacionais; insegurança nas proximidades dos *Campi*; falta de iluminação externa; desconhecimento do mercado em relação à instituição. Uma que nos afeta sobremaneira são as políticas salariais dos servidores que tem gerado alto *turn-over* na área administrativa. As incertezas orçamentárias são, sem dúvida, nossa maior causa de preocupação, uma vez que esta estagna as possibilidades de expansão dos projetos face a consequente escassez de recursos, que hoje afetam inclusive a manutenção do que já foi construído.

Oportunidades: Nossas oportunidades estão relacionadas diretamente com alguns fatores macro estruturais do país. Por um lado, as políticas econômicas de fortalecimento do mercado interno têm mantido elevados índices de crescimento na construção civil, o que fomenta nossas áreas de construção civil e movelaria. Por outro lado, a promulgação da lei de resíduos sólidos e o novo Código Florestal permite a cada vez maior evidência sobre a área de meio ambiente – isto sem falar nas consequências que o acidente da SanMarco em Mariana (MG) irá causar na pauta do controle ambiental no país. Outro fator que nos apresenta ótimas oportunidades é a conjuntura cultural, que envolve vários setores sociais na busca pela melhoria da qualidade da educação, aspecto que o Campus Samambaia atende com presteza. Ficamos ainda na esperança que aumentos dos investimentos em educação (royalties do petróleo para a educação), demanda crescente por qualificação educacional e profissionalizante, políticas públicas dos IFs em evidência na sociedade e a proximidade com o MEC/SETEC e governo federal nos traga melhores ares.

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

O Campus Samambaia atua em articulação direta com os arranjos produtivos locais, tanto identificando oportunidades pontuais, quanto interferindo na produção de conhecimentos gerais nas áreas. Para isso, conta com profissionais de alta capacidade de compreensão da realidade, da conjuntura e de pensarem soluções técnicas compatíveis com a complexidade. Atua na Região Administrativa de Samambaia, com efeitos em Taguatinga, Ceilândia, Recanto das Emas Águas Claras e Riacho Fundo.

Campus São Sebastião

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O campus São Sebastião atua prioritariamente em dois eixos tecnológicos, segundo o catálogo do MEC (Desenvolvimento Educacional e Social, e Gestão e Negócios), e também com a Licenciatura em Letras Língua Portuguesa. Atua com os cursos técnicos de Secretariado e Secretaria Escolar na modalidade subsequente ao ensino médio; dois cursos técnicos integrados ao ensino médio, Secretariado e Administração; e três cursos na modalidade de Formação Inicial e Continuada

(FIC) sendo eles Auxiliar Administrativo, Cuidador de Idosos e Monitor infantil. A licenciatura em Letras é o curso superior ofertado pelo campus desde 2014.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Na modalidade de ensino superior o principal parceiro é a UNB na qual mantemos contato e buscamos parcerias, principalmente nas palestras e semanas de mostra científica. Quanto aos cursos técnicos, nossos principais parceiros são a Associação Comercial de São Sebastião e a Administração Regional. Não temos concorrentes a serem considerados visto o isolamento geográfico de São Sebastião, assim como a precária oferta de ensino superior e técnica nessa Região Administrativa.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

A população de São Sebastião recebeu de forma calorosa a inauguração da sede definitiva do campus e agora deposita suas expectativas no novo curso de nível superior a ser ofertado em 2016 – Tecnólogo em Secretariado. E também é grande a expectativa para o PROEJA que está em fase de decisão de qual curso será implantado enquanto os docentes se capacitam para a confecção do plano de curso.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

As ameaças à expansão do campus e efetivação de sua implantação são poucas, sendo a maior preocupação a garantia de recursos e repasses de orçamento por parte do MEC. Quanto às oportunidades de atuação, o campus se prepara para a oferta de mais dois novos cursos: Licenciatura em Pedagogia e Técnico em Sistemas Educacionais. Dessa forma o campus buscará fechar sua oferta regular com aproximadamente 1200 alunos.

Campus Taguatinga

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

Campus está instalado em Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal (DF) que é considerada a capital econômica do DF. Atualmente, a população local é estimada em 221 mil habitantes e conta com 12 mil empresas, sendo, aproximadamente, 2.000 indústrias de pequeno porte e 35 de grande porte, que geram mensalmente R\$ 100 milhões de reais, empregam 10.000 trabalhadores e respondem por 20% do PIB de Taguatinga, que por sua vez representa 50% do PIB do Distrito Federal. Quanto a escolaridade, aproximadamente, 2,1 % da população possui pós-graduação, 16,1% possuem superior completo, 34,2 % possuem ensino médio completo e 12,2 % possuem ensino fundamental completo. Na área da educação Taguatinga é servida de diversas escolas e faculdades privadas, além das escolas públicas. No ensino profissional destaca-se a atuação do sistema “S”, da Escola Técnica de Brasília e da Escola Técnica de Ceilândia, essas instituições possuem, no mínimo, mais de 10 anos de atuação e ofertam cursos, nas modalidades subsequentes ou concomitante, nas áreas automotiva, refrigeração, gestão, marcenaria, serviços gráficos, TI, eletrônica, eletrotécnica, telecomunicações, entre outras. Comparativamente, o campus Taguatinga possui 5 anos de criação e oferece 10 cursos entre técnicos e superiores, anualmente são ofertadas, aproximadamente 480 vagas (340 no primeiro semestre e 140 no segundo). Esses cursos são divididos em três áreas de conhecimento. Na área de eletromecânica o Campus Taguatinga oferece dois cursos técnicos, um na modalidade integrado e outro subsequente e um curso superior de tecnologia em automação industrial. Na área do vestuário tem-se um curso técnico subsequente, um PROEJA e um superior tecnologia em Design de Moda. Na área de informática um curso técnico subsequente e dois cursos superiores (bacharel e licenciatura). Além da oferta de Licenciatura em Física. Todas as áreas ofertam também cursos de qualificação profissional conforme a demanda da comunidade, a disponibilidade do corpo docente e da estrutura física.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Nos cursos técnicos subsequentes, superiores, PROEJA, e FIC, os principais atores são: Sistema "S" (SENAI, SENAC); escolas e Faculdades Privadas; UnB; escolas públicas do Governo do Distrito Federal (Escola Técnica de Ceilândia e Escola Técnica de Brasília).

No ensino técnico integrado ao ensino médio, o campus Taguatinga é único a oferecer curso nesta modalidade.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

A população espera do IFB todas as características de um serviço público de qualidade e relacionado às suas necessidades, especificamente, uma formação profissional que garanta ao estudante o ingresso no mercado de trabalho, transparência na gestão e responsabilidade na aplicação do recurso público.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Restrição orçamentária, aumento da violência e acesso ao Campus (transporte público deficiente). Concorrência nos cursos subsequentes com os cursos superiores, principalmente em escolas privadas com financiamento. Rotatividade de servidores técnicos administrativos. Orçamento limitado para manter um Campus de 13000 m2 de área construída e 1200 alunos, impactando principalmente no custeio e investimento.

Oportunidades: Não há outra instituição ofertante de curso técnico integrado na região. Considerando a movimentação econômica da região tem-se a possibilidade de ofertar de cursos em parcerias com o mercado, por exemplo na modalidade de aprendizagem industrial.

Campus Taguatinga Centro

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O Campus Taguatinga Centro atua na área educacional, ofertando curso de curta duração de formação Inicial e continuada, cursos técnicos, cursos superiores de Licenciatura e de Tecnologia. Atualmente, o campus se encontra em uma sede provisória, com espaço físico reduzido. Este fato é considerado como principal limitador da atuação da unidade. Cada vez mais a comunidade do Distrito Federal tem reconhecido a instituição como uma referência em educação. Tal fato pode ser observado no aumento da procura pelos cursos ofertados. Apesar de todos os esforços o atendimento a comunidade de Taguatinga ainda é muito restrito, desse modo, com a perspectiva de ampliação de espaço físico, corpo técnico e docente, será possível ampliar de forma expressiva a atuação desta unidade.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Empresas: Próximo a sede provisórias encontram-se a LS Educacional, UNICEUB, Faculdade Anhanguera, Instituto Marcelo Paiva (IMP), ALUB e várias escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Serviços: A LS Educacional e UNICEUB ofertam cursos técnicos e cursos superiores. O IMP é uma escola preparatória para concursos, mas oferece cursos de graduação e pós-graduação a distância. O ALUB e as escolas da SEDF ofertam cursos da educação básica.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

A unidade tem se tornado cada vez mais conhecida pela população de Taguatinga. Além disso, o atual cenário econômico tem feito com que ocorresse grande aumento na demanda por qualificação profissional. Infelizmente, a capacidade de oferta da instituição é incapaz de atender a todos os interessados. A partir do reconhecimento da qualidade da educação oferecida, o principal anseio da

população tem sido a ampliação do número de vagas e das modalidades ofertadas. A Comunidade espera que o campus Taguatinga Centro possa oferecer cursos de ensino médio integrado, e outras opções de formação, semelhantes aos outros *Campi* do IFB.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Ameaças: Apesar de estar mais conhecido, muitas empresas ainda desconhecem o potencial da mão-de-obra qualificada pelo IFB. Por se tratar de instituição criada recentemente no Distrito Federal, muitos estudantes acabam abandonando o curso para se matricular em locais mais conhecidos, ou com maior tradição, mas que em muitos casos não possuem a qualidade ofertada pelo IFB.

Oportunidades: A Região Administrativa (RA) de Taguatinga é uma das mais populosas do Distrito Federal. O Campus Taguatinga Centro está localizado bem próximo ao centro desta RA, cuja atividade comercial é muita intensa. De forma recorrente, o setor produtivo reclama da falta de mão-de-obra qualificada para atuar neste setor. O Campus possui profissionais experientes e gabaritados para realizar esses processos de qualificação. Desse modo, existe um grande potencial a ser explorado.

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

A formação de profissionais e professores da educação básica tem grande potencial de expansão no contexto atual do Distrito Federal. Apesar de haver um grande número de instituições "concorrentes", o IFB se diferencia pela gratuidade dos serviços prestados e também pela qualificação de seus recursos humanos.

Pró-Reitoria de Ensino

a) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

A PREN desenvolve as atividades das suas diversas coordenações em um processo de parceria, tanto entre suas coordenações quanto com outras Pró-reitorias, *Campi*, com outros atores que compõem a Rede Federal, e parceiros externos (Secretaria de Educação do DF, Empresas, Ministério do Trabalho e Emprego, UNB, entre outros).

b) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

- A ampliação da oferta de cursos para atender o desenvolvimento da região e elevação da escolarização da comunidade;
- Promoção da formação de quadros técnicos para atuarem no setor produtivo, tornando a instituição reconhecida no mundo do trabalho e no contexto social do DF,;
- Ampliação da oferta de estágio aos seus estudantes;
- Aumento dos recursos destinados à Política de Assistência Estudantil;
- Regularidade na execução de pagamento dos auxílios da assistência estudantil;
- Melhoria da comunicação como a comunidade escolar interna e externa: informações referentes ao processo seletivo, assistência estudantil, itinerário formativo, questões da vida acadêmica, etc.

c) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

Observa-se que é possível melhorar o fluxo das informações com várias ações, entre elas: 1) a Descentralização do processo seletivo por meio da criação de Coordenações de Acesso e Ingresso em cada Campus, tornando mais eficiente o planejamento e execução dos processos seletivos para ingresso dos alunos do IFB; 2) a criação de um e-mail institucional para os estudantes, canal de comunicação que propiciará o fluxo direto de informações.

A falta de conhecimento ampliado da população acerca da atuação do IFB requer maior divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição sobre os cursos oferecidos.

A proximidade geográfica dos *Campi* com a Reitoria é fator que pode favorecer a integração interna, uma oportunidade para compartilhar conhecimentos e fortalecimento da identidade institucional.

Diante do objetivo legal dos Institutos Federais, no que se refere à oferta de cursos de diversos níveis e modalidades, percebe-se a dificuldade dos profissionais de educação do IFB em atuarem nessa oferta, o que pode refletir no desenvolvimento acadêmico de seus estudantes, na compreensão do papel social da instituição e nos projetos de acessibilidade, inclusão e diversidade.

No que diz respeito à Assistência Estudantil observa-se a falta de um sistema que colabore na realização dos seus processos seletivos de auxílios o que favorecerá o fluxo e a análise da Política de Assistência, permitindo melhor emprego da mesma. Além disso, a descontinuidade dos auxílios de um exercício para outro gera muito tempo de espera, em que o aluno em situação de vulnerabilidade pode evadir. O atraso no repasse orçamentário também ameaça a execução de todas as ações que são anualmente planejadas para os auxílios, no entanto é sabido que em relação ao orçamento não depende apenas do IFB mas de outras instâncias externas ao instituto.

Pró-Reitoria de Extensão

- a)** Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O IFB a partir da extensão tem um grande poder de inserção e interiorização das suas ações. O contexto extensionista dos institutos permite um diálogo mais próximo com a sociedade e suas demandas. A interlocução direta com os parceiros, a preocupação com a inclusão e a proximidade com a cultura, trazem possibilidades variadas como o estágio, a prestação de serviços, a oferta de cursos, consultorias, ações sociais entre outras. Essas possibilidades favorecem o desenvolvimento teórico aplicado, a formação para o trabalho e cidadania e melhorias nos arranjos produtivos sociais, industriais e comerciais. No entanto, o espaço ocupado pelo IFB ainda é tímido face ao seu potencial. Isso acontece em virtude de fragilidade na formação para a execução de práticas extensionista. A instituição vem investido nesta formação, que já reflete na qualidade e ampliação dos projetos, programas e parcerias.

- b)** Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Nas ações de extensão o IFB não tem concorrentes, uma vez que as ações extensionistas são voltadas a objetivos específicos, populações delimitadas previamente. Os parceiros são os arranjos produtivos locais, órgão públicos, associações, ONGs, outros institutos e o Governo Distrital.

- c)** Expectativa da população quanto à atuação do IFB

Existe a expectativa da população quanto ao processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promovam a inclusão, interação dialógica e transformação da sociedade, levando em consideração a territorialidade.

- d)** Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

A diminuição do orçamento para custear programas e projetos é um grande dificultador, inviabilizando ainda a compra de tecnologias assistivas para atender aos alunos com deficiência. A dificuldade de contratação de intérpretes também atrapalha o andamento das atividades, pois o número deles não atende ao número de estudantes e professores com deficiência auditiva, atualmente matriculados no instituto.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

a) Dados sobre o espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pelo IFB

O espaço ocupado pelo IFB no contexto local é vantajosa, observada a natureza das pesquisas que a autarquia deve realizar: primordialmente de caráter aplicado. O contexto local possui poucas instituições voltadas explicitamente voltadas para a pesquisa aplicada e relacionada aos arranjos produtivos locais. Desta forma, embora o IFB possua clareza quanto a seus objetivos na área de pesquisa, a concretização desses objetivos e, conseqüentemente, o aumento do espaço ocupado pelo instituto nesse contexto, encontra barreiras relacionadas a cultura de pesquisa de natureza básica trazida pelo corpo de servidores da instituição em sua formação. Nesse sentido, a orientação institucional via indução por meio de critérios editalícios específicos quanto a pesquisa aplicada pode contribuir para a mobilização do corpo de servidores para a ampliação do espaço ocupado pelo IFB quando a pesquisa de natureza aplicada no cenário do Distrito Federal.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Os principais atores concorrentes no contexto de pesquisa aplicada são as instituições do “Sistema S” e demais organizações mobilizadas nos editais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), por exemplo, além de instituições tradicionais de pesquisa no DF como as instituições universitárias locais que, embora não se dediquem apenas a pesquisa aplicada, também atuam nesse segmento de investigação. Nesse sentido, o espaço para a ampliação da ação do IFB nesse ambiente é promissor, observado o restrito número de instituições explicitamente voltadas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada. Outros atores parceiros no contexto são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP DF) que contribuem significativamente para o incremento da verba de pesquisa disponível na instituição, por meio da concessão de bolsas para projetos de pesquisa.

c) Expectativa da população quanto à atuação do IFB

A expectativa da população quanto a atuação do IFB na área de pesquisa é pela resolução de problemas imediatos por meio da geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, conforme elenca a lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação do IFB

As principais ameaças na atuação do instituto na área de pesquisa estão relacionadas com a diminuição do orçamento destinado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, seja da própria instituição como dos parceiros externos como CNPq ou FAP DF, como os auxílios para o pagamento de bolsas aos envolvidos nos projetos ou para a compra de insumos para os projetos. As oportunidades estão ligadas ao fato da instituição possuir corpo próprio de potenciais pesquisadores que possuem carga horária semanal destinada para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que pode ser orientado para determinadas áreas temáticas de interesse institucional. Outras oportunidades estão relacionadas ao aprofundamento dos relacionamentos iniciados com instituições como o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em assuntos sobre inovação e propriedade intelectual e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em assuntos sobre transferência de tecnologia.

e) Outras informações sobre o ambiente de atuação

A pesquisa a ser desenvolvida pelo IFB deve possuir caráter aplicado para a geração de soluções técnicas e tecnológicas. Nesse contexto, tem sido tomadas ações para a orientação das pesquisas realizadas no IFB para esse foco. Programas como o Fábrica de Ideias Inovadoras (FABIN)

e o Programa Institucional de Bolsas e Voluntariado em Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) possuem formas que induzem o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada. Entretanto, o ambiente atual do IFB possui espaço para o incremento dos instrumentos indutores de pesquisas aplicadas. Para tanto, as ações de produção, análise e disseminação de informações sobre os projetos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação serão aperfeiçoadas para o incremento do potencial de tomada de decisão baseada em evidências pela gestão do instituto.

1.4 Organograma

Em conformidade com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura multicampi, tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo a reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitorias. São consideradas unidades estratégicas: o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os *Campi*. O organograma completo do IFB encontra-se disponível no Anexo 1 deste relatório.

Quadro 4 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do IFB, art. 26, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Wilson Conciani	Reitor	23/05/2011 31/12/2015
Gabinete da Reitoria	Cerimoniar a Reitoria e as Pró-Reitorias e prestar assistência técnico-administrativa ao Reitor, art. 29, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Daniella Santiago Andrade	Chefe de Gabinete	12/07/2013 31/12/2015
Pró-Reitoria de Administração - PRAD	Planejar, dirigir e controlar a execução das atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira e efetuar o gerenciamento de recursos humanos e patrimoniais, de acordo com o art. 23 do Estatuto do IFB.art. 62, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Simone Cardoso dos Santos Penteado	Pró-Reitora de Administração	25/06/2013 31/12/2015
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional- PRDI	O planejamento estratégico institucional, a pesquisa e o controle dos dados institucionais, a avaliação institucional, a gestão da tecnologia da informação, o apoio às ações de comunicação social interna e externa, a mercadologia institucional e o planejamento da capacitação dos servidores, conforme, art. 24 do Estatuto do IFB.art. 71, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Fernando Dantas de Araújo	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	07/02/2014 01/06/2016
		Luciana Miyoko Massukado	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	01/06/2016 31/12/2015
Pró-Reitoria de Ensino - PREN	Planejar, coordenar, supervisionar, executar, fiscalizar e controlar as políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, e acompanhar a implementação dessas políticas, além de avaliar o seu desenvolvimento, de acordo com o art. 20 do Estatuto do IFB, art. 38, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Adilson César de Araújo	Pró-Reitor de Ensino -	06/06/2013 31/12/2015
Pró-Reitoria de Extensão - PREX	Planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e executar as atividades relativas à extensão, à integração e ao intercâmbio da instituição com o setor produtivo, em particular, e com a sociedade em geral, além de implementar as políticas dos cursos de formação inicial e	Giano Luis Copetti	Pró-Reitor de Extensão	03/12/2012 31/12/2015

	continuada, de acordo com o artigo 21 do Estatuto do IFB, art. 54, da Resolução n.º 012-2012/IFB			
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI	Definição e o acompanhamento das linhas de pesquisa, o fomento e a criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica, nacionais e internacionais, a coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisa, além de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as políticas para os cursos de pós-graduação do IFB e o contato com órgãos financiadores de apoio à pesquisa, de acordo com o ar. 22 do Estatuto do IFB, art. 46, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Luciana Miyoko Massukado	Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação	06/08/2012 29/05/2015
		Marley Garcia Silva	Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação	29/05/2015 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Brasília	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Gustavo Filice de Barros	Diretor-Geral do Campus Brasília	13/11/2012 22/10/2015
		Patrícia Albuquerque de Lima		22/10/2015 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Ceilândia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro	Diretor- Geral do Campus Ceilândia	13/03/2013 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Estrutural	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Marcelo Silva Leite	Diretor - Geral do Campus Estrutural	13/11/2012 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Gama	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Êrika Barretto Fernandes Cruvinel	Diretora - Geral do Campus Gama	10/04/2014 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Planaltina	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Walter Antônio Rodrigues	Diretor - Geral do Campus Planaltina	08/07/2013 30/01/2015
		Edilene Carvalho Santos Marchi		30/01/2015 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Riacho Fundo	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Sérgio Barbosa Gomes	Diretor - Geral do Campus Riacho Fundo	14/04/2014 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Samambaia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Luiz Diogo de Vasconcelos Junior	Diretor- Geral do Campus Samambaia	15/10/2014 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus São Sebastião	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Rodrigo Mendes da Silva	Diretor - Geral do Campus São Sebastião	08/02/2012 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Taguatinga	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Leonardo Moreira Leódidio	Diretor - Geral do Campus Taguatinga	10/09/2014 31/12/2015
Diretoria Geral do Campus Taguatinga Centro	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB	Eduardo Dias Leite	Diretor - Geral do Campus Taguatinga Centro	13/11/2012 31/12/2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Dentre as atividades realizadas pela instituição, são consideradas finalísticas as relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Segue a descrição dessas atividades agrupadas em macroprocessos:

Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> - Objetiva o apoio pedagógico, psicológico, social, financeiro (baseado no Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES) aos alunos do IFB, colaborando para a igualdade de oportunidades, permanência e êxito do estudante na Instituição. - Assessora, acompanha e avalia a Política de Assistência Estudantil, com apoio da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos <i>Campi</i>. - Monitora a efetividade social dos programas implantados; - Responsável pela elaboração e manutenção de estudo técnico para distribuição dos recursos entre os <i>Campi</i> e entre os programas. 	Atendimento ao aluno	Comunidade Acadêmica	Coordenação de Assistência Estudantil/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Pró-Reitoria de Ensino
		Elaboração de documentos	Gestores e Técnicos de Campus	
		Eventos	Comunidade acadêmica interna e externa	
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> - Objetiva colaborar na estruturação das bibliotecas do IFB; normatizar as rotinas, procedimentos e documentos necessários ao bom funcionamento do setor; - Implementar recursos tecnológicos; - Iniciar e gerir os processos de licitação referente à temática, contribuindo para que o estudante tenha serviços e material bibliográfico adequado a necessidade do curso e assim, obtenha uma boa formação profissional. 	Atividades administrativas	Comunidade acadêmica	Coordenação de Biblioteca/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Pró-Reitoria de Ensino
Registro Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> Tem objetivo de estruturar e normatizar os procedimentos relacionados a certificação e registros da vida acadêmica dos alunos; Gerir a aquisição dos materiais do setor; Colaborar na implementação de recursos tecnológicos adequados, que permitam o acompanhamento da vida escolar do aluno (sistema de gestão acadêmica); 	Atividades administrativas	Comunidade acadêmica	Coordenação de Registro Acadêmico/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Pró-Reitoria de Ensino

Fonte: PREN

Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Interlocução com a sociedade, parcerias e relação multicampi	Publicação de acordos de cooperação a fim de firmar parcerias com objetivo de estreitar da relação do IFB com a sociedade	Acordo de Cooperação (regional e nacional)	Empresas, sindicatos, movimentos sociais, associações, ONGs e órgãos públicos	Coordenação de Relações Institucionais e de Articulação com a Sociedade (CDAS)
	Publicação de convênios de estágio a	Convênios de estágio	Alunos do IFB	

	<p>fim de proporcionar oportunidades de locais de estágio para os alunos</p> <p>Relação com o mundo do trabalho</p>	I Feira de Estágio e Emprego e Encontros Dialógicos	Servidores e alunos do IFB e comunidade	
Editais de Programas e Projetos de Extensão	Captar pelo menos 3 editais externos de projetos de extensão	<p>1. Chamada MCTI-SECIS/ MTE-SENAES/ CNPq 21/2015 Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.</p> <p>2. Submissão de artigos e relatos de experiência para a revista Caminho Aberto</p> <p>3. Edital de Intercâmbio 2015</p> <p>4. Edital Proext 2016 (MEC/ SESu)</p>	Servidores e alunos do IFB e comunidade	Coordenação de Programas e Projetos (CDPE)
	Elaborar edital de projetos de extensão	Edital nº 27/RIFB, de 07 de agosto de 2015		
	Elaborar edital de seleção de estudantes para programas/projetos de extensão	<p>1. Edital nº 020/IFB, de 22 de maio de 2015</p> <p>2. Edital nº 021/IFB, de 27 de maio de 2015</p>		
Eventos de extensão	Inclusão nos <i>Campi</i>	Realização do IV Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Servidores e alunos do IFB e comunidade	Coordenação de Ações Inclusivas (CDIN)
		Realização do V Encontro Distrital de NAPNE		
		Realização do II Encontro de Tradutores e Intérpretes de Libras do IFB		
		Realização do I Ciclo de Palestras		
		Participação na organização do IV Sernegra e II COPENE		
		Apoio à realização da IV Semana de Acessibilidade do IFB		
Promover a participação dos alunos em eventos esportivos	Jogos dos Institutos Federais (JIFs), em suas etapas: intercampi, regional e nacional	Alunos do IFB	Coordenação de Relações Institucionais e de Articulação com a Sociedade (CDAS)	
Cursos e oficinas	Formação continuada de servidores e comunidade externa (Palestras)	Autismo e intervenção pedagógica (C. Brasília)	Servidores e alunos do IFB e comunidade	Coordenação de Ações Inclusivas (CDIN)
		TDAH e a Escola (C. Samambaia)		
		Saúde Mental (C. Gama)		
		Questões raciais na escola (C. Estrutural)		
		Ensino de português como segunda língua para surdos (C. São Sebastião)		

		O perfil do aluno na Educação profissional (C. Ceilândia)		
		Atendimento do deficiente mental (C. Taguatinga)		
		O Intérprete Educacional na Educação (Brasília)		
		Discussões acerca da Inclusão de Docentes Surdos no Ensino Superior (C. Brasília)		
		Relações de Gênero no Contexto Educacional (C. Brasília)		
		A perda auditiva e suas implicações na aprendizagem da língua oral (C. Taguatinga Centro)		
	Formação continuada dos intérpretes	1. Escrita de Sinais; 2. Curso de 20 horas sobre Sinais Internacionais	Servidores e alunos do IFB e comunidade	Coordenação de Ações Inclusivas (CDIN)
Fonte: PREX				

Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa	Estimular e realizar pesquisas aplicadas, com vistas ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas para situações específicas. Para tanto, busca-se fornecer subsídios para o desenvolvimento dos grupos de pesquisa do IFB, por meio de sua produção técnica, científica, orientações de iniciação científica. Destaca-se ainda o fomento à inovação tecnológica por meio de programas específicos e a divulgação técnico-científica, por meio da realização de eventos de natureza multidisciplinar com ampla participação da comunidade acadêmica e externa. O setor ainda é responsável pelo apoio ao desenvolvimento da pós-graduação e supervisão e controle dos projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição.	<ul style="list-style-type: none"> -Seleção e apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa; -Elaboração e atualização de regras para grupos de pesquisa; -Atendimento de estudantes bolsistas e voluntários em projetos de pesquisa; -Seleção e gerenciamento de material a ser publicado pela Editora IFB; -Gerenciamento da publicação técnico-científica Revista Eixo; -Divulgação dos livros publicados pela Editora IFB; -Tratamento de demandas sobre propriedade intelectual e inovação; -Orientação na elaboração e aprovação de projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação no IFB; -Articulação para a oferta de cursos de pós-graduação; -Emissão de boletim informativo de Pesquisa e Inovação; -Organização da Semana de Produção Científica do IFB; -Produção, análise e disseminação de informações sobre os projetos de pesquisa da Instituição. -Busca de fomento externo para bolsas de IC/IT, por meio das agências CNPq/FAP-DF. 	<i>Campi e comunidade externa</i>	PRPI; CDPq; CDIT; CDPG; CDPB.
Fonte: PRPI				

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Este capítulo trata da forma como IFB planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas previstos para 2015. Está estruturado em três grandes eixos: planejamento organizacional, desempenho orçamentário e apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

Dos conteúdos deste capítulo apresentados no anexo único da Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas, não foram contemplados neste relatório de gestão: 4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados (não se aplica ao IFB); 4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal (sem ocorrência no período); e 4.30 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos (sem ocorrência no período).

Dos quadros indicados nas orientações do TCU para elaboração do item 4.3.2 do anexo único da Portaria TCU nº 321/2015, atribuído ao IFB por meio do sistema e-Contas, não foi contemplado neste relatório de gestão o quadro “Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS”, por não se aplicar ao IFB .

2.1 Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFB, com vigência entre 2014 e 2018, apresenta o planejamento estratégico da instituição, formado por objetivos estratégicos, indicadores e metas para o quinquênio. Esse planejamento foi elaborado a partir da identificação/definição da missão, visão e valores do instituto, e da realização do diagnóstico estratégico por meio da análise SWOT. A estratégia está fundamentada no modelo *Balanced Scorecard* (BSC), com adaptações, e prevê as seguintes perspectivas: Pessoas e Tecnologias, Processos Internos, Sociedade e Resultados. A seguir são apresentados os objetivos estratégicos por perspectivas e eixos do PDI:

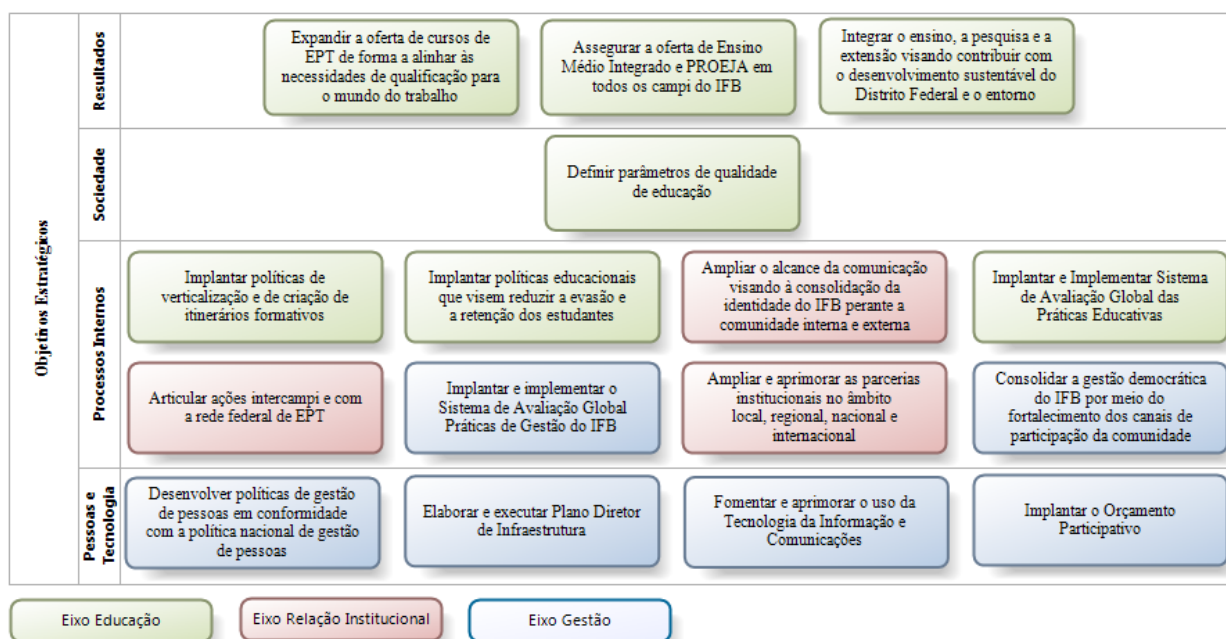


Figura 1 - Objetivos estratégicos do IFB por perspectivas e eixos do PDI (versão adaptada do mapa estratégico)
Fonte: PDI 2014-2018

A instituição também realiza um planejamento anual, que além de considerar os objetivos estratégicos previstos no PDI, contempla metas de curto prazo e de interesse local das unidades do IFB. Para cada meta, é elaborado plano de ação a partir da ferramenta 5W2H - com adaptações. O planejamento de 2015 foi aprovado na 29ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (CS), por meio da Resolução nº 004/2015-CS-IFB, e o seu acompanhamento foi realizado pela Coordenação-Geral de Planejamento (CGPL), por meio do Sistema de Gestão Integrado (SGI).

O planejamento de 2015 contemplou 250 metas e aproximadamente 768 ações, distribuídas por 20 unidades do IFB. Do total de metas, 62% foram alcançadas e 28% não, 6% não foram iniciadas e 5% foram excluídas durante o balanço do planejamento, realizado no início do segundo semestre de 2015. Das 70 metas não finalizadas, 36 (51%) foram replanejadas para exercício de 2016. Segue tabela resumo com o quantitativo de metas por situação e unidade:

Tabela 1 - Quantidade de metas por situação e unidade organizacional

Unidade	Finalizada	Não Finalizada	Não Iniciada	Excluída	Total Geral
Campus	99	48	8	9	164
CBRA	10	4	-	2	16
CCEI	7	6	-	-	13
CEST	13	1	-	-	14
CGAM	18	-	3	-	21
CPLA	11	7	-	-	18
CRFI	14	10	2	-	26
CSAM	5	2	1	-	8
CSSB	6	6	-	3	15
CTAG	12	5	2	4	23
CTGC	3	7	-	-	10
Reitoria	55	22	6	3	86
DRGP	-	2	1	-	3
NAIN	19	-	-	1	20
NTIC	2	1	-	-	3
NUCS	1	-	-	-	1
OUVIDORIA	6	-	1	-	7
PRAD	3	4	-	-	7
PRDI	11	-	-	1	12
PREN	2	7	1	-	10
PREX	7	4	-	1	12
PRPI	4	4	3	-	11
Total Geral	154	70	14	12	250

Fonte: SGI

Segue a representação gráfica da eficácia do planejamento por unidade organizacional – comparativo de metas previstas e metas atingidas.

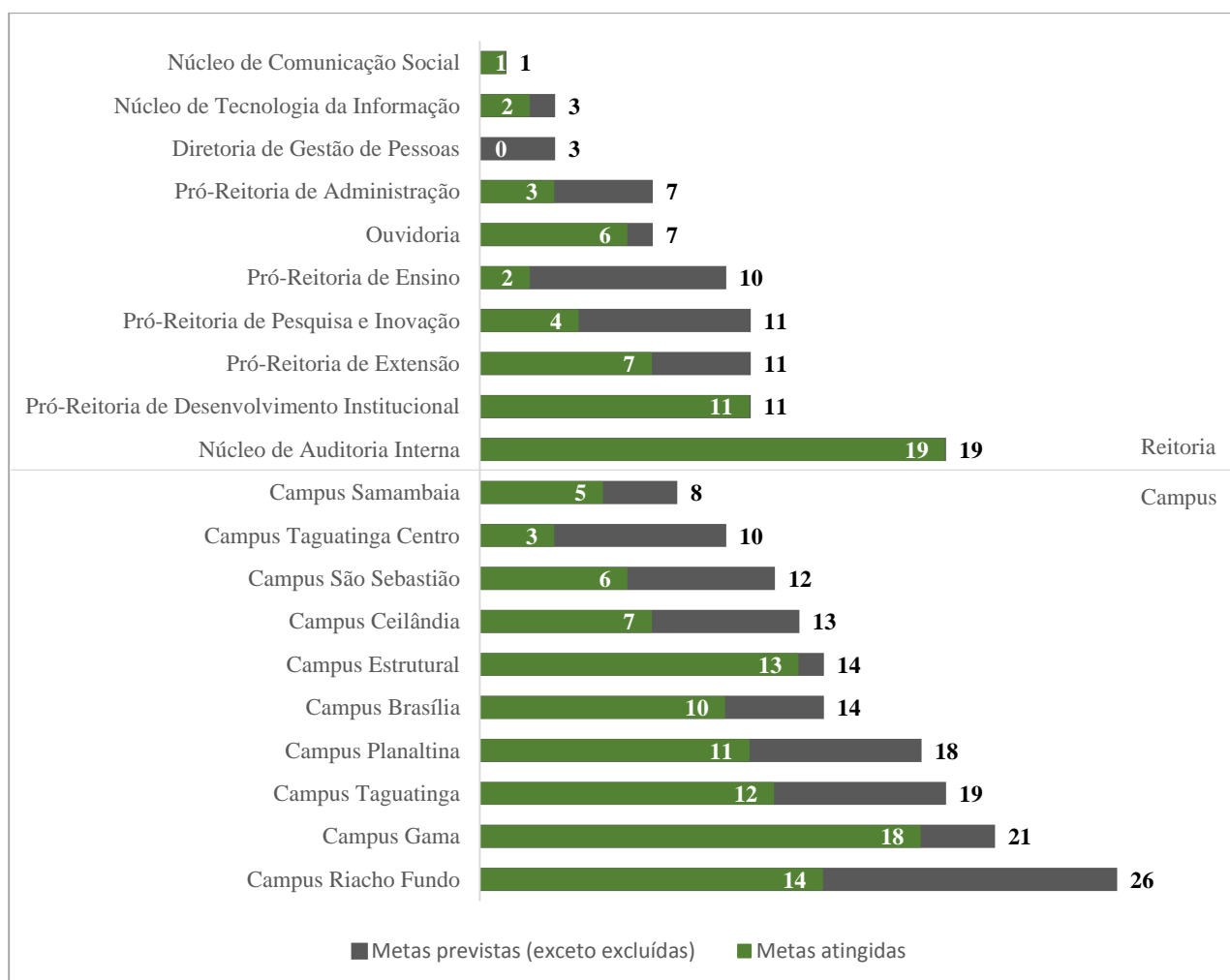


Gráfico 1 - Comparativo entre metas previstas e atingidas por unidade organizacional
Fonte: SGI

O relacionamento do planejamento anual com o planejamento estratégico do PDI para o quinquênio, é realizado por meio da identificação, em cada meta aprovada para o exercício, do objetivo estratégico e do eixo respectivo do PDI. Das metas do exercício de 2015, com exceção das relacionadas às unidades NAIN, NTIC e Ouvidoria, 141 (59%) integram o eixo Educação, 88 (36%) integram o eixo Gestão e 12 (5%) correspondem ao eixo Relação Institucional.

A descrição completa das metas e dos respectivos resultados consta do Quadro 40, Anexo 2 deste relatório de gestão. A relação de principais metas, os riscos identificados para o seu alcance e as estratégias adotadas pelos gestores consta do Quadro 41, Anexo 3 deste relatório de gestão. O resultado dos objetivos estratégicos previstos no PDI consta do Quadro 21, parte integrante da Seção 2.4 – Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico do IFB contempla 54 indicadores relacionados aos 16 objetivos estratégicos, distribuídos por três grandes eixos: Educação, Relação Institucional e Gestão. Segue a descrição sintética desses objetivos:

Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos

Educação	<p>1.1 Objetivo: Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i>. Descrição: Assegurar a oferta do Ensino Médio Integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i> do IFB. Para os primeiros cinco <i>Campi</i> será de dois anos da aprovação do PDI, para os demais <i>Campi</i>, a adequação será de três anos após o ato autorizativo.</p>
	<p>1.2 Objetivo: Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas. Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras.</p>
	<p>1.3 Objetivo: Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno. Descrição: Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB – gestores, docentes, discentes, comunidade – nos processos de ensino, pesquisa e extensão.</p>
	<p>1.4 Objetivo: Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho. Descrição: Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de EPT: formação inicial e continuada; ensino médio integrado e PROEJA.</p>
	<p>1.5 Objetivo: Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB. Descrição: Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho.</p>
	<p>1.6 Objetivo: Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes. Descrição: Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais.</p>
	<p>1.7 Objetivo: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos. Descrição: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.</p>
Relação Institucional	<p>2.1 Objetivo: Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa. Descrição: Fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade</p>
	<p>2.2 Objetivo: Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional. Descrição: Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes.</p>
	<p>2.3 Objetivo: Articular ações inter <i>Campi</i> e com a rede federal de EPT. Descrição: Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas.</p>
Gestão	<p>3.1 Objetivo: Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa. Descrição: Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um locus privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais.</p>
	<p>3.2 Objetivo: Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação. Descrição: Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB.</p>
	<p>3.3 Objetivo: Implantar Orçamento Participativo. Descrição: Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais.</p>
	<p>3.4 Objetivo: Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas. Descrição: Realizar o desenvolvimento de pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor.</p>
	<p>3.5 Objetivo: Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão. Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliar de desempenho tanto de servidores quanto de gestores visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento das iniciativas inovadoras.</p>
	<p>3.6 Objetivo: Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura. Descrição: Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB.</p>
<p>Fonte: PDI 2014-2018</p>	

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implantação do planejamento estratégico em vigor acompanhou a elaboração do PDI do IFB para o quinquênio de 2014 a 2018. A metodologia utilizada para elaboração e implementação desse planejamento consta do próprio PDI, que pode ser acessado por meio do portal do instituto: Página Inicial > Acesso à Informação > Institucional > Normas Internas do IFB.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos estratégicos do IFB, apresentados na seção 2.1.1, visam cumprir as competências institucionais previstas nos normativos e nos demais documentos que norteiam a atuação do instituto, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos

Objetivo Estratégico	Indicador	Competência institucional
1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os Campi.	1.1.1 N° de Campus ofertando PROEJA por ano; 1.1.2 N° de Campus ofertando Ensino Médio Integrado por ano;	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
1.2 Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas	1.2.1 Índice de participação por segmento 1.2.2 Implantação e execução do sistema de avaliação	Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso IX: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX - garantia de padrão de qualidade; Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Incisos V e VI: V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
1.4 Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho	1.4.1 Percentual de alunos matriculados – Técnico de Nível Médio – por Campus 1.4.2 Percentual de alunos matriculados – PROEJA – por Campus 1.4.3 Percentual de alunos matriculados – Licenciatura – por Campus 1.4.4 N° de eventos em articulação ao mundo do trabalho – por Campus	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso VI: VI - ministrar em nível de educação superior: b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; Lei nº 11.892/2008 – Art. 8º: Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir

		o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7o.
1.5 Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB	<p>1.5.1 Índice de Eficácia – concluintes em função do número de vagas</p> <p>1.5.2 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício</p> <p>1.5.3 Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo exercício</p> <p>1.5.4 Percentual de vagas de estágio por quantidade de alunos em condições de estagiar</p> <p>1.5.5 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação</p> <p>1.5.6 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Incisos V e VI:</p> <p>V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;</p> <p>VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p> <p>Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 2:</p> <p>Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.</p>
1.6 Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes	<p>1.6.1 Percentual de alunos retidos</p> <p>1.6.2 Percentual de alunos evadidos</p>	<p>Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário:</p> <p>Indicadores para a rede federal de EPCT, relacionados à retenção e à evasão.</p>
1.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	<p>1.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos</p> <p>1.7.2 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior</p> <p>1.7.3 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Inciso III:</p> <p>III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p>
2.2 Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional	<p>2.2.1 Nº de parcerias para estágios</p> <p>2.2.2 Nº de parcerias institucionais</p> <p>2.2.3 Nº de parcerias nacionais</p> <p>2.2.4 Nº de parcerias regionais</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV:</p> <p>IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p>
2.3 Articular ações inter <i>Campi</i> e com a rede federal de EPT	<p>2.3.1 Nº de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos <i>Campi</i></p> <p>2.3.2 Nº de Visitas como foco em Desenvolvimento Institucional – Campus/ano</p> <p>2.3.3 Nº de eventos interinstitucionais – por ano</p>	<p>Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 17:</p> <p>Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os <i>Campi</i> do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais.</p>
3.1 Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	<p>3.1.1 Eventos externos de divulgação</p> <p>3.1.2 Eventos de avaliação institucional – por Campus</p> <p>3.1.3 Percentual de colegiado que realizam autoavaliação anual</p> <p>3.1.4 Nº de conferências de avaliação do PDI</p> <p>3.1.5 Fórum institucional para discussão de políticas internas</p>	<p>Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso VIII:</p> <p>Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;</p>

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

O acompanhamento do planejamento anual do IFB é realizado pela Coordenação-Geral de Planejamento, por meio do Sistema de Gestão Integrado. Esse sistema, estruturado em projetos, abarca as metas e ações de cada unidade. Por meio dele, os setores indicam os responsáveis por cada meta e ação, determina os prazos para realização das tarefas e atualiza a situação de acordo com o andamento dos trabalhos. O monitoramento é em tempo real, por meio do próprio ambiente gráfico do sistema, ou mediante extração de dados, disponível na ferramenta.

Além do monitoramento contínuo da execução do planejamento por meio do SGI, foram realizados dois balanços do planejamento durante o ano, coordenado pela CGPL. No primeiro balanço, realizado no início do segundo semestre, as unidades tiveram a possibilidade de excluir metas e ações planejadas, apresentando as devidas justificativas aos gestores interessados. No segundo, realizado no final do ano, foram apresentados esclarecimentos quanto ao não cumprimento das metas e indicadas aquelas que seriam replanejadas para o exercício subsequente.

A plataforma *IFB em números*, disponibilizada na rede interna do IFB em 2015, também foi utilizada para monitorar indicadores de gestão e outras informações consideradas estratégicas para a instituição. Com informações gerenciais, o *IFB em números* permite que os gestores visualizem os resultados dos indicadores do TCU e do TAM, o quantitativo de alunos por diversas categorias, os cursos ofertados por ano e modalidade, a taxa de evasão por unidade e modalidade de cursos, a série histórica do censo da educação superior, dentre outras.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 10 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2030.20RJ Tipo: Atividades
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.
Objetivo	Código: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.
Programa	2030 - Educação Básica Tipo: Atividades
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053 – Distrito Federal	165.000,00	165.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0053 – Distrito Federal	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica		Projeto Apoiado	07	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053 – Distrito Federal	7.901,52	1.574,04	6.327,48	Projeto Apoiado	Unidade	1	
Identificação da Ação							
Código	2031.20RG			Tipo: Atividades			
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades			
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053 – Distrito Federal	35.000.000,00	35.000.000,00	14.871.015,86	3.151.860,30	1.978.002,87	1.173.857,43	11.719.155,56
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0053 – Distrito Federal	Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.		Projeto Viabilizado	10	04	04	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053 – Distrito Federal	25.233.453,19	23.851.463,88	82.824,47	Projeto Viabilizado	04	04	

Identificação da Ação							
Código	2031.20RL						Tipo: Atividades
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica						Tipo: Atividades
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053 – Distrito Federal	33.515.158,00	35.715.908,00	31.349.298,49	22.715.867,59	22.481.406,00	234.461,59	8.633.430,90
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0053 – Distrito Federal 53 - 005	Garantir o funcionamento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.	Estudante Matriculado	561	13.194	13.194		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053 – Distrito Federal	9.264.569,36	6.839.828,37	637.423,63	Garantir o funcionamento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino	Estudante Matriculado	13.194	
Identificação da Ação							
Código	2031.2994						Tipo: Atividades
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						

Iniciativa	02A5 – Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de permanência aos estudantes.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades			
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053 – Distrito Federal	4.415.260,00	4.415.260,00	4.011.091,14	3.269.220,51	3.218.573,88	50.646,63	741.870,63
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0053 – Distrito Federal	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola		Benefício Concedido	561	3.078	3.078	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053 – Distrito Federal	610.091,85	222.395,68	30.442,71	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola	Benefício Concedido	205	
Identificação da Ação							
Código	2031.6380			Tipo: Atividades			
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnico-administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						

Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica					Tipo: Atividades	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053 – Distrito Federal	286.600,00	286.600,00	283.000,00	265.000,00	265.000,00	0	18.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0053 – Distrito Federal	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal		Unidade Apoiada	10	02	02	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053 – Distrito Federal	70.078,68	0	68.926,00	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal	Unidade Apoiada	02	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 e SIMEC

Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação						
Código	2031.6358					Tipo: Atividade
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02B3 -Ampliação da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.					
Objetivo	0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação da escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.					
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado

130.187,60	82.210,46	30.693,16	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico Administrativos, etc) oportunidade de capacitação visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	Pessoa Capacitada	
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	2031.20RG			Tipo: Atividades			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades			
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
35.000.000,00	35.000.000,00	26.590.171,42	Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas	Projeto Viabilizado	10	04	04
Identificação da Ação							
Código	2031.20RL			Tipo: Atividades			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades			
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC* () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.194.000,00	4.380.000,00	1.940.141,01	Garantir o funcionamento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino	Estudante Matriculado	561	13.194	13.194
Identificação da Ação							
Código	2031.2994						Tipo: Atividades
Título	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A5 – Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de permanência aos estudantes.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica						Tipo: Atividades
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC * () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
300.000,00	300.000,00	134.746,61	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola	Benefício Concedido	561	13.194	13.194
Fonte: Tesouro Gerencial							

*Para este quadro, considera-se PAC como Programa de Aceleração do Crescimento

Análise Situacional

Em 08 de janeiro de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.389, de 07 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015 e fixou a execução das despesas em 1/18 (um dezoito avos), exceto despesas específicas citadas no Decreto.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) somente foi publicação em 21 de abril de 2015, conforme Lei nº 13.115 de 20 de abril de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2015.

A morosidade na sanção da LOA gerou atraso na execução orçamentária, visto que várias despesas previstas para o início do ano ficaram paralisadas devido à limitação de empenho fixada pelo Decreto de programação orçamentária e financeira. No decorrer do exercício ocorreu também o contingenciamento de custeio e investimento, o que levou o IFB a rever suas despesas e priorizar as essenciais ao funcionamento de suas unidades.

A seguir, análise da execução das ações, de forma individualizada:

a) 20RJ - Apoio à Capacitação Continuada e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

A ação 20RJ foi contingenciada em sua totalidade, sua execução, portanto, foi de 0%.

Quanto aos restos a pagar não processados, considerando o valor em 01/01/2015, foi liquidado 19,92% e o restante cancelado, num percentual de 80,08%.

Fatores que contribuíram: O acesso à equipe da SECADI foi fundamental nas orientações de cunho administrativo para que o curso fosse desenvolvido com sucesso.

Fatores que dificultaram: A inconsistência quanto aos prazos para pagamento das bolsas dos formadores gerou instabilidade no grupo.

Principais resultados obtidos: Aprendemos que cada conteúdo trabalhado neste curso foi fundamental para a sensibilização de educadores e educadoras que levaram para seus ambientes de trabalho pequenas atitudes e novos conhecimentos que modificaram de alguma maneira suas práticas.

b) 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A dotação inicial da ação 20RG no PLOA 2015 era de R\$28.000.000,00. O valor apresentado nos quadros anteriores de R\$35.000.000,00, contempla R\$7.000.000,00, referente à emenda de bancada, cujo valor inicial era de R\$27.000.000,00, sendo que R\$20.000.000,00 foram contingenciados. Não foram liberados limites de empenho para os R\$7.000.000,00 remanescentes.

Do total de R\$28.000.000,00, houve contingenciamento de crédito, limitando, portanto o empenho da despesa. Foram empenhados R\$14.871.015,86.

Considerando a dotação inicial, foram executados 53,11% do crédito. Devido à limitação de recursos, foram priorizados os laboratórios dos Campi e a conclusão da biblioteca e ginásio do Campus Brasília.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como Processados referem-se a notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à ausência de recurso financeiro. Os Restos a Pagar Não Processados referem-se a empenhos para aquisição de equipamentos para laboratórios emitidos ao final do exercício e que ainda não foram entregues, bem como a obra de conclusão da biblioteca e ginásio do Campus Brasília, no valor de R\$ 7.190.884,80, que aguarda o julgamento do TCU para a formalização do respectivo contrato e liberação da ordem de serviço para o início das obras.

c) 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A ação 20RL inicialmente no total de R\$33.515.158,00, sendo, custeio R\$31.321.158,00 e investimento R\$2.194.000,00. Considerando a dotação inicial, foram executados 93,53% do crédito.

Novamente, houve contingenciamento de crédito. Como as unidades do IFB não receberam os limites de empenho em sua totalidade foram obrigadas a reduzir drasticamente suas despesas, no intuito de preservar o funcionamento da instituição.

Os limites de empenho recebidos foram executados em sua totalidade.

Fatores que contribuíram: A sensibilidade de todo órgão no sentido de tentar ajustar as despesas de acordo com o crédito disponível, considerando o contingenciamento orçamentário. Fatores que dificultaram: A incerteza orçamentária no decorrer de 2015, bem como o contingenciamento parcial da LOA e a redução do repasse de recursos financeiros.

Principais resultados obtidos: Ajuste das despesas, reduzindo gastos com terceirização e outros de extrema importância, priorizando as despesas necessárias ao funcionamento das unidades.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores apresentados como processados referem-se a notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à falta de financeiro. Os valores apresentados como não processados referem-se a empenhos realizados ao final do exercício e que estamos aguardando a entrega dos materiais e a devida prestação do serviço ou o envio da nota fiscal para liquidação. São eles: serviços de terceirização, materiais de expediente, água e esgoto, energia elétrica e demais.

d) 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica

A ação 2994 inicialmente no total de R\$4.415.260,00, sendo, custeio R\$ 4.115.260,00 e investimento R\$300.000,00. Considerando a dotação inicial, foram executados 90,85% do crédito.

Individualmente, considerando a dotação inicial de custeio, foram executados R\$ 3.888.040,55, ou seja, 94,48%. Ocorreu contingenciamento de crédito referente a investimento. Foram executados R\$ 123.050,59, ou seja, 41,01%.

e) 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

A ação 6380, considerando a dotação inicial, no total de R\$ 286.600,00, apresentou execução no valor de R\$ 283.000,00, percentual de 98,74%.

Fatores que contribuíram: envolvimento efetivo dos estudantes bolsistas e voluntários nas ações dos projetos; participação efetiva do público-alvo; parcerias realizadas com os movimentos organizados de mulheres de São Sebastião e Paranoá.

Fatores que dificultaram: aumento nos valores dos equipamentos anteriormente orçados, fazendo com que os valores da planilha aprovada tivessem que ser alterados dentro das despesas de capital; dificuldade em relação ao transporte para a realização das atividades de campo, necessitando da utilização frequente de veículo próprio de coordenador do projeto, devido à impossibilidade de utilização de veículo do IFB devido à redução do quantitativo de motoristas.

Principais resultados obtidos: compra de equipamentos necessários para realização das ações; apresentação em evento artístico; realização da Mostra Coreográfica CEDA-SI 2015; realização do evento “Dança-palestra-instalação”, apresentando trechos coreográficos e uma instalação artística com projeções de vídeo, fotos e exposição de figurinos; capacitação de estudantes (bolsistas e voluntários); contribuição para a desconstrução de estereótipos de gênero e o reconhecimento de relacionamentos abusivos entre os jovens estudantes alcançados pela ação; divulgação da Lei Maria da Penha e da Rede de atendimento às vítimas de violência para estudantes da EJA; mulheres de diferentes regiões de São Sebastião e alunos e alunas do IFB; organização das Mulheres em duas regiões carentes de São Sebastião: Vila do Boa e Assentamento 1º de Julho (área rural); apresentação de pôster nos eventos: III Seminário de Inclusão da UNIFEI: Políticas Públicas - Teoria e Prática - Universidade Federal de Itajubá-MG, VIII MICTI - Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica de Interdisciplinar - IFC Campus Santa Rosa do Sul, I Semana de Ciência, Cultura e Arte de São Sebastião.

Quanto aos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, a administração tem se empenhado no acompanhamento dos mesmos, tendo realizado o cancelamento de vários empenhos.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em 08 de janeiro de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.389, de 07 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015 e fixou a execução das despesas em 1/18 (um dezoito avos), exceto despesas específicas citadas no Decreto.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) somente foi publicação em 21 de abril de 2015, conforme Lei nº 13.115 de 20 de abril de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2015. A demora na sanção da LOA gerou atraso na execução orçamentária, visto que várias despesas previstas para o início do ano ficaram paralisadas devido à limitação de empenho fixada pelo Decreto de programação orçamentária e financeira.

No decorrer do exercício ocorreu também o contingenciamento de custeio e investimento, o que levou o IFB a reduzir drasticamente suas despesas. No intuito de preservar o funcionamento da instituição foram priorizadas as despesas essenciais.

O cenário de incerteza orçamentária gerou atraso nas licitações pela possibilidade de novos contingenciamentos. O atraso no repasse de financeiro também gerou muitos transtornos, tanto com fornecedores, quanto com alunos contemplados nos programas de auxílio da assistência ao educando.

No que se refere às necessidades de investimento, várias ações deixaram de ser executadas. Diante do crédito disponível e da limitação de limites de empenho foram priorizados os laboratórios dos *Campi*, a conclusão da obra da biblioteca e ginásio do Campus Brasília e algumas despesas relacionadas à tecnologia da informação de caráter urgente e inadiável que comprometem o funcionamento do órgão.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110100		FORNECEDORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
152140	00478727000189		57.481,31	57481,31	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
152140	00082024000137		50.294,16	50.294,16	
152140	00478727000189		150.387,51	150.387,51	
152140	06955770000174		1.720,74	1.720,74	
152140	38019733000140		375.015,51	375.015,51	
152140	974133		141.455,36	141.455,36	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALARIOS REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	Folha de pagamento		83.201,36	83.201,36	
Código SIAFI		Denominação			
211420101		INNS CONT S SALARIOS E REMUNERAÇÕES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	510001/57202		12.184,86	12.184,86	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	07522669000192		962,28	962,28	
158143	974133		7548,86	7548,86	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS – INTRA OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	110245/00001		660.729,72	660.729,72	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910100		INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	770738351-68		491,59	491,59	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910402		AUXILIO NATALIDADE A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143			523,65	523,65	

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As despesas caracterizadas como pagamento de pessoal foram decorrentes de pagamento de exercícios anteriores.

As despesas referentes Contas a Pagar Credores Nacionais – INTRA OFSS referem-se a um saldo negativo acumulado com a Imprensa Nacional descoberto apenas recentemente. A causa desse saldo foi decorrente de falha na comunicação entre este Instituto e a contratada, pois algumas notas fiscais chegavam a instituição para pagamento e outras não, sob a alegação por parte da contratada de endereço desatualizado. Objetivando regularizar essas situações e evitar novas incidências dessa

natureza, os cadastros do IFB foram atualizados além de adoção de métodos de acompanhamentos das publicações e respectivos pagamentos.

Como consequência da falta ou atraso na liberação de limite orçamentário para o custeio de despesas correntes ou continuadas, ocorreram algumas despesas de pagamentos de credores prestadores de serviços, majoritariamente nos primeiros meses do ano, época em que a Instituição contava com apenas 1/18 de seu orçamento. Observando a dificuldade orçamentária e ainda o cenário nacional, as unidades do IFB que vinham passando por tais situações, tiveram que adequar suas despesas e reduzir custos. Ao final do exercício, todas as unidades do IFB já tinham adequado suas despesas de acordo com a nova disponibilidade orçamentária para o exercício.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 14 - Restos a pagar processados e não processados

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	29.121.772,06	25.780.048,36	1.242.292,90	2.099.430,80
2013	9.076.425,93	6.122.424,82	521.371,45	2.432.629,66
2012	206.877,18	12.990,59	154.716,96	39.169,63
2011	535.425,71	41.462,42	474.778,75	19.184,54
2010	94.220,20	18.142,00	26.392,20	49.686,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	854,04	0,00	854,04	0,00
2013	72,00	72,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	276,41	0,00	276,41	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência dos valores de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro deve-se ao fato dos fornecedores não possuírem os bens prontos para realizar a entrega na data da sua solicitação.

O extrapolamento do exercício anterior dos valores das obras ocorreu devido a não finalização de todas as etapas da construção no exercício terminado. Tendo em vista o exposto acima, para o recebimento dos equipamentos adquiridos juntamente com a contratação da edificação existe a necessidade da entrega da obra.

As despesas que constam como restos a pagar processados e não processados ainda não percorreram todo o prazo contratado e as que já cumpriram o prazo tiveram a vigência dos seus contratos prorrogadas.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Brasília					
UG/GESTÃO:	158143/26428					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Termo de Cooperação	2	2	2	493.726,15	450.502,78	368.073,38
Fonte: SIAFI						

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo IFB na modalidade termo de cooperação

Unidade Concedente			
Nome: Instituto Federal de Brasília			
UG/GESTÃO: 158143/26428			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termos de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	2
		Montante Repassado (em R\$ 1,00)	370.780,36
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado (em R\$ 1,00)	89.722,42
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado (em R\$ 1,00)	-
Fonte: SIAFI			

Visão gerencial da análise das contas prestadas

Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Instituto Federal de Brasília		
UG/GESTÃO: 158143/26428		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
		Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	3
	Quantidade reprovada	-
	Quantidade de TCE instauradas	-
	Montante repassado (em R\$1,00)	728.853,74
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
	Montante repassado (em R\$ 1,00)	-
Fonte: SIAFI		

Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Brasília					
UG/GESTÃO: 158143/26428					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Termos de Cooperação	-	-	1	-	-
Fonte: NTIC/CGPQ					

Análise Crítica

Em relação às transferências que, em 2015, se encontravam na situação de prestação de contas inadimplente, foi adotada medida corretiva, por meio de comunicação via memorando aos setores responsáveis pela gestão dos termos de execução descentralizada. Em alguns casos percebeu-se uma notável demora nas respostas e, quando do recebimento da prestação de contas, notou-se que o conveniente já havia entregue ao setor.

Foi identificado eventual oscilação no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios, como no caso do Termo de Cooperação com a Redecomep/Gigacandaga.

No que se refere ao comportamento das prestações de contas frente aos prazos, embora as organizações com as quais foram celebrados convênios tenham prestado contas dentro dos prazos regulamentares, notou-se uma dificuldade de comunicação com as áreas técnicas responsáveis pela celebração dos termos de cooperação. Em alguns casos a prestação de contas já havia sido enviada ao IFB, porém, devido a dificuldades técnicas, o processo não teve andamento no setor competente.

Tendo em vista os atrasos, a Pro-Reitoria de Administração, em conjunto com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional está monitorando constantemente os prazos de entrega das prestações de contas e criando controles para solucionar os problemas relatados.

As prestações de contas são analisadas pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Finanças e dependem também de aprovação da Pró-Reitora de Administração, na qualidade de Ordenadora de Despesas. Quanto à disponibilidade de pessoal no ano de 2015, notou-se uma expressiva melhora em razão da entrada de novos servidores.

Em relação às estruturas de controle para o gerenciamento das transferências, os serviços cuja área requisitante é o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação, utiliza-se o software Redmine para controle das atividades, sejam estes projetos, aquisições, desenvolvimento de produtos ou gerenciamento de contratos. Assim sendo, todas as atividades relacionadas ao Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 04/2015 são registradas na ferramenta. Quanto à fiscalização in loco dos serviços, é feita pelos técnicos de tecnologia da informação de cada campus, além de visitas regulares de servidores da Coordenação de Infraestrutura e EAD do NTIC.

Os termos de descentralização tem sido uma forma de promover a cooperação entre o Instituto Federal de Brasília e órgãos da Administração Pública que têm expertise em determinadas áreas de atuação. Com relação ao acordo firmado com a ESAF, percebe-se um excelente custo-benefício, por serem cursos ofertados a um valor inferior ao de mercado, porém com a conhecida expertise da citada escola. Quanto à adesão à Redecomep/Gigacandaga, trata-se de acordo que permitiu à Instituição oferecer à comunidade acadêmica uma rede de dados mais rápida e eficiente, com um custo muito menor que outras soluções ofertadas no mercado.

Avaliação dos riscos e controles internos

As celebrações de convênio, na sua maioria, envolvem as áreas requisitantes: Pró-Reitorias, Diretorias ou Núcleos. A Pró-Reitoria de Administração, como executora, fica encarregada de efetuar os repasses de créditos e recursos.

Na qualidade de Ordenador de Despesas, a Pró-Reitoria de Administração monitora os termos de execução descentralizada e convênios, e notifica as áreas requisitantes que deixam de prestar contas.

No que se refere aos atos normativos que cuidam do tema, atualmente, encontra-se em vigor a Portaria nº 4 de 2014, que versa sobre a maneira de celebrar Termos de Execução Descentralizada no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Mais informações sobre convênios do IFB podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://www.ifb.edu.br/index.php/convenios>.

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No âmbito do Poder Executivo Federal as prestações de contas dos recursos executados de forma descentralizada necessitam de registro nos sistemas contábeis.

Sendo assim, após a prévia análise da área técnica responsável pelo Convênio ou Termo de Execução Descentralizada, os processos são enviados à Pró-Reitoria de Administração - PRAD e efetuada uma apreciação final pela Ordenadora de Despesas e pelo contador responsável pela conformidade contábil. Caso haja algum erro no processo, ele é remetido novamente à área técnica e, após sanadas as discrepâncias reenviado à PRAD com o objetivo de efetuar o registro.

É importante ressaltar que a Coordenação-Geral de Contabilidade e Finanças – CGCF monitora os processos e os respectivos prazos, alertando as áreas técnicas com contas próximas do vencimento.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Tabela 2 - Comparativo entre receita prevista e realizada

Natureza da Receita	Fonte	Previsto	Arrecadado
13110000 - Aluguéis	250	-	2.834,05
19192700 - Multas e Juros Previstos em Contratos	250	-	43,00
19199900 - Outras Multas	250	-	0,50
19189900 - Outras Multas e Juros de Mora	250	-	4.777,50
13990000 - Outras Receitas Patrimoniais	250	-	13.151,91
19229900 - Outras Restituições	250	66.447,00	2.289.270,58
13330100 - Rec. Concess. De Direito Real Uso àrea Pública	250	-	2.163,44
14200000 - Receita da Produção Animal e Derivados	250	32.250,00	29.093,26
14100000 - Receita da Produção Vegetal	250	7.250,00	262,00
19220700 - Recuperação de Despesa de Exerc. Ant.	250	-	404,36
13250000 - Remuneração de Depósitos Bancários	280	73.376,00	84.885,34
19900520 - Reversão de Garantia s em Favor da União	250	-	-
16001300 - Serviços Administrativos	250	12.115,00	9.253,25
16002100 - Serviços de Hospedagem e Alimentação	250	29.742,00	-
16005000 - Tar. Inscriç. Concursos e Proc. Seletivos	250	22.589,00	18.296,00
Totais		243.769,00	2.454.435,19

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 19 - Despesas por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Unidade orçamentária: Instituto Federal de Brasília		Código UO: 26428		UGO: 158143	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	20.792.044,43	21.900.733,71	19.349.187,42	21.900.733,71	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	1.226.840,16	4.308.855,73	918.033,41	4.308.855,73	
d) Pregão	19.565.204,27	17.591.877,98	18.431.154,01	17.591.877,98	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	2.645.467,55	2.697.852,61	2.627.250,59	2.697.852,61	
h) Dispensa	669.720,39	1.793.413,17	651.503,43	1.793.413,17	
i) Inexigibilidade	1.975.747,16	904.439,44	1.975.747,16	904.439,44	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	99.258.197,35	77.155.400,20	99.098.265,05	77.154.546,16	
k) Pagamento em Folha	99.178.382,08	76.718.081,05	99.018.449,78	76.717.227,01	
l) Diárias	79.815,27	437.319,15	79.815,27	437.319,15	
5. Outros	6.051.052,66	2.852.060,05	6.024.852,66	2.852.060,05	
Total (1+2+3+4+5)	128.746.761,99	104.606.046,57	127.099.555,72	104.605.192,53	
Fonte: SIAFI Gerencial Tesouro Gerencial					

Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Brasília				Código UO: 26428		UGO: 158143		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesa de Pessoal								
11- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	75.212.463,69	55.887.467,06	75.212.463,69	55.886.472,72	0,00	994,34	75.212.463,69	55.886.472,72
Demais Elementos do Grupo	17.408.531,53	11.384.305,15	17.388.314,01	11.384.305,15	20.217,52	0,00	17.388.314,01	11.384.305,15
Outras Despesas Correntes								
37 – Locação de Mão de Obra	18.670.133,25	16.105.019,73	15.871.980,08	14.078.660,13	2.798.153,17	2.026.359,60	15.667.966,25	14.078.660,13
39 – Outros serviços de terceiros – PJ – Op. Int. Orc.	7.628.110,87	6.982.093,70	3.703.025,69	3.298.579,89	3.925.085,18	3.683.513,81	3.703.025,69	3.298.579,89
46 – Auxílio-Alimentação	3.862.151,62	3.239.854,77	3.862.151,62	3.239.854,77	0,00	0,00	3.862.151,62	3.239.854,77
18- Auxílio Financeiro a Estudantes	3.642.554,74	5.671.673,02	3.111.015,05	4.508.323,64	531.539,69	1.163.349,38	3.084.815,05	4.508.323,64
30 – Material de Consumo	3.067.702,65	2.177.983,04	1.136.697,14	1.386.011,54	1.931.005,51	791.971,50	1.063.287,51	1.386.011,54
Demais Elementos do Grupo	5.454.044,73	10.431.851,97	4.796.935,36	9.596.548,78	657.109,37	835.303,19	4.633.838,36	9.595.694,74
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Investimentos								
51 – Obras e Instalações	9.364.897,59	21.910.360,36	1.226.840,16	4.441.631,73	8.138.057,43	17.468.728,63	918.033,41	4.441.631,73
52 – Equipamentos e Material Permanente	6.349.002,40	3.783.359,94	1.875.748,21	661.888,19	4.473.254,19	3.121.471,75	1.272.599,70	661.888,19
Demais Elementos do Grupo	1.043.994,57	255.227,34	481.775,71	225.147,48	562.218,86	30.079,86	213.245,16	225.147,48
Fonte: SIAFI Gerencial Tesouro Gerencial								

Análise crítica

O crédito orçamentário do Grupo Pessoal e Encargos Sociais teve um crescimento considerável no exercício, devido a nomeação de servidores aprovados em concursos públicos em outros exercícios, que contribuirão para a continuação da missão do IFB.

As despesas com diárias, em grande parte, tiveram uma redução significativa, pois a instituição optou por priorizar outras despesas consideradas imprescindíveis ao funcionamento da instituição, em função do contingenciamento orçamentário. Para as despesas correntes não houve variação substancial entre a execução do exercício de 2015 e o anterior.

Os Créditos orçamentários de Investimentos foram utilizados na continuidade do processo de crescimento do IFB, com o prosseguimento das obras dos campi Estrutural, Riacho Fundo, Ceilândia e São Sebastião. Foram utilizados também recursos de investimento para aquisição materiais e equipamentos de algumas unidades do IFB.

O recurso de investimento no exercício de 2015 foi menor que no anterior. Essa instituição não teve todo seu orçamento de custeio e de capital executado por falta de liberação de limite para empenho, prejudicando algumas necessidades da Instituição. Dentre elas aquisição de materiais e equipamentos imprescindíveis à implementação de laboratórios de algumas unidades do IFB. A falta de recursos disponíveis para emissão de empenho ocasionou grandes transtornos ainda na parte de infraestrutura de rede, tendo em vista que algumas obras estão sendo inauguradas e tais equipamentos/serviços ainda não foram contratados. Assim, esses campi estarão funcionando em situação precária até o atendimento dessas demandas.

As despesas decorrentes de dispensa de licitação foram cerca de mais de 50% menor que do ano anterior.

Já as despesas de inexigibilidade aumentaram, tendo em vista que foram adquiridos alguns equipamentos em que o fornecedor era exclusivo. Vale registrar, que mesmo assim, as despesas com dispensa e inexigibilidade ainda correspondem a uma parcela muito inferior se comparadas às demais modalidades licitatórias.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A seguir são apresentados os resultados do planejamento estratégico do IFB em relação aos exercícios de 2014 e 2015:

Quadro 21 - Resultado dos indicadores do PDI

ID:	Indicador:	Unidade	Meta 2014	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Fonte
1. Eixo Educação							
1.1 Objetivo: Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i> . Descrição: Assegurar a oferta do Ensino Médio Integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i> do IFB. Para os primeiros cinco <i>Campi</i> será de dois anos da aprovação do PDI, para os demais <i>Campi</i> , a adequação será de três anos após o ato autorizativo.							
1.1.1	Nº de Campus ofertando PROEJA - por ano	Campus	5	2	6	3	SISTEC
1.1.2	Nº de Campus ofertando Ensino Médio Integrado - por ano	Campus	5	4	6	6	SISTEC
1.2 Objetivo: Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas. Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras.							
1.2.1	Índice de participação por segmento	Percentual	20%	0%	30%	0%	PREN

1.2.2	Implantação e execução do sistema de avaliação	Sistema	30%	0%	50%	20%	PREN, PREX, PRPI				
<p>1.3 Objetivo: Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno.</p> <p>Descrição: Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB – gestores, docentes, discentes, comunidade – nos processos de ensino, pesquisa e extensão.</p>											
1.3.1	Índice de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto	5%	3%	10%	14%	Campi, PREN, PREX, PRPI				
1.3.2	Nº de seminários/ feiras/fóruns/congressos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Evento	2	17	4	36	Campi, PREN, PREX, PRPI				
1.3.3	Nº de Editais conjuntos Ensino, Pesquisa e Extensão	Edital	1	3	1	3	Campi, PREN, PREX, PRPI				
<p>1.4 Objetivo: Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho.</p> <p>Descrição: Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de EPT: formação inicial e continuada; ensino médio integrado e PROEJA.</p>											
1.4.1	Percentual de alunos matriculados - Técnico de Nível Médio – por Campus	Percentual	30%	52%	50%	56%	SISTEC				
	Ano	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
	2014	54%	0%	0%	75%	63%	39%	51%	74%	58%	30%
	2015	63%	38%	8%	76%	63%	25%	59%	70%	60%	39%
1.4.2	Percentual de alunos matriculados – PROEJA – por Campus ¹	Percentual	5%	2%	10%	3%	SISTEC				
	Ano	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
	2014	2%	0%	0%	5%	0%	3%	3%	0%	0%	0%
	2015	2%	0%	0%	13%	0%	3%	6%	0%	5%	0%
1.4.3	Percentual de alunos matriculados – Licenciatura – por Campus	Percentual	10%	8%	15%	9%	SISTEC				
	Ano	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
	2014	17%	0%	0%	20%	5%	6%	0%	4%	0%	8%
	2015	16%	0%	9%	19%	9%	8%	4%	7%	3%	10%
1.4.4	Nº de eventos em articulação ao mundo do trabalho – por Campus	Evento	1	0,5	2	1,8	CAMPI				
	Ano	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
	2014	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0
	2015	3	2	0	3	1	2	2	1	3	1
<p>1.5 Objetivo: Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB.</p> <p>Descrição: Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho.</p>											
1.5.1	Índice de Eficácia - concluinte em função do número de vagas ofertadas por turma ²	Percentual	60%	34%	65%	36%	SISTEC				
1.5.2	Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício	Percentual	15%	21%	18%	22%	DRGP				
1.5.3	Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo exercício	Percentual	-	0,3%	-	1%	DRGP				
1.5.4	Percentual de vagas de estágios por quantidade de alunos em condição de estagiar	Percentual	5%	Não mensurado	8%	Não mensurado	PREX				

¹ Não pode ser comparado com o indicador 1.1.1, que trata das unidades que ofertam esta modalidade de ensino, porque o 1.1.1 considera alunos ingressantes e o 1.4.2 alunos matriculados.

² Para o cálculo do índice de eficácia, foi considerada a média do resultado dos *campi*.

1.5.5	Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação	Percentual	25%	Não mensurado	40%	Não mensurado	PREN, PRDI e DRGP
1.5.6	Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Campus	Percentual	25%	Não mensurado	40%	Não mensurado	CAMPI
1.5.7	Percentual de docentes com formação pedagógica específica para EPT	Percentual	-	-	25%	Não mensurado	PREN
1.5.8	Percentual de Egressos trabalhando na área	Percentual	-	-	20%	Não mensurado	PREX
1.6 Objetivo: Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes.							
Descrição: Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais.							
1.6.1	Percentual de alunos retidos	Percentual	<10%	37%	<9%	33%	SISTEC
1.6.2	Percentual de alunos evadidos	Percentual	<50%	26%	<45%	28%	SISTEC
1.7 Objetivo: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos. ³							
Descrição: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.							
1.7.1	Percentual de alunos FIC para Técnicos	Percentual	-	-	5%	12%	SISTEC
1.7.2	Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior	Percentual	-	-	5%	5%	SISTEC
1.7.3	Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação	Percentual	-	-	2%	0,3%	SISTEC
2. Eixo Relação Institucional							
2.1 Objetivo: Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa.							
Descrição: Fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade							
2.1.1	Nº de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais	Conselho	4	0	6	0	CAMPI
2.1.2	Nº de eventos relacionados à Gestão Democrática	Evento	2	1	2	0	PRDI e PREN
2.1.3	Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Percentual	10%	-63%	10%	226%	SISTEC
2.2 Objetivo: Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional.							
Descrição: Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes.							
2.2.1	Nº de parcerias para estágios	Parceria	20	32	40	33	PREX
2.2.2	Nº de parcerias internacionais	Parceria	5	13	6	13	GAB
2.2.3	Nº de parcerias nacionais	Parceria	14	10	16	13	PREX
2.2.4	Nº de parcerias regionais	Parceria	5	19	6	30	PREX
2.3 Objetivo: Articular ações inter <i>Campi</i> e com a rede federal de EPT.							
Descrição: Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas.							
2.3.1	Nº de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos <i>Campi</i>	Evento	10	Não mensurado	10	21	PRDI
2.3.2	Nº de Visitas com o foco em Desenvolvimento Institucional – Campus/ano	Evento	10	Não mensurado	10	Não mensurado	PRDI
2.3.3	Nº de eventos interinstitucionais – por ano	Evento	1	7	2	8	PRÓ-REITORIAS
3. Eixo Gestão							
3.1 Objetivo: Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa.							

³ Para o cálculo dos indicadores de 2015 relacionados à verticalização, foi considerado o período de transição de 2014/2015.

Descrição: Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um locus privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais.											
3.1.1	Eventos externos de divulgação	Evento	2	4	2	5	NUCS				
3.1.2	Eventos de avaliação institucional – por Campus	Evento	1	Não mensurado	1	Não mensurado	CAMPI				
3.1.3	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual	Percentual	10%	Não mensurado	30%	Não mensurado	COLEGIADOS				
3.1.4	Nº conferências de avaliação do PDI	Evento	-	-	-	-	PRDI				
3.1.5	Fórum institucional para discussão de políticas internas	Evento	-	-	1	4	PRÓ-REITORIAS				
3.2 Objetivo: Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação.											
Descrição: Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB.											
3.2.1	Percentual de Campus com link de internet ativado	Percentual	90%	60%	100%	100%	NTIC				
3.2.2	Percentual de Campus com cabeamento estruturado implantado	Percentual	90%	60%	100%	100%	NTIC				
3.2.3	Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados	Percentual	20%	100%	40%	100%	NTIC				
3.3 Objetivo: Implantar Orçamento Participativo.											
Descrição: Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais.											
3.3.1	Índice de metas associadas ao orçamento no SGI de forma coletiva	Percentual	20%	9%	25%	8%	SGI				
3.3.2	Nº de eventos de planejamento participativo - por ano/Campus	Evento	1	1	2	2	SGI, CAMPI, INTRANET				
	Ano	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
	2014	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2015	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3.4 Objetivo: Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas.											
Descrição: Realizar o desenvolvimento de pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor.											
3.4.1	Índice de Execução do Orçamento com Capacitação	Percentual	95%	73%	95%	53%	PRDI				
3.4.2	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe C e D - por ano	Hora	45	Rever	45	Rever	PRDI				
3.4.3	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe E e Docentes – por ano	Hora	60	Rever	60	Rever	PRDI				
3.4.4	Índice de Qualificação dos servidores – no ano	Percentual	50%	Não mensurado	50%	Não mensurado	PRDI				
3.4.5	Índice de exame periódico regularizado – por ano	Percentual	15%	Não mensurado	30%	19%	DRGP				
3.5 Objetivo: Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão.											
Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliar de desempenho tanto de servidores quanto de gestores visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento das iniciativas inovadoras.											
3.5.1	Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação	Percentual	30%	0%	50%	20%	PRÓ-REITORIAS				
3.5.2	Percentual de Fluxo de Processos revisados - por ano	Percentual	10%	10%	15%	15%	PRDI				
3.5.3	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual	Percentual	10%	0%	30%	0%	COLEGIADOS				
3.6 Objetivo: Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura.											
Descrição: Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB.											
3.6.1	Percentual de Plano Elaborado	Percentual	20%	0%	50%	37%	PRAD				
3.6.2	Percentual de execução do plano	Percentual	-	-	-	-	PRAD				
Fonte: PDI 2014-2018											

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Em consonância com o que determinou o Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12 de dezembro de 2005, quanto aos indicadores de desempenho operacional, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica, são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFB no exercício de 2015, bem como a série histórica de cada um deles.

Quadro 22 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios						
			2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Candidato}}{\text{Vaga}}$	5,91	3,09	9,72	5,71	6,59	4,23	1,78
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressos} \times 100}{\text{alunos matriculados}}$	58,09%	52,26%	45,26%	71,07%	71,35%	87,85%	66,56%
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ concluintes} \times 100}{\text{alunos matriculados}}$	11,70%	16,55%	16,24%	11,81%	25,51%	23,64%	12,92%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\sum \text{concluintes} \times 100}{\sum \text{situações finais}}$	31,89%	20,89%	41,42%	29,22%	34,35%	26,91%	17,72%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ alunos retidos} \times 100}{\text{alunos matriculados}}$	40,22%	36,88%	40,23%	28,53%	***	10,38%	9,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}}{\text{N}^\circ \text{ de docentes}}$	18,38*	26,79	32,41	33,11	17,43	15,21	13,46
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno (em R\$1,00)	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{alunos matriculados}}$	9.800,69	9.459,37	7.345,24	6.137,26	14.935,90	8.670,29	21.105,17
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal} \times 100}{\text{gastos totais}}$	58,53%	56,82%	31,71%	27,23%	24,57%	21,50%	32,53%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{gastos totais}}$	19,84%	23,4%	17,80%	17,96%	13,15%	8,42%	23,22%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Total de gastos com despesas de invest. e inv. Financ.}}{\text{gastos totais}}$	18,05%	19,78%	44,05%	52,62%	60,54%	68,14%	38,07%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	****	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{\text{Gx1+Ax2+Ex3+Mx4+Dx5}}{\text{G + A + E + M + D}}$ *****	3,71	3,51	3,48	3,50	3,55	3,57	**

Fonte: SISTEC

*Considera o conceito de Aluno-Equivalente, não podendo ser diretamente comparável aos demais valores da série.

** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2009.

*** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2011.

**** Dados apresentados ao longo do texto.

***** G – Graduação, A – Aperfeiçoamento, E – Especialização, M – Mestrado, D - Doutorado

Relação Candidato/Vaga (RCV)

O indicador de RCV tem o intuito de medir a capacidade de oferta da instituição de ensino em relação à procura do público. Como se depreende da inspeção do gráfico abaixo o *campus* Planaltina foi o que mais se destacou neste indicador, seguido por Brasília e Taguatinga.

Os resultados do gráfico abaixo têm uma correlação forte com o tempo de consolidação do *campus*, ou seja, aqueles com tempo maior de existência apresentaram desempenho superior.

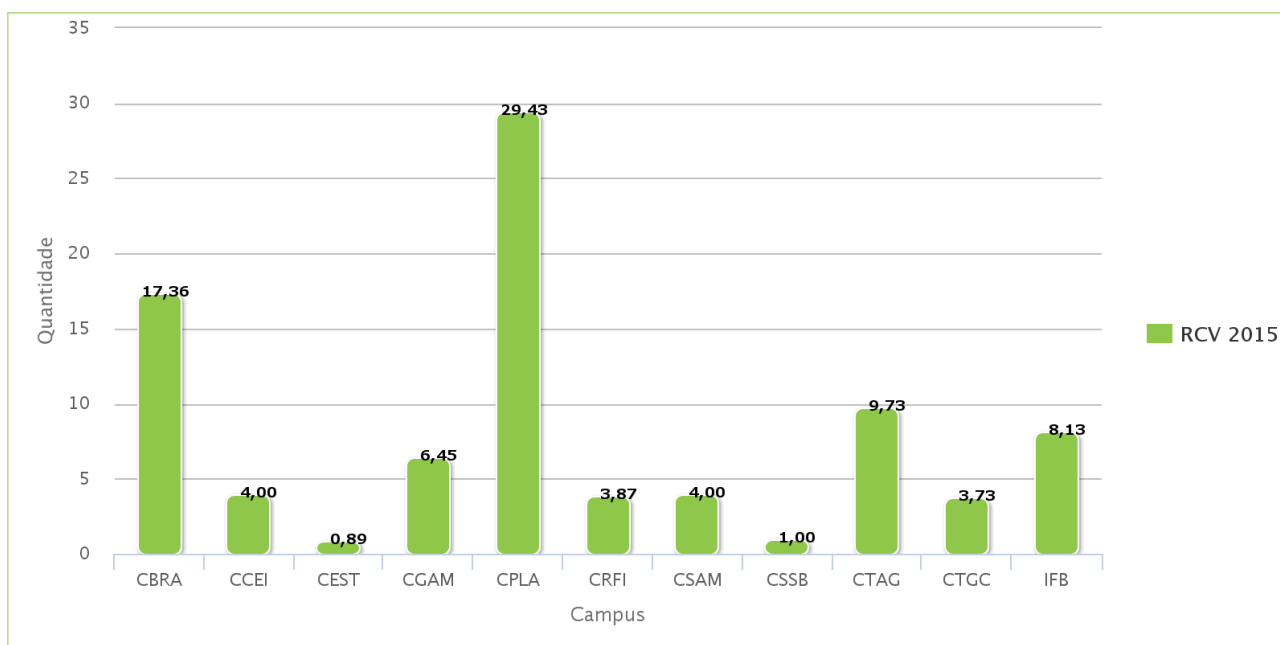


Gráfico 2 - Relação Candidato Vaga por Unidades do IFB

Fonte: SISTEC

O gráfico abaixo fornece um panorama da evolução deste indicador para o IFB como um todo. Nota-se que, em relação ao ano de 2014, o RCV teve um crescimento de 163%, demonstrando uma retomada de crescimento que coloca o IFB acima da sua média histórica que é de 6,25 candidatos por vaga.

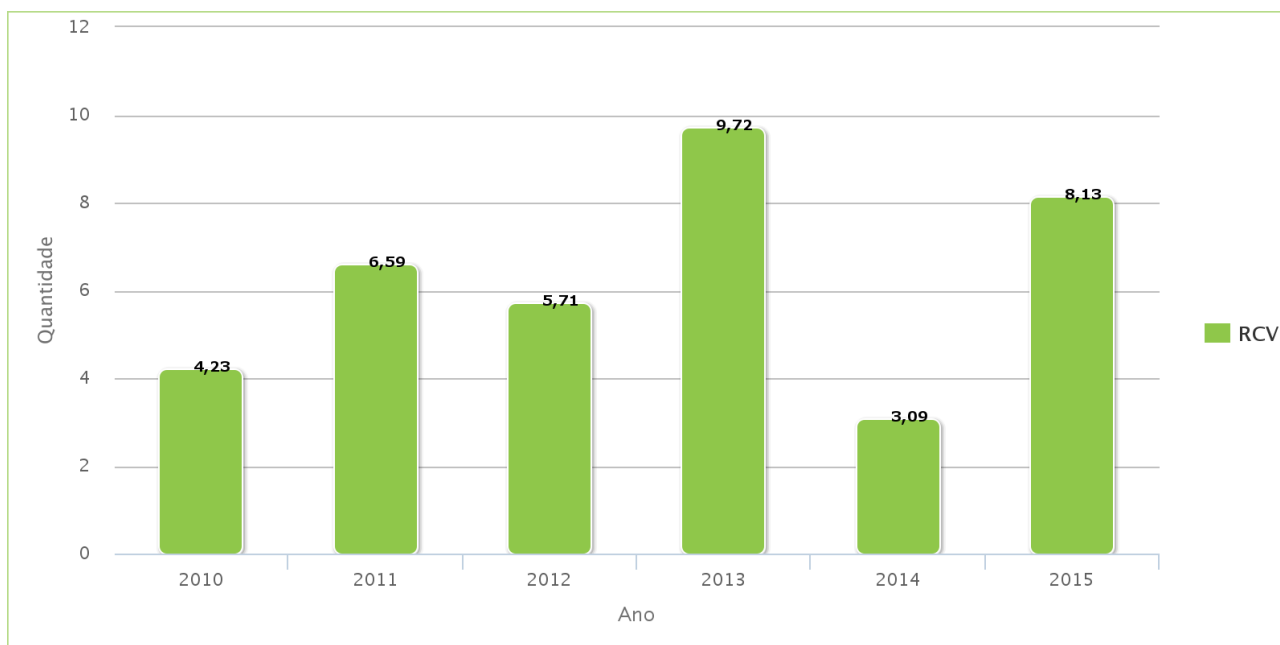


Gráfico 3 - Evolução da Relação Candidato Vaga IFB

Fonte: SISTEC

O gráfico abaixo tem o intuito de fazer o *benchmark* do IFB em relação à rede federal de ensino tecnológico. Desta forma, se a média da rede federal para 2015 se mantiver no patamar de 2014 o IFB apresentará um RCV acima da média da rede federal.

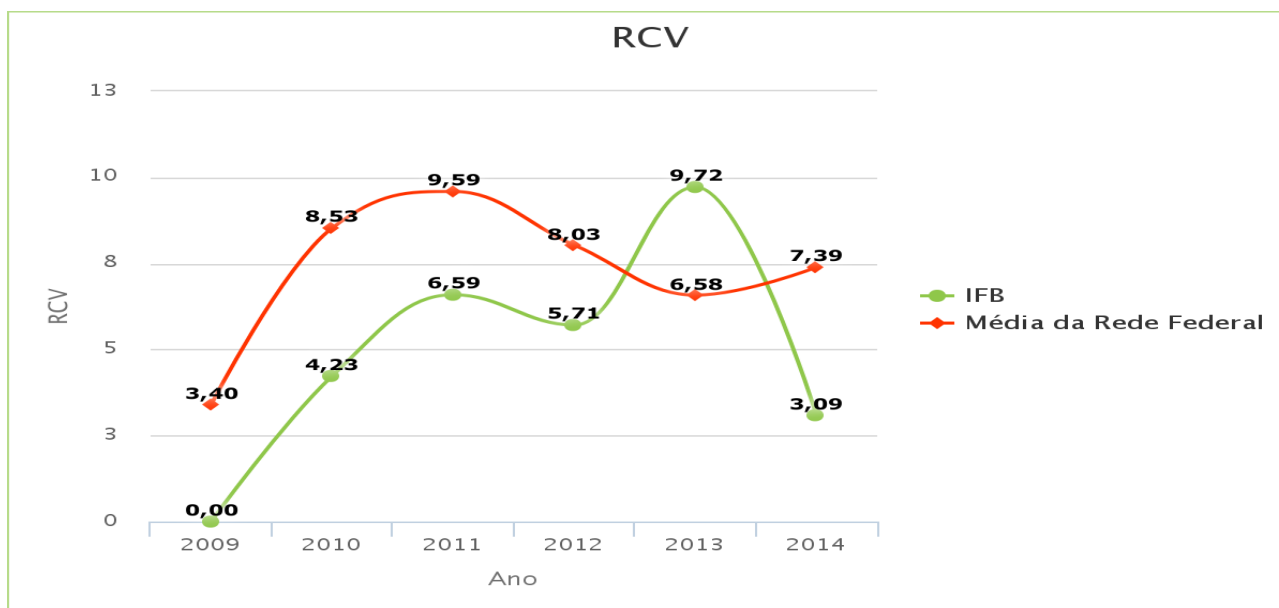


Gráfico 4 - Evolução da Relação Candidato Vaga IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação Ingresso/Aluno Matriculado (RIM)

Assim como o RCV, o RIM tem o intuito de medir a capacidade de oferta de uma instituição de ensino, contudo, como seu numerador leva em conta ingressos, a dimensão de oferta captada pelo indicador está ligada àqueles alunos que de fato entraram na instituição. Pela análise do gráfico abaixo nota-se que, ao contrário do que ocorreu com o RCV, aqueles *campi* com menor tempo de consolidação apresentaram maiores valores para o RIM. Isso se justifica porque são *campi* que estão em um processo de expansão de suas atividades e que, recentemente, receberam sua sede definitiva de funcionamento. Nesse contexto se enquadram Ceilândia, Estrutural, Riacho Fundo e São Sebastião.

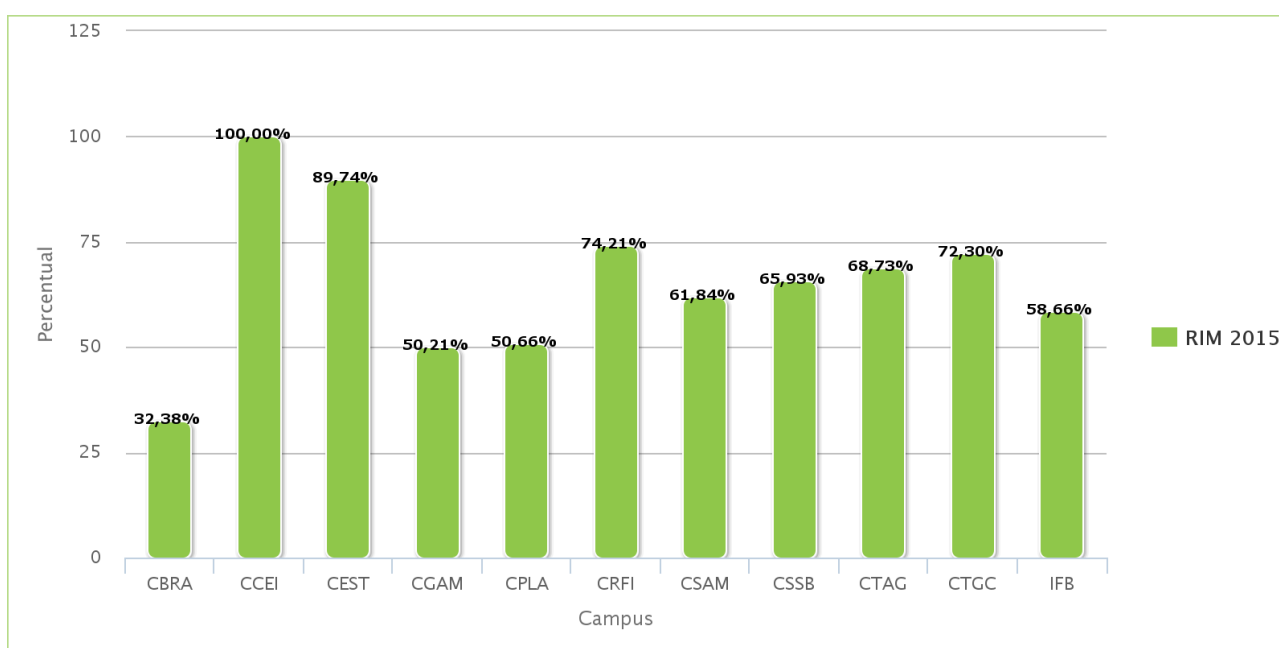


Gráfico 5 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Unidades do IFB
Fonte: SISTEC

Quando se observa o RIM para o IFB como um todo pela análise do gráfico abaixo, nota-se que esse processo de expansão de seus *campi* que receberam sede definitiva se reflete em seu indicador, mostrando um crescimento em relação a 2014 de 12%. Contudo, mesmo com esse crescimento, está abaixo de sua média histórica de 64%, o que é aceitável no atual contexto, visto que as sedes definitivas dos retro mencionados *campi* acabaram de ser inauguradas.

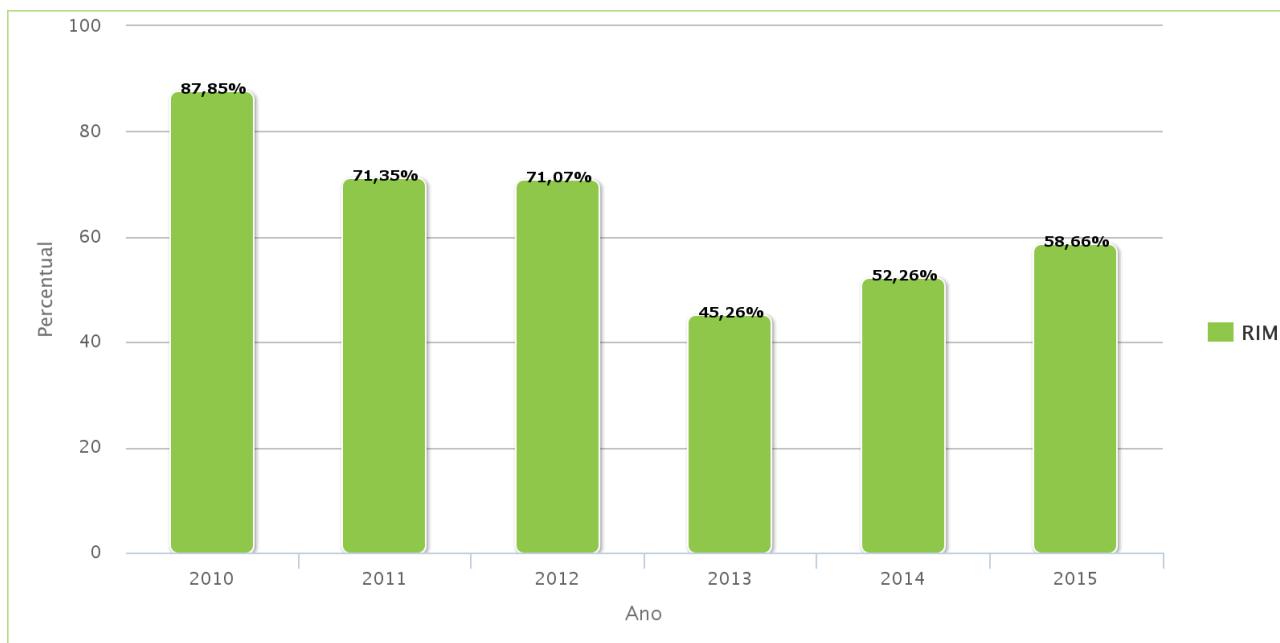


Gráfico 6 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado do IFB

Fonte: SISTEC

Pela análise do gráfico abaixo percebe-se que, com exceção de 2009 em que o RIM não foi calculado, o IFB sempre se apresentou com um RIM acima da média da Rede Federal, e a tendência é que continue assim para 2015, se a média da Rede Federal se mantiver em seus patamares históricos.

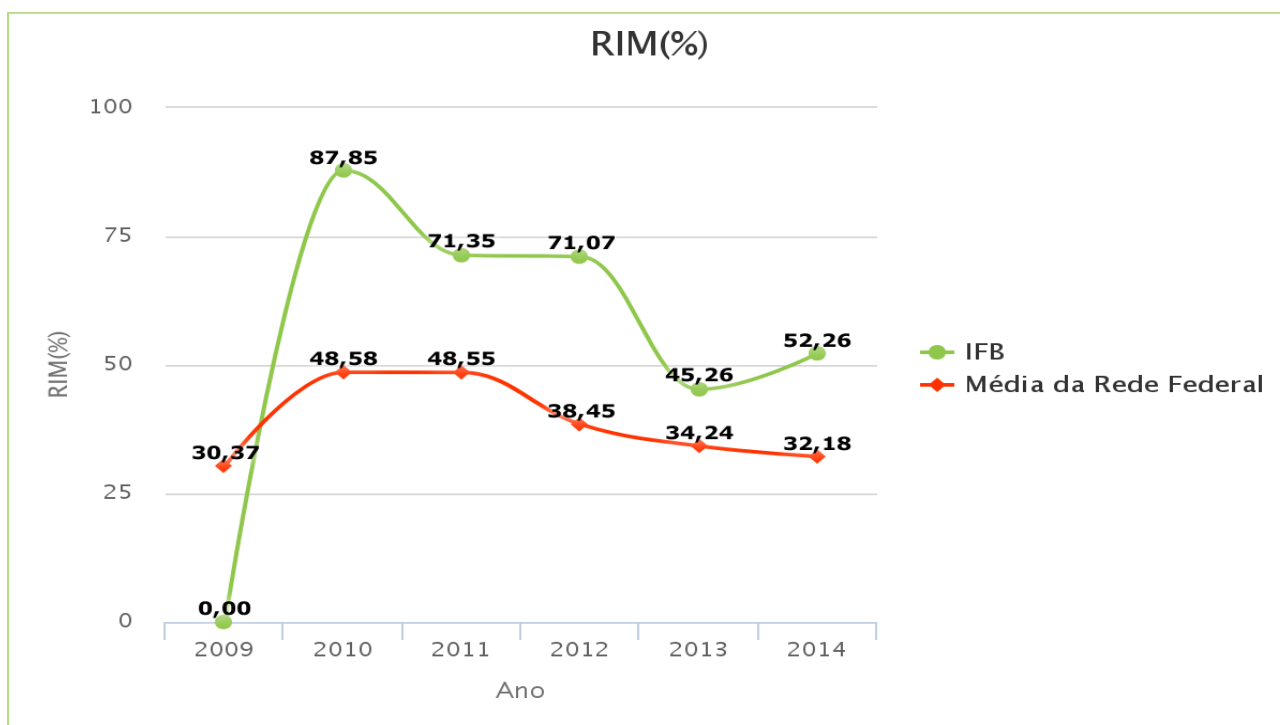


Gráfico 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação Concluintes/Aluno Matriculado (RCM)

O indicador de Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) visa medir a capacidade de alcançar êxito escolar da instituição de ensino. Ao se observar o gráfico abaixo podemos dividir o IFB em três grupos de desempenho para o RCM. Um primeiro grupo com desempenho elevado é formado pelos *Campi* Ceilândia, Estrutural, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia e São Sebastião. Um segundo grupo com desempenho intermediário é formado pelos *Campi* Taguatinga e Taguatinga Centro e, por fim, com desempenho baixo têm-se os *campi* Brasília e Gama.



Gráfico 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Unidades do IFB
Fonte: SISTEC

Ao se observar o gráfico abaixo vê-se que o IFB vem com uma tendência crescente desde 2013, com um crescimento de 10% em relação a 2014. Esta retomada coloca o IFB no patamar de sua média histórica que é de 18,66%.

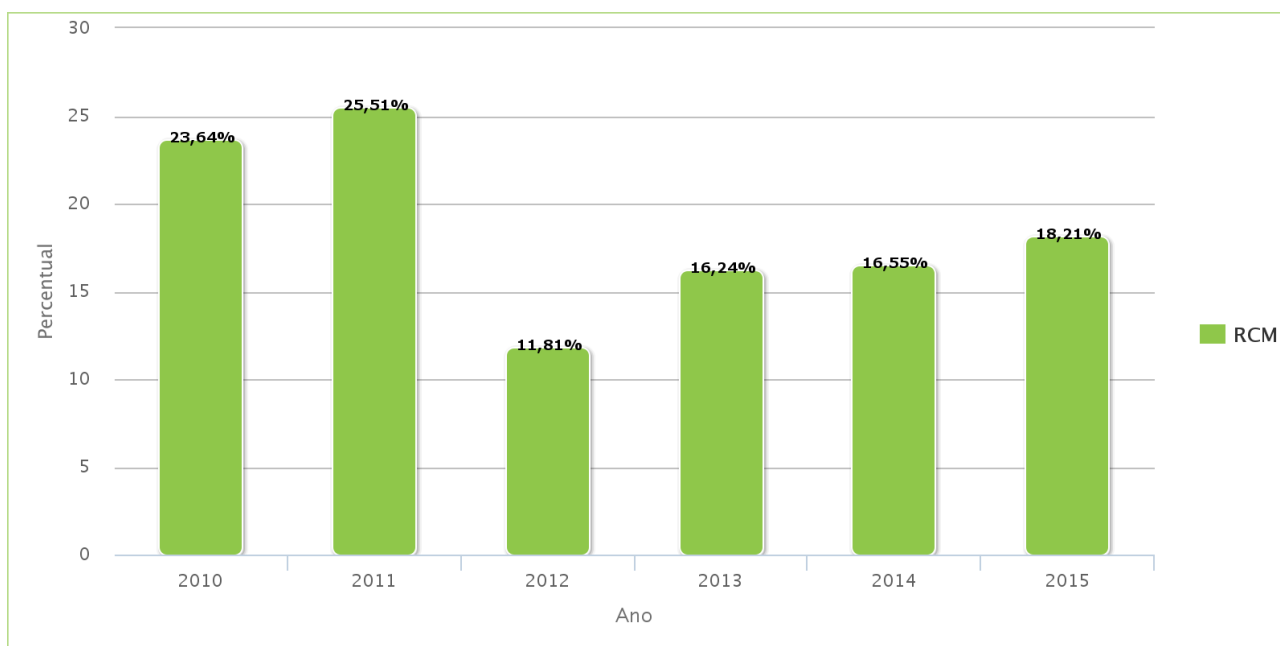


Gráfico 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado do IFB
Fonte: SISTEC

Quando se compara o IFB com a média da Rede Federal, com base no gráfico abaixo, nota-se que, com a exceção de 2012, o IFB sempre esteve acima da média da Rede Federal, e o mesmo será válido se a tendência histórica da média da Rede Federal se mantiver para 2015.

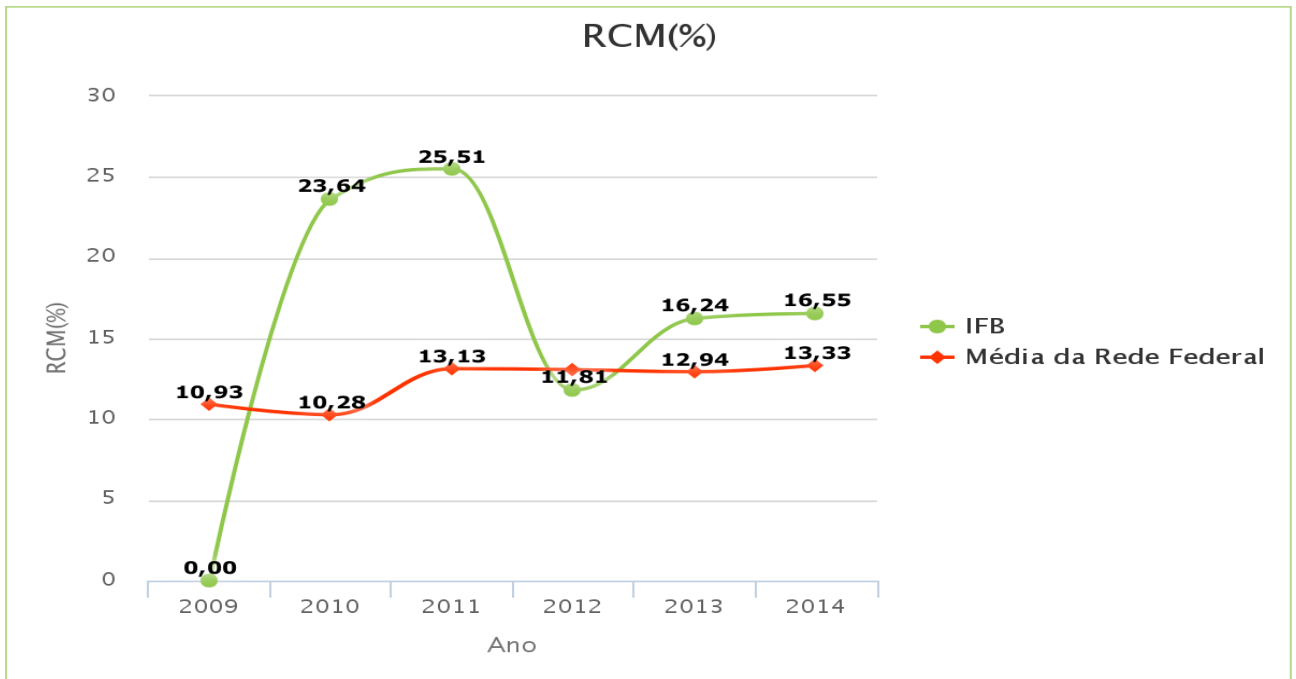


Gráfico 10 Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (Concluído, Integralizado, Evadido, Desligado ou Transferido Externo). Como pode ser visto pela inspeção do gráfico abaixo, percebe-se que Samambaia apresentou o melhor percentual de EAC, seguido de São Sebastião e Ceilândia. No geral existe um padrão homogêneo para o EAC ao longo dos *Campi* do IFB, a exceção sendo Brasília.



Gráfico 11 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por Unidades do IFB
Fonte: SISTEC

Ao se observar a evolução histórica do EAC para o IFB, pela inspeção do gráfico abaixo, nota-se que, em relação a 2014, teve-se um crescimento de 79%. Além disso, com o resultado de 37.30% em 2015 para o EAC, o IFB se coloca acima da sua média histórica de 32%.

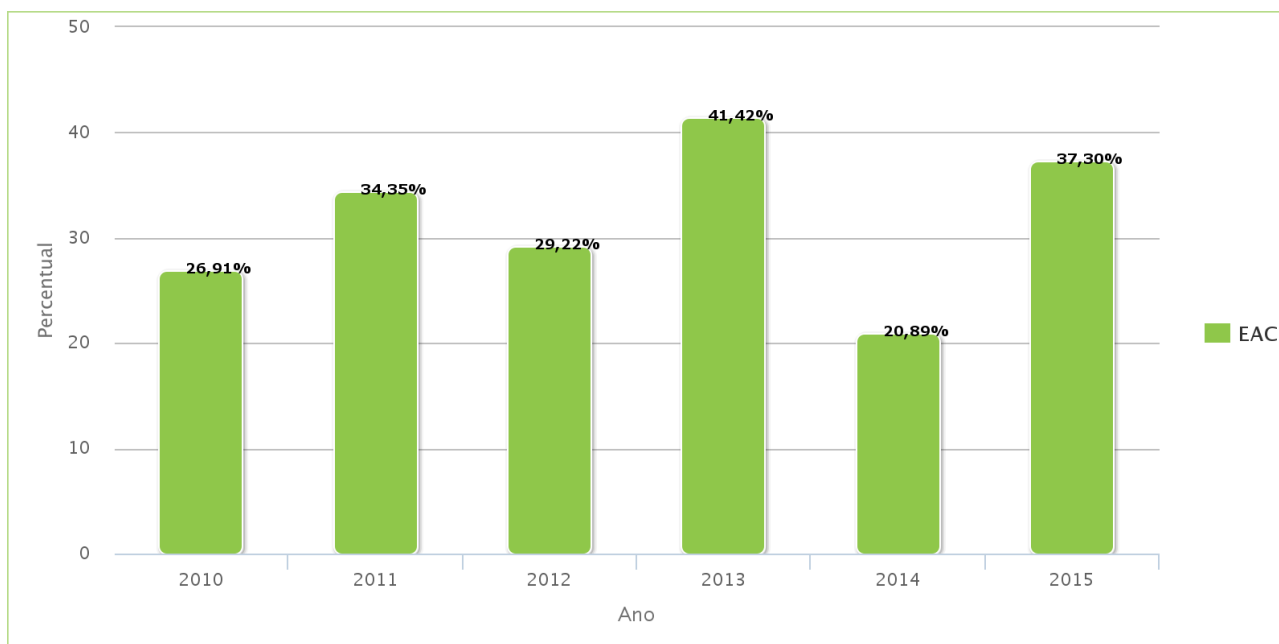


Gráfico 12 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes do IFB

Fonte: SISTEC

Quando se compara o IFB com a Rede Federal ao se observar o gráfico abaixo, percebe-se que o IFB sempre se mostrou abaixo da média histórica da Rede Federal, e essa será a realidade para 2015 se o patamar de 2014 da Rede Federal se mantiver para 2015. Se analisarmos este resultado em conjunto com aquele obtido para o RCM, isso demonstra que o IFB tem um bom êxito entre os matriculados, mas um êxito ruim entre os finalizados.

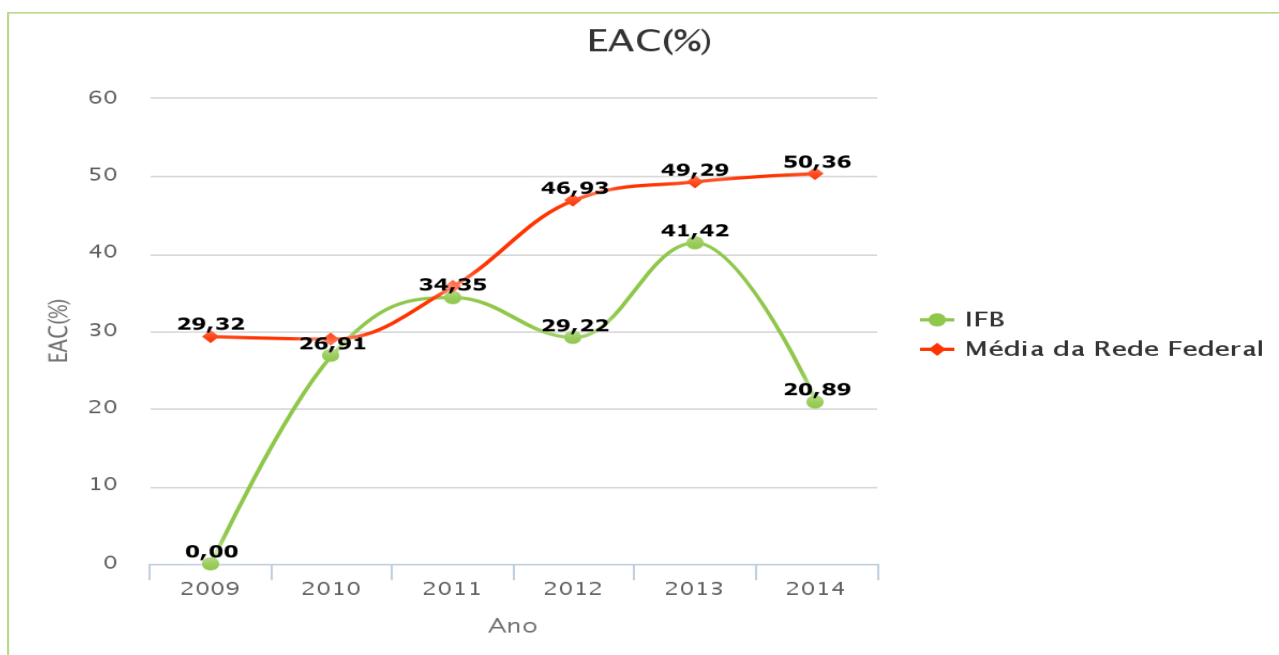


Gráfico 13 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador tem o intuito de medir a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto. Desta forma, ao se analisar o gráfico abaixo nota-se que Brasília, Planaltina e Taguatinga foram aqueles *Campi* que apresentaram os maiores percentuais de retenção do fluxo escolar. De outro lado têm-se os *Campi* Ceilândia, Estrutural, Riacho Fundo e São Sebastião. De forma inversa ao que ocorreu para o RCV, aqui, aqueles *Campi* com menor tempo de consolidação apresentaram os menores índices de retenção⁴.

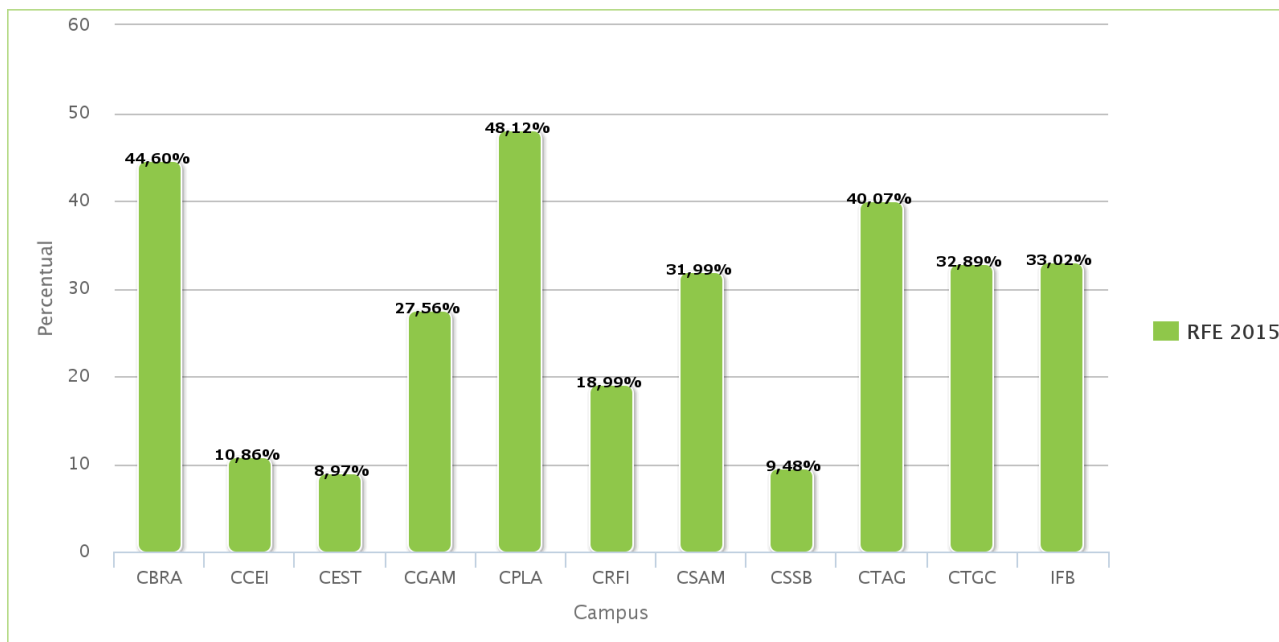


Gráfico 14 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB

Fonte: SISTEC

Ao se observar a evolução histórica do IFB para o RFE (gráfico abaixo) vê-se que, desde de 2013 o IFB vem apresentando melhora nesse indicador, com uma queda de 10% em relação a 2014. Com uma média histórica⁵ de 28%, o resultado de 2015 coloca o IFB 5% acima de sua média.

⁴ Isso pode estar refletindo o perfil de cursos de cada *campi*, ou seja, aqueles *campi* mais novos que ofertam, em sua maioria, cursos de baixa duração que podem estar apresentando menores taxas de evasão.

⁵ Como o resultado de 2011 não foi calculado, utilizou-se a interpolação dos resultados de 2010 e 2012 para se chegar ao valor de 2011 no cálculo da média histórica.

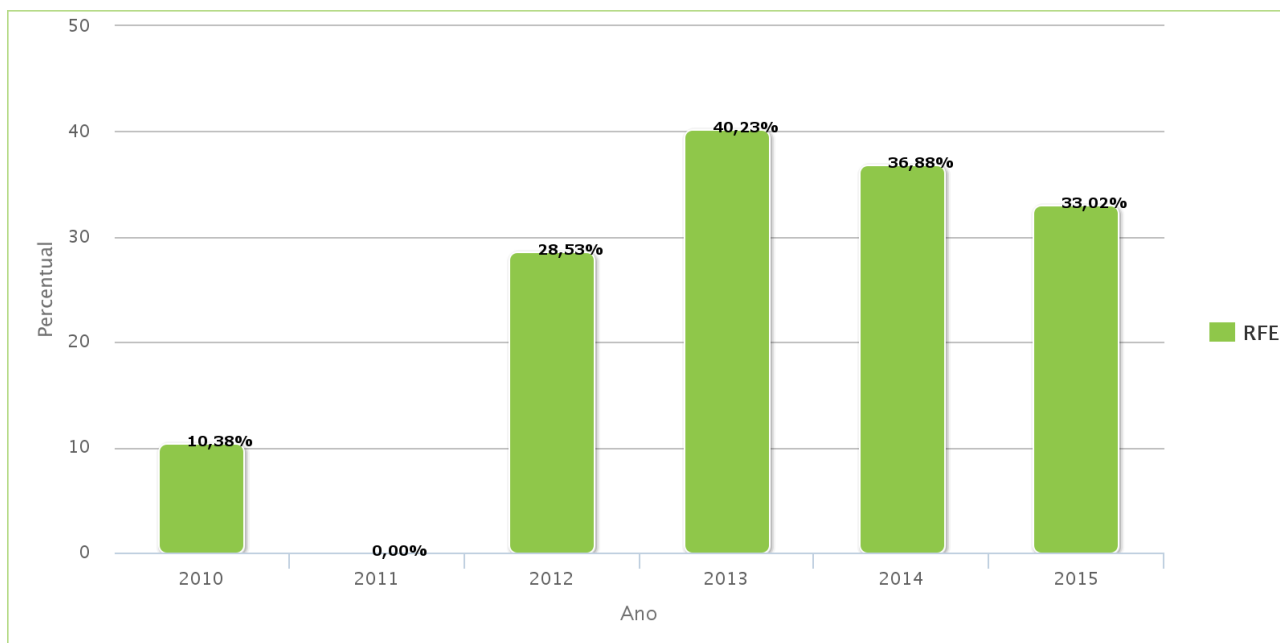


Gráfico 15 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar do IFB

Fonte: SISTEC

Quando se compara o IFB com a média da Rede Federal (gráfico abaixo) nota-se que, à partir de 2013, ocorreu uma inversão no comportamento deste indicador, colocando o IFB acima da média da Rede Federal, contudo, se o patamar histórico da Rede Federal de 2014 se repetir em 2015, o IFB terá convergido para a média.

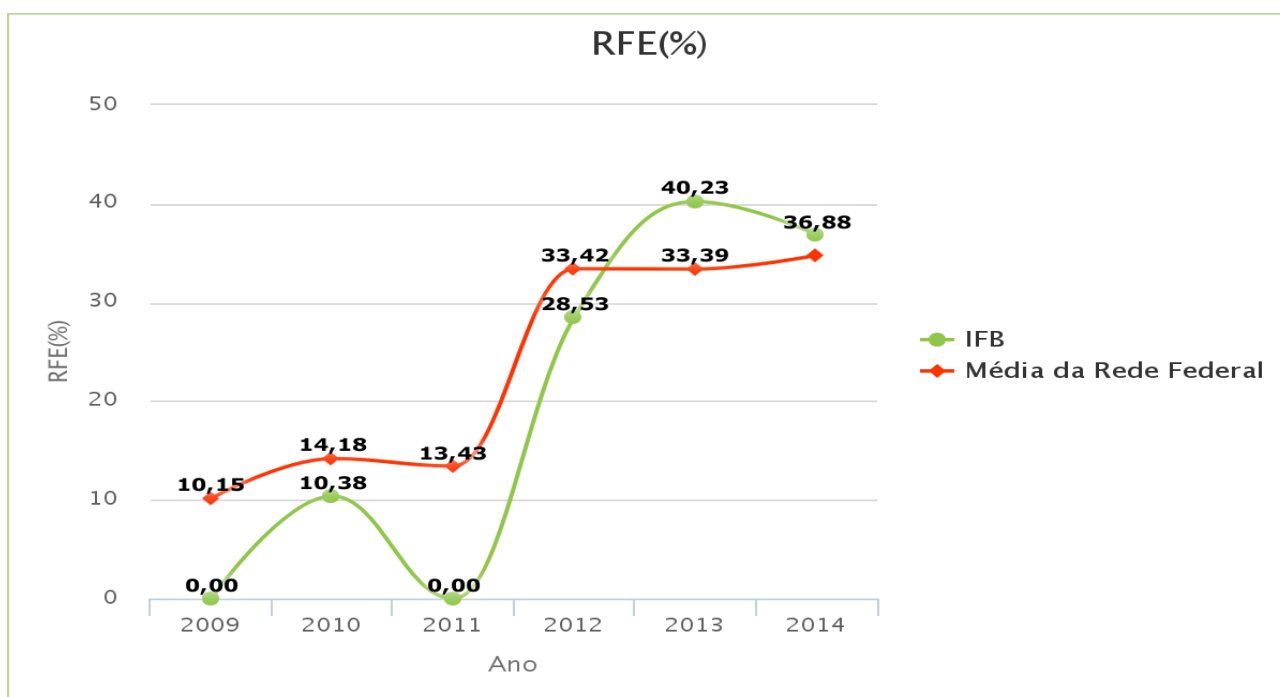


Gráfico 16 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral⁶ (RAD)

Este indicador tem o objetivo de medir a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente. Nota-se pelo gráfico abaixo que o *campus* Planaltina foi o que mais se destacou neste indicador, em seguida têm-se um grupo de desempenho intermediário formado pelos *Campi* Brasília, Gama, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga, Taguatinga Centro e Estrutural e, por fim, um grupo com desempenho baixo formado por Riacho Fundo e Ceilândia.



Gráfico 17 - Relação de Alunos (Equivalente) por Docente em Tempo Integral por Unidades do IFB
Fonte: SISTEC

Ao se observar gráfico abaixo, nota-se que o IFB desde 2012 se apresenta com um RAD acima da média histórica da Rede Federal. A expectativa é que essa tendência continue, contudo, não se pode precisar tal assertiva em função da mudança de cálculo do indicador.

⁶ Não se inseriu o gráfico de evolução histórica do IFB porque a partir de 2015 a metodologia de cômputo do RAD sofreu alterações, passando a ser calculado pelo conceito de aluno-equivalente, impossibilitando sua comparação imediata com anos anteriores.

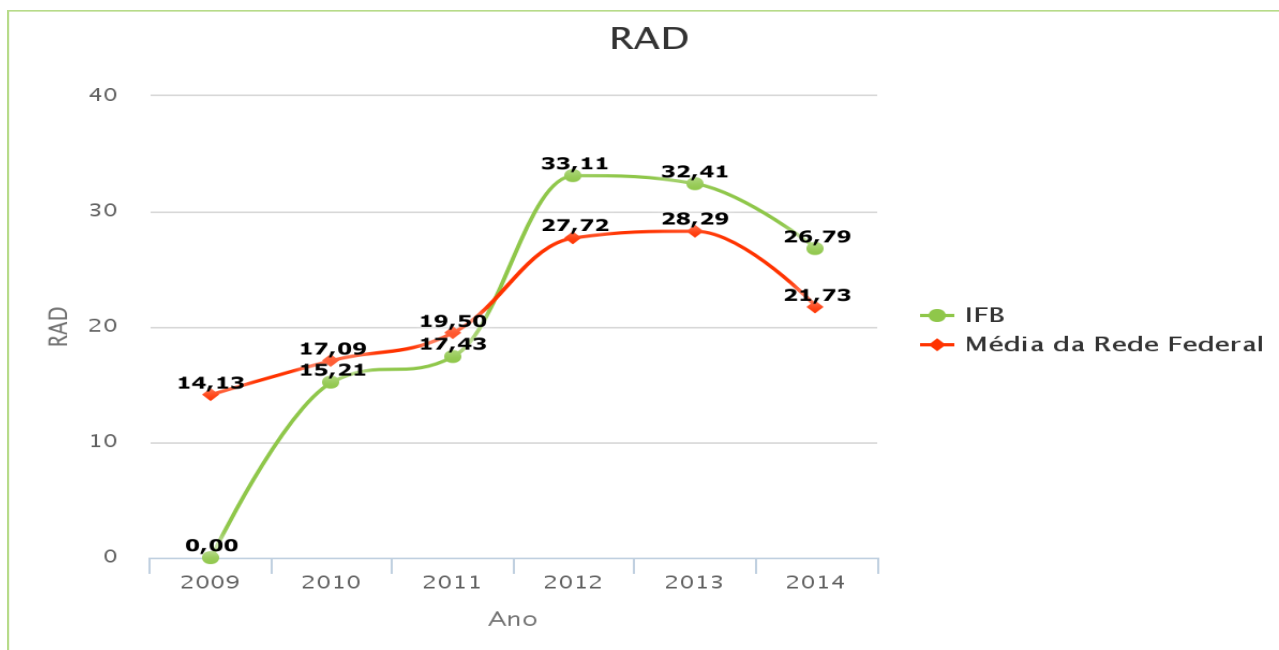


Gráfico 18 - Evolução da Relação Aluno por Docente em Tempo Integral do IFB e Rede Federal
 Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Gastos Correntes por Aluno (GCA)

Este indicador tem o objetivo de medir o custo médio de cada aluno da instituição. Pela análise do gráfico abaixo, infere-se que, desde 2012, há uma tendência de crescimento no GCA do IFB, com uma tendência de estabilização se observarmos o biênio 2014/2015. Em relação a 2014 houve um crescimento de 4%. O resultado de 2015 coloca o IFB acima da sua média histórica, que é de R\$9.391,46 (Nove mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos).

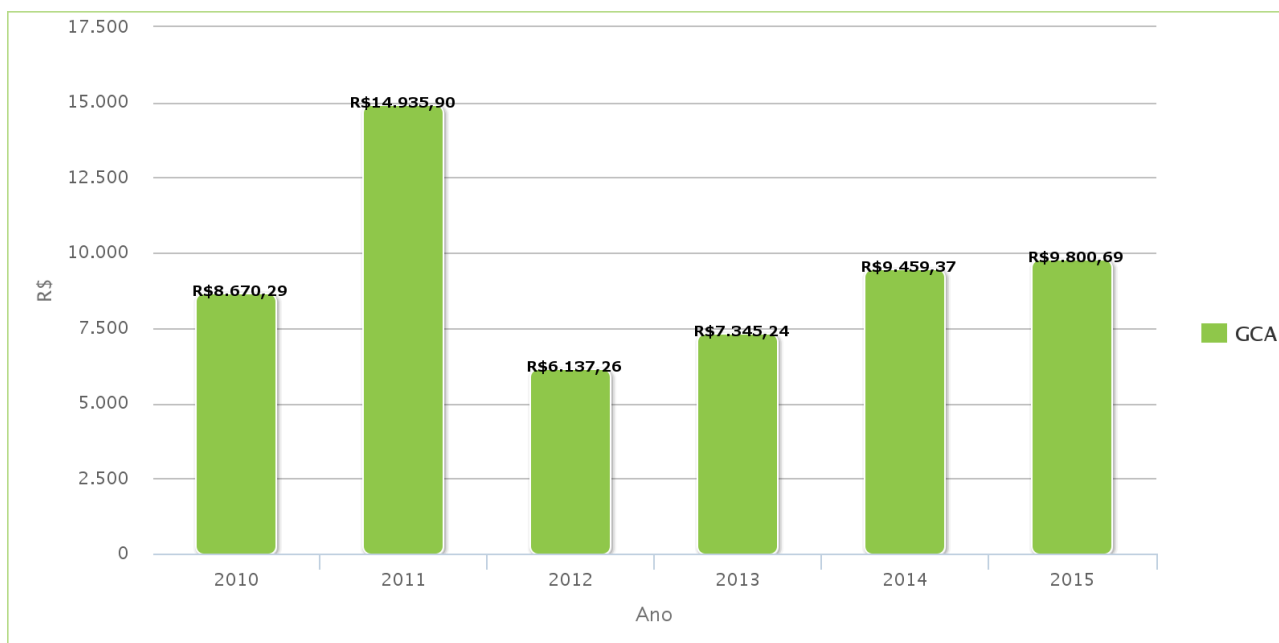


Gráfico 19 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno do IFB
 Fonte: SISTEC

Ao se observar o IFB em relação à Rede Federal (gráfico abaixo) nota-se que, desde 2012, o IFB apresenta um GCA abaixo da média da Rede Federal e se o patamar de 2014 da Rede Federal se mantiver para 2015 esse quadro será mantido.

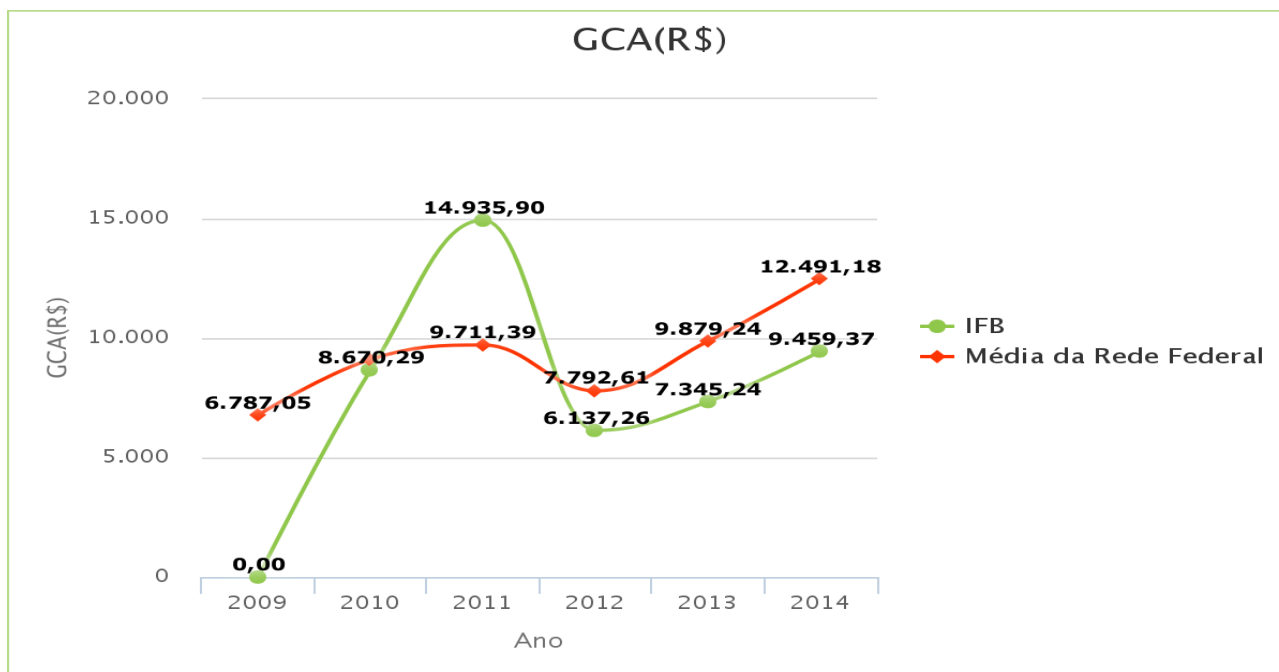


Gráfico 20 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno do IFB e Rede Federal
 Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Com base no gráfico vê-se que este indicador tem uma tendência de crescimento desde 2010, tendo se estabilizado no biênio 2014/2015. Em relação a 2014 houve um crescimento de 3%. Como a tendência é de crescimento, consequentemente o resultado de 2015 coloca o IFB acima da sua média histórica de 37%.

Este contexto de crescimento do GCP nada mais reflete a juventude de uma instituição de 07 anos de existência em processo de estruturação do seu quadro funcional visando cumprir sua missão institucional.

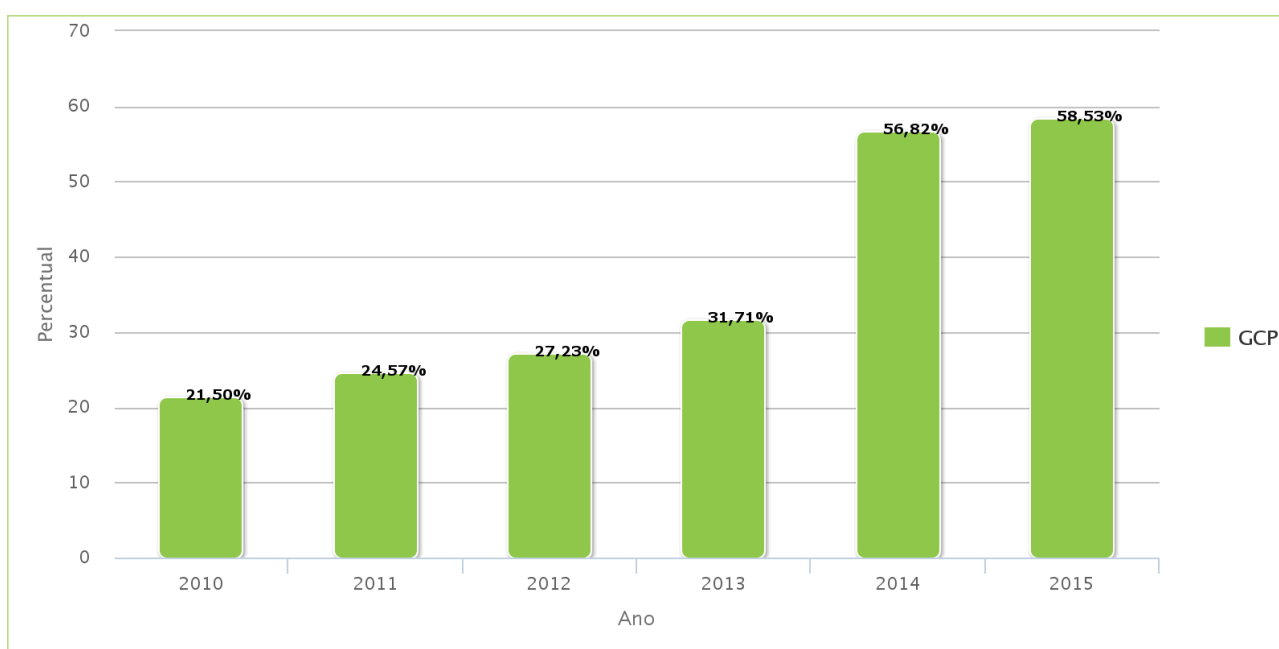


Gráfico 21 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal do IFB
 Fonte: SISTEC

Não obstante a tendência de crescimento do GCP do IFB, percebe-se que, em relação à média da Rede Federal (gráfico abaixo), sempre se apresentou um valor menor e, ademais, se o patamar de 2014 da Rede Federal se mantiver para 2015 esse contexto será mantido.

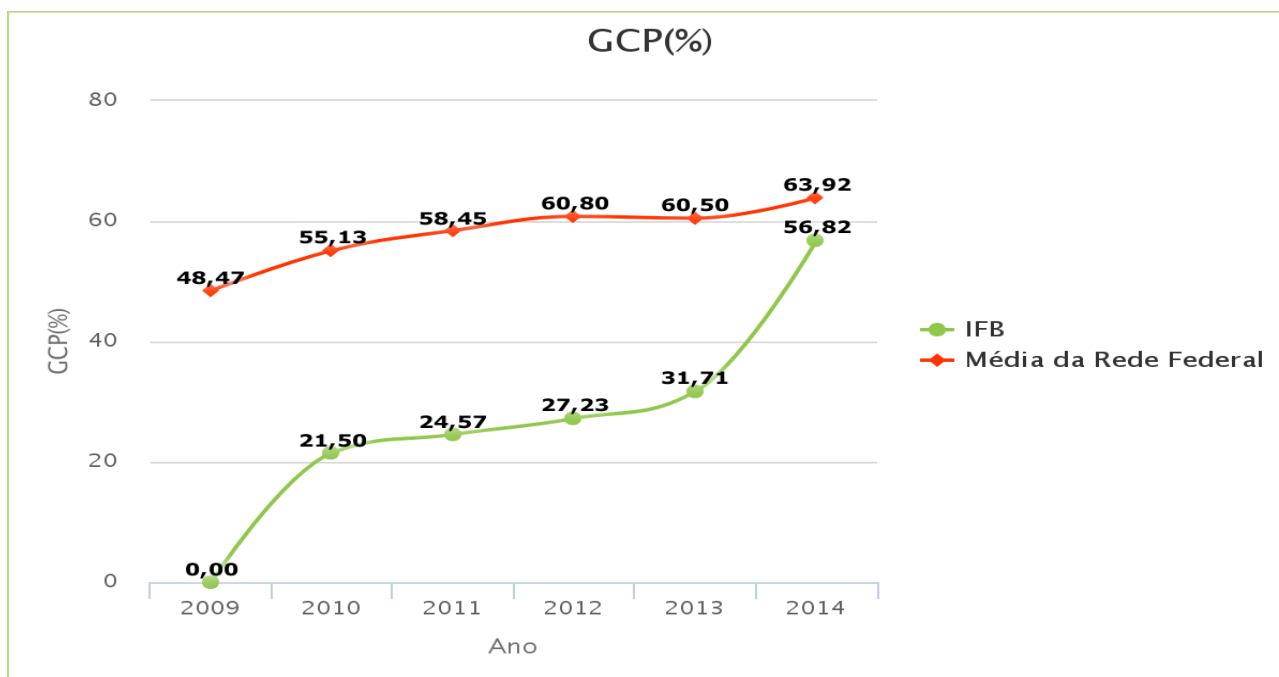


Gráfico 22 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Outros Custeios (GOC)

Este indicador tem o objetivo de mensurar os gastos com outros custeios (excluídos benefícios e Pasep) em relação aos gastos totais da instituição. Pela inspeção do gráfico abaixo depreende-se que havia uma tendência de crescimento até 2014 interrompida em 2015. Quando se analisa o resultado de 2015 em relação a 2014 observa-se uma queda de 15% no GOC.



Gráfico 23 - Evolução do gasto com outros custeios do IFB
Fonte: SISTEC

Ao se comparar o GOC do IFB com a média da Rede Federal (Figura 23), percebe-se que à partir de 2013 o IFB apresentou um GOC acima da média, e esta tendência tende a se manter se a média histórica da Rede Federal se mantiver em 2015.

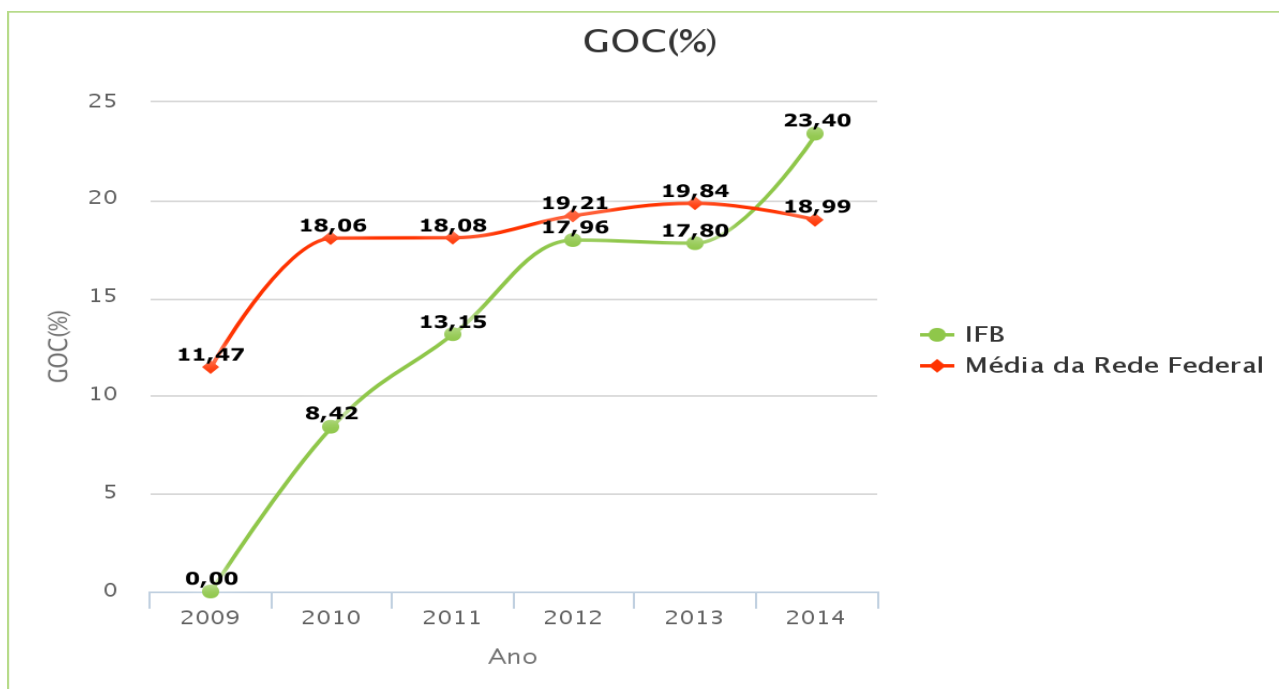


Gráfico 24 - Evolução do Gasto com Outros Custeios do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Investimentos (GCI)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da instituição. Ao se analisar o gráfico abaixo percebe-se que desde 2010 o GCI apresenta uma tendência de queda ano após ano, tendo se estabilizado nos últimos dois anos (2014, 2015). Em relação a 2014, o GCI apresentou em 2015 uma queda de 9%. Como a tendência é de queda, o GCI auferido em 2015 está abaixo da média histórica do IFB que é de 44%.



Gráfico 25 - Evolução do Gasto com Investimentos do IFB
Fonte: SISTEC

Quando se compara o GCI do IFB com a média da Rede Federal (gráfico abaixo) percebe-se que este sempre se mostrou acima da média e esta tendência se manterá se o patamar de média da Rede Federal não sofrer alterações significativas para 2015.

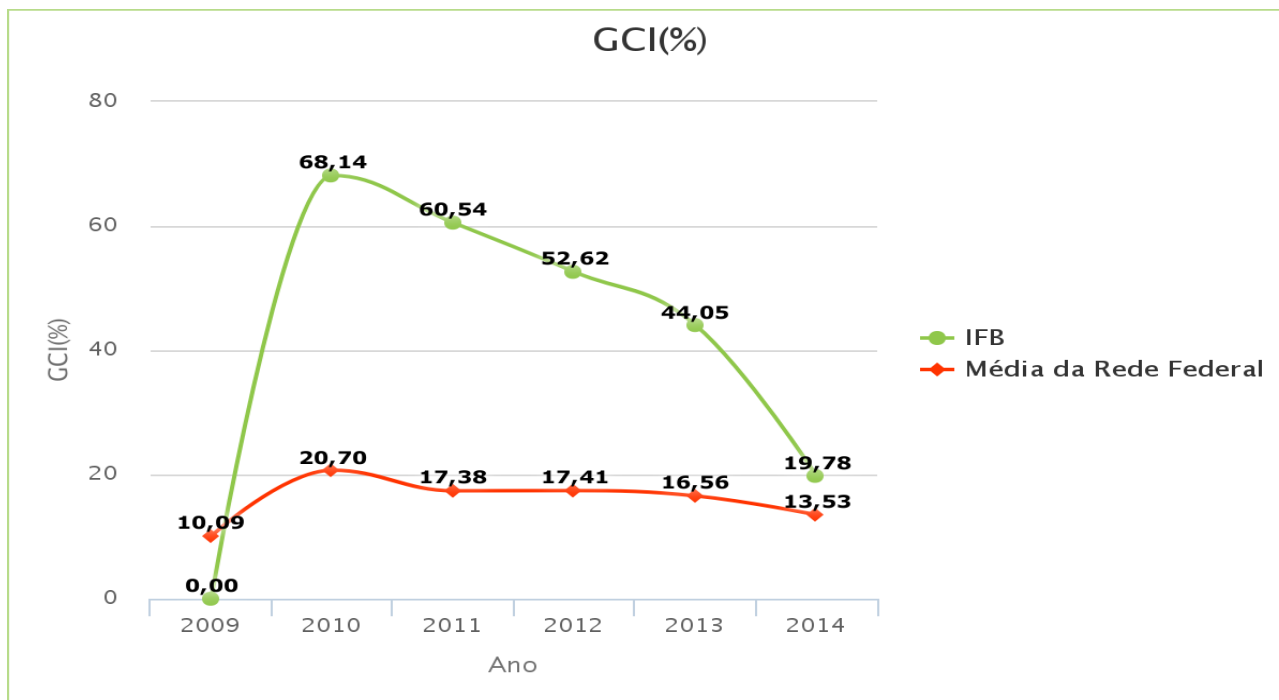
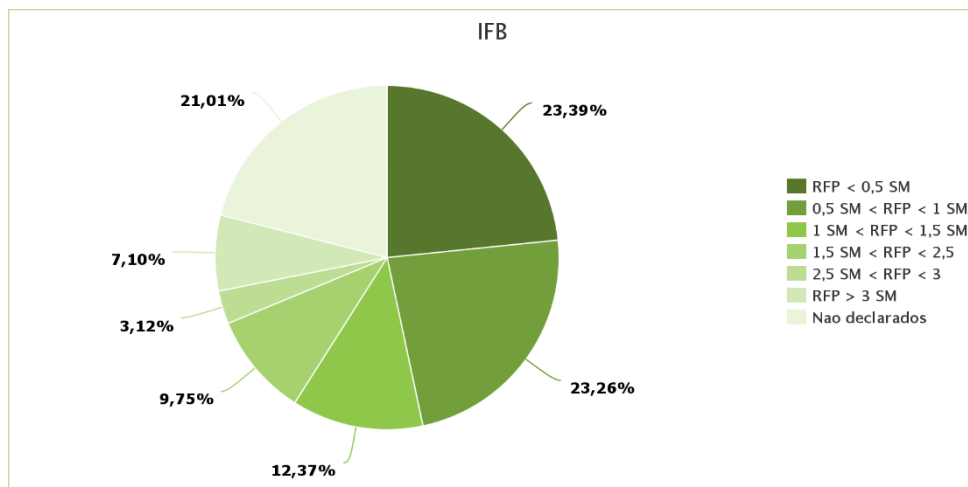
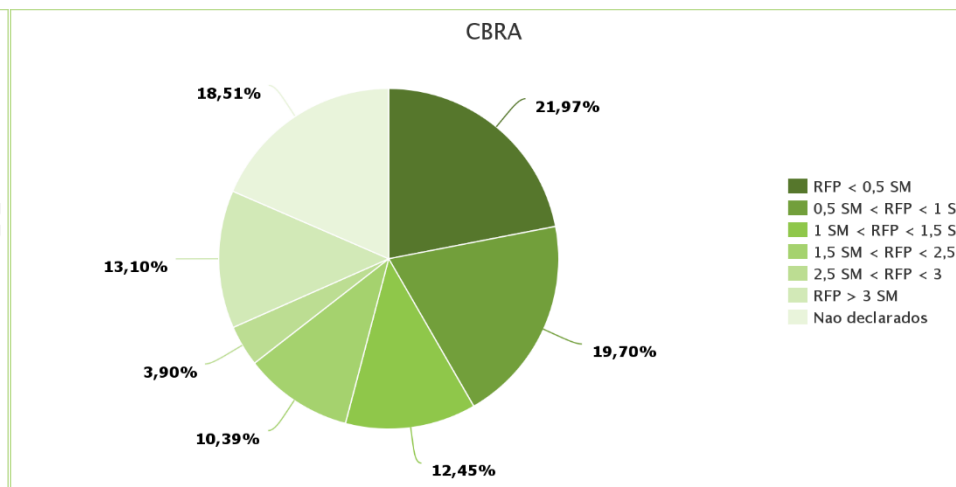


Gráfico 26 - Evolução do Gasto com Investimentos do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumerous.ifb.edu.br

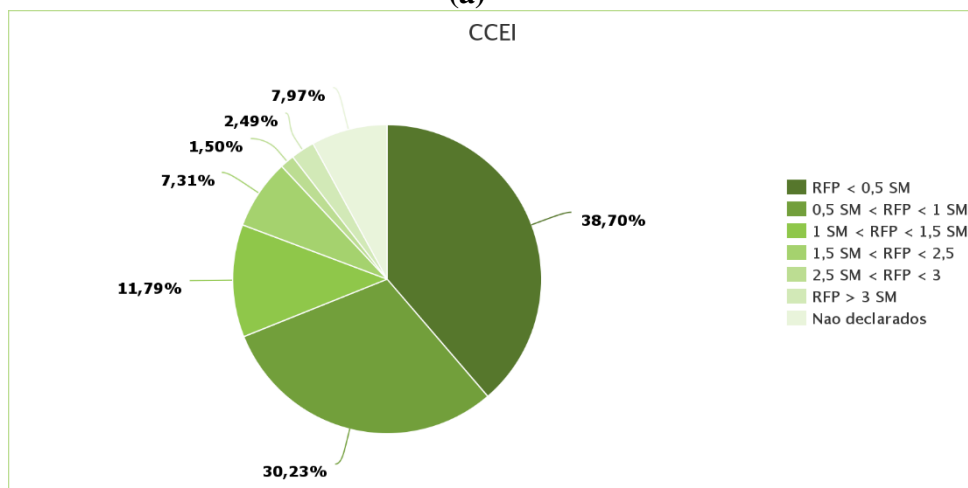
Número de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar (MRF)



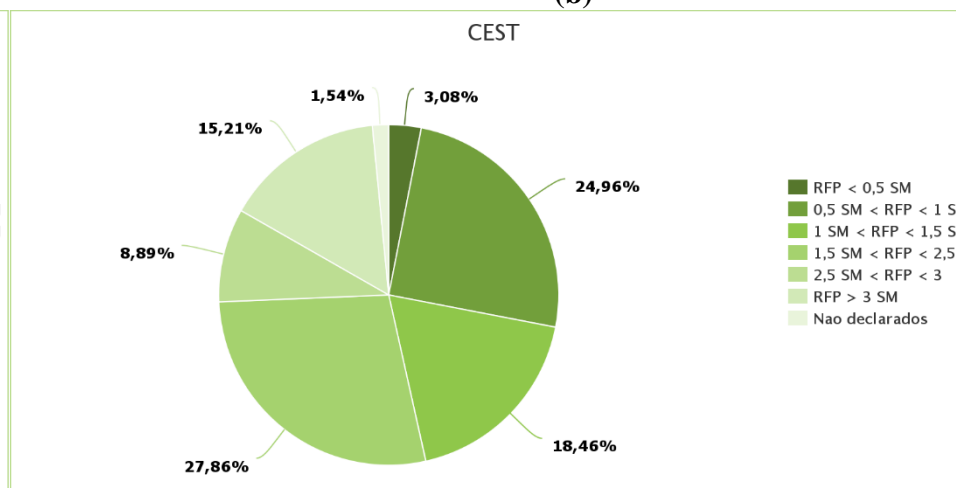
(a)



(b)

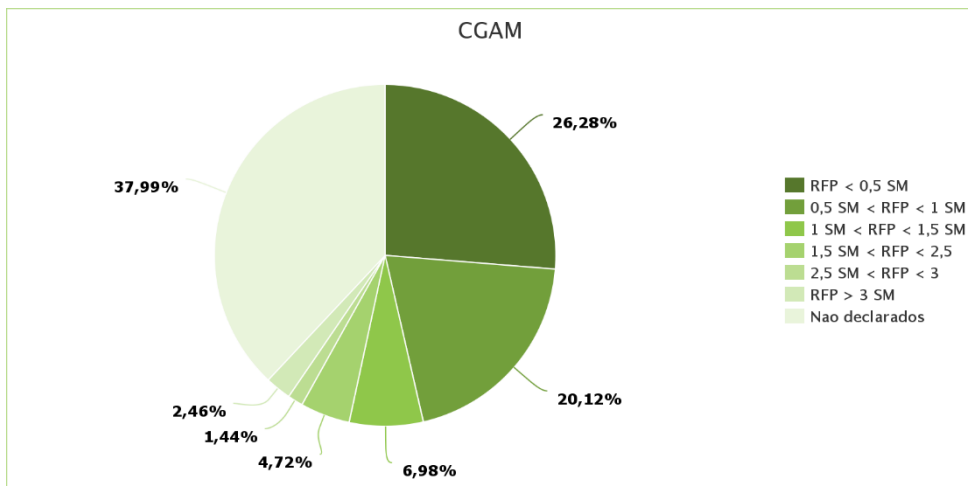


(c)

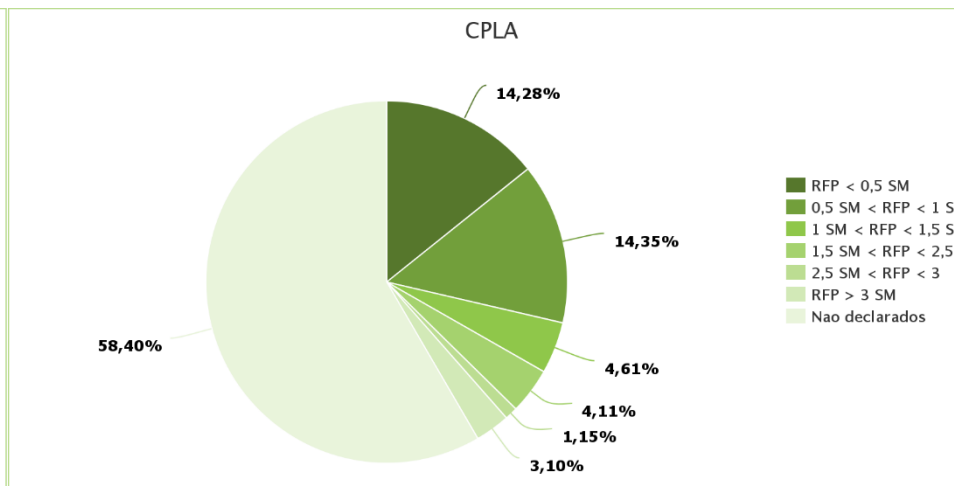


(d)

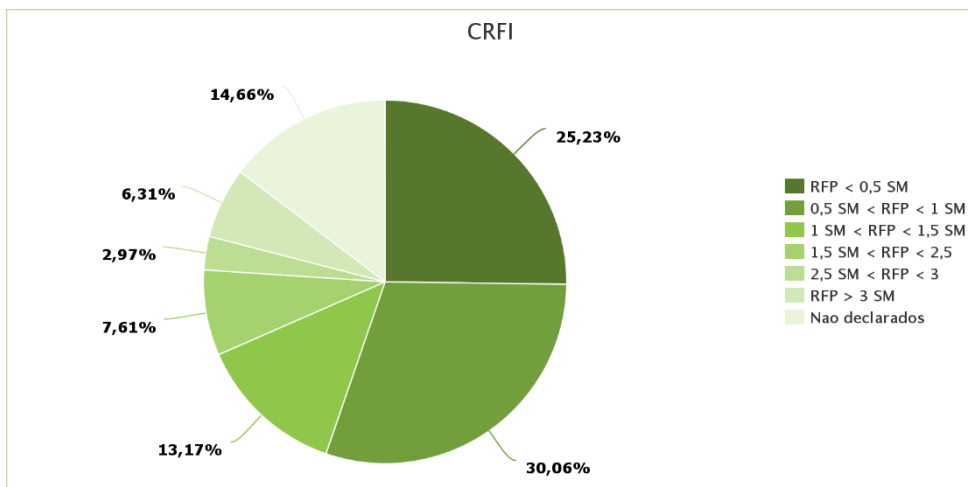
Continuação:



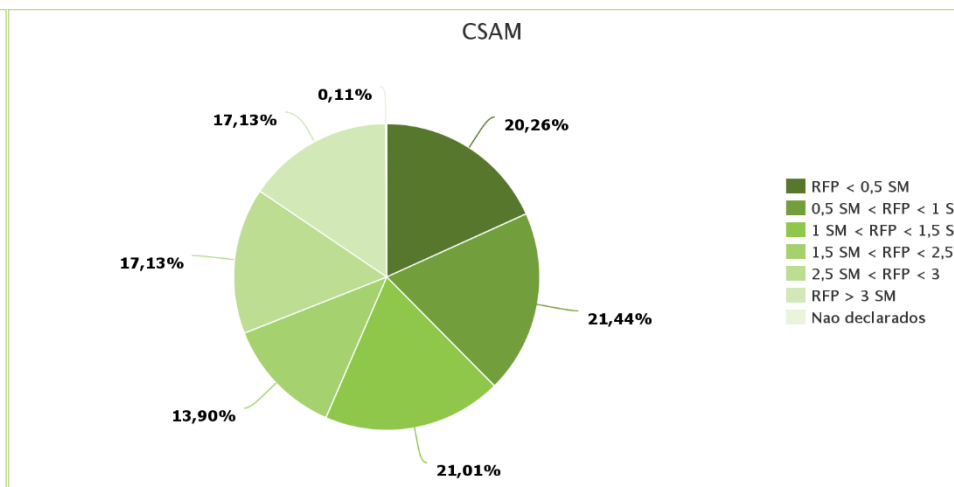
(e)



(f)



(g)



(h)

Continuação:

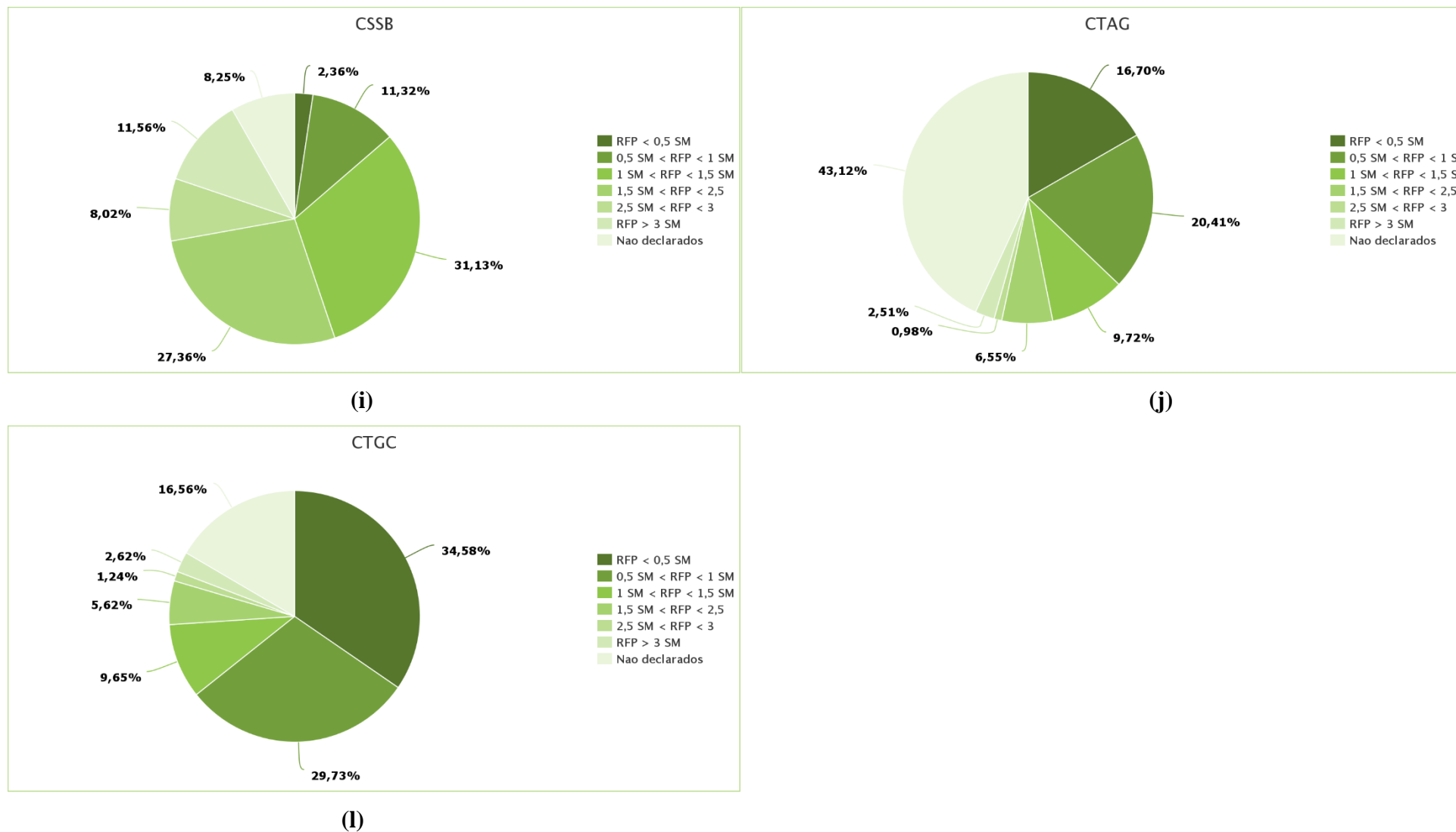


Gráfico 27: Indicador Socioeconômico para o IFB (a), CBRA (b), CCEI (c), CEST (d), CGAM (e), CPLA (f), CRFI (g), CSAM (h), CSSB (i), CTAG (j),CTGC(l)
 Fonte: SGA

Este indicador tem o objetivo de mensurar a capacidade de inclusão social da instituição. Ao se observar o painel (a) do gráfico acima, nota-se que o IFB possui a maior parte de seus estudantes ingressantes em 2015 ocupando as duas primeiras faixas de renda familiar per capita (RFP). Isso significa dizer que, aproximadamente, 47% de seus estudantes ingressantes em 2015 têm RFP até um salário mínimo. Se levar em conta que 21% não declararam sua RFP, têm-se que estas duas faixas de renda representam 59% dos estudantes que declararam sua RFP.

Em outras palavras, mais da metade dos estudantes ingressantes em 2015, que declararam sua RFP, têm RFP abaixo de um salário mínimo.

Tal contexto se repete qualitativamente para os *campi* que compõem o IFB, o que pode ser visto pela inspeção dos painéis de (b) a (l) do gráfico acima.

Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)

Este indicador tem o objetivo de medir a atualização do corpo docente da instituição. Pela análise do gráfico abaixo percebe-se que o *campus* Planaltina é a unidade que apresenta o maior valor para o TCD seguido de Samambaia e Gama. No geral, nota-se que não há uma grande disparidade do TCD ao longo dos *campi* do IFB.



Gráfico 28 - Índice de Titulação do Corpo Docente por Unidades do IFB

Fonte: SISTEC

Quando se analisa o TCD do IFB em sua evolução histórica por meio da Figura 28, nota-se que este apresentou uma certa estabilidade desde 2010, tendo sofrido um aumento de 6% quando se compara 2015 com 2014. Além disso, o resultado de 2015 coloca o IFB acima da sua média histórica de 3,55.



Gráfico 29 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente do IFB

Fonte: SISTEC

O gráfico abaixo faz uma comparação do TCD do IFB com o da Rede Federal. Pela sua inspeção nota-se que até 2013 o IFB se apresentava acima da média da Rede Federal, tendo esta situação se invertido em 2014. Contudo, se o patamar de 2014 da Rede Federal se repetir para 2015 o IFB terá convergido para a média ou mesmo com a possibilidade de tê-la superado voltando ao comportamento anterior a 2014.

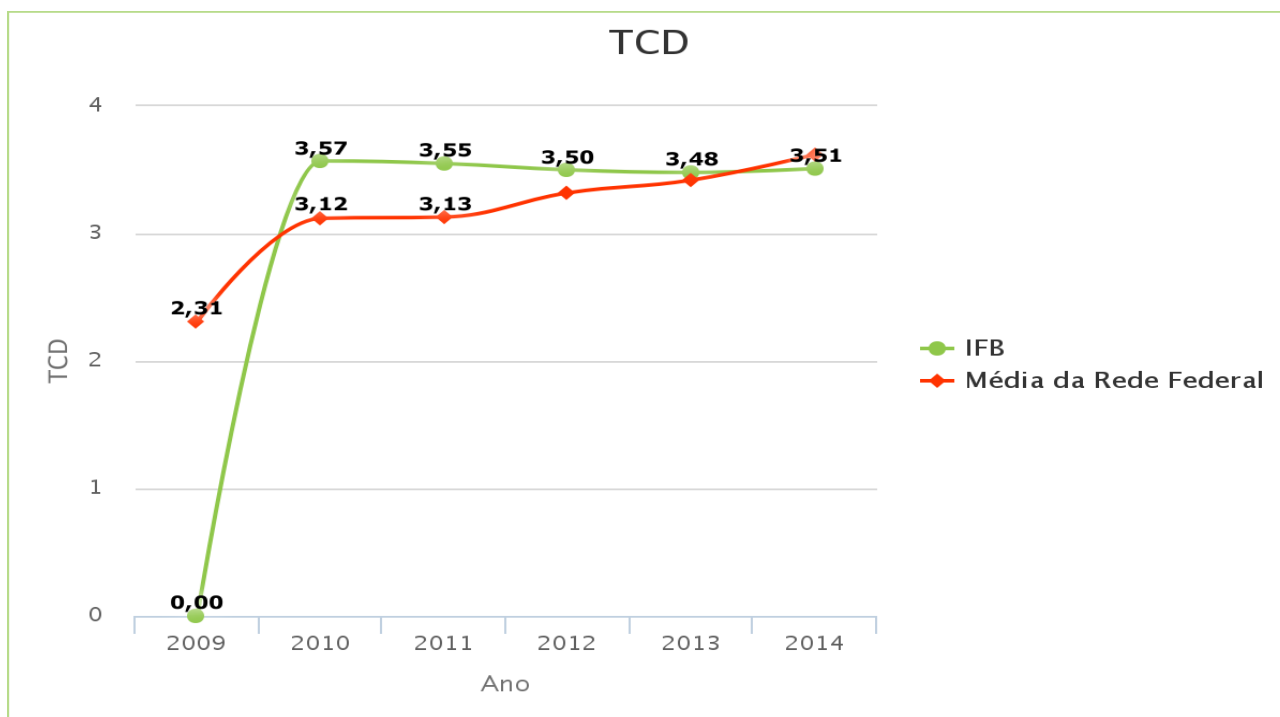


Gráfico 30 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

3 GOVERNANÇA

Este capítulo apresenta a estrutura de governança do IFB, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

Dos conteúdos deste capítulo apresentados no anexo único da Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas, não foi contemplado neste relatório de gestão o item 5.11 - Informações sobre empresa de auditoria idenpendente contratada, considerando a não ocorrência no período.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do IFB é formada pelos órgãos indicados no quadro a seguir:

Quadro 23 - Estrutura de governança do IFB

Estrutura de governança
Conselho Superior - CS
Descrição: O Conselho Superior do IFB é a sua máxima instância decisória. Este Conselho é constituído por representações internas (diretores de Campus, estudantes, docentes e técnicos administrativos) e externas (egressos, representações patronais e trabalhistas, órgãos de governo, MEC e representação do terceiro setor). Este Conselho estabelece as diretrizes e políticas de funcionamento da Instituição.
Base Normativa: art. 9º, §3º da Lei nº 11.892/2008. ArtS. 7º, 8º, 9º, 10, 13, 15, 20, 27, 32 e 37 do Estatuto do IFB, aprovado pela Resolução CS nº 18 de 18 de agosto de 2009, alterado pela Resolução CS nº 09 de 24 de maio de 2013.
Atribuições: I-aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional; II-aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFB e dos Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> , em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III-aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV-aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V-aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI-autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII-apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; VIII-deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB; IX-autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas; X-aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e XI-deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação
Forma de atuação: reuniões ordinárias às terças-feiras dos meses pares, e reuniões extraordinárias
Colégio de Dirigentes - CD
Descrição: O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a composição estabelecida no art. 10 do Estatuto do IFB e tendo o seu funcionamento, estruturação e atribuições estabelecidas em regimento.
Base Normativa: art. 10º da Lei nº 11.892/2008, art. 7º e 36 do Estatuto do IFB e art. 4º, 5º, 19, 20 e 21 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
Atribuições: I - opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não; II - propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB; III - propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos; V - opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores; VI – propor as políticas estratégicas do IFB; VII – demais competências estabelecidas em seu regimento interno; VIII - apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; IX - apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; X - propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB; XI - apreciar e recomendar o calendário de referência anual; XII -

apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; XIII - apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
Forma de atuação: reuniões ordinárias mensais e, extraordinárias, quando convocado pelo Reitor ou por requerimento de dois terços de seus membros
Conselho Gestor
Descrição: Órgão colegiado que tem por responsabilidade apoiar a gestão administrativa e acadêmica em cada campus.
Base Normativa: art. 4º, 84 até 88 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB
<p>Atribuições: Para apoiar a gestão administrativa e acadêmica o IFB dispõe dos Conselhos Gestores em cada campus, com a seguinte composição: I – Diretor-geral do respectivo campus, como seu presidente; II - um representante docente do quadro permanente, em efetivo exercício, indicado por seus pares; III - um representante técnico-administrativo do quadro permanente, em efetivo exercício, indicado por seus pares; IV - um representante discente, com matrícula regular ativa e presença regular, indicado por seus pares; V - um representante da Administração Regional, da Região na qual está localizado o Campus; VI – um representante do Conselho de Segurança da Região Administrativa onde se localiza o campus; VII – um representante dos arranjos produtivos, sociais ou culturais locais do eixo tecnológico que tiver mais alunos no campus. Parágrafo único: Nas ausências e impedimentos do Diretor-geral, a presidência do Conselho Gestor será exercida pelo Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus respectivo. Art. 85. Os órgãos colegiados consultivos reúnem-se ordinária ou extraordinariamente, com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidem, pela maioria dos presentes, em votação nominal, sendo concedido ao presidente o direito ao voto de desempate, além do voto comum. § 1º. As reuniões dos Conselhos Gestores acontecem ordinariamente, com frequência trimestral e extraordinariamente quando convocadas, por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 48 horas, ou por dois terços de seus membros, com indicação de pauta dos assuntos a serem apreciados. § 2º. Nas reuniões extraordinárias apenas será discutido o que estiver descrito na pauta. § 3º. Para cada membro efetivo haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, com exceção do Diretor-Geral, cujo suplente será seu substituto regulamentar. § 4º. As normas para a eleição dos representantes dos Conselhos Gestores, bem como as necessárias para o seu funcionamento, serão estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior. § 5º. O mandato do conselheiro nato perdura pelo período em que se mantiver no cargo que lhe assegura o respectivo mandato e o dos demais membros tem duração de dois anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. § 6º. O representante discente, se desligado da instituição, por qualquer motivo, será substituído pelo seu suplente até o final do mandato e será deflagrada nova eleição para a indicação de outro suplente. Art. 86. Perderá o mandato o membro do Conselho Gestor que faltar, injustificadamente, a duas reuniões consecutivas, durante um semestre letivo, ou vier a ter exercício profissional ou representatividade diferentes daqueles que determinaram sua designação. Art. 87. As reuniões do Conselho Gestor serão registradas em atas e suas conclusões servirão de recomendações para a gestão do campus. Art. 88. Compete ao Conselho Gestor: I - subsidiar o Diretor-Geral do campus, com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; II - avaliar as diretrizes e metas de atuação do campus e zelar pela execução de sua política educacional; III - apreciar o calendário acadêmico de referência do campus; IV - assessorar a Direção Geral do campus na divulgação das atividades do campus junto à comunidade; V - acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à administração do campus; VI - apreciar e aprovar os relatórios das atividades desenvolvidas; VII - acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino médio, técnico e superior; VIII - apreciar os relatórios das atividades desenvolvidas; IX – opinar sobre as solicitações de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico e administrativo do campus; X - colaborar nas políticas e ações para aprofundar os conhecimentos adquiridos na formação discente; XI – contribuir para a proposição de ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito campus; XII - contribuir para a proposição das estratégias do ensino de pós-graduação, atuação em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; XIII – propor ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação; XIV - reconhecer o mérito de ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas no campus e propor iniciativas para premiar tais ações; XV - opinar e elaborar recomendações sobre questões submetidas à sua apreciação.</p>
Forma de atuação: reuniões trimestrais em cada <i>campus</i>
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE
Descrição: Órgão que integra a administração geral do IFB, tem a função normativa, consultiva e deliberativa, conforme delegação do Conselho Superior, sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística.
Base Normativa: art. 22 e 23 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB
<p>Atribuições: I - propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão; II - elaborar e aprovar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros,</p>

<p>submetendo-o ao CS; III - emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto político pedagógico do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações; IV – propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica; V – estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente, progressão funcional, avaliação e qualificação do pessoal docente; VI- criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; VII - opinar a respeito da distribuição do pessoal docente nos <i>Campi</i> e nas Diretorias Acadêmicas; VIII - emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas; IX- emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; X- homologar ato do reitor praticado ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XI- deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência, mesmo não especificada neste artigo. XII – deliberar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas; XIII - julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático-pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS; XIV- Propor e aprovar o calendário acadêmico do IFB; XV- autorizar a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional; XVI – demais competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Superior.</p>
<p>Forma de atuação: reuniões ordinárias às primeiras segundas-ferias meses pares e quando houver casos de extraordinariedade.</p>
<p>Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação - CGTIC</p>
<p>Base Normativa: Decreto Nº 8.638/2016 - Lei da Governança Digital; Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 04/2014; Acórdão do TCU 2023/2005-P; Acórdão do TCU 1603/2008-P; Acórdão do TCU 2308/2010-P; Acórdão do TCU 111/2011-P e Acórdão do TCU 529/2011.</p>
<p>Atribuições: I - Priorizar demandas de TIC visando alinhar as ações da área aos projetos e atribuições do IFB; II – propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFB; III – análise, manifestação e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; IV – definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico pelo IFB; V – análise, manifestação e aprovação de padrões de integração, qualidade e segurança da informação e comunicação; VI – definir mecanismos de racionalização de gastos e de aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação; VII – coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias; VIII – estabelecer ações visando a integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam. IX - avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente corporativo;</p>
<p>Forma de atuação: O Comitê reúne-se ordinariamente a cada três meses conforme calendário por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos um terço de seus membros.</p>
<p>Comissão de Ética - COET</p>
<p>Descrição: Unidade de instância consultiva do reitor e dos servidores do IFB, responsável por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e Código de Conduta dos Servidores do IFB, instituído pela Resolução nº 006/CS-IFB, de 23 de janeiro de 2012.</p>
<p>Base Normativa: art. 96 e 97 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB</p>
<p>Atribuições: I- orientar os servidores para que se conduzam de acordo com as normas, inspirando a segurança e o respeito no serviço público prestado pelo IFB, além de dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; II- Encaminhar relatório conclusivo, dos processos por ela desenvolvidos, para deliberação do Reitor; III- conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura; IV - atuar como instância consultiva do Reitor e dos servidores do IFB; V - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no âmbito do IFB; VI - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; VII - orientar e recomendar questões que envolvam a conduta ética do servidor; VIII- receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração; IX – instaurar, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, e desde que haja indícios suficientes, processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; X - submeter ao Reitor sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética do IFB.</p>
<p>Forma de atuação: reuniões semestrais, ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
<p>Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT</p>

<p>Descrição: Unidade que tem por finalidade a criação e o gerenciamento da política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, bem como a viabilização de estratégias e ações relacionadas à propriedade intelectual nos âmbitos interno e externo do IFB.</p>
<p>Base Normativa: Lei nº 10.973, de 02.12.2004; Decreto nº 5.563, de 11.10.2005; Resolução nº 009/2012-CS/IFB, de 03.02.2012; Portaria Normativa nº 008, de 10.10.2014.</p>
<p>Atribuições: I- zelar pela política de inovação tecnológica, bem como a regulamentação da propriedade intelectual do IFB; II- acompanhar a execução do plano estratégico e do plano de metas do NIT/IFB; III- apreciar relatório semestral encaminhado pelo Coordenador Geral do NIT/IFB; IV- apreciar e aprovar normas e regulamentos do NIT/IFB; V- aprovar o calendário de reuniões do ano; VI- avaliar a conformidade das atividades do NIT/IFB com a legislação vigente; VII- propor orçamento para as despesas ordinárias anuais do NIT/IFB; VIII- propor, apreciar e aprovar modificações no Regimento Interno do NIT/IFB.</p>
<p>Forma de atuação: reuniões mensais ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
<p>Núcleo de Apoio à Inclusão Social - NAPNE</p>
<p>Descrição: Setor consultivo, que responde pelas atividades de inclusão das pessoas com necessidades específicas. O NAPNE tem por finalidade promover a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e, na medida do possível, as atitudinais, de forma a promover inclusão de todos(as) na educação profissional e tecnológica.</p>
<p>Base Normativa: Lei nº 11.892/2008, Decreto nº 7.234/2010 – PNAES; Decreto nº 7.611/11; Lei nº 10.098/2000 e Resolução nº 024-2013/CS-IFB.</p>
<p>Atribuições: I – apreciar os assuntos concernentes: a) à quebra de barreiras, no Campus, conforme citadas no Art. 4 b) ° desta Resolução. b) ao atendimento de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) no Campus; c) à criação e revisão de políticas visando à inserção de questões relativas à inclusão na educação profissional e tecnológica, em âmbito interno ou externo do Campus; d) à promoção de eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional; II – articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; III – prestar assessoria aos dirigentes do Campus em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas; IV – estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o(a) estudante em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos, científicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida. Parágrafo Único: O NAPNE buscará desenvolver estas atividades preferencialmente por meio de projetos de Extensão. V – estimular a prática da pesquisa em assuntos relacionados à EPT inclusiva, preferencialmente por meio de parcerias; VI – elaborar em conjunto com os demais setores do Campus, ações de atendimento aos estudantes com necessidades específicas; VII – auxiliar, com o apoio da DREP e demais setores, a adequação curricular, conforme programas definidos.</p>
<p>Forma de atuação: Reunião ordinária mensal e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador</p>
<p>Comitê Gestor de Programas Institucionais de bolsas e projetos - CGPIBP</p>
<p>Descrição: O CGPIBP é uma instância colegiada, de caráter consultivo, criada com o propósito de gerenciar os programas institucionais de bolsas e projetos de pesquisa, inovação e extensão.</p>
<p>Base Normativa: Lei nº 10.973, de 02.12.2004; Resolução Normativa nº 17/2012/CNPq; Resolução nº 12/2012/CS-IFB - Regimento Geral do IFB; Resolução nº 17-2012/CS-IFB; Portaria Normativa nº 02/2014.</p>
<p>Atribuições: gerenciar os programas institucionais de bolsas e projetos de pesquisa, inovação e extensão. I – colaborar na elaboração de editais de pesquisa, inovação e extensão no âmbito do IFB; II – auxiliar na avaliação de projetos e relatórios de pesquisa, inovação e extensão; III – auxiliar na organização da Semana de Produção Científica do IFB; IV – compor o comitê científico da Semana de Produção Científica; V – apoiar eventos técnicos-científicos; VI – colaborar na elaboração dos regimentos internos no âmbito da pesquisa e extensão e outras atividades demandadas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação ou Pró-Reitoria de Extensão.</p>
<p>Forma de atuação: reuniões mensais ou quanto convocadas pelo presidente</p>
<p>Conselho Editorial</p>
<p>Descrição: É órgão colegiado de gestão da Editora do IFB e tem por missão zelar pela linha editorial e qualidade das obras da Editora do instituto.</p>
<p>Base Normativa: Resolução nº 22/2012 – CS/IFB</p>
<p>Atribuições: I - Atuar de forma propositiva e participativa nas atividades da EIFB. II - Propor a linha editorial da EIFB. III - Avaliar as obras submetidas para publicação e sugerir nomes de dois (2) pareceristas <i>ad hoc</i> que tenham titulação mínima de</p>

<p>mestre ou notório saber na respectiva área do conhecimento, sendo um interno e outro externo ao IFB. Havendo discrepância dos pareceres, indicar um terceiro parecerista externo. IV - Propor exposições - nacionais e internacionais - e a venda de publicações da EIFB em congressos, seminários, feiras e outros certames científicos, culturais e/ou artísticos, de acordo com a regulamentação da EIFB. V - Exercer cumulativamente a função de Conselho Editorial da Revista Eixo. VI - Definir a política editorial da EIFB e estabelecer critérios para sua execução. VII - Aprovar ou vetar a publicação de obras, tomando como base os pareceres técnicos. VIII - Aprovar previamente o projeto gráfico das publicações. IX - Propor os procedimentos operacionais para captação, avaliação, financiamento e distribuição das obras publicadas. X - Aprovar o relatório anual das atividades da EIFB, o qual deve ser encaminhado à PRPI até o último dia útil do ano.</p>
<p>Forma de atuação: reunião semanal.</p>
<p>Comissão Permanente de Avaliação - CPA</p>
<p>Descrição: Comissão criada para coordenar o processo de avaliação institucional.</p>
<p>Base Normativa: Lei nº 10.861, de 14.04.2004 e art. 101 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.</p>
<p>Atribuições: I - estabelecer diretrizes e indicadores com a finalidade de conduzir a organização dos processos internos da avaliação institucional; II - sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP/MEC); III – formular propostas para a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pelo IFB, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos da avaliação institucional; IV - manter os registros gerados durante a avaliação, sistematizando seu arquivamento e distribuição; e V - exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.</p>
<p>Forma de atuação: reuniões são realizadas a cada trimestre, podendo haver reuniões extraordinárias convocadas pela Presidência da CPA.</p>
<p>Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD</p>
<p>Descrição: Unidade responsável por prestar assessoramento para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.</p>
<p>Base Normativa: Lei nº 11.892, de 29.12.2008, art. 89 a 92 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.</p>
<p>Atribuições: I - apreciar os assuntos concernentes: a) à alteração do regime de trabalho dos docentes; b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes; c) aos processos de ascensão funcional por titulação; d) à solicitação de afastamento para Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado; II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos; III- outras que lhe forem atribuídas pelo IFB.</p>
<p>Forma de atuação: uma reunião obrigatória mensal ou extraordinárias quando necessárias.</p>
<p>Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CIS</p>
<p>Descrição: Unidade responsável acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.</p>
<p>Base Normativa: art. 93 a 95 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.</p>
<p>Atribuições: I - assessorar a Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; II - fiscalizar e avaliar a implementação do respectivo plano de carreira no âmbito do IFB; III - propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano de carreira; IV - apresentar propostas de elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal do IFB; V - fiscalizar a execução dos programas de capacitação, avaliação e dimensionamento das necessidades de pessoal; VI - acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais, propostos pela Diretoria de Gestão de Pessoas; VII - examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão; VIII – desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política do pessoal técnico-administrativo. IX – colaborar com os órgãos próprios do IFB no planejamento dos programas de treinamento e capacitação; X- apreciar os assuntos concernentes: a) aos processos de acompanhamento e avaliação para progressão funcional; b) aos processos de seleção interna para efeito de ascensão funcional; c) às dispensas, exceto as voluntárias, aos afastamentos para realização de curso de pós-graduação e às transferências; d) aos critérios de caráter geral necessários à elaboração das normas específicas sobre a realização dos concursos públicos; e) às readaptações</p>
<p>Forma de atuação: reuniões semestrais ou quando houver caso extraordinário</p>
<p>Núcleo de Auditoria Interna - NAIN</p>

Descrição: O Núcleo de Auditoria Interna tem por finalidade examinar, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão do IFB, bem como comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades.

Base Normativa:

O Núcleo de Auditoria Interna está vinculado ao Conselho Superior, sendo vedado delegar a vinculação a outro órgão inferior. Essa vinculação, que tem por objetivo proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado, de modo a conferir-lhe independência no desempenho de suas atribuições, não impede ao NAIN o acesso livre, amplo e irrestrito a todas as áreas da instituição.

O Núcleo de Auditoria Interna sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

O Núcleo de Auditoria Interna possui como diretrizes os seguintes normativos: A Constituição Federal de 1988, tratando da matéria, consignou, em seu artigo 74, que os Três Poderes “manterão, de forma integrada, sistema de controle interno”, tendo, entre suas finalidades, “avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”; Decreto-lei nº 200/67, o Decreto nº 3.591/2000 e disciplinado pela Lei nº 10.180/2001, tendo como objetivos principais a eficiência da administração pública (redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços) e o deslocamento da ênfase aos procedimentos internos (meios) para os resultados (fins), foca o cidadão como beneficiário deles.

O Núcleo de Auditoria Interna conta hoje com uma força de trabalho de 4 (quatro) auditores, incluindo o Auditor Chefe, com a seguinte estrutura funcional:

I – Auditor-Chefe;

II - Corpo técnico de auditores.

Atribuições:

O Núcleo de Auditoria Interna tem por finalidade examinar, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão do IFB, bem como comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades, tendo em vista assegurar:

I - a regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial do IFB;

II - a adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e economicidade;

III - a racionalização e a execução das receitas e despesas, de forma a garantir a aplicação regular e a utilização racional dos recursos e bens disponíveis;

IV - os subsídios necessários aos órgãos responsáveis pelas ações de administração, planejamento, orçamento e programação financeira do IFB, de forma a possibilitar-lhes o progressivo aperfeiçoamento das atividades;

V - o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais do IFB;

VI - a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, financeiros e patrimoniais do IFB.

Forma de atuação:

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília – UNAI/IFB foi instituída pela Resolução - RIFB nº 28, de 18 de novembro de 2009, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, Lei nº 8.443, de 16 de Julho de 1992, e Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Com a Resolução - RIFB nº 22, de 15 de julho de 2011, passou a denominar-se Núcleo de Auditoria Interna - NAIN.

O Núcleo de Auditoria Interna do IFB, órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 26, do Estatuto do IFB, é responsável pela auditoria interna da Instituição.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O NAIN desempenha suas atividades de forma centralizada na Reitoria, mas sua atuação abrange todas as unidades do IFB. No exercício de 2015, a auditoria interna realizou dezenove ações, dentre as quais, dezoito estavam programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e uma não. O quadro a seguir detalha as ações realizadas no exercício:

Quadro 24 - Ações do Núcleo de Auditoria Interna

Ações programadas no plano anual de auditoria	Realizada
Gestão Patrimonial – Controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis	Sim
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços - Almojarifado	Sim
Gestão Patrimonial – Avaliação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	Sim
Aquisições – Avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados	Sim
Gestão Operacional – Acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de serviço contínuo de Limpeza e Conservação e prestação de serviço de Recepcionistas	Sim
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras, Galpões – <i>Campus Samambaia</i>	Não*
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Riacho Fundo</i>	Sim
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus São Sebastião</i>	Sim
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Estrutural</i>	Sim
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus Ceilândia</i>	Sim
Gestão de Pessoas – Averiguação do Controle de frequência nos termos da Portaria Normativa/IFB n. 0, de 24 de janeiro de 2012	Sim
Gestão de Pessoas – Concessão de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	Sim
Plano de Providências da CGU-PR-DF e do TCU	Sim
Monitoramento das Recomendações do Núcleo de Auditoria Interna – NAIN	Sim
Elaboração do PAINT/2016	Sim
Elaboração do RAIN/2014	Sim
Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego - PRONATEC	Sim
Avaliação da Gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, exame da concessão e prestação de contas	Sim**
Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela unidade	Sim
Ações não programadas no plano anual de auditoria	Realizada
Apuração de fatos sobre possível irregularidade na contratação e pagamentos efetuados à empresa AGBR Comércio, Serviços Gráficos, Importação e Exportação LTDA, no período de 2011 a 2013.	Sim

* A Ação referente ao Acompanhamento da Execução de Obras, Galpões – Campus Samambaia, prevista no item 5.6 do PAINT 2015, não foi realizada, tendo em vista que os procedimentos licitatórios para a contratação da obra não se concretizaram, conforme consta no Processo nº 23098.001506/2013-22.

** Ação executada parcialmente visto que, após o planejamento e início da efetiva execução dos trabalhos de auditoria, esta etapa ficou prejudicada em função de ausência do objeto, ou seja, não houve concessão de suprimento de fundos a servidores até o início de novembro de 2015, conforme consulta ao SIAFI de todas as unidades gestoras do IFB. Sendo assim, impossibilitou o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, não restando outra alternativa, senão o encerramento dessa ação de auditoria.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFB executou suas atividades de correição instaurando, ao longo de 2015, cerca de onze processos disciplinares, entre eles sete Processos Administrativo Disciplinares (PAD) e quatro Sindicâncias investigativas, estando quatro deles julgados, três com encaminhamento para julgamento e quatro em andamento. Processos estes que tiveram como objetos diferentes infrações previstas na legislação administrativa.

Além disso, é bom esclarecer que o IFB instaurou durante o ano de 2014, cerca de dez Processos disciplinares, entre eles nove Sindicâncias e um PAD com rito sumário, sendo que quatro deles foram julgados no ano de 2015.

O IFB, órgão integrante do Poder Executivo, aderiu o registro das informações relativas aos processos disciplinares, conforme a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD. Recentemente o IFB atualizou o andamento dos processos, seguidos de suas respectivas peças processuais, assim como exigiu a CGU.

Por fim, ante o exposto, informamos que o IFB é um órgão comprometido com a excelência na prestação do serviço público e com a coletividade. Nesse sentido, em 2015, realizou, junto com a Procuradoria Federal e a Diretoria de Capacitação e Qualificação, uma semana de Oficina de Processos Disciplinares, onde quarenta e três servidores foram capacitados para o trabalho.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Quadro 25 - Gestão de riscos e controles internos

Riscos que possam comprometer os objetivos institucionais	Controles internos estabelecidos pelo nível estratégico de direção para mitigar esses riscos
Sistema operacional dos processos seletivos incompletos.	O Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação já foi demandado a fim de implementar as funcionalidades necessárias para o pleno funcionamento do sistema.
Orçamento deficitário que dificulta o desenvolvimento de ações necessárias para o melhor andamento das atividades educacionais.	Trabalho em parceria com outras instituições e levantamento e aproveitamento de expertises dentro da própria instituição.
Estágio: fragilidade na articulação com o setor produtivo.	Implantação do Boletim do Estágio; Reuniões periódicas com as coordenações de estágio dos <i>Campi</i> ; Realização anual da Feira Estágio e Emprego.
EAD: - Diminuição dos recursos aplicados - Falta de servidor para atuação exclusiva na EAD.	Adoção da primeira experiência de oferta de cursos EAD do IFB; Lotação de mais pessoas para atuarem na EAD.
Baixa compreensão e integração entre as necessidades e limitações da atividade meio (administrativo) e fim (ensino).	Promoção de reuniões conjuntas com a presença de servidores/gestores ligados ao setor de ensino e administrativo.
Contingenciamento do orçamento para capacitação da força de trabalho.	Promoção de cursos de capacitação com a própria <i>expertise</i> de profissionais da instituição e, também, acordo para vagas em cursos do MEC e divulgação de cursos gratuitos promovidos pela Administração Pública Federal em Brasília.
Baixa produção técnica e tecnológica em parcerias com o setor produtivo.	Reunião com os coordenadores de curso e demais setores do <i>campus</i> – coordenação de estágio, diretor de ensino, pesquisa e extensão e coordenação de ensino pesquisa e extensão; Reunião com o setor produtivo. Rodada de negócios.

<p>Falta de Profissionais do cargo de Tradutor Interpretador de língua de Sinais.</p>	<p>Edital de redistribuição; Aproveitamento de fila de outros concursos; Solicitação ao MEC por meio de ofícios autorização para realização de edital para contratação temporária.</p>
<p>Dependência externa de documentos para regularização do habite-se dos imóveis construídos.</p>	<p>Foram emitidos ofícios e realizadas reuniões nos diversos órgãos do GDF como TERRACAP e NOVACAP a fim de tentar agilizar a emissão de documentos necessários à obtenção do habite-se da construção dos <i>Campi</i> bem como a doação dos terrenos onde estão situados. Foi também designado um servidor para acompanhar o trâmite desses processos.</p>
<p>Incerteza sobre a disponibilização orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual/LOA.</p>	<p>Os processos de aquisições para equipar os laboratórios em que foi possível adquirir por meio do Sistema de Registro de Preços foram instruídos e ficaram no aguardo do repasse do recurso orçamentário, de forma que, no caso da liberação do recurso de forma intempestiva, tivéssemos condições de realizar a referida contratação.</p>
<p>Contingenciamento de recursos de agências parceiras e por consequência a diminuição da oferta de bolsas e o risco da diminuição da cota institucional. Ressalta-se que tais cotas de bolsas são obtidas via edital destas agências e assim, estamos sujeitos ao processo de seleção e regras destas agências.</p>	<p>Como forma de mitigar tais riscos, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação vem consolidando a cada ano seu programa de IC/IT (programas aos quais estas cotas de bolsas estão ligadas), fortalecendo-o, com vistas a obter melhores resultados. A execução da semana de produção científica também é uma forma da concretização destes programas, uma vez que o processo avaliativo exigido pelo CNPq ocorre nesta época. Ademais, paralelo a estas parcerias, a PRPI também procura investir com recursos próprios a execução de projetos (pagamento de bolsas a estudantes e implantação do auxílio pesquisa).</p>
<p>Dependência da integração entre as pró-reitorias envolvidas e da mobilização docente quanto as possibilidades e perspectivas desta integração (Ensino, Pesquisa e Extensão). O investimento em projetos integrados contribuiria decisivamente para o alcance deste objetivo e assim, o risco imediato seriam as limitações de recursos.</p>	<p>As pró-reitorias vêm trabalhando na formatação de editais em conjunto, com participação financeira das três pró-reitorias envolvidas. Tais editais visam o desenvolvimento de projetos vinculados aos três pilares (ensino, pesquisa, extensão). Fato concreto é o edital "PIPA" - delineado pelas três pró-reitorias e que buscam a integração concreta.</p>

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo tem por finalidade apresentar os canais de comunicação que estão à disposição do cidadão para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões, bem como os mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre serviços prestados pelo IFB e aqueles que garantem a acessibilidade aos serviços, produtos e às instalações do instituto.

4.1 Canais de acesso do cidadão

O Instituto Federal de Brasília trabalhou no atendimento ao cidadão por meio da disponibilização de canais de comunicação, geridos pela Ouvidoria do IFB.

A Ouvidoria é um órgão de promoção e defesa dos direitos de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa nas suas relações com a instituição, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas, assim como na prestação de serviços; não tem caráter administrativo, judicial ou deliberativo, exercendo papel de mediador nas relações envolvendo as instâncias do IFB e os integrantes das comunidades interna e externa.

As manifestações são feitas por meio do sistema e-OUV; por correio eletrônico ouvidoria@ifb.edu.br; por correspondência; ou presencialmente, na sala da Ouvidoria do IFB, que funciona no prédio da reitoria da instituição (Quadra 610 Norte), sala 312; e por telefone: (61) 2103-2106 e 2103-2107.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em atendimento ao Decreto nº 6932 de 11 de agosto de 2009, o IFB elaborou em 2014 sua Carta de Serviços contendo informação acessível à população. Dentre os temas abordou-se:

- Identidade da organização: missão, visão, valores e estrutura organizacional;
- *Campi* do IFB e respectivas ofertas e tipos de cursos;
- Formas e requisitos de acesso aos cursos;
- Política de Assistência Estudantil;
- Políticas e programas de pesquisa e extensão.

A Carta de Serviços do IFB foi elaborada pela Coordenação de Normas e Processos, no âmbito da Coordenação-Geral de Planejamento, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI) do IFB, e contou com o auxílio das áreas finalísticas e de atendimento à população para o levantamento de informações. O conteúdo da Carta foi validado junto a documentos oficiais da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, e junto aos dirigentes das áreas (incluindo o Reitor) para sua divulgação e publicação.

A Carta passou por processo de revisão ortográfica e diagramação e encontra-se disponível no site do IFB, na página principal, na seção Acesso Rápido, e pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.youblisher.com/p/1137029-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao/>.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria

Do total de usuários que acessaram a Ouvidoria/IFB, todos puderam responder à pesquisa de satisfação. Contudo, apenas 51 responderam à pesquisa, que se deu por meio da utilização de formulário web, encaminhado aos usuários por meio da ferramenta *google drive*. Do total de pesquisas realizadas, foram apurados os seguintes resultados:

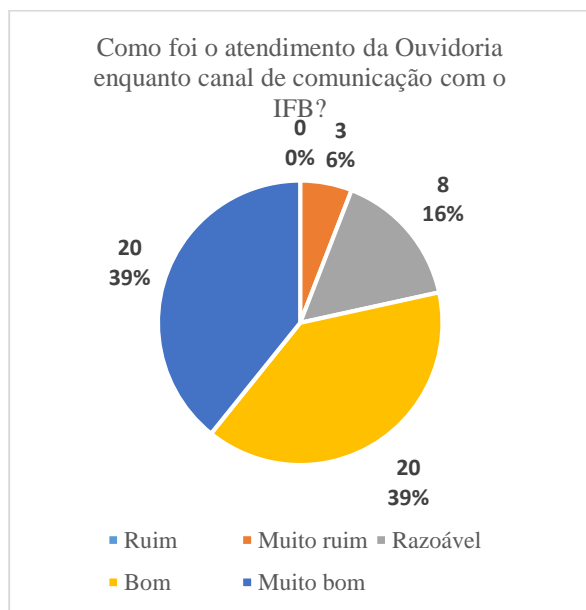


Gráfico 31 - Pesquisa de satisfação (cidadão): qualidade do atendimento
Fonte: Ouvidoria

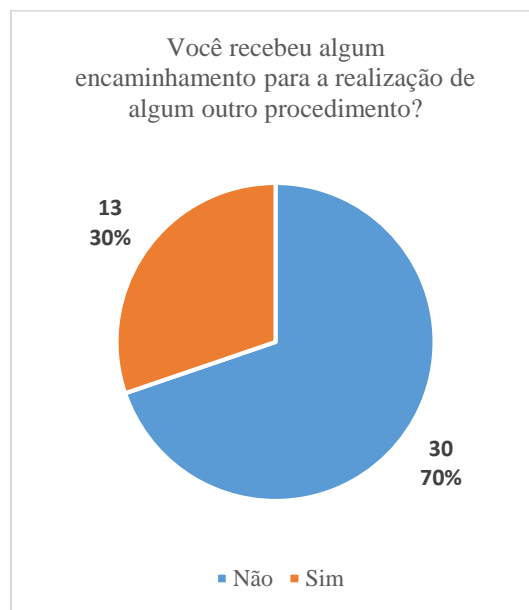


Gráfico 33 - Pesquisa de satisfação (cidadão): encaminhamento para realização de outro procedimento
Fonte: Ouvidoria

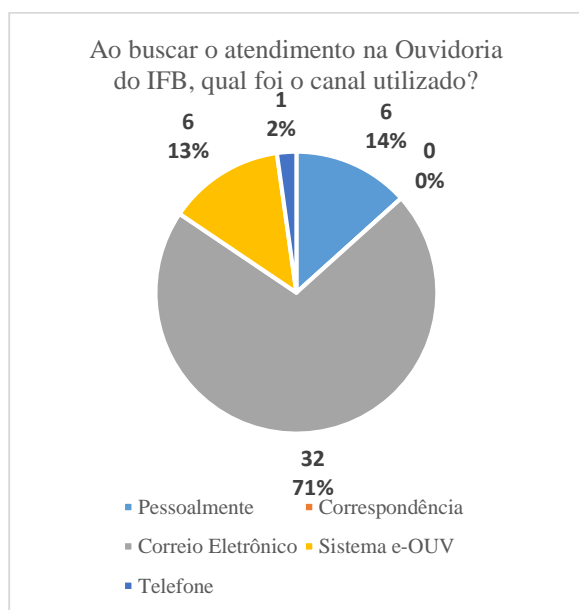


Gráfico 32 - Pesquisa de satisfação (cidadão): canal utilizado
Fonte: Ouvidoria

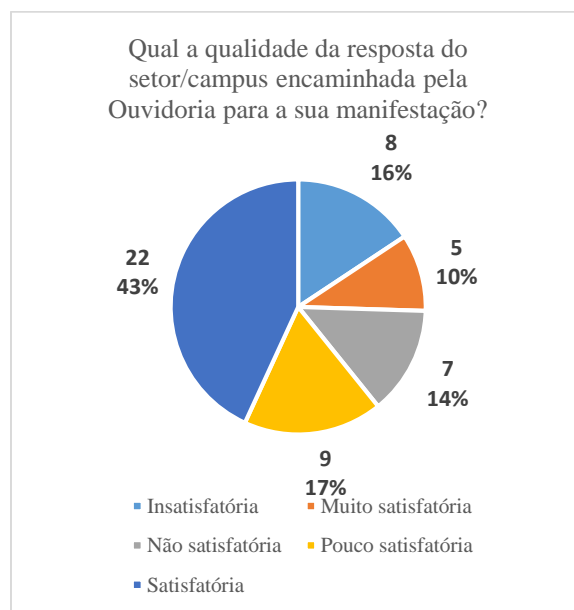


Gráfico 34 - Pesquisa de satisfação (cidadão): qualidade da resposta da unidade em relação a manifestação
Fonte: Ouvidoria

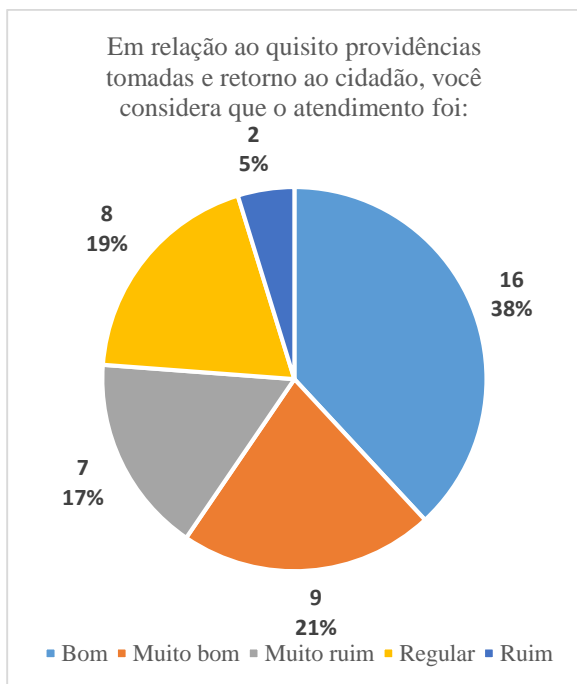


Gráfico 35 - Pesquisa de satisfação (cidadão): avaliação das providências tomadas
Fonte: Ouvidoria

Fonte: Ouvidoria



Gráfico 37 - Pesquisa de satisfação (cidadão): recomendação do canal da Ouvidoria
Fonte: Ouvidoria



Gráfico 36 - Pesquisa de satisfação (cidadão): avaliação final do atendimento quanto a resolução da manifestação

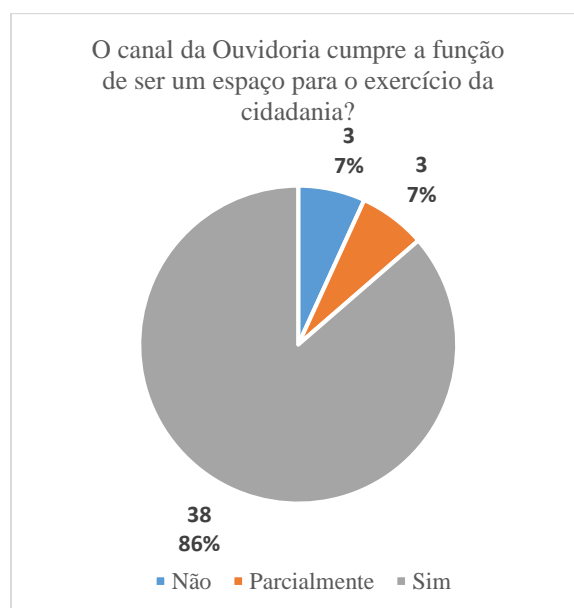


Gráfico 38 - Pesquisa de satisfação (cidadão): canal da Ouvidoria e o exercício da cidadania
Fonte: Ouvidoria

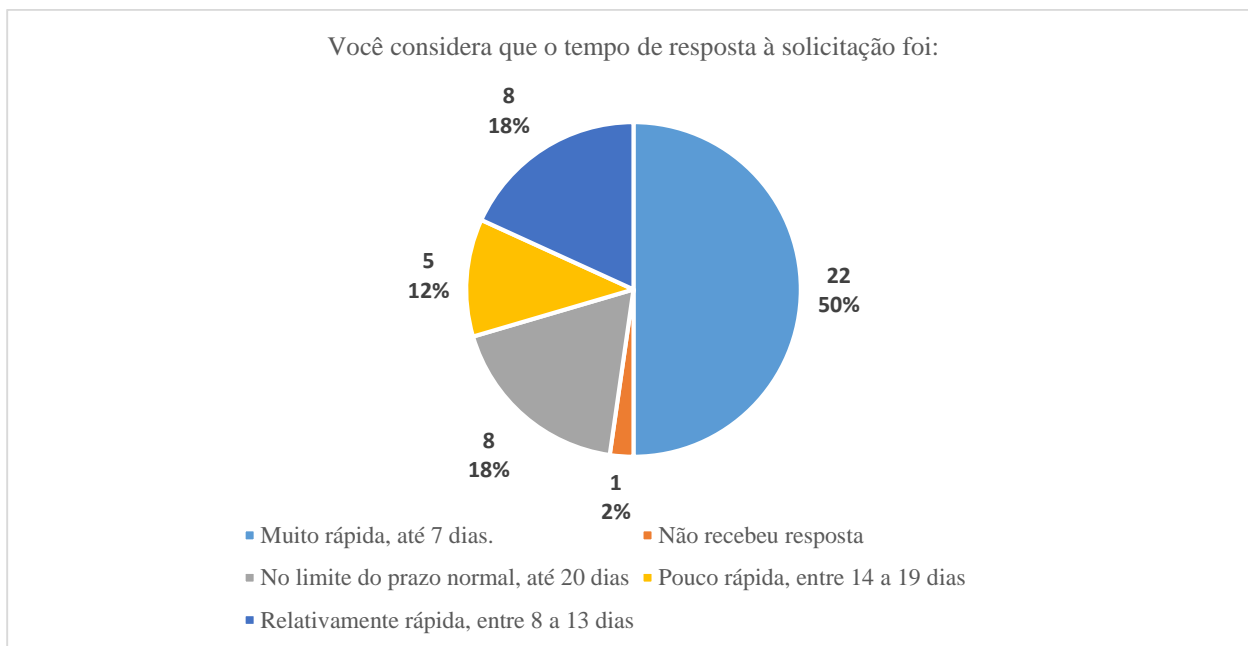


Gráfico 39 - Pesquisa de satisfação (cidadão): tempo de resposta
 Fonte: Ouvidoria

Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria junto à Gestão do IFB

No ano de 2015, a Ouvidoria realizou a pesquisa de satisfação junto aos setores/Campus do IFB, com vista a analisar o trabalho desenvolvido por esta unidade. No entanto, dos 37 setores/campus do IFB acionados pela Ouvidoria, apenas 12 responderam à pesquisa, que se deu por meio da utilização de formulário web, por meio da ferramenta *google drive*. Do total de pesquisa realizada, foram apurados os seguintes resultados:

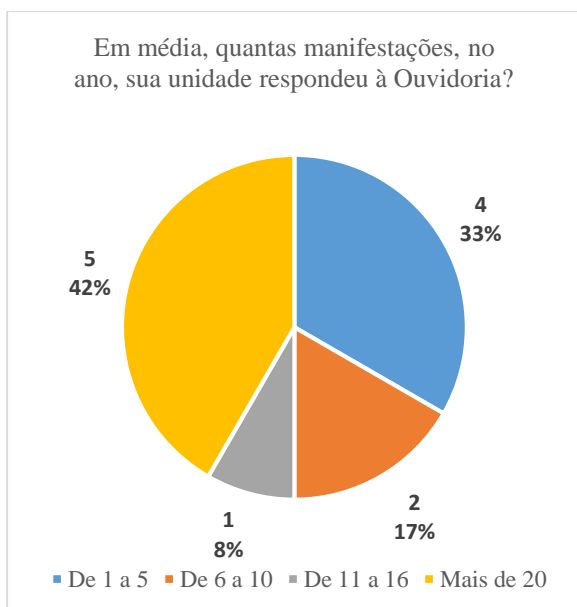


Gráfico 40 - Pesquisa de satisfação (gestão): média de manifestações da unidade
 Fonte: Ouvidoria

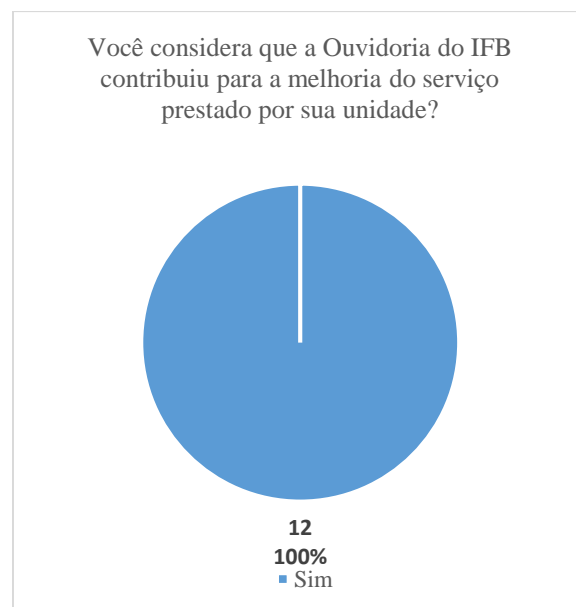


Gráfico 41 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da contribuição da ouvidoria para a melhoria do serviço
 Fonte: Ouvidoria

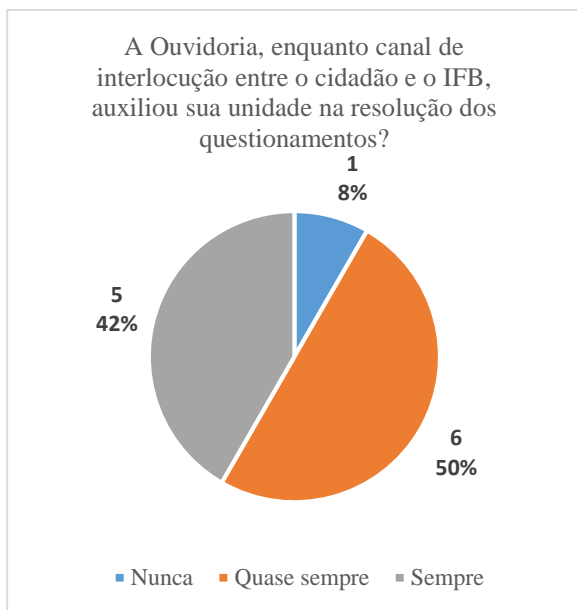


Gráfico 42 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação quanto o auxílio da ouvidoria na resolução dos questionamentos
 Fonte: Ouvidoria

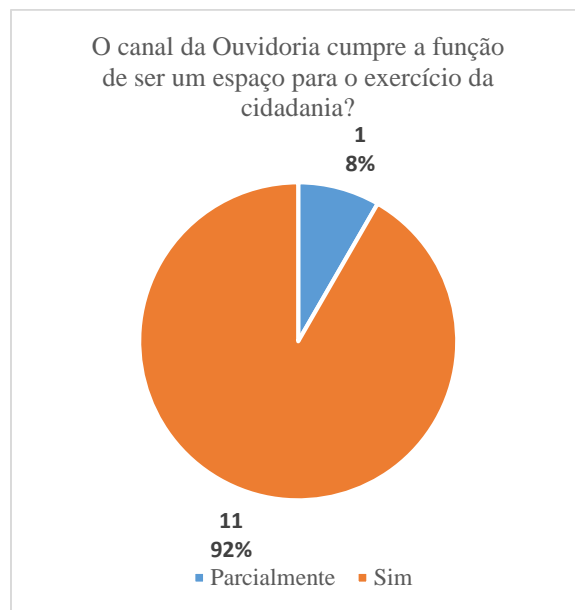


Gráfico 44 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da Ouvidoria como canal para o exercício da cidadania
 Fonte: Ouvidoria

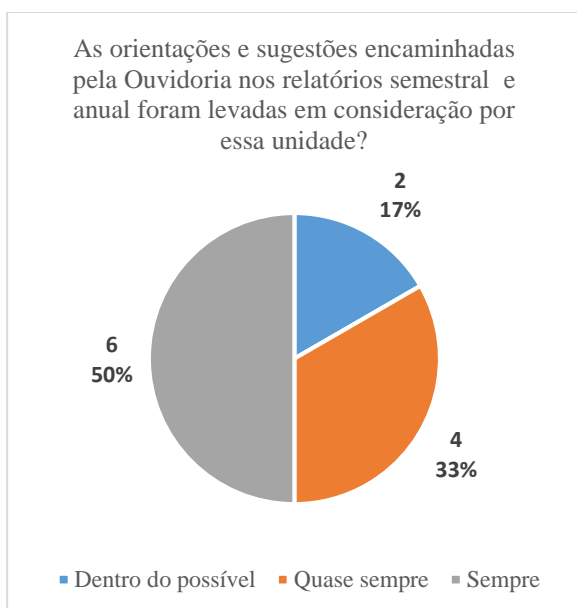


Gráfico 43 - Pesquisa de satisfação (gestão): avaliação da unidade quanto ao aproveitamento das orientações e sugestões da Ouvidoria
 Fonte: Ouvidoria

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Quadro 26 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão

Informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão	Local de disponibilização na internet
Plataforma “IFB em Números”, cuja finalidade é disponibilizar para a comunidade informações sobre os <i>Campi</i> , número de alunos, indicadores educacionais, de pessoal, entre outros.	Portal do IFB > Acesso Rápido > IFB em números (http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/)
Carta de serviços ao cidadão tem por finalidade informar ao público a identidade da organização, a oferta e tipos de cursos, as formas de acesso a esses cursos, bem como algumas políticas de ensino, pesquisa e extensão.	Portal do IFB > Acesso Rápido > Carta de Serviços ao Cidadão (http://www.youblisher.com/p/1137029-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao/)
Relatórios de Gestão do IFB e relatórios e pareceres dos órgãos de controle em relação as contas apresentadas	Portal do IFB > Acesso Rápido > Contas Anuais (http://www.ifb.edu.br/index.php/contas-anuais)
Relatórios de auditoria interna	Portal do IFB > Acesso à Informação > Auditorias (http://www.ifb.edu.br/index.php/auditorias)
Relatórios anuais da ouvidoria	Portal do IFB > Acesso à Informação > Informações Classificadas (http://www.ifb.edu.br/index.php/informacoes-classificadas)

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Acesso aos produtos e serviços

Edital de acesso e permanência: com a publicação da Lei Federal nº 13.146/2015, em 06 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o IFB realizou a tradução em Libras de todos os editais de seleção para ingresso aos cursos FIC, técnico e superior dos 10 *Campi*, e também o edital do Sisu, o que demandou a participação dos tradutores e intérpretes de Libras bem como dos docentes de Libras do IFB.

Atendimento aos alunos e professores com deficiência auditiva: com relação aos tradutores e intérpretes de Libras, a PREX realizou toda a logística entre os *Campi*, que tiveram estudantes com deficiência auditiva matriculados, para realizar o melhor atendimento a estes alunos como também aos docentes com deficiência auditiva. Foi organizado um documento com orientações para a elaboração e adequação de atividades para esse público, em parceria com docentes e técnico do IFB.

Acessibilidade Comunicacional: com a nomeação dos servidores efetivos para o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras, a PREX realizou a lotação de 9 servidores nos *Campi*, de acordo com a demanda de estudantes usuários da língua matriculados nos cursos. No segundo semestre de 2016, houve a redistribuição dos servidores para atender à presença de professores de Libras surdos, bem como para dar apoio durante a realização de eventos na reitoria ou nos *Campi*, reuniões pedagógicas e de colegiado de curso nos *Campi*, entre outras atividades inerentes à função nas dependências da instituição.

Portal do IFB na internet: O *site* conta com opções de alteração de contrastes, tamanho de fonte e atalhos que atendem, basicamente, pessoas com baixa visão.

Acesso às instalações

O Núcleo de Engenharia (NENG) adotou medidas para garantir o cumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis, que garantem a utilização dos espaços, dos mobiliários e das unidades de atendimento de forma autônoma e prioritária por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, permitindo o acesso aos serviços prestados pela instituição.

Os últimos *Campi* entregues entre 2012 e 2015 - Ceilândia, Estrutural, Riacho Fundo e São Sebastião, foram executados conforme projeto padrão do Ministério da Educação, o qual prevê o acesso em rampas, passarelas, elevadores, banheiros adaptados, vagas de estacionamento e assentos reservados, atendimento prioritário, piso podotátil e acessibilidade às edificações. Porém, todos esses projetos passaram por revisões realizadas pela empresa contratada para adequação ao programa de necessidades de cada campus, além de adequações em função da topografia diferenciada de cada terreno. Ainda assim, uma última revisão foi feita pela equipe do NENG, após consulta prévia junto à Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS), na qual foram realizadas adequações, a fim de garantir o cumprimento da legislação vigente.

Cabe citar, como uma das adequações, o reposicionamento do piso podotátil conforme especificações da legislação, possibilitando o direcionamento para um mapa tátil e sinalizações em Braille, que devem estar presentes em toda a sinalização visual dos *Campi*. A revisão dos projetos também resultou em adequações nas obras em andamento. Foram feitas solicitações por meio de documentos, que foram acompanhadas pela equipe do NENG.

Além disso, há projetos de reformas e construções previstas para os *Campi* de Planaltina, Taguatinga Centro, Brasília, Samambaia e São Sebastião, que estão sendo revisados para atendimento à legislação vigente e a todas as normas de acessibilidade.

O projeto padrão do MEC para as unidades e parte da execução nos canteiros de obras constam dos Anexos 4 a 23.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo visa demonstrar o desempenho financeiro, apresentar informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelo IFB e proporcionar a compreensão sobre a posição patrimonial da instituição.

5.1 Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2015, o Instituto passou dificuldades com seus fornecedores, pois ocorreu falta de liberação dos recursos financeiros, na totalidade de suas despesas, durante todo o ano. Além disso, os funcionários das empresas prestadoras de serviços realizaram greve, por atraso nos pagamentos de seus faturamentos.

As empresas contratadas para construção os Campi Ceilândia, Estrutural, Riacho Fundo e São Sebastião também alegaram que o atraso na entrega das obras foi decorrente dos atrasos de pagamentos, em alguns casos chegando a acumular de 2 a 4 faturamentos.

Diversas vezes a instituição recebeu menos 50% do total liquidado, tendo que elencar prioridades em seus pagamentos em detrimento de outros fornecedores.

5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 não foram implementados pelo IFB.

Considerando que a instituição ainda não concluiu a criação do módulo de sistema de controle patrimonial no SUAP, para lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto na legislação no tocante à depreciação, exaustão e amortização, bem como no que tange à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos. Outrossim, informa-se que no decorrer do exercício de 2016 será concluído o sistema, de forma que seja possível atender, em sua totalidade, as exigências estabelecidas nas Normas.

Conforme demonstra no Balanço Patrimonial de 2015, o IFB apresenta um saldo na conta de Bens Móveis que será ajustado em conformidade com o inventário. Em dezembro de 2015 foram instauradas as comissões de inventário para todo o órgão e a partir deste inventário será feito os ajustes necessários para atualizar os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e conseqüentemente registrar os bens no sistema SUAP, como também proceder a reavaliação e a depreciação dos mesmos. Encontra-se em fase de implantação a extensão do sistema SUAP – módulo patrimônio – devendo ser concluída no primeiro semestre de 2016. Esse módulo prevê o cálculo da depreciação.

Há saldo na conta de bens imóveis que se referem as Obras em Andamento, este saldo será lançado para a conta de edificações assim que a documentação for liberada para o órgão. Os mesmos já foram solicitados junto aos órgãos competentes e estão em fase de regularização.

Quanto ao registro de amortização dos bens intangíveis, o saldo na conta de softwares não será amortizado pois possuem vida útil indefinida.

5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFB não dispõe atualmente de ferramenta que permita mensurar os custos dos serviços prestados pela Instituição.

Foram solicitados cadastros no Sistema de Custos do Governo Federal, porém o IFB obteve resposta de que a plataforma desse sistema seria modificada a partir do segundo semestre de 2015, e que no âmbito dos Institutos Federais existe um estudo para padronizar o objeto do custo, o qual ao ser definido será utilizado por todos IFs.

O IFB possui uma ferramenta de controle interno, SGI, onde é divulgado relatório gerencial por Unidade Gestora (UG), da Execução Orçamentária e Financeira do IFB, destinado às autoridades e gestores, demonstrando de forma detalhada a execução orçamentária e financeira do Órgão.

5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 constam dos Anexos 24 a 28 deste relatório. Seguem as notas explicativas:

Notas Explicativas

Com base nos dados extraídos do SIAFI, são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas por unidade gestora. Neste contexto, a estrutura contábil do IFB em 2015 está composta por 08 Unidades Gestoras, incluindo a Reitoria.

As demonstrações refletem os atos e fatos de gestão das unidades gestoras do IFB, através dos documentos de Empenho, Liquidação, Pagamento, Notas de Crédito, Nota de lançamento, entre outros que abrange diversos tipos de contabilização tais como apropriação de contas a pagar, adiantamentos, apropriação de imobilizado, reconhecimento das receitas, entre outros.

Estes demonstrativos são acompanhados de notas explicativas que englobam informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

A metodologia utilizada para a elaboração deste item, foi informada através da orientação da UG 150003 - Setorial de Contabilidade – MEC – mensagem nº: 2016/0476889.

Tabela 3 - Revisão Analítica do Ativo (BP)

Órgão UGE: 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA								
Mês de Lançamento	30/09/2015		Diferença		AH%		DEZ/2015	
CCon - Título (4)	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	3.442.580	1,78%	3.442.580	1,78%			173.488	0,09%
Total - Caixa e Equivalentes de Caixa (Subgrupo 1)	3.442.580	1,78%	3.442.580	1,78%			173.488	0,09%
Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros	6.912	0,00%	6.912	0,00%			74.809	0,04%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Outros Créditos a Rec e Valores a Curto Prazo	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Total - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Subgrupo 2)	6.912	0,00%	6.912	0,00%			74.809	0,04%
Almoxarifado	5.684.183	2,94%	5.684.183	2,94%			5.945.695	3,04%
Materiais em Trânsito	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Mercadorias para Revenda	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Outros Estoques	7.770	0,00%	7.770	0,00%			0	0,00%
Total – Estoques (Subgrupo 3)	5.691.953	2,94%	5.691.953	2,94%			5.945.695	3,04%

Assinaturas e Anuidades a Apropriar	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Prêmios de Seguros a Apropriar	3.442	0,00%	3.442	0,00%			177	0,00%
Tributos Pagos a Apropriar	3.751	0,00%	3.751	0,00%			58	0,00%
VPD Financeiras a Apropriar	261	0,00%	261	0,00%			102	0,00%
Total - Variação Patrimonial Diminutiva Pg Antecipada (Subgrupo 4)	7.454	0,00%	7.454	0,00%			337	0,00%
Total Ativo Circulante	9.148.899	4,73%	9.148.899	4,73%			6.194.329	3,17%
Bens Imóveis	120.908.416	62,55%	120.908.416	62,55%			121.924.820	62,44%
Bens Móveis	62.304.792	32,23%	62.304.792	32,23%			66.138.058	33,87%
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%
Total – Imobilizado (Subgrupo 1)	183.213.208	94,79%	183.213.208	94,79%			188.062.878	96,31%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140	0,00%	140	0,00%			140	0,00%
Softwares	929.918	0,48%	929.918	0,48%			1.007.767	0,52%
Total – Intangível (Subgrupo 2)	930.058	0,48%	930.058	0,48%			1.007.907	0,52%
Total Ativo Não Circulante	184.143.266	95,27%	184.143.266	95,27%			189.070.785	96,83%
Total Geral	193.292.165	100,00%	193.292.165	100,00%			195.265.113	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Setorial MEC

Obs: Saldo Atual em R\$

Caixa e Equivalente de Caixa: Com o objetivo de minimizar o saldo que poderia ficar em restos a pagar, a redução do saldo do caixa entre setembro e dezembro de 2015, foi decorrente de diversos pagamentos efetuados no período. Comparando com a VPD, houve variação aumentativa nas despesas, entre setembro e dezembro de 59%.

Demais Créditos: houve aumento de 0,04% decorrente de pagamento de Adiantamento de 1/3 de férias.

Almoxarifado: A conta contábil representa 3,04% do total do Ativo. Conforme informado na Declaração de Contador, os valores representados na conta de almoxarifado não refletem a realidade, sendo necessário fazer os lançamentos de baixa do material para consumo. Para o registro desses lançamentos, há um sistema- SUAP- que está em fase final de implantação, tão logo, será possível emitir o RMA para a contabilidade fazer os devidos ajustes.

Grupo Imobilizado: Representa 96,83% do total do Ativo. Sendo 62,44% da conta de Bens Imóveis. Ressalta-se que os valores que compõem a conta de bens imóveis é referente aos lançamentos na conta analítica de Obras em andamento, que deverá ser baixado assim que o registro dos terrenos for efetivado no SPIUNET. Portanto, os valores não se referem a terrenos nem a edificações, pois faltam documentação necessária para o devido registro. A documentação está sendo providenciada junto aos órgãos competentes.

A conta de bens móveis representa 33,87% do total do ativo. Os valores não estão depreciados, nem reavaliados. Esse procedimento se dará a partir de março de 2016.

Os bens intangíveis representam 0,52% do total do ativo. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Ainda não sofrem avaliação ou amortização.

Tabela 4 – Revisão Analítica do Passivo (BP)

Órgão UGE: 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA								
CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)	
	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%
Adiantamentos de Clientes	0	0,00%	810	0,02%	(810)	-0,02%	-100,00%	-100,00%
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.388.451	35,58%	182.113	3,45%	1.206.339	32,13%	662,41%	930,23%
Valores Restituíveis	32.336	0,83%	283.172	5,37%	(250.837)	-4,54%	-88,58%	-84,57%
Total - Demais Obrigações a Curto Prazo (Subgrupo 1)	1.420.787	36,41%	466.095	8,84%	954.692	27,57%	204,83%	311,91%

Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP	2.344.380	60,08%	4.781.938	90,68%	(2.437.558)	-30,61%	-50,97%	-33,75%
Total - Fornecedoras e Contas a Pagar a Curto Prazo (Subgrupo 2)	2.344.380	60,08%	4.781.938	90,68%	(2.437.558)	-30,61%	-50,97%	-33,75%
Benefícios Assistenciais a Pagar	119.697	3,07%	0	0,00%	119.697	3,07%		
Benefícios Previdenciários a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Encargos Sociais a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Pessoal a Pagar	17.523	0,45%	25.176	0,48%	(7.653)	-0,03%	-30,40%	-5,95%
Total - Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar-CP (Subgrupo 3)	137.220	3,52%	25.176	0,48%	112.044	3,04%	445,05%	636,51%
Obrigações Fiscais a CP com os Municípios - CONSO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Obrigações Fiscais a CP com os Estados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Total - Obrigações Fiscais a Curto Prazo (Subgrupo 4)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Total Passivo Circulante	3.902.387	100,00%	5.273.209	100,00%	(1.370.822)	0,00%	-26,00%	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Setorial MEC

Obs: Saldo Atual em R\$

A conta de Adiantamento de clientes, ficou zerada em dezembro/2015 devido ao lançamento de correção efetuado pela setorial de contabilidade. Este valor é decorrente de lançamentos de exercícios anteriores.

Outras Obrigações a Curto Prazo representa 35,58% do total do passivo. Nesta conta estão representados as bolsas para estudos, auxílio natalidade, recursos diferidos a liberar.

Valores Restituíveis são referentes aos impostos e contribuições retidos de fornecedores para repassar ao Tesouro, representam 0,83% do total do passivo.

Mesmo com todos os esforços para efetivar a maioria dos pagamentos e minimizar o saldo da conta de restos a pagar 2015, a conta de fornecedores representa 60,08% do total do passivo.

Tabela 5 - Revisão Analítica do Patrimônio Líquido (PL)

Órgão UGE: 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA								
CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)	
	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%	Saldo Atual	AV%
Superávits ou Déficits Acumulados	3.902.387	100,00%	5.273.209	100,00%	(1.370.822)	0,00%	-26,00%	0,00%
Total Resultados Acumulados	3.902.387	100,00%	5.273.209	100,00%	(1.370.822)	0,00%	-26,00%	0,00%
Total Patrimônio Líquido	3.902.387	100,00%	5.273.209	100,00%	(1.370.822)	0,00%	-26,00%	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Setorial MEC

Obs: Saldo Atual em R\$

Na conta de Patrimônio Líquido houve registro decorrente de ajustes de exercícios anteriores. Esse lançamento se refere ao reconhecimento da amortização na conta de Benfeitorias em poder de terceiros dos períodos de 2011 e 2012 em que não foram apropriados o valor de R\$124.776,86. Lançamento contábil de acordo com a Macrofunção 020330.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo contempla informações sobre a gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

Dos conteúdos deste capítulo apresentados no anexo único da Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas, não foi contemplado neste relatório de gestão o item 8.1.11 - Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, considerando a não ocorrência no período.

6.1 Gestão de Pessoas

Conforme consta dos sistemas SIAPE e SUAP, a composição da força de trabalho no exercício de 2015 atingiu o quantitativo de 936, sendo o quadro por constituído 492 cargos efetivos de Técnicos Administrativos em Educação, 444 docentes efetivos, 23 docentes substitutos e 28 docentes temporários.

Desde a sua criação, o IFB vem aumentando gradativamente o seu quadro de pessoal, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, que tem realizado constantes ações para provimento dos cargos efetivos vagos ou colaboração de outros servidores dentre das possibilidades da legislação vigente.

Cumprir destacar que em 2015, considerando o aumento e as perdas de servidores por motivo de vacância de cargo, a força de trabalho desta Instituição aumentou em aproximadamente 15% de seu quadro de pessoal efetivo. Ressalta-se ainda que a composição da força de trabalho do IFB apresenta na sua quase totalidade servidores efetivos de carreira do quadro de pessoal.

O quadro de pessoal do IFB, quanto ao grau de escolaridade, é, em sua maioria, superior a exigida para o ingresso no cargo. Ademais, prevalecem no âmbito da instituição o grau de escolaridade igual ou superior a graduação e tendo somente aproximadamente 10% do quadro de servidores com o nível médio.

Os servidores do IFB são relativamente jovens, tendo em média 25 a 45 anos, nesse contexto foram concedidas, desde a criação do órgão, três aposentadorias, não havendo grandes impactos na força de trabalho. Diante do exposto, a previsão do tempo para aposentadoria dos servidores em sua grande parte é para daqui a 15 ou 30 anos.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DRGP) promove mensalmente controles na área de pessoal para identificar possíveis irregularidades, dentre eles a análise criteriosa dos documentos apresentados para concessão de benefícios, licenças, afastamentos e pagamentos efetivados aos servidores, além da identificação de possíveis acumulação ilícita de cargo dos servidores.

A DRGP se utiliza de controle via declaração de cargo no momento do ingresso dos servidores e utilização do SIAPE para alertas sobre a acumulação. Além disso, é feito o cruzamento das informações feitas pela Receita Federal prestadas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que detecta possíveis acumulações.

Informa-se que o IFB não possui atualmente uma ferramenta específica para realizar apuração de acumulação, limitando-se apenas a informações prestadas pelos servidores nas declarações, as alertas contidas no SIAPE e o cruzamento de informações conforme mencionado anteriormente.

Destaca-se que a Instituição busca constantemente junto aos órgãos de supervisão e controle a disponibilização de sistemas e orientações para sanar as deficiências relativas ao controle de irregularidades na área de pessoal.

Os indicadores relacionados à gestão de pessoas constam do Quadro 21, apresentado na Seção 2.4 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho.

Qualificação da força de trabalho

A Coordenação-Geral de Políticas de Qualificação (CGPQ), dentre suas atribuições, é responsável por propor, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos *Campi*, CIS e CPPD, a política de capacitação e qualificação para o IFB; acompanhar a implementação da política de qualificação e implementar o Plano Anual de Capacitação (PAC).

O PAC de 2015 contemplou ações e eventos de capacitação visando proporcionar aos servidores do IFB a aquisição e aperfeiçoamento de competências individuais e coletivas e a elevação da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo IFB ao cidadão.

Em 2015, os objetivos principais da CGPQ foi o de propiciar capacitação para os novos servidores que ingressaram no IFB no período de execução, assim como àqueles não capacitados na própria área; e aumentar a quantidade de servidores beneficiários da qualificação. Destaca-se que, seguindo os conceitos definidos pelo Decreto nº 5.825/2006, a capacitação se refere ao “processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais”, enquanto que a qualificação é definida como “processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira”.

Os principais eventos de capacitação foram cursos e/ou oficinas, de pequena duração, em média de 20-40 horas e participação em seminários e congressos, ocorridas no país e no exterior. Quanto à qualificação, o IFB viabilizou a participação de servidores em programas de pós-graduação stricto sensu, por meio de parcerias institucionais visando a participação de servidores em cursos de mestrados; concessão de afastamentos para a participação principalmente em cursos de pós-graduação stricto sensu; qualificação em serviço (os servidores participam de cursos de pós-graduação sem se afastarem das atividades laborais) e concessão de bolsas de incentivo à qualificação.

Quanto à qualificação, 52 servidores encontram-se cursando o Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária – MESIC, ofertado pela Escola de Educação Superior do Instituto Politécnico de Santarém (IPS) – em Portugal, com o qual o IFB firmou um convênio de cooperação. Outros 6 (seis) servidores realizam o Mestrado profissional em Gestão Pública, por meio da parceria SETEC/MEC/UNB, encontrando-se em fase de conclusão do curso (desenvolvimento das dissertações); 01 (um) servidor encontra-se cursando o mestrado na área de informática/tecnologia da informação, beneficiado pelo convênio SETEC/MEC/UFPE, com as despesas de deslocamentos para realização do curso pagas pelo IFB.

Dos 6 servidores matriculados no Mestrado Profissional em Educação, também objeto da parceria SETEC/MEC/UNB, 2 concluíram no exercício de 2015.

Em relação à capacitação, foram ofertados, pela CGPQ, 15 cursos/eventos de capacitação no ano de 2015, totalizando 348 servidores capacitados. Um total de 487 servidores foram capacitados em 212 cursos/eventos desenvolvidos nos *Campi*/unidades da reitoria e/ou externos. Foram ainda capacitados 44 servidores em cursos realizados pelo Centro de Formação do MEC, em parceria com o IFB.

Quadro 27 - Eventos de capacitação realizados pela CGPQ em 2015

Cursos		Nº de vagas	Nº de inscritos	Nº de concluintes
ESAF	Elaboração de projeto básico, termo de referência e editais	30	30	30
	Gerenciamento de Serviços de TI	20	20	20
	Gestão de documentos	30	17	17
	Gestão do Conhecimento	30	20	18
	Gestão da Mudança	20	19	17
	Logística de Suprimentos	20	20	20
	Mapeamento de Processos	30	30	30
	Oratória	20	20	19
	Planejamento Orçamentário	30	28	27
	Pregão eletrônico	20	18	17
	Redação Técnica	30	30	28
	Tesouro Gerencial	30	24	24
ABOP	SIAFI Operacional	30	31	31
IFB	PAD	35	39	39
	Sinais Internacionais	20	13	11
TOTAL		365	328	348
Fonte: CGPQ				

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 28 - Força de Trabalho do IFB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	936	199	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	936	199	36
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	916	198	30
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	8	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	6	0	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	52	19	25
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	989	218	55
Fonte: SIAPE				

Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	486	450
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	486	450
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	476	440
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	52
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	487	502
Fonte: SIAPE		

Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1 + 1.2)	0	82	25	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4 + 1.2.5)	0	82	25	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	66	25	11
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	12	0	5
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	0	234	125	71
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	233	124	71
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	316	150	87
Fonte: SIAPE				

Análise Crítica

A instituição tem um quadro de 989 servidores, entre efetivos e outros vínculos, como força de trabalho disponível. Informa-se que o quadro de servidores efetivos do IFB ainda não está completo. Cumpre ressaltar que a Diretoria de Gestão de Pessoas vem realizando diversas ações para preenchimento das vagas e atendimento das necessidades da unidade.

O IFB não realizou uma avaliação sobre a distribuição da força de trabalho durante o exercício de 2015, concentrando os trabalhos no provimento dos cargos vagos para a composição do quadro efetivo. Ressalta-se ainda que a composição da força de trabalho do IFB apresenta, na sua quase totalidade, servidores efetivos de carreira do quadro de pessoal. Além disso, o quantitativo de ocupantes de cargos comissionados não aumentou em relação ao exercício de 2014, tendo em vista

que não houve distribuição de mais funções ao Instituto Federal de Brasília e considerando ainda que não houve mudança no organograma.

O quadro do IFB é relativamente jovem, tendo sido efetivadas, desde sua criação, três aposentadorias. Ressalta-se que os servidores possuem em média de 25 a 35 anos, tendo como previsão para aposentadoria um percentual de aproximadamente 10% dos servidores nos próximos 10 anos, o que não trará impacto imediato ao quadro. A Diretoria de Gestão de Pessoas, em estudo para realização dos exames periódicos, detectou que no exercício de 2016 ocorrerá apenas uma aposentadoria.

O Instituto Federal de Brasília tem proporcionado vários afastamentos aos seus servidores, principalmente docentes, e que em sua maioria já se encontram estáveis, para fins de capacitação e qualificação. Para evitar que muitos servidores se afastem numa proporção que impacte no funcionamento das unidades, foi adotado o edital de afastamento, que visa o afastamento gradativo e em percentuais que as unidades consigam dar andamento em suas ações. Informa-se que para alguns afastamentos docentes existe a previsão legal de substituições.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 31 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	57.902.977,86	3.787.031,29	5.606.485,89	3.180.384,91	3.771.444,78	1.000.775,65	273.530,67	8.536,59	56.145,49	75.587.313,13
	2014	43.341.428,40	2.944.606,79	4.403.077,87	2.498.200,89	3.327.273,79	807.772,58	0,00	33.221,13	30.211,17	57.385.792,62
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	510.932,33	32.509,82	19.289,72	78.850,00	0,00	0,00	0,00	3.562,08	645.143,95
	2014	0,00	611.898,97	53.617,28	19.014,29	47.878,00	2.767,92	0,00	0,00	3.562,08	738.738,54
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	63.546,12	5.295,51	1.891,70	4.476,00	0,00	599,00	0,00	0,00	75.808,33
	2014	0,00	4.915,92	9.993,02	14.542,89	7.833,00	763,84	0,00	0,00	0,00	38.048,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.371.982,83	0,00	113.129,82	46.934,33	89.395,70	52.737,45	0,00	0,00	70.383,56	1.744.563,69
	2014	1.458.504,15	0,00	121.491,94	55.021,79	100.001,81	21.492,63	0,00	0,00	64.886,84	1.821.399,16
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	1.383.906,31	0,00	79.975,73	23.668,37	177.169,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.664.719,87
	2014	1.647.291,34	0,00	99.967,07	10.170,19	24.329,27	1.182,58	0,00	914,26	0,00	1.783.854,71

Fonte: SIAPE/DW

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos principais riscos está relacionado à média salarial dos técnicos administrativos comparada a outros órgãos e a dificuldade de conceder benefícios pecuniários ou prêmios para esses servidores. Esses fatores contribuem consideravelmente para o aumento da rotatividade – *turnover* – de pessoal no setor.

Destaca-se que o risco derivado dessa rotatividade é a constante necessidade de capacitação dos novos servidores que chegam ao setor e que, por limitações orçamentárias, nem sempre o órgão consegue prover no momento adequado. Além do mais, existem atividades desenvolvidas por servidores que demandam tempo, pois há certas especificidades na realização de tarefas que só se adquire com a experiência. Portanto, o conhecimento do servidor que saiu da instituição é levado com ele e, mesmo havendo a reposição isso não será transmitido em curto prazo.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido	Situação
			Início	Fim		
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília					UG/Gestão: 158143/26428	
2011	Serviços de limpeza, asseio e conservação nas unidades da Reitoria, Brasília e Taguatinga Norte do IFB.	00.478.727/0001-89	02/09/2011	02/09/2016	Ensino Fundamental	Prorrogado
2012	Serviços de limpeza, asseio e conservação nas unidades do IFB.	05.058.935/0001-42	01/06/2012	01/06/2016	Ensino Fundamental	Prorrogado
2014	Serviços de auxiliar de manutenção predial, supervisor de manutenção predial, eletricista, pedreiro, serralheiro, jardineiro, auxiliar de jardinagem, trabalhador agropecuário em geral, vaqueiro, tratorista agrícola, operador de retroescavadeira, lavador de veículos, copa, cozinha, motorista, recepcionista, contínuo, encarregado geral e supervisor de transporte.	00.478.727/0001-89	14/03/2014	14/03/2015	Ensino Fundamental incompleto	Prorrogado
2015	Serviços de segurança patrimonial na Reitoria e nas unidades Brazlândia, Candangolândia, Sobradinho e Cidade Digital do IFB.	10.496.968/0001-04	16/05/2015	16/05/2016	Ensino Fundamental incompleto	Ativo
2015	Serviços de segurança patrimonial no Campus Ceilândia do IFB.	10.496.968/0001-04	16/05/2015	16/05/2016	Ensino Fundamental incompleto	Ativo
2015	Serviços de segurança patrimonial no Campus Estrutural do IFB.	10.496.968/0001-04	16/05/2015	16/05/2016	Ensino Fundamental incompleto	Ativo
2015	Serviços de segurança patrimonial no Campus São Sebastião do IFB.	10.496.968/0001-04	16/05/2015	16/05/2016	Ensino Fundamental incompleto	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília					UG/Gestão: 152142/26428	

2015	Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial por meio de vigilância armada e desarmada.	03.602.6 46/0001-37	15/05/15	15/05/16	Quarta série do primeiro grau	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Gama					UG/Gestão: 152139/26428	
2015	Serviços de segurança e vigilância patrimonial por meio de vigilância armada e desarmada	03.602.6 46/0001-37	15/05/2015	15/05/2016	Quarta série do 1º e curso de formação expedido por instituição habilitada junto a polícia federal	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Taguatinga Norte					UG/Gestão: 152140/26428	
2015	Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, por meio de Vigilância Armada e Desarmada, no campus Taguatinga.	03.602.6 46/0001-37	15/05/2015	14/05/2016	Quarta série do primeiro grau	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Taguatinga Centro					UG/Gestão: 152143/26428	
2015	Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial	14.534.4 90/0001-10	16/06/2015	15/06/2016	Nível Médio Completo	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina					UG/Gestão: 158501/26428	
2015	Execução de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, por meio de Vigilância Armada e Desarmada.	10.496.9 68/0001-04	15/05/2015	15/05/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia					UG/Gestão: 152141/26428	
2015	Serviço de Vigilância e Segurança patrimonial do IFB	03.601.0 36/0001-19	15/05/2015	15/05/2016	Ensino Médio Completo	Ativo
Unidade Contratante: Instituto Federal de Brasília – Campus Riacho Fundo					UG/Gestão: 152147/26428	
2015	Serviço de segurança e vigilância patrimonial	03.602.6 46/0001-37	16/05/2015	15/05/2016	Ensino Médio	Ativo
Fonte: Processos 23098.00033.2011-3; 23098.000006.2012-92; 23098.001593.2013-18; 23098.001684.2014-34; 23508.009949.2015-54; 23162.000462.2014-83; 23513.011158.2015-15; 23160.009820.2015-14; 23511.009921.2015-68; Contrato CGAM nº 02/2015; Contrato CPLA nº 09/2015.						

Contratação de estagiários

A seleção e contratação de estagiários se dá por meio de processo seletivo. As unidades do IFB selecionam os alunos de acordo com o curso e com as habilidades dos estudantes e elaboram plano de trabalho para que as contratações estejam vinculadas ao negócio.

O Instituto Federal de Brasília não possui normativa interna que regulamente as contratações, que são realizadas de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Os setores realizam o processo seletivo e selecionam os alunos conforme a necessidade apresentada.

Os estagiários são contratados e alocados em áreas que possam desenvolver as habilidades profissionais de acordo com o curso. As unidades do IFB elaboram plano de trabalho para que a contratação esteja vinculada com o negócio da unidade.

As contratações são efetivadas respeitando o quantitativo de vagas disponíveis no sistema SIAPE e o percentual do quadro de servidores efetivos. Destaca-se que os impedimentos legais para tais contratações são a lei que trata do assunto, o quantitativo de vagas e a disponibilidade orçamentária para a folha de pagamento.

No exercício de 2015, devido à crise orçamentária, a Instituição desligou os estagiários que atuavam na área meio, visando economia para manutenção de outras atividades institucionais. Informa-se que no segundo semestre do exercício de 2015 somente as unidades da área fim mantiveram os contratos.

O IFB não tem despesas para as seleções e contratações dos estagiários, realizando o processo seletivo interno sem custas e entre o IFB e as instituições de ensino são firmados convênios visando a parceria para a oferta de estágio para os alunos. Os convênios citados não trazem ônus para esta Instituição. A única despesa relativa aos estagiários são os valores pagos da bolsa, seguro contra acidente e auxílio-transporte.

Quadro 33 - Comparativo da composição do quadro de estagiários e das despesas correspondentes

Quadro de Estagiários				
Nível de Escolaridade	Quantidade		Despesas	
	2014	2015	2014	2015
1. Nível superior	258	97	613.451,30	351.052,25
1.1 Área Fim	147	47	317.749,53	185.792,79
1.2 Área Meio	111	50	295.701,77	165.259,46
2. Nível Médio	112	57	171.024,38	108.018,39
2.1 Área Fim	61	31	93.144,07	61.190,66
2.2 Área Meio	51	26	77.880,31	46.827,73
Total (1+2)	370	154	784.475,68	459.070,64

Fonte: SIAPE

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão da frota de veículos

A frota de veículos do Instituto Federal de Brasília é regulamentada pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências; e pela Portaria Normativa IFB nº 06 de 26 de agosto de 2014, que dispõe sobre a regulamentação do uso de veículos oficiais no âmbito do Instituto Federal de Brasília e sobre os procedimentos a serem adotados em casos de acidentes envolvendo os veículos oficiais.

O Instituto Federal de Brasília possui dez *Campi* distribuídos no Distrito Federal mais a Reitoria, a frota de veículos se torna importante na promoção da atividade-fim pois promove a locomoção de alunos e servidores do IFB em visitas técnicas, feiras, viagens interestaduais para encontros educacionais, entre outros. A locomoção de convidados para colaborar com o desenvolvimento do ensino na instituição, também é promovida com a frota do IFB. Para cumprir, diariamente, seus compromissos externos, os servidores também contam a frota de veículos disponibilizada na instituição.

A frota de veículos tem grande relevância na consecução dos objetivos estratégicos do IFB pois auxiliam na articulação entre os 3 eixos dos objetivos estratégicos, uma vez que promove a agilidade nos deslocamentos daqueles que precisam de transporte para o desenvolvimento de atividades educacionais, de gestão e de relações institucionais.

O IFB possui atualmente 94 veículos oficiais distribuídos pelos *Campi*, sendo 57 veículos considerados leves e 37 considerados veículos pesados.

Para a categoria de veículos leves a média anual de quilômetros rodados é de 225.671,90 Km/ano. Para a categoria de veículos pesados a média anual de quilômetros rodados é de 102.644,90 Km/ano.

Para a categoria de veículos leves a idade média é de 4 anos e 7 meses. Para a categoria de veículos pesados a idade média é de 3 anos e 8 meses.

Os custos com combustível, manutenções, entre outros gastos com os veículos oficiais do Instituto Federal de Brasília no ano de 2015 foi de R\$ 481.503,86.

A previsão de substituição da frota é de 5 anos, tendo em vista que o tempo de depreciação de veículos que é de 5 anos conforme previsão legal, ou, nos casos de algum veículo apresentar uma má condição para uso, deverá ser substituído para que não prejudique a demanda da Unidade.

Não se têm a intenção de realizar a locação de veículos, considerando que já foram feitos investimentos com a aquisição de veículos, contratação de empresa para manutenções e fornecimento de combustível.

Ademais, o reduzido quadro de pessoal com competências técnicas compatíveis com o desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica implicaria em demasiado tempo de espera para a conclusão dos mesmos, o que acarretaria ônus às atividades que dependem da utilização dos veículos, superando possíveis benefícios da opção de locação.

- a) Estrutura de controles de que o IFB dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Atualmente a Coordenação-Geral Serviços e Manutenção tem como controle e fiscalização da frota de veículos oficiais desta Reitoria os seguintes instrumentos:

- i. Controle semanal

O controle semanal é uma planilha alimentada diariamente, com abas para todos os dias da semana (segunda, terça, quarta, quinta e sexta, em casos extraordinários sábado) nela são cadastradas as saídas solicitadas contendo: o veículo/placa reservado, a data da reserva, data da utilização, hora saída/chegada, usuário da ocasião, setor que solicitou a demanda, a forma de requisição, nome do condutor e o local de destino.

Essa planilha é a mais utilizada, e apresenta em tempo real o que está acontecendo com a frota de veículos/motoristas no momento. Após o fim de cada semana é realizada a consolidação, nesta são arquivados os acontecimentos da semana, para devidos registros.

- ii. Planilha interna do veículo

Todos os veículos têm em seu interior uma planilha que registram as saídas, esse controle é importante para a verificação e fiscalização. Não é permitido sair sem registrar as informações na planilha do veículo. Nela contém a data da saída, o hodômetro atual do veículo no momento da saída, a hora da saída, o hodômetro da chegada, a hora de chegada, o local de destino para onde o veículo será conduzido na ocasião, o nome do motorista, o setor que utilizou/solicitou o veículo.

Essa planilha é preenchida todos os dias, e no fim de cada mês é recolhida e substituída por outra, referente ao próximo; é preenchida por todas as pessoas que utilizam o veículo. Em caso de multas, essa planilha é utilizada no procedimento para identificações dos condutores infratores.

Acompanhamos o hodômetro de cada veículo por meio dessa planilha no qual será lançado no Mapa Comparativo no fim do mês.

iii. Requisições SIGA

Os pedidos de veículos são feitos por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA ADM), que atualmente é o sistema utilizado nesta Instituição para diversos fins, inclusive de realizar requisições. A reserva de carro e motorista é feita pelo requisitante, este precisa estar devidamente cadastrado pelo NTIC, e após realizar a requisição de veículo ela deverá ser avaliada pelo gestor do setor, que será um servidor com autorização também pelo NTIC de liberar previamente a saída, após esse processo a requisição será liberada para que esta Coordenação verifique a possibilidade de atender, caso o requisitante não informe todos os dados que lhe é solicitado no momento a requisição não irá aparecer no cadastro pois estará pendente.

Após a requisição, é liberada ou recusada, no caso da recusa é informado o motivo, que poderá ser por agenda cheia ou por não ter motorista no horário/dia solicitado, quando a solicitação é feita com prazo menor de 24 horas, pode ser recusada. Caso seja liberada, a requisição será impressa e entregue ao motorista que estará utilizando o veículo na ocasião, para que o mesmo a preencha e traga preenchida, e após lançada no SIGA ADM.

As vezes ocorrem mudanças na planilha e essa requisição está com nome de motorista ou veículo que não correspondem com o que realmente irão usar, então se isso acontecer, é feita uma observação na própria requisição que estará impressa, antes de lançar no sistema e arquivá-la.

iv. Requisições internas

É utilizada em casos específicos, para o usuário que não consiga realizar o pedido pelo sistema SIGA ADM. Trata-se de medida para que a prestação de serviços seja ininterrupta, já que os solicitantes necessitam de condução oficial para realizá-los.

v. Multas

As multas cometidas referentes aos veículos da Reitoria chegam à Coordenação para realizar a identificação do condutor que utilizava o veículo. São verificadas todas as planilhas de registros, do dia indicado no auto da infração, para validar a identificação, evitando acusar o condutor erroneamente.

vi. Instrução normativa para veículos oficiais

Além dessas formas de controle, a Coordenação alimenta as seguintes planilhas constantes na Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008: anexo II - Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial e anexo III - Ficha Cadastro de Veículo Oficial.

Cada Campus faz seus próprios controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFB, por sua recente criação, não possui uma quantidade razoável de veículos com necessidade de processo de destinação. Um evento importante foi a utilização de um dos veículos com idade superior a 5 anos (prazo de depreciação) na atividade fim do órgão, no Campus Estrutural, para o curso Técnico em Mecânica de Automóveis.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis do IFB, devidamente cadastrados e atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, estão distribuídos pelas diversas regiões do Distrito

Federal, conforme apresentado no Quadro 1, com localização nas seguintes cidades: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro. Tais imóveis não possuem Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), pois o processo de doação junto a SPU está em tramitação, havendo indicativo que a transferência seja efetuada em 2016.

A qualidade dos registros contábeis restou prejudicada em razão da dificuldade de obter resposta junto a SPU. O IFB entrou em contato com o referido órgão de controle patrimonial mediante os Ofícios de nº 685/2015 e 873/2015. Quanto às despesas com manutenção, não se mostraram significativas, em função da pouca idade das construções.

O Núcleo de Engenharia faz inspeções constantes nos *Campi*, visando verificar as condições das obras entregues. Outro documento importante, encontra-se em fase de confecção, trata-se do Plano Diretor de Infraestrutura do IFB.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Em 2015, foram cedidos espaços para instalação de lanchonetes nos imóveis do campus Brasília e do campus Gama, conforme discriminado a seguir:

Quadro 34 - Cessão de espaços a terceiros

Descrição	Brasília	Gama
Objeto da cessão	Espaço físico existente nas dependências do campus Brasília, situado no Bloco A.	Espaço com 74 m ² destinado a instalação de lanchonete, localizado no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília, situado no Lote 01, Setor de múltiplas Atividades, Gama, Brasília/DF, CEP72.429.005
Locador	Empresa Vital Comercial de Alimentos LTDA, CNPJ 11.461.486/0001-81 situada no SRES centro comercial Bloco D n.20 sala 401, cruzeiro velho-Brasília-DF, tendo representante legal José Laércio da Silva.	WANDERSON DOS SANTOS SOUZA MIRANDA / CNPJ: 17.816.898/0001-73
Forma de seleção do cessionário	Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.01/2015 do tipo Menor Preço Global	Dispensa de Licitação nº 02/2015. É importante ressaltar que antes da realização da dispensa de licitação foram realizados 02 (dois) pregões eletrônicos que foram fracassados (PE 5/2014 e 08/2014), por isso que a contratação se
Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do CBRA.	Exploração comercial de fornecimento de refeições prontas e de lanchonete
Caracterização do espaço cedido	Espaço situado no Bloco A e com Área total de 565,30m ² , sendo 48,7m ² de uso interno da cantina.	O ambiente possui uma área total de 74 m ² , equipado com balcão de granito com 01 (uma) cuba de inox para pia. Possui rede de energia elétrica e hidráulica
Prazo da concessão	01/04/2015 - 01/04/2016	12 meses
Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pelo IFB como remuneração pelo espaço cedido	R\$ 901,44 mensais (nos 2 primeiros meses) e posteriormente, variando de acordo com uma tabela de descontos aplicada sobre o montante de R\$901,44, segundo critérios constantes no edital.	Valor total da indenização = R\$ 566,81 Obs.: Taxa de ocupação (R\$ 433,64) + Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica (R\$ 124,71) + Taxa proporcional ao fornecimento de água e esgotamento sanitário (R\$ 8,46)

Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Valores ressarcidos à conta contábil 433110100	Valor recolhido via GRU e registrado no SIAFI
Rateio dos gastos quando cessão parcial	Não se aplica	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital (ver item v)
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pelo IFB	Valor ainda não usado.	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para custear despesas gerais do Campus
Fonte: PRAD		

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A necessidade de locação de imóveis de terceiros se dá em função do período necessário para construção dos *Campi* definitivos. Após a construção dos *campi*, não será necessário a renovação dos contratos de locação dos mesmos.

Quanto aos itens que tratam sobre: Gastos com reforma e manutenção de imóveis locados e imóveis funcionais, o IFB não possui imóveis neste enquadramento.

No que se refere à quantidade de imóveis alugados, atualmente há apenas a sede do Campus Taguatinga Centro, que ainda não possui sede definitiva.

Com relação ao valor do imóvel, constata-se mediante consulta ao SPIUNET, que é de R\$ 2.167.120,66.

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 35 - Obras realizadas em 2015

Obra Realizada em 2015	Número do Contrato	Valor realizado em 2015 (R\$ 1,00)	Vigência do Contrato	Estágio de Execução
Recebimento do Campus Ceilândia	05/2013	4.326.238,15	31/07/2015	Encerrado
Recebimento do Campus Estrutural	06/2013	2.831.000,42	31/07/2015	Encerrado
Recebimento do Campus São Sebastião	07/2013	4.089.078,51	30/07/2015	Encerrado
Recebimento do Campus Riacho Fundo	04/2013	3.418.704,18	01/08/2015	Encerrado
Fonte: NENG/PRAD				

6.3 Gestão da tecnologia da informação

- a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), e do alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foi elaborado após uma análise detalhada das lições aprendidas coletadas durante o primeiro ciclo de planejamento de Gestão de TIC (2013-2014). Foi elaborado um novo diagnóstico, planejamento, proposta de gestão dos recursos e processos de TIC visando atender às necessidades tecnológicas e de informação do IFB para o biênio 2014-2015.

Buscou-se cada vez mais alinhar as ações de TIC aos objetivos estratégicos do Instituto, com o objetivo de se elaborar um planejamento de TIC totalmente entrelaçado aos objetivos institucionais. A equipe de elaboração do PDTIC procurou tomar por base os documentos e instâncias institucionais que pudessem garantir este alinhamento.

O PDI, em conjunto com o trabalho realizado junto às instâncias diretivas do IFB, foi o norteador dos trabalhos de elaboração do PDTIC. Esta ação culminou em um documento fortemente alinhado aos objetivos estratégicos do instituto, pois os próprios responsáveis pelas Metas do PDI, com a ajuda da equipe de TI, opinaram nas Metas de TIC necessárias para o alcance das Metas Institucionais.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC do IFB foi criado a partir da portaria nº 361 de julho de 2010, em seu ato de criação ficou definido que o CTIC teria a finalidade de definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do IFB.

A composição do CTIC foi definida na própria portaria de criação em que se designou para formar o referido comitê os servidores ocupantes dos seguintes cargos ou seus representantes designados por ato de delegação própria: I.Reitor, na condição de Presidente; II.Pró-Reitor de Administração; III.Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; IV.Pró-Reitor de Ensino; V.Pró-Reitor de Extensão; VI.Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; VII.Diretor do Campus Brasília; VIII.Diretor - Geral do Campus Gama; IX.Diretor - Geral do Campus Planaltina; X.Diretor - Geral do Campus Samambaia; XI.Diretor - Geral do Campus Taguatinga; e XII.Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

No ano de 2015 ocorreram duas reuniões, onde foram definidos as prioridades que seriam atendidas para o período, focando principalmente nas demandas de desenvolvimento e implantação de softwares que auxiliariam na gestão administrativa e acadêmica do IFB.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O Plano de Capacitação do pessoal da TI do IFB é baseado, principalmente, nos cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes – ESR. A ESR é uma escola ligada à Rede Nacional de Pesquisa – RNP, entidade estreitamente ligada às Instituições Federais de Ensino. Por conta dessa ligação e do aporte financeiro do MEC, o IFB tem a possibilidade de proporcionar aos seus colaboradores de TI vários cursos nas áreas de interesse.

O Plano contempla todos os envolvidos nas atividades técnicas de TI no IFB, tanto os analistas quanto os técnicos, de todas as unidades do instituto.

No ano de 2015 foram realizados os seguintes treinamentos:

- Introdução ao Linux;
- Administração de Sistemas Linux;
- Fundamentos do COBIT 5;
- Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP;
- Introdução à Segurança de Redes;
- Administração de Banco de Dados;
- Modelagem de Banco de Dados;
- Protocolos de Roteamento IP;
- Gestão de Serviços de TI (ISO 20000);
- Gestão de Mudanças;
- Gestão do Conhecimento

Além da ESR, ocorreram capacitações custeadas pelo próprio IFB.

d) Descrição da força de trabalho da TI

Atualmente a força de trabalho é composta por 33 servidores efetivos da carreira de TI do IFB e outros 4 servidores da carreira de TI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Não há força de trabalho de estagiários ou terceirizados.

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

No ano de 2015 foram implementados os seguintes processos de gerenciamento de serviços de TI no IFB:

- Gerenciamento de Mudanças: para a implantação do gerenciamento de mudanças a infraestrutura utilizada foi o uso de ferramenta de gestão que permitisse o planejamento e a execução da mudanças no ambiente computacional. Essa ferramenta não gera custos para a instituição, pois é um software de licenciamento livre. Foi observada a norma ISO 20.000 e as boas práticas de mercado, ITIL e CobiT, como modelo para implantação desse processo.
- Gestão da Segurança da Informação: foi contratado, via concurso público, profissional especialista em segurança da informação. Foram elaboradas políticas e definido procedimentos para identificar e proteger informação e qualquer equipamento usado em conexão com seu armazenamento, transmissão e processamento. Houve investimento na aquisição de nova solução de antivírus para auxiliar na implantação desse processo.
- Gerenciamento de Problemas: assim como no Gerenciamento de Mudanças, nesse processo já se utiliza a infraestrutura que o IFB já possuía. Para esse processo também observou-se a ISO 20.000, a ITIL e o CobiT como norteadores da implantação;
- Gerenciamento de Fornecedores: o gerenciamento dos fornecedores é realizado com base nas legislações pertinentes (Lei 8.666; Instrução Normativa 04 do MPOG; etc). Também foram observadas as boas práticas de gerenciamento de projetos e da ISO 20.000 para implantação desse processo. Não houve a necessidade de investimento em infraestrutura.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

No ano de 2015 foram desenvolvidos os seguintes projetos de TI:

- Fornecer Cobertura de Garantia ao DataCenter do IFB
 - Descrição: garantir serviços de assistência técnica, prestados com mão de obra especializada, dos equipamentos que integram o Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade que integram a solução de DataCenter implantada no IFB;
 - Resultados esperados: Equipamentos que compõe a solução de Alta Disponibilidade devidamente mantida e monitorada para mitigar o risco de parada repentina e indesejada desses equipamentos;
 - Alinhamento com o Planejamento Estratégico: O projeto está alinhado ao objetivo estratégico de Elaborar e Executar Plano Diretor de Infraestrutura, dentro da dimensão Pessoas e Tecnologia, conforme mapa estratégico do IFB;
 - Alinhamento com o Planejamento de TI: O projeto está alinhado objetivo de TI de Prover Infraestrutura Local e de EAD, dentro da dimensão de Processos Internos, conforme mapa estratégico do NTIC/IFB;
 - Valor Orçado: R\$ 2.467.600,00;

- Valor Despendido: R\$ 1.204.800,00.
- Ampliação e Implantação de Telefonia usando Voz sobre IP (VOIP) em todas as unidades do IFB
 - Descrição: Estabelecer nas unidades do IFB um sistema integrado e seguro de comunicação baseado no tráfego de voz sobre o Protocolo IP (VoIP);
 - Resultados Esperados: Padronização do meio de comunicação, redução de custos com chamadas entre as unidades do IFB e ligações interurbanas;
 - Alinhamento com o Planejamento Estratégico: O projeto está alinhado ao objetivo estratégico de Fomentar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação, dentro da dimensão Pessoas e Tecnologias, conforme mapa estratégico do IFB;
 - Alinhamento com o Planejamento de TI: O projeto está alinhado ao objetivo de TI de Prover infraestrutura local e de EAD e ao objetivo de garantir a segurança da informação e comunicações;
 - Valor Orçado: R\$ 1.308.657,63;
 - Despendido: R\$ 327.697,69;
 - Prazos de Conclusão: Abril 2016.
- Aquisição de Desktops
 - Descrição: Aquisição de computadores para atendimento das demandas de laboratórios nos novos campus do IFB;
 - Resultados Esperados: Laboratórios equipados com equipamentos adequados às práticas acadêmicas;
 - Alinhamento com o Planejamento Estratégico: O projeto está alinhado ao objetivo estratégico de Fomentar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação, dentro da dimensão Pessoas e Tecnologias, conforme mapa estratégico do IFB;
 - Alinhamento com o Planejamento de TI: O projeto está alinhado ao objetivo de TI de Prover infraestrutura local e de EAD e ao objetivo de Garantir a segurança da informação e comunicações.
 - Valores Orçados e despendidos: R\$ 1.491.867,00
 - Prazos de Conclusão Dez 2015;
- Aquisição de Solução de Antivírus
 - Descrição: Aquisição e implantação de solução de antivírus para compor solução de segurança de Tecnologia da Informação;
 - Resultados Esperados: Equipamentos de TI com o mínimo esperado de proteção contra ameaças digitais tais como vírus, harkers, Worms e etc;
 - Alinhamento com o Planejamento Estratégico: O projeto está alinhado ao objetivo estratégico de Fomentar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação, dentro da dimensão Pessoas e Tecnologias, conforme mapa estratégico do IFB;

- Alinhamento com o Planejamento de TI: O projeto está alinhado ao objetivo de TI de Prover infraestrutura local e de EAD e ao objetivo de Garantir a segurança da informação e comunicações.;
 - Valores Orçados e despendidos: R\$ 134.000,00;
 - Prazos de Conclusão Dez 2015.
- g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O IFB não possui nenhum contrato de terceirização de serviços de TI. Existe um contrato de outsourcing de impressão, mas em nada influencia nas questões técnicas. Todos os serviços são prestados por servidores do próprio IFB, que são treinados quando da aquisição e implantação das soluções que são disponibilizadas à comunidade do instituto.

6.3.1 Principais sistemas de informações

Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP

O SUAP tem o objetivo de integrar em um só sistema todas as funcionalidades necessárias para se fazer uma gestão integrada.

Esse sistema é organizado em módulos que fornecem as funcionalidades de Gestão de Pessoas, Controle Patrimonial, Gerenciamento de Almoxarifado, Ponto Eletrônico, Planejamento Anual, Gestão de Projetos de Extensão, Gestão de Protocolo de Documentos, Controle de Acesso a chaves de ambientes, Frota de Veículos, Gestão de Contratos e Convênios, Gestão Orçamentária, Catálogo de Materiais.

O Responsável técnico do Sistema é o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação, mais especificamente por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas – CDDS/NTIC. A responsabilidade da área de negócio recai sobre a Pró-Reitoria de Administração (PRAD) por ser um sistema essencialmente voltado para as atividades administrativas do IFB.

Analisando a criticidade do sistema, o SUAP é uma ferramenta fundamental ao funcionamento das atividades administrativas do IFB.

Sistema de Gestão Acadêmica – SGA

O SGA, é um sistema gerencial usado para o controle e registro de todo o percurso acadêmico dos estudantes do IFB. Foi desenvolvido para a realidade das modalidades oferecidas e contempla as especificidades legais que cada uma delas exige.

Trata-se de um sistema que atende às necessidades dos docentes, uma vez que possibilita o registro dos planos de ensino, das aulas ministradas, das avaliações e recuperações da frequência atribuída aos estudantes, gerando o diário de classe do docente - ferramenta essencial para o controle do desempenho dos estudantes também pelos coordenadores de curso e pedagógico.

É também um suporte ao trabalho dos registros acadêmicos, visto que dá condições para efetivação de matrícula e emissão imediata de declarações, resultados acadêmicos, grade horária dos estudantes, histórico escolar, certificados e diplomas.

Grande parte dos dados e informações gerados pelo SGA são imprescindíveis para alimentar sistemas do MEC e INEP como SISTEC, Educacenso, CENSUP, além de possibilitar a criação mensal da Planilha de Seguro de Estudantes e outros relatórios que auxiliam nos trabalhos sobre perfil socioeconômico, evasão, número de formandos e egressos e demais quantitativos a serem disponibilizados, inclusive, aos órgãos de auditoria do governo (CGU, TCU).

O Responsável técnico do Sistema é o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas – CDDS/NTIC. A Pró-Reitoria de Ensino atua como área de negócio responsável pelo SGA, visto que é um sistema essencialmente voltado para as atividades acadêmicas do IFB.

Analisando a criticidade do sistema, o SGA é uma ferramenta e fundamental ao funcionamento das atividades acadêmicas do IFB.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

O IFB adotou ações básicas de sustentabilidade, tanto na efetiva racionalização de recursos, quanto no treinamento de terceirizados que lidam diariamente com a coleta de resíduos sólidos.

O Instituto encontra-se em processo de solicitação para participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (Processo SUAP nº 23098.012330.2015-01). Com a adesão à agenda, espera-se que o Instituto Federal de Brasília seja referência na gestão de resíduos e na economia de recursos. A despeito da não efetivação da aderência à referida agenda, foram realizadas, em 2015, as seguintes ações relacionadas à sustentabilidade:

1. Cartazes afixados nas paredes do Campus Riacho Fundo, com o objetivo de disseminar uma cultura de racionalização de recursos pelos servidores e alunos;
2. Plantio de mudas de árvores frutíferas e de árvores nativas do cerrado brasileiro para arborização no CBRA, com o intuito de tornar o ambiente do campus mais agradável, relaxante, com temperatura mais fresca, proporcionado principalmente pelas sombras das plantas;
3. Realização do evento "Dia do meio Ambiente" com rodas de conversas, palestras, oficinas e atividades que geraram uma ampla mobilização da comunidade acadêmica e uma profunda discussão do tema relacionado ao meio ambiente e à sustentabilidade;
4. Criação do espaço de convivência no campus Brasília através da utilização de materiais recicláveis e pouco agressivos ao meio ambiente. Ex: sofás feitos de pallets;
5. Conscientização do uso racional de água e energia elétrica através de comunicações internas;
6. O prédio definitivo do Campus São Sebastião, recebido no 2º semestre/2015, conta com sistema de reuso da água da chuva. A água que é captada do telhado e destinada a um tanque de 15.000 litros. Essa água é armazenada em caixa de 30.000 litros, ou seja, tem a possibilidade de armazenar até 45m³ de água da chuva para reuso. Essa água é utilizada para irrigar as áreas verdes e para lavagem do pátio, calçadas e outras áreas externas. Isso resultou numa economia de cerca de 30% no consumo de água no mês de dezembro de 2015. Essa economia se estenderá durante os meses chuvosos entre Novembro e Abril;
7. O projeto Biguá do campus Riacho Fundo tem como objetivo coletar os resíduos da cocção dos alimentos que são preparados nas aulas práticas de cozinha e panificação para fins de reciclagem, além de desenvolver atividades de conscientização ambiental.

A separação em resíduos orgânicos e não orgânicos é feita nas dependências dos prédios do Instituto. No que se refere a destinação às associações de cooperativas de catadores, foi constituída a Comissão Ambiental, com a responsabilidade de dar o destino ao lixo produzido pelo Campus Brasília.

A unidade tem empreendido um grande esforço no que concerne à implementação de ações de economia sustentável. Deve-se ressaltar que os resultados quanto a efetiva racionalização de

recursos e preservação do meio ambiente serão vistos no longo prazo e também dependem da implantação de uma cultura interna de sustentabilidade.

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Nas últimas licitações realizadas pelo IFB, foram implementadas as seguintes ações de sustentabilidade:

- a. Serviço de vigilância (Pregão 24/2014) – “A CONTRATADA deverá tratar da adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços contratados”
- b. Serviço de limpeza (Pregão 22/2014) “A Licitante deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental”
- c. Conclusão das obras do Campus Brasília (RDC 01/2015): empresa contratada para a execução da obra atenda as adequações necessárias e os requisitos de sustentabilidade ambiental (desenvolver e construir algo ecologicamente correto e sustentável, protegendo as gerações vindouras. Neste sentido esta escola, pretende ser a nível nacional, pioneira na obtenção do selo verde).
- d. Aquisição de Material de Expediente/Kit Pronatec (pregão 21/2014): “aquisição de papeis reciclados; os itens serão fabricados em material reciclado, considerando os critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, respeitando os processos de extração e fabricação;”

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Este capítulo contempla informações sobre as providências adotadas pelo IFB em cumprimento às deliberações e recomendações dos órgãos de controle, às exigências da Lei nº 8.666/1993, além de informações sobre medidas adotadas para apuração de dano ao erário.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, não houve recomendação ou determinação do TCU para o Instituto Federal de Brasília.

O Núcleo de Auditoria Interna acompanha as recomendações/determinações do TCU e solicita que a área responsável atenda às recomendações/determinações, como também se posicione quanto à sua implementação. Caso a determinação seja implantada, o responsável pela área justifica e indica quais foram as medidas adotadas até o momento.

Quadro 36 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício

Caracterização da recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.185/2010-3	Nº 4723/2013 - TCU - 2ª Câmara	110 da instrução	Ofício 0449/2013/TCU/SECEXEDUC, de 15/08/2013	15/08/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação				
Em recomendar ao IFB, com fulcro no art.250, III, do Regimento Interno, que (item 110 da instrução): (a) mapeie os processos de trabalho da Coordenação-Geral de Aquisições e da Coordenação de Contratos e Convênios, de forma a aprimorar os controles internos da Pró-Reitoria de Administração (Prad), caso ainda não realizado; (b) identifique os riscos e descreva os eventos inerentes às atividades das coordenações citadas que possam impactar os objetivos, contemplando identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais; (c) considerando a probabilidade e as consequências da ocorrência dos eventos relacionados aos riscos, valore, mensure e classifique (p. ex. alto, médio, baixo) os riscos, para identificar a área/processo de trabalho onde são necessários aperfeiçoamentos; (d) a partir da análise de riscos efetuada, defina estratégias para gerenciar os riscos; (e) estabeleça políticas e procedimentos para atuar sobre os riscos identificados em todas as atividades relevantes para o alcance de objetivos chaves dos setores sob análise, de forma a não se repetir as irregularidades científicas ao IFB; em encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao IFB(...).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os mapeamentos de processos de trabalho tanto da Coordenação-Geral de Aquisições (CGAQ) quanto da Coordenação de Contratos e Convênios (CDCC) estão elaborados e em vigência com o objetivo de estabelecer as rotinas administrativas internas. Vale ressaltar que Instituição está ainda em fase de estruturação tendo como prioridade a estruturação das novas Unidades/Campus, que por consequência gera sobrecarga em todos os setores da PRAD. Nesse momento está sendo estabilizada as rotinas e os fluxos de trabalho para que tão logo seja dado início aos estudos de mapeamento de risco, o que está previsto para dezembro de 2016. Para realização dessa ação faz-se necessária a capacitação dos servidores, que ocorrerá de acordo com o calendário a ser definido pela CGPQ/PRDI, capacitada esta solicitada em caráter de urgência.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.140/2111-1	ACÓRDÃO Nº 3612/2014 - TCU - 2ª Câmara	1.8	Ofício 0480/2014/TCU/SECEXEDUC, de 28/07/2014.	28/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				

Instituto Federal de Brasília
Descrição da determinação
1.8. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, II, do Regimento Interno, que, no âmbito do próximo processo de contas anuais, informe as providências adotadas para regularizar a situação da Conta Corrente 0974006000000235, aberta em nome do Instituto e vinculada à Agência 0974 da Caixa Econômica Federal, a fim de que sejam observados os dispositivos constantes da MP 1.782/1998, atual MP 2.170-36/2001, da IN 4/2004/STN, do inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei 1.737/1979, do § 5º do art. 45 do Decreto 93.872/1986;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
1) A conta corrente 0974006000000235, agência 0974 da Caixa Econômica Federal mantida por este Instituto, tem como única finalidade o pagamento dos salários de 231 servidores deste órgão, titulares de contas correntes em diferentes agências daquela instituição; 2) A referida conta corrente centraliza, em lançamento único, o pagamento mensal aos referidos servidores, conforme Convênio FOPAG firmado com aquela instituição; 3) Mensalmente, são movimentados recursos da ordem de R\$ 2,3 milhões; 4) A extinção dessa conta resultará significativo transtorno no processamento da folha de pagamentos, como decorrência da necessidade de transferências manuais a cada servidor via LC (lançamento de credores), demandando tempo e aumentando os riscos de erro no processo. Ressalte-se que a rotatividade de servidores impede a automatização do processo, sendo necessária a operação manual a cada fechamento da folha; 6) O procedimento ora adotado movimenta volume pouco significativo de recursos e não apresenta nenhum risco de danos ao erário; 7) A MP nº 2.170-36, de 23/08/1991, no parágrafo único do Art. 1º, prevê o depósito na Caixa Econômica Federal nos casos em que as características operacionais específicas não permitam a movimentação financeira pelo sistema de caixa único do Tesouro Nacional; 8) Conforme informação do Gerente da agência 0974 da CEF, a conta mantida por este Instituto caracteriza-se como “conta de depósito de entidades públicas”, em nada afrontando as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Órgão de Controle Interno exarou vinte recomendações, no exercício de 2015, das quais uma foi atendida dentro do exercício, conforme quadro abaixo. As recomendações restantes estão sendo implementadas e ainda se encontram dentro do prazo para atendimento.

Quadro 37 - Recomendações exaradas no exercício de 2015

Recomendação nº	Texto da Recomendação	Situação	Prazo
156438	Apresentar, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.	Atendida	07/05/2016
156439	Promover a atualização do organograma do IFB, no prazo de um ano, de forma a contemplar a estrutura organizacional vigente.	Em andamento	30/06/2016
156440	Instituir normativo em substituição à Resolução nº 24/2009 que seja submetido à aprovação do Conselho Superior e que regulamente a distribuição da carga horária didática docente, padronize a gestão das atividades dos professores nos Câmpus do IFB no que concerne ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação, definindo fluxos e linhas de aprovação hierárquica, e que formalize a política de transparência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Em andamento	30/06/2016
156453	Providenciar a realização de inventário físico anual de bens imóveis sob a responsabilidade do IFB, apresentando, inclusive, o estado de conservação de cada imóvel da UJ.	Em andamento	07/05/2016

156454	Acompanhar os processos junto ao corpo de bombeiro militar verificando os motivos da demora na aprovação dos projetos. Caso tenha pendências, tentar solucioná-las para aprovação pelo corpo de bombeiros.	Em andamento	07/05/2016
156455	Estabelecer, na Diretoria de Gestão de Pessoas, procedimentos, rotinas e/ou fluxos sistematizadas que permitam a execução das atividades diárias, como por exemplo, o registro tempestivo dos atos de pessoal no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac e do envio dessas informações ao Órgão de Controle Interno e à Corte de Contas, em obediência ao que estabelece a Instrução Normativa TCU nº 055/2007.	Em andamento	07/05/2016
156456	Aprimorar os normativos que regulamentam a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores do IFB, estabelecendo as rotinas, os requisitos e os responsáveis pela análise de cada uma das etapas do processo. Os normativos devem considerar que a flexibilização da jornada de trabalho somente poderá ser adotada quando ficar demonstrado, por estudos técnicos, que os serviços do setor exigem atividades contínuas em regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A flexibilização deverá ser concedida exclusivamente aos servidores do setor que atuam diretamente com atendimento ao público ou em período noturno, sendo entendido esse último como aquele que ultrapassar 21 horas. A autorização para flexibilização da jornada de trabalho deverá ser expressa e nominal, além disso, a portaria autorizativa deverá apresentar a escala de trabalho dos servidores que terão a carga horária reduzida. O IFB também deverá avaliar, previamente e por meio de estudos técnicos, se no Instituto há condições para se permitir a alteração da jornada, em especial, se há disponibilidade de pessoal para adoção de tal medida.	Em andamento	07/05/2016
156457	Suspender a flexibilização da jornada de trabalho no IFB, efeito da ampliação do horário de atendimento em diversos setores, concedidas após a publicação da Portaria nº 01/2015 - IFB, tendo em vista não ter sido comprovada, por critérios técnicos e objetivos, a necessidade de funcionamento ininterrupto ou de atendimento noturno naqueles setores. Além disso, a flexibilização da carga horária deve ser suspensa haja vista não terem sido publicadas portarias que, expressamente, autorizem a flexibilização da carga horária dos servidores, o que houve no âmbito do IFB foi a publicação de portarias que ampliam o horário de atendimento ao público em alguns setores.	Em andamento	07/05/2016
156458	Suspender os efeitos da Portaria Normativa nº 05/2012 - CS/RIFB até que seja emitido parecer da Procuradoria Jurídica quanto à legalidade do normativo.	Em andamento	07/05/2016
156459	Promover alterações na Portaria Normativa nº 05/2012 - IFB e Resolução nº 01/2015 - CS/IFB, após parecer da Procuradoria Jurídica, de modo a adequá-la ao previsto na Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 5.707/06 e na legislação correlata, no que se referente à concessão de horário especial aos estudantes.	Em andamento	07/05/2016
156460	Definir, formalmente, procedimentos internos, rotinas e fluxos com vistas a identificar e tratar casos de acúmulo funcional, os quais devem ser executados quando da posse de novos servidores e regularmente, ao longo do exercício.	Em andamento	07/05/2016
156461	Apresentar evidências da devolução da parcela de dedicação exclusiva recebida indevidamente pelo servidor identificado no campo fato e caso não ocorra o ressarcimento ao erário, deve-se apurar responsabilidades, visando identificar quem, de fato, deu causa ao prejuízo.	Em andamento	07/05/2016

156462	Dar continuidade ao processo licitatório em andamento no Instituto, que tem por objeto a conclusão das obras paralisadas no campus Brasília, atentando para se priorizar, em caso de necessidade, aquelas em que possa ocorrer a entrega definitiva no menor lapso temporal.	Em andamento	06/06/2016
156463	Determinar a complementação do conteúdo da Portaria Normativa nº 04, de 9/8/2012, com vistas a avaliar, por meio de estudos técnicos, quais os serviços prestados nas Bibliotecas e nos Registros Acadêmicos dos Câmpus que se enquadrariam nos critérios previstos no Decreto nº 1.590, bem como com vistas a publicar o nome e a escala dos servidores submetidos à flexibilização, tendo em vista que a suspensão da concessão da flexibilização da carga horária nesses setores traria grande prejuízo à comunidade escolar.	Em andamento	07/05/2016
156464	Submeter à análise da Procuradoria Federal junto ao IFB para que se pronuncie sobre a definição do termo "público usuário", prevista no §1º do art. 7º da Portaria Normativa nº 01/2015 - IFB, avaliando se essa definição é adequada ao fins previstos no Decreto nº 1.590/95.	Em andamento	07/05/2016
156465	Determinar que seja dada ampla publicidade às escalas dos servidores que tiverem a carga horária flexibilizada, afixando-as nas dependências do Instituto, em local visível e de grande circulação. As escalas devem, ainda, ser publicadas no site do IFB.	Em andamento	07/05/2016
156466	Adequar e aperfeiçoar o Sistema SUAP de modo a garantir que os seus parâmetros se ajustem às exigências legais, registrando de forma fidedigna o controle eletrônico do ponto dos servidores	Em andamento	07/05/2016
156467	Normatizar as rotinas operacionais das áreas envolvidas na gestão imobiliária do IFB, por meio de normas específicas como manuais, cartilhas, fluxogramas.	Em andamento	17/04/2016
156468	Implantar e utilizar sistema informatizado para auxiliar o gerenciamento das ações de manutenção predial.	Em andamento	17/04/2016
156469	Inserir nos futuros editais de licitações para execução de obras a confecção pela empresa contratada do Manual de Operações, Uso e Manutenção da Edificação construída (ABNT NBR 14037).	Em andamento	17/04/2016
Fonte: NAIN			

Quanto às recomendações exaradas pelo Órgão Central de Controle Interno (CGU), todas causaram um impacto relevante na instituição, de forma a propiciar aos gestores a expedição dos atos administrativos com maior substância.

As atividades e procedimentos relacionados à rotina para acompanhamento das recomendações oriundas da CGU consistem em: receber as solicitações do Órgão de Controle; encaminhar aos setores responsáveis para implementação; receber as respostas das unidades; consolidar as informações, e; encaminhar ao Gabinete do Reitor para enviar à CGU, além de informar, no Relatório de Gestão, o tratamento das Recomendações do OCI.

No que se refere à existência de área específica para o acompanhamento das recomendações oriundas da CGU, não há. Esse trabalho é realizado pelo Auditor Chefe.

No exercício de 2015 não foi utilizado sistema informatizado para o acompanhamento das recomendações da CGU. Em 2016 será utilizado o Sistema Monitor.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Em 2015, os processos disciplinares foram acompanhados pelo Gabinete da Reitoria no que diz respeito à instauração, prorrogação, julgamento e provimento das atividades necessárias para execução dos procedimentos apuratórios.

Além disso, através do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) aprovado pelo Conselho Superior do IFB, o Núcleo de Auditoria Interna (NAIN) realiza atividades de controle com foco na prevenção e minimização das ocorrências que podem trazer riscos de ilicitudes.

Importante destacar que durante o exercício de 2015, não houve instauração de nenhuma tomada de contas especial e foram apuradas duas situações que poderiam resultar em dano ao erário.

O primeiro caso ocorreu no *Campus* Planaltina. Para tanto, foi instaurada uma comissão de Sindicância Investigativa. Após a realização do trabalho e sistematização dos resultados por meio do Relatório final desta comissão, a autoridade instauradora lançou julgamento encaminhando o Processo à Pró-Reitoria de Administração, para que avaliasse e articulasse os meios de exigir a devolução dos valores recebidos indevidamente e de penalizar administrativa e civilmente a empresa envolvida, bem como o autor do dano. Por fim, considerando o Relatório e o Parecer da Procuradoria Federal junto ao IFB, foi encaminhada cópia do Processo ao Ministério Público Federal para que este apurasse a responsabilidade criminal dos envolvidos, nos termos dos art. 154, parágrafo único, e art. 171 da Lei nº 8.112/90.

Há ainda um outro caso em que se suspeita de dano ao erário. Este caso, ainda em apuração está ligado à fiscalização de obra. Aqui houve uma sindicância investigativa que recomendou o PAD, ora em andamento. Este fato está também sendo investigado pela Polícia Federal e Ministério Público.

No que concerne a erros de pagamentos de pessoal foram detectados alguns casos. Nessa situação, foram abertos processos administrativos para notificação do beneficiado e a consequente recuperação dos valores. O quadro seguinte mostra estes casos agrupados por origem e com a situação atual da reposição ao erário.

Quadro 38 - Relação de reposição ao erário no exercício de 2015

Qtd.	Assunto	Providência	Conclusão
9	Acerto de Vacância/Exoneração	Notificados para devolução	Pago
10	Acerto de Vacância/Exoneração	Notificados para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
1	Acumulação de cargo	Notificado para devolução	Enviado para inscrição em dívida ativa
1	Acumulação de cargo	Notificado para devolução	Em fase de ampla defesa
3	Bolsa auxílio e vale transporte pago a maior	Notificados para devolução	Pago
1	Devolução de auxílios	Notificado para devolução	Descontado em folha
1	Devolução de auxílios	Notificado para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
1	Devolução de função gratificada	Notificado para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
1	Devolução de função gratificada	Notificado para devolução	Pago
1	Devolução de remuneração	Notificado para devolução	Descontado em folha
3	Devolução de remuneração	Notificados para devolução	Em fase de ampla defesa
1	Encerramento de afastamento para estudo	Notificado para devolução	Em fase de ampla defesa
1	Faltas	Notificado para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
4	Término de contrato de estágio	Notificados para devolução	Pago
32	Término de contrato de estágio	Notificados para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
2	Término de contrato temporário	Notificados para devolução	Pago
3	Término de contrato temporário	Notificados para devolução	Aguardando confirmação de pagamento
Fonte: GAB			

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Segundo a lei 8666/93, art. 5º:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada

Inicialmente, é importante observar que há uma ordem de pagamento das obrigações, estabelecida nos editais, e também nos contratos firmados pelo Instituto Federal de Brasília com prestadores de serviços e fornecedores de materiais.

Cumpre ressaltar que a maioria dos contratos firmados pelo Instituto Federal de Brasília não possui um cronograma de pagamento pré-definido, pois são feitos por valor estimado (segurança, fornecimento de energia e água, etc). Tais obrigações apenas tornam-se exigíveis com a efetiva execução do serviço e, por este motivo, somente é possível estabelecer o cronograma de pagamento após a liquidação, que de acordo com a lei 4320/93 é a verificação do direito adquirido pelo credor. Desta forma, os controles da ordem de pagamento ficam restritos à execução financeira.

Em que pese haja necessidade de observar os prazos de vencimento das obrigações estabelecidos nos instrumentos contratuais, por razões de interesse público, o IFB prioriza o desembolso de valores atinentes às seguintes faturas:

1. Valores com vencimento em que haja juros e multa: Consoante ao princípio da economicidade, o IFB busca evitar o pagamento de juros e multa;
2. Contratos de serviços de fornecimento de mão de obra e obras de engenharia: O não pagamento pode afetar a continuidade do serviço público.
3. Por fim, a exigibilidade estabelecida no contrato.

No que tange aos controles estabelecidos no âmbito do IFB, a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária (CGEO) mantém planilha atualizada diariamente com as seguintes informações: valor das obrigações, data do ateste e data de vencimento.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2015, com base nas orientações emanadas pela Procuradoria Federal no ano de 2014 (Processo SUAP nº 23098.000270/2014-98), foi verificado que não houve alteração quanto à situação dos contratos relativos às empresas beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento. Portanto, conclui-se que não há contratos na situação citada.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 39 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valore empenhados	Valores pagos
Institucional	20RL/FUNIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	3.336,96	-
Legal	20RL/FUNIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	286.142,28	151.055,17

Fonte: Tesouro Gerencial

OBS: Foram realizados pagamentos de publicidade Institucional e Legal no valor total de 166.968,61 referentes a retos a pagar inscritos de exercícios anteriores.

Não foram firmados contratos com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

As principais ações de publicidade e propaganda realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social do IFB em 2015 foram:

1. Processo Seletivo 2015/2

- Produção e distribuição de cartazes: 300 cartazes
- Produção e distribuição de material impresso: 18.000 folhetos
- Alcance nas redes sociais: 37.694 pessoas alcançadas

2. Processo Seletivo 2016/1

- Produção e distribuição de cartazes: 300 cartazes
- Produção e distribuição de material impresso: 30.000
- Alcance nas redes sociais: 131.447 pessoas alcançadas

3. Semana de Produção Científica

- Produção e distribuição de material impresso: 5.000 folders
- Alcance nas redes sociais: 10.691 pessoas alcançadas

4. Ação IFB Móvel

- Produção e distribuição de material impresso: 42.000 folhetos
- Número de cidades visitadas: 8 cidades (Ceilândia, Estrutural, Gama, Rodoviária do Plano Piloto, São Sebastião, Santa Maria, PAD-DF e Taguatinga).

Os principais resultados apurados foram:

- Com as ações de publicidade e propaganda foi alcançado um aumento de mais de 25% no número de seguidores no Facebook, passando de 32.029 para 40.266 no ano de 2015.
- Mais direcionadas ao alcance da meta de aumento no número de inscritos, as ações resultaram no aumento percentual de 110% do total de inscritos de 2015 em relação ao total de inscritos em 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – Figura 2 - Organograma do IFB

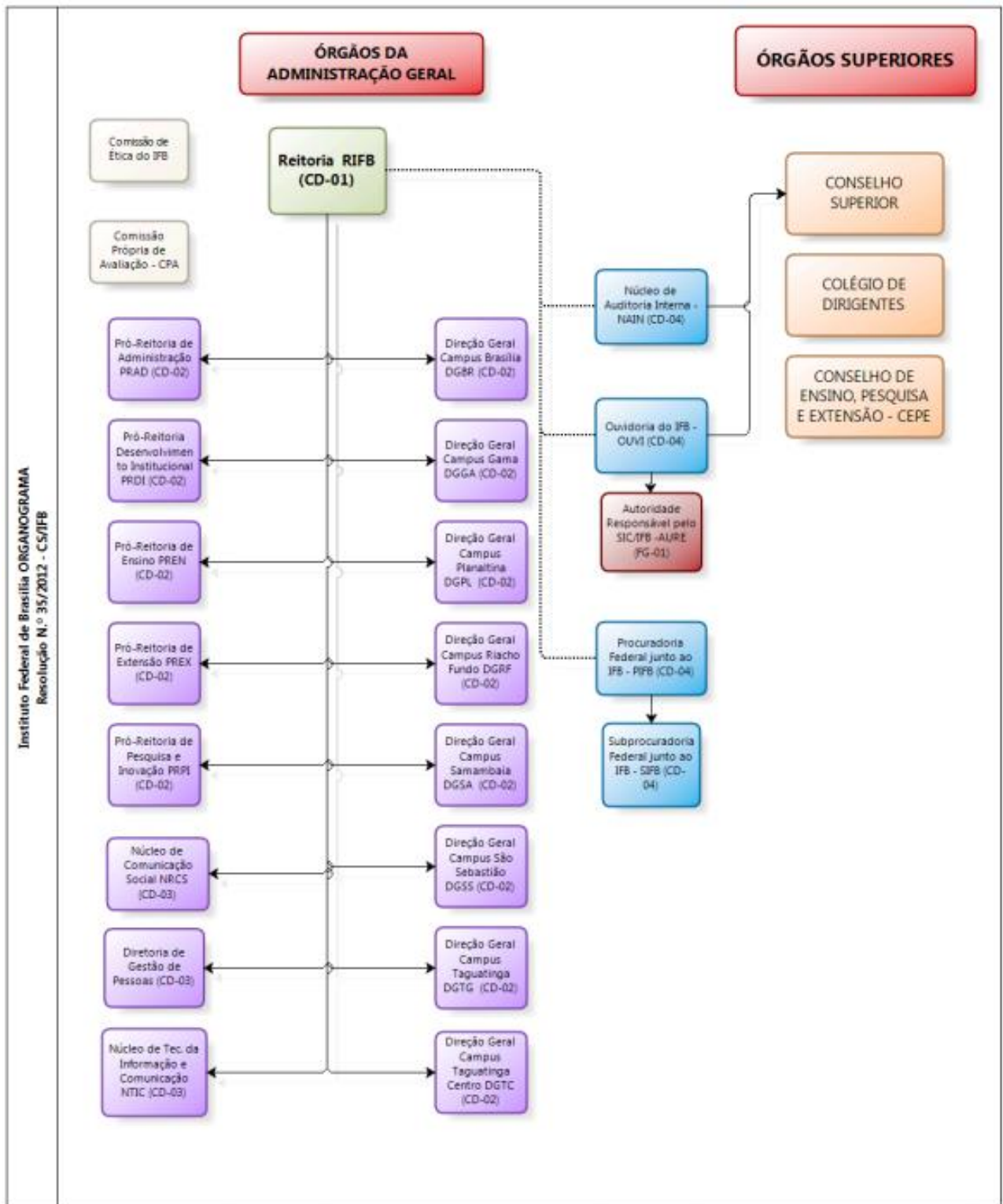


Figura 2 - Organograma do IFB
Fonte: Resolução CS nº 35/2012

ANEXO 2 - Quadro 40 - Relação de metas por unidade organizacional e situação

Quadro 40 - Relação de metas por unidade organizacional e situação

Campus Brasília	
Meta	Situação
BR01 Realizar 2 ações de melhoria na qualidade de ensino no eixo G&N	Replanejada 2016
BR02 - Realizar 3 ações de melhoria na qualidade de ensino no Eixo de Arte e Cultura.	Replanejada 2016
BR03 Estruturar 100% a Coordenação de Estágio do CBRA.	Finalizada
BR04 Realizar 3 ações de fortalecimento e consolidação do eixo T, H & L	Finalizada
BR05 Ampliar a oferta de vagas do eixo de informação e comunicação.	Finalizada
BR06 Realizar 1 ação de fortalecimento do NAPNE.	Finalizada
BR07 Ofertar 750 vagas por semestre/Pronatec.	Não Finalizada
BR08 Realizar 03 ações para reduzir a evasão no CBRA	Finalizada
BR09* Realizar 3 ações de estruturação da biblioteca do CBRA	Finalizada
BR10 Realizar 3 ações de fortalecimento de Ensino, Pesquisa e Extensão do CBRA	Finalizada
BR11 Capacitar 30% dos servidores do CBRA	Finalizada
BR12 Elaborar Plano de Compras do Campus Brasília.	Finalizada
BR13 Realizar 2 ações de melhorias nos serviços de TI do Campus.	Replanejada 2016
BR14 Matricular pelo menos 300 novos alunos (nos cursos técnicos subsequente/integrado, licenciatura, tecnológico, Pós-graduação, FIC Pronatec e EAD (E-tec e Profucionário).	Finalizada
BR15*-Reestruturar o organograma do CBRA para criar as coordenações necessárias para a DRAP	Excluída
BR16* - Viabilizar a oferta de 40 vagas para curso técnico integrado PROEJA para 2015	Excluída
Campus Ceilândia	
Meta	Situação
CE01 Elaborar Plano de um Curso Técnico da modalidade PROEJA	Replanejada 2016
CE02 Ampliar em 50% o número de estudantes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil	Finalizada
CE03 Implantar uma biblioteca no Campus Ceilândia	Finalizada
CE04 Capacitar 70% do quadro de servidores do Campus Ceilândia	Finalizada
CE05 Implementar sete ações estratégicas para fortalecimento da produção científica no Campus Ceilândia	Replanejada 2016
CE06 Ofertar 400 vagas em cursos com carga horária superior a 200 horas/aula	Finalizada
CE07 Implementar seis projetos de extensão de incentivo à cultura e integração social	Finalizada
CE08 Realizar dez ações estratégicas de fortalecimento da gestão participativa no Campus	Replanejada 2016
CE09 Implantar três laboratórios do Campus Ceilândia	Finalizada
CE10 Implantar seis ações estratégicas de inclusão e atendimento às pessoas com necessidades específicas no Campus	Replanejada 2016
CE11 Desenvolver cinco ações de divulgação e de relações institucionais do Campus Ceilândia com a comunidade interna e externa	Replanejada 2016
CE12* Participar do Prêmio de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil	Finalizada
CE13* Implantar o Programa Institucional Interconexões	Replanejada 2016
Campus Estrutural	
Meta	Situação
ES01 Realizar no mínimo 9 (nove) ações de melhoria dos processos sob responsabilidade da DRAP	Finalizada
ES02 Capacitar 50% dos servidores	Finalizada
ES03 Implantar 5 (cinco) ações de qualidade de vida para servidores no Campus Estrutural	Finalizada
ES04 Realizar pelo menos 1(um) evento de Gestão Participativa no Campus Estrutural	Finalizada
ES05 Equipar pelo menos 03 Laboratórios do Específicos do Campus	Finalizada
ES06 Criar no mínimo 5 ações de Pesquisa e Extensão no Campus Estrutural	Finalizada

ES07 Implementar pelo menos 50% da estrutura do Napne	Finalizada
ES08 Realizar pelo menos 05 ações de melhoria na gestão pedagógica/DREP	Finalizada
ES09 Ofertar 40 vagas de Cursos Técnicos subsequente em mecânica automotiva e 40 vagas da Licenciatura em Matemática (TAM e PDI)	Finalizada
ES10 Implementar pelo menos 2 programas da política de assistência estudantil	Finalizada
ES11 Elaborar pelo menos 2 novos planos de curso	Replanejada 2016
ES12 Estruturar 50% do setor de Registro Acadêmico	Finalizada
ES13 Estruturar pelo menos 50% as coordenações vinculadas a Direção de Ensino até Julho de 2015	Finalizada
ES14* Planejar Curso técnico integrado em Mecânica e Manutenção Automotiva	Finalizada
Campus Gama	
Meta	Situação
GA 01 Capacitar 15% dos servidores do campus	Finalizada
GA 02 Manualizar 04 (quatro) procedimentos no âmbito do Campus Gama	Finalizada
GA 03 Catalogar e tornar disponível produção de conhecimento do Campus Gama dos últimos dois anos (2014 e 2015)	Finalizada
GA 04 Ofertar 01 (um) período para Exames de Reconhecimento de Saberes e Competência, por semestre, no âmbito do Campus Gama	Finalizada
GA 05 Realizar 01 (um) projeto interventivo para reduzir as causas de baixo rendimento escolar e evasão	Finalizada
GA 06 Realizar formação continuada dos servidores da área de ensino por meio de 01 (um) curso, palestra e/ou treinamento por semestre	Finalizada
GA 07 Ampliar o acervo da biblioteca em 10%	Finalizada
GA 08 Realizar 15 (quinze) treinamentos de usuários em 2015	Finalizada
GA 09 Aumentar a performance científico-extensionista do Campus em 10%	Finalizada
GA 10 Implantar 01 (um) projeto, por semestre, que vise o bem-estar dos estudantes	Finalizada
GA 11 Aumentar em 10% o número de alunos do Campus Gama vinculados a estágio	Finalizada
GA 12 Realizar 02 (dois) convênios com instituições privadas	Finalizada
GA 13 Realizar 01 (um) levantamento, por semestre, dos egressos dos cursos do Campus Gama	Finalizada
GA 14 Incubar 01 (um) empreendimento de Economia Solidária	Finalizada
GA 15 Realizar 04 eventos no Campus Gama	Finalizada
GA 16 Desenvolver 01 (um) projeto que contribua com novas tecnologias para a área de alimentos	Finalizada
GA 17 Definir 02 (dois) fluxos de serviços na área de TIC do Campus Gama	Finalizada
GA 18* - Implantar compensação ambiental com plantio de 20000 árvores no parque vivencial do gama	Não Iniciada
GA 19* - Realizar cercamento do parque ambiental prainha do gama.	Não Iniciada
GA 20* - Implantar pelo menos um 1 curso EaD do Campus	Replanejada 2016
GA 21* - Ofertar pelo menos 40 vagas no curso tecnológico em Gestão e Negócio	Finalizada
Campus Planaltina	
Meta	Situação
PL01 Realizar 5 ações de Infraestrutura e Manutenção do Campus	Não Finalizada
PL02 Implantar cronograma de aquisições de bens de consumo e permanentes do Campus para atender ao menos 20% da demanda.	Finalizada
PL03 Elaborar um Plano de atuação dos docentes no Campus	Finalizada
PL04* Formular um projeto político pedagógico do Campus Planaltina	Replanejada 2016
PL05 Solicitar ampliação de 6 recursos humanos para o curso superior de Tecnologia em Agroecologia	Finalizada
PL06 Criar 4 projetos que contribuam para o desenvolvimento e superação dos déficits de conteúdo dos alunos recém ingressos no curso integrado	Finalizada

PL07 Atualizar o PPC do curso integrado em Agropecuária	Não Finalizada
PL08 Promover a automatização de no mínimo 60% do setor de circulação da biblioteca	Não Finalizada
PL09 Implementar o registro dos projetos de pesquisa, extensão e pós-graduação no CPLA	Finalizada
PL10 Promover a realização ou a participação de no mínimo 7 eventos de ensino, pesquisa, extensão e empreendedorismo	Replanejada 2016
PL11 Elaborar um Plano de otimização as reuniões de colegiado do curso Licenciatura em Biologia	Finalizada
PL12 Realizar acompanhamento de 30% egressos formados a partir de 2012	Finalizada
PL13 Realizar 4 Cursos área de Agroindústria	Replanejada 2016
PL14 Realizar 2 planos de ação da Coordenação de Estágio do CPLA	Finalizada
PL15 Elaborar um projeto de estudo sobre a possibilidade de oferta de mais turmas dos cursos vigentes e novos cursos	Finalizada
PL16 Fazer integração de 70% dos docentes com os técnicos da produção.	Finalizada
PL17 Promover a reforma de 30% das pastagens do IFB-PLA	Replanejada 2016
PL18 Promover 80% de plantio direto, dos 100ha previsto para as culturas regionais temporárias.	Finalizada
Campus Riacho Fundo	
Meta	Situação
Otimizar, ampliar e executar ao menos 05 ações de serviços de manutenção e terceirização	Não Iniciada
Executar ao menos 03 ações de capacitação e gestão de pessoas	Finalizada
Realizar ao menos 06 ações visando atender às demandas do novo Campus na área de aquisições	Não Finalizada
Realizar ao menos 03 ações visando viabilizar recursos e ferramentas de TI para o Campus	Finalizada
Obter e estruturar 01 caminhão E-tec para ampliar a atuação do eixo do Campus e adotar compromisso com o trade de turismo	Finalizada
Estruturar e prover ao menos 04 ações de gestão patrimonial do Campus	Não Finalizada
Realizar ao menos 03 ações de aprimoramento da Gestão e Transparência Orçamentária e Financeira	Finalizada
Implantar plano de gestão de controle de rotinas e processos	Não Finalizada
Garantir o acesso, permanência, conclusão com êxito e a inserção sociolaboral de estudantes com necessidades específicas. Gerir 1% do orçamento do Campus destinado às ações de inclusão social	Finalizada
Propor 01 projeto com políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes e relatórios de acompanhamento	Não Finalizada
Ofertar ao menos 01 curso EaD alinhado ao eixo do Campus e apresentar 01 projeto para integrar os alunos de EaD às atividades do Campus	Não Finalizada
Elaborar o projeto de construção de novo espaço e complementar o acervo da biblioteca adequando-se aos critérios exigidos pelo MEC	Não Finalizada
Coordenar 01 evento de promoção da biblioteca no Campus	Finalizada
Elaborar ao menos 01 relatório trimestral de empregabilidade discente	Não Iniciada
Estabelecer 03 convênios, 01 ciclo de palestras e informatizar o banco de currículo para ampliar as parcerias institucionais	Replanejada 2016
Formalizar 02 grupos de pesquisa, 4 PBIC's e 4 PBID's	Finalizada
Articular 02 projetos de pesquisa com ação intercampi e com a rede federal de EPT	Finalizada
Organizar 02 eventos semestrais de treinamento de uso de ambientes virtuais	Finalizada
Promover 01 debate sobre a consolidação e expansão das ofertas de cursos no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer	Finalizada
Estruturar e operacionalizar 01 canal de comunicação institucional do Campus (Newsletter)	Não Finalizada
Realizar 03 ações de divulgação dos cursos e eventos	Finalizada
Elaborar o plano de expansão do Campus 2015	Finalizada
Criar 03 projetos de integração do ensino, pesquisa e extensão do Campus	Finalizada
Elaborar 01 proposta de itinerário formativo para o Campus	Não Finalizada
Expandir oferta do Campus em 01 curso integrado	Finalizada

Criar ao menos 03 ações visando implementar mecanismos de qualificação dos servidores, participação e aperfeiçoamento da gestão do Campus Riacho Fundo	Não Finalizada
Campus Samambaia	
Meta	Situação
SA01 Desenvolver e implantar planos de instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, predial e maquinários do <i>Campus</i> ;	Não Iniciada
SA02 Executar 80% dos recursos disponíveis para capacitação;	Não Finalizada
SA03 Submeter pelo menos 1 projeto de pesquisa ou de extensão por cada coordenação de curso;	Finalizada
SA04 Elaborar 2 PPCs de cursos: Tecnólogo em Tecnologia em Saneamento e Médio Integrado nas áreas de Móveis ou Construção Civil;	Não Finalizada
SA05 Publicizar mensalmente os gastos do <i>Campus</i> Samambaia;	Finalizada
SA06 Estruturar em 90% o corpo de servidores da CDAE;	Finalizada
SA07 Ampliar o acervo da biblioteca em 10%;	Finalizada
SA08 Viabilizar o funcionamento do laboratório da área de móveis no <i>campus</i> boca da mata.	Finalizada
Campus São Sebastião	
Meta	Situação
SS01 Descentralizar 02 procedimentos administrativos do Campus São Sebastião.	Finalizada
SS02 Elaborar norma que regulamente como proceder em caso de acidentes com veículos oficiais do Campus São Sebastião	Finalizada
SS03 Elaborar Plano de Limpeza e Conservação das Instalações do Novo Campus.	Finalizada
SS04 Elaborar fluxo de 10 processos do campus.	Replanejada 2016
SS05 Executar 4 ações de incentivo à pesquisa e extensão	Não Finalizada
SS06 Elaborar e Executar 5 ações de consolidação da política de assistência estudantil.	Não Finalizada
SS07 Elaborar e executar 8 ações de desenvolvimento do ensino.	Replanejada 2016
SS08 Executar 01 ação buscando aprimoramento dos processos internos do registro acadêmico.	Finalizada
SS09* Viabilizar a implantação dos cursos técnicos PROEJA do CSSB para 2015	Replanejada 2016
SS10* Viabilizar implantação do curso de Tecnologia em Secretariado.	Finalizada
SS11* Ofertar 30 vagas do PRONATEC na PAPUDA	Excluída
SS12*- Ofertar 100 vagas do PRONATEC no Paranoá/Itapuã	Excluída
SS13*- Ofertar 100 vagas do Programa Mulheres Mil no Paranoá/Itapuã	Excluída
SS14* Realizar 6 ações que visem promover a inserção profissional dos discentes do CSSB	Não Finalizada
SS15* Realizar a transferência das atividades do campus provisório para o campus definitivo.	Finalizada
Campus Taguatinga	
Meta	Situação
TG01 Criar 05 ações de Estruturação e Informatização do Registro Acadêmico.	Finalizado
TG02 Ofertar 160 vagas para Cursos Superiores e PROEJA estabelecidos no PDI.	Não Finalizado
TG03 Ofertar 32 vagas do curso de Tecnólogo em Design de Moda.	Excluída
TG03 Ofertar pelo menos 50 vagas FIC	Finalizado
TG04 Implementar a cantina e a reprografia do Campus	Não Finalizado
TG04 Ofertar 32 vagas do curso de Tecnólogo em Automação Industrial.	Excluída
TG05 Realizar 12 ações de melhorias na estrutura física do campus.	Não Finalizado
TG06 Criar 03 ações visando racionalizar a utilização dos recursos de capacitação, diárias e passagens.	Finalizado
TG07 Implementar a reprografia do Campus.	Excluída
TG07 Realizar pelo menos 03 encontros com a comunidade acadêmica do campus.	Finalizado
TG08 Implantar um sistema de avaliação interna do campus.	Não Iniciado
TG09 Implantar 01 canal de comunicação permanente com a comunidade do campus.	Finalizado
TG09 Oferta de 72 vagas na modalidade PROEJA.	Excluída
TG10 Elaborar o PDTIC de Ensino do Campus Taguatinga.	Não Iniciado

TG11 Criar 03 ações de incentivo a política de pesquisa e extensão.	Finalizado
TG12 Definir/elaborar metodologia de registro das atividades docentes.	Finalizado
TG13 Criar 02 ações estratégicas de divulgação das atividades do campus na Comunidade Externa.	Finalizado
TG14 Executar 100% do orçamento do campus.	Finalizado
TG15* Viabilizar oferta de curso tecnológico em Automação Industrial e Design de Moda para 2015.	Finalizado
TG16* Viabilizar oferta de curso de Licenciatura em Física para 2015.	Finalizado
TG17* Viabilizar a oferta de curso técnico subsequente em Rede de Computadores para 2018.	Replanejada 2016
TG18* Atender as áreas de ensino com os insumos necessários às aulas práticas.	Não Finalizado
TG19* Ampliar acervo bibliográfico.	Finalizado
Campus Taguatinga Centro	
Meta	Situação
TC01 Construir, de forma coletiva, 04 instrumentos de avaliação educacional e serviços prestados no Campus Taguatinga Centro	Não Finalizada
TC02 Realizar 1 evento de integração do ensino, pesquisa e extensão por semestre.	Finalizada
TC03 Definir e implantar 6 fluxos de monitoramento dos parâmetros de qualidade dos cursos ofertados no campus.	Não Finalizada
TC04 Realizar 3 ações para reduzir o índice de evasão dos cursos ofertados no campus Taguatinga Centro.	Não Finalizada
TC05 Revisar PPC dos cursos Técnicos e FIC's para criação de itinerários formativos que permitam a verticalização.	Não Finalizada
TC06 Realizar 5 ações voltadas para ampliação da visibilidade, controle e disseminação dos materiais da biblioteca.	Não Finalizada
TC07 Ofertar 40 vagas do curso tecnológico de Processos Gerenciais.	Finalizada
TC08 Promover melhorias na infraestrutura do campus	Não Finalizada
TC09 Ampliar e garantir a disponibilidade dos serviços de TIC	Não Finalizada
TC10 Divulgar e executar o orçamento do campus	Finalizada
Pró-Reitoria de Administração	
Meta	Situação
AD01 50% da reestruturação organizacional da PRAD	Replanejada 2016
AD02 Padronização de 30 % dos procedimentos da PRAD	Finalizada
AD03 Implementar o setor financeiro/aquisições/contábil nos <i>Campi</i> São Sebastião e Estrutural até o fim de 2015	Não Finalizada
AD05 Elaborar 03 indicadores por Coordenação da PRAD	Replanejada 2016
AD06 Executar 100% do orçamento do IFB	Finalizada
AD07 Elaborar 50% do Plano Diretor de infraestrutura do IFB	Não Finalizada
AD08 Implementar o módulo SUAP-ALMOXARIFADO no Instituto Federal de Brasília.	Finalizada
Pró-Reitoria de Ensino	
Meta	Situação
Ofertas e Normatizações da Educação a Distância	Replanejada 2016
Auxiliar os <i>Campi</i> na aquisição de títulos para formação de acervo bibliográfico	Finalizada
Implantar um projeto de estudo e acompanhamento dos <i>Campi</i> no que diz respeito aos índices de retenção e evasão e à garantia de êxito e permanência escolar	Replanejada 2016
Articular/implantar 10% de projetos em ensino, pesquisa e extensão (eventos e editais) planejados para 2015.	Não Finalizada
Criar um projeto-piloto de informação para acompanhar as necessidades de qualificação para o mundo de trabalho.	Replanejada 2016
Desenvolver, no mínimo, duas estratégias de formação para orientar os <i>Campi</i> no cumprimento das metas de ensino.	Finalizada
Estabelecer pelo menos um processo de avaliação e acompanhamento em no mínimo 2 <i>Campi</i> .	Não Finalizada
Assegurar condições para ampliação de oferta de estágio em pelo menos 5 <i>Campi</i> .	Não Finalizada

Implementar 2 recursos tecnológicos nas bibliotecas.	Replanejada 2016
Instituir projeto de combate à evasão escolar.	Não Finalizada
Pró-Reitoria de Extensão	
Meta	Situação
EX01 Criar 2 documentos de melhoria dos processos	Replanejada 2016
EX02 Lançar no mínimo 2 editais internos de extensão	Finalizada
EX03 Captar pelo menos 3 editais externos de projetos de extensão	Finalizada
EX04 Realizar 3 Eventos em articulação ao mundo do trabalho	Finalizada
EX05 Criar 2 documentos de melhoria na qualidade da educação	Finalizada
EX06 Criar 3 comissões para ampliar a participação democrática inclusiva o IFB	Replanejada 2016
EX07 Realizar 2 ações para inserção dos egressos no mundo do trabalho	Excluída
EX08 Promover a participação dos estudantes em 2 eventos esportivos	Finalizada
EX09 Realizar 20 convênios de estágio	Finalizada
EX10 Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação regional	Replanejada 2016
EX11 Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação nacional	Replanejada 2016
EX12 Realizar 5 eventos interinstitucionais	Finalizada
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	
Meta	Situação
PI01 Articular pelo menos duas palestras de incentivo à participação em Grupos de Pesquisa do IFB.	Não Iniciada
PI02 Realizar pelo menos um evento de capacitação de pesquisadores para participar de editais externos de fomento à pesquisa e inovação.	Finalizada
PI03 Sistematizar em um banco de dados ou planilha eletrônica as produções técnico-científicas dos docentes do IFB.	Finalizada
PI04 Ampliar a captação de artigos para a Revista Eixo em 10% em relação a 2014.	Replanejada 2016
PI05 Elaborar a política de distribuição interna e externa das obras fomentadas pela Editora IFB.	Não Finalizada
PI06 Elaborar pelo menos dois documentos padrão da coordenação de inovação tendo em vista pedidos de propriedade industrial e contratos de parceria.	Finalizada
PI07 Elaborar pelo menos dois instrumentos para acompanhamento dos cursos de pós-graduação do IFB	Não Finalizada
PI08 Realizar a publicação de uma obra que apresente boas práticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão no IFB.	Replanejada 2016
PI09* Realizar pelo menos 1 depósito de propriedade intelectual no INPI	Finalizada
PI10* Obter Indexador da Revista Eixo no Latindex	Não Finalizada
PI11* Regulamentar 100% dos programas institucionais da Resolução 17/2012	Não Finalizada
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	
Meta	Situação
DI01 Garantir a realização de 01 (um) evento por Campus de Planejamento Orçamentário Participativo	Finalizada
DI02 Garantir a elaboração de pelo menos 04 metas/ações associadas ao orçamento do campus - baseado no PLOA	Finalizada
DI03 Realizar 02 eventos de planejamento participativo	Finalizada
DI04 Garantir a execução de 95% do orçamento de capacitação	Finalizada
DI05 Rever 15% dos fluxos dos processos do IFB	Finalizada
DI06 Elevar o percentual de docentes doutores do quadro efetivo do IFB para 18%	Finalizada
DI07 Estabelecer 03 parcerias institucionais para atender demandas de capacitação e qualificação dos servidores do IFB.	Finalizada
DI08 Executar eventos de capacitação que totalizem no mínimo 45 horas para os servidores técnico-administrativo das Classes C e D	Finalizada
DI09 Executar eventos de capacitação que totalizem no mínimo 60 horas para os servidores técnico-administrativo da Classe E e Docentes.	Finalizada

DI10 Aumentar percentual/Índice de servidores com formação em nível de graduação e de pós-graduação do corpo técnico-administrativo e docente do IFB em 10%	Finalizada
DI11* Elaborar Plano de Avaliação Global das Práticas de Gestão	Excluída
DI12 Implementar a plataforma IFB em Números para divulgação dos Indicadores Institucionais.	Finalizada
Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicações	
Meta	Situação
Alcançar a implantação de link de internet ativado em 100% dos <i>Campi</i>	Finalizada
Assegurar que ao menos 60% dos processos administrativos e acadêmicos sejam informatizados	Não Finalizada
Alcançar a implantação de cabeamento estruturado 100% dos <i>Campi</i>	Finalizada
Núcleo de Comunicação Social	
Meta	Situação
Aumentar em 10% o número de candidatos inscritos no IFB	Finalizada
Ouvidoria	
Meta	Situação
Aderir ao Sistema e-OUV da OGU	Finalizada
Intensificar a aproximação entre os diversos setores do IFB	Finalizada
Fortalecer o Serviço de Acesso à Informação no IFB	Finalizada
Promover a divulgação da Ouvidoria do IFB em eventos diversos da Instituição/Campus	Finalizada
Participar de cursos de capacitação em Mediação de Conflito	Não Iniciada
Diagnosticar o impacto das respostas enviadas pela Ouvidoria aos manifestantes	Finalizada
Diagnosticar o impacto dos resultados da Ouvidoria na gestão institucional	Finalizada
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Meta	Situação
Regularizar 30% dos exames periódicos.	Não Finalizada
Normatizar no mínimo 50% dos procedimentos e fluxos no âmbito da Diretoria.	Não Iniciada
Capacitar 100% da equipe DRGP e CDGP's.	Não Finalizada
Núcleo de Auditoria Interna	
Meta	Situação
Gestão Patrimonial – Controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis	Finalizada
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços - Almoxarifado	Finalizada
Gestão Patrimonial – Avaliação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	Finalizada
Aquisições – Avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados	Finalizada
Gestão Operacional – Acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de serviço contínuo de Limpeza e Conservação e prestação de serviço de Recepcionistas	Finalizada
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras, Galpões – <i>Campus</i> Samambaia	Excluída*
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Riacho Fundo	Finalizada
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> São Sebastião	Finalizada
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Estrutural	Finalizada
Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – <i>Campus</i> Ceilândia	Finalizada
Gestão de Pessoas – Averiguação do Controle de frequência nos termos da Portaria Normativa/IFB n. 0, de 24 de janeiro de 2012	Finalizada
Gestão de Pessoas – Concessão de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	Finalizada
Plano de Providências da CGU-PR-DF e do TCU	Finalizada
Monitoramento das Recomendações do Núcleo de Auditoria Interna – NAIN	Finalizada
Elaboração do PAINT/2016	Finalizada
Elaboração do RAIN/2014	Finalizada
Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego - PRONATEC	Finalizada

Avaliação da Gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, exame da concessão e prestação de contas	Finalizada**
Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela unidade	Finalizada
<p>* O acompanhamento da execução das obras, Galpões, ampliação do Campus Samambaia, previsto no PAINTE 2015, não teve início conforme programado, pelo fato de que os procedimentos licitatórios para a contratação da obra não se concretizaram conforme consta no Processo nº 23098.001506/2013-22. O citado processo, atualmente, está no Núcleo de Engenharia para ajustes. Dessa forma, não há possibilidade de início da obra (galpões) de ampliação do Campus Samambaia ocorrer em 2015. Sendo assim, não foi possível o NAIN executar esta ação em 2015, sendo necessário sua exclusão da meta no SGI.</p> <p>** Ação executada parcialmente, pois, após o planejamento e início da efetiva execução dos trabalhos de auditoria, esta etapa ficou prejudicada em função de ausência do objeto, ou seja, não houve concessão de suprimento de fundos a servidores até o início de novembro de 2015, conforme consulta ao SIAFI de todas as unidades gestoras do IFB. Desse modo, impossibilitou o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, não restando outra alternativa, senão o encerramento dessa ação de auditoria.</p>	
Fonte: SGI	

ANEXO 3 - Quadro 41 - Principais metas, riscos identificados e estratégias adotadas

Quadro 41 - Principais metas, riscos identificados e estratégias adotadas

Campus Brasília		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
BR13 Realizar 2 ações de melhorias nos serviços de TI do Campus.	Recurso financeiro insuficiente para investimentos.	O Manuseio de SW livres foi realizado por completo durante 2015 através da instalação de SW gratuitos com LINUX e LIBREOffice.
BR11 Capacitar 30% dos servidores do CBRA	Recurso financeiro insuficiente para as capacitações.	Utilização dos cursos oferecidos através do PAC (convênio com a ESAF) e cursos gratuitos ofertados pela ENAP, MPOG, IEL, etc.
BR12 Elaborar Plano de Compras do Campus Brasília.	Falta de servidores na CDAC.	Troca de informações com as coordenações dos outros campi do IFB.
BR08 Realizar 03 ações para reduzir a evasão no CBRA	Recurso financeiro insuficiente e Desistência acentuada dos alunos devido falta de acompanhamento.	A equipe mínima da CDAE foi estruturada, com assistente social, pedagogo, psicólogo e assistentes de alunos; Foram mantidos os auxílios da assistência estudantil e ampliado para o EMI e criação do café com a coordenação (bate-papo com os estudantes).
Campus Ceilândia		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
CEI 01 – Elaborar Plano de um Curso Técnico da modalidade PROEJA	Poucas referências nacionais de metodologias inovadoras para o Proeja.	A meta foi atingida em 73%. Foram selecionadas experiências para realização de visitas técnicas para obter uma visão do funcionamento prático de Proeja de sucesso.
CEI 08 – Realizar dez ações estratégicas de fortalecimento da gestão participativa no Campus	Dificuldade de mobilização social.	Utilização de ferramenta de consulta on-line (google.docs); visitação e participação em eventos com parceiros e lideranças locais.
CEI 10 – Implantar seis ações estratégicas de inclusão e atendimento às pessoas com necessidades específicas no Campus	A sede própria do Campus foi recebida em 03 de agosto de 2015, por esse motivo não houve tempo hábil para realizar todas as ações previstas.	O prédio sede do Campus Ceilândia foi construído com uma estrutura inclusiva às pessoas PNE; a Coordenação de Assistência Estudantil recebeu uma infraestrutura melhor e houve aumento do número de servidores.
CEI 11 – Desenvolver cinco ações de divulgação e de relações institucionais do Campus Ceilândia com a comunidade interna e externa	Os ritos administrativos, tais como instrução processual e celebração de termo de cooperação técnica não acompanharam a mesma velocidade de fluxos, uma vez que envolve parceiros externos.	Solicitar o apoio da Pró-reitoria de Extensão para viabilizar a formalização dos acordos.
Campus Estrutural		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas

ES11 - Elaborar pelo menos 2 novos planos de curso	Caso os planos não sejam finalizados, não será possível realizar a oferta do PROEJA no 2º/2016 e do integrado em 2017.	Não Finalizada. Não foi possível finalizar os dois planos de cursos previstos para 2015, os mesmos estão sendo elaborados pelas respectivas comissões (PROEJA e Médio Integrado) os trabalhos vão continuar no primeiro semestre de 2016.
ES07 - Implementar pelo menos 50% da estrutura do Napne	Falta de servidor para ocupar a coordenação do Napne. Chegada de portador de necessidades especiais.	Finalizada. Publicação de Edital. Término da montagem de estrutura física.
ES04 - Realizar pelo menos 1(um) evento de Gestão Participativa no Campus Estrutural.	- Baixa motivação por parte de alguns servidores em participar das discussões.	Finalizada - A gestão buscou incentivar a participação de todos os segmentos do campus nas discussões sobre o orçamento, propiciando, desta forma, esse momento como um dos espaços para decisões democráticas e deliberativas.
ES03 - Implantar 5 (cinco) ações de qualidade de vida para servidores no Campus Estrutural.	- Baixa adesão de servidores à proposta.	Finalizada - A gestão incentivou a participação de todos os servidores, procurando demonstrar a importância dessas ações para o bem-estar de cada um.
ES02 - Capacitar 50% dos servidores.	- Alto volume de demandas em determinados setores dificultou a participação de alguns servidores.	Finalizada – O objetivo era capacitar/qualificar pelo menos 50% do nº de servidores em exercício no CEST em janeiro de 2015.
ES01 - Realizar no mínimo 9 (nove) ações de melhoria dos processos sob responsabilidade da DRAP	- Alto índice de absenteísmo no âmbito da DRAP CEST; - Baixa motivação por parte de alguns servidores em participar das discussões e apresentar propostas.	Finalizada - Incentivo à participação, bem como a solicitação de contribuição aos servidores mais motivados de forma a possibilitar o alcance da meta.
Campus Gama		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
GA05 - Realizar 01 (um) projeto interventivo para reduzir as causas de baixo rendimento escolar e evasão.	Dificuldade no compartilhamento dos registros de atendimento dos alunos.	Criação de instrumento de registro compartilhado de atendimento de alunos.
GA07 – Ampliar o acervo da biblioteca em 10%.	Escassez de recurso para aquisição de materiais bibliográficos	Aquisições de materiais bibliográficos por meio de doações.
GA10 – Implantar 01 (um) projeto, por semestre, que vise o bem-estar dos estudantes.	Disponibilidade de horário dos estudantes para participação nas atividades referentes ao projeto.	Sensibilização do corpo docente para garantir a participação dos estudantes nos projetos executados.
GA15 – Realizar 04 eventos no Campus Gama.	Escassez de recursos	Mobilização do corpo docente e técnico para a realização dos eventos Otimização dos recursos disponíveis e consolidação de parcerias internas e externas
Campus Planaltina		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas

<p>PL01-Realizar 5 ações de Infraestrutura e Manutenção do Campus</p>	<p>Pelo contingenciamento orçamentário de 47% para o CPLA a a possibilidade de contratação de empresa não pode ser atendida. Além disso, ficou pendente para 2016 as pinturas dos demais 20 quartos de residência estudantil, reparos nas instalações elétricas das salas de aulas e quartos das residências estudantil não puderam ser concluídas no período de recesso escolar de junho/2015.</p>	<p>A meta não será replanejada visto que a forma que está proposta poderá não ser atendida em 2016. Nova meta, mais adequada a nova realidade orçamentária será proposta e incluída no Planejamento Interno do Campus Planaltina.</p>
<p>PL04*-Formular um projeto político pedagógico do Campus Planaltina</p>	<p>Ainda não foi elaborado um documento final para enfrentar os desafios do cotidiano da escola de forma consciente, sistematizada, orgânica e participativa, pois o levantamento das necessidades principais está sendo realizado.</p>	<p>Meta replanejada para 2016.</p>
<p>PL07-Atualizar o PPC do curso integrado em Agropecuária</p>	<p>No decorrer das discussões foi verificado que era necessário fazer um novo plano de curso, com o objetivo de trazer novas concepções da educação para dentro do curso. Sendo assim foi decidido que era inviável desperdiçar energia de trabalho (recurso financeiro da instituição) dos servidores em algo que poderia ser tornar obsoleto em breve com um novo plano de curso que se pretendia fazer, por isso o grupo decidiu não cumprir as ações e sim fazer um novo plano de curso. Porém as discussões para se chegar a um objetivo comum são bastante extensas, o tempo gasto em estudos da legislação que devem ser feitos também, por isso a conclusão do novo plano de curso não pode ser realizada esse ano, ficando para o próximo ano. Existe também um documento norteador do ensino técnico integrado ao ensino médio que está para aprovação no conselho superior, por isso também esperar para o próximo ano e poder construir um documento que esteja em sintonia com a instituição. Outro motivo de concluir o plano de curso no próximo ano é esperar a decisão da nova base curricular do ensino que está sendo construída e assim também estar em sintonia com o planejamento nacional da educação. É necessário também um tempo para amadurecimento da das discussões e com isso fazer um plano de curso sinérgico com os anseios do corpo docente e discente do curso, a instituição e as diretrizes governamentais.</p>	<p>Será feito o novo plano de curso em 2016 essa meta não será cumprida, e também não será replanejada, pois o texto da meta não atende ainda o planejamento 2016 que está em discussão.</p>
<p>PL08-Promover a automatização de no mínimo 60% do setor de circulação da biblioteca</p>	<p>Pelo contingenciamento orçamentário de 47% para o CPLA a automatização da Biblioteca do Campus não pode ser atendida. A meta não será replanejada visto que a forma que está proposta poderá não ser atendida em 2016.</p>	<p>Nova meta, mais adequada a nova realidade orçamentária será proposta e incluída no Planejamento Interno do Campus em 2016, por isso o não replanejamento da meta</p>

PL10-Promover a realização ou a participação de no mínimo 7 eventos de ensino, pesquisa, extensão e empreendedorismo	Aguardando a normatização pelo IFB sobre as regras de como se montar uma Empresa Júnior/ Hotel Tecnológico e também incubadoras.	Atividade replanejada
PL13-Realizar 4 Cursos área de Agroindústria	Os planos de curso foram submetidos à PREN e necessitaram de uma série de adequações. Por essa razão se faz necessário um tempo maior para a finalização dessa meta.	Atividade replanejada
PL17-Promover a reforma de 30% das pastagens do IFB-PLA	Como não foi realizado o leilão de gado do Campus, não foi possível arar os 50ha de pasto a ser reformados, esta ação será concluída até fevereiro de 2016. esta área está calcareada e gessada.	Atividade replanejada
Campus Riacho Fundo		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
11867- Realizar ao menos 03 ações de aprimoramento da Gestão e Transparência Orçamentária e Financeira	- Falta de rede de internet e de telefone fixo até o início do segundo semestre de 2015. - Atualização de dados de forma não periódica.	- Utilização da rede em outros campi. - Utilização de internet via modem 3G. - Socialização de planilhas orçamentárias via e-mail e nas reuniões de gestão.
11866- Implantar plano de gestão de controle de rotinas e processos	- Falta de rede de internet e de telefone fixo até o início do segundo semestre de 2015. - Insuficiência de recursos humanos e rotatividade da coordenação de planejamento, designada para a elaboração institucional.	- Meta será atendida no exercício de 2016 por meio de avaliação institucional.
11864- Propor 01 projeto com políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes e relatórios de acompanhamento	- Índice elevado de evasão de recém-matriculados.	- Acompanhamento realizado no primeiro mês de aula em conjunto com professores, coordenadores de cursos, da assistência estudantil e pedagógico, para que os evadidos assinassem termo de desistência da vaga para que outro candidato pudesse se matricular. - Acompanhamento de alunos pelos conselhos de classe durante os semestres.
11849- Promover 01 debate sobre a consolidação e expansão das ofertas de cursos no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer	- Quadro de docentes insuficiente para 2016.	- Convocação de docentes. - Remoção de docentes para o CRFI. - Reuniões com docentes, coordenadores de ensino e diretores.
11847- Estruturar e operacionalizar 01 canal de comunicação institucional do Campus (Newsletter)	- Falta de rede de internet e de telefone fixo até o início do segundo semestre de 2015. - Falta de um servidor responsável.	- Divulgação do CRFI via e-mail, súmulas de reuniões, Facebook não oficial, Portal IFB e murais do campus. - Divulgação feita por cada coordenação de acordo com a necessidade.
11843- Realizar 03 ações de divulgação dos cursos e eventos	- Falta de rede de internet e de telefone fixo até o início do segundo semestre de 2015.	- Divulgação do CRFI via e-mail, redes sociais, Portal IFB, panfletos e murais do CRFI.

	- Falta de um servidor responsável.	- Divulgação feita por cada coordenação de acordo com a necessidade. - Projeto de fabricação de cerveja artesanal do CRFI divulgado em <i>sites</i> e emissoras de grande circulação. - Projetos de extensão abertos à comunidade externa.
11836- Elaborar o plano de expansão do Campus 2015	- Falta de fluxo e de planejamento para analisar futuras ofertas de cursos.	- Criação de comissão de perfil docente e projeção de cursos.
11834- Criar 03 projetos de integração do ensino, pesquisa e extensão do Campus	- Carência de projetos de extensão do CRFI.	- Criação e registro de projetos de extensão (Letras, cinema, arte e cultura; Qualidade de Vida do <i>Campus</i> Riacho Fundo; Orientação para administração do tempo; Ciranda das Palavras; Cineclube; Coral Amador do <i>Campus</i> Riacho Fundo; II Semana de Ciência Arte e Cultura – SCAC).
11833- Elaborar 01 proposta de itinerário formativo para o Campus	- Necessidade de criar estudo de verticalização dos cursos de acordo com o Eixo do CRFI.	- Criação da Comissão perfil dos docentes.
11832- Expandir oferta do Campus em 01 curso integrado	- Quadro de docentes insuficiente para atender ao Ensino Médio Técnico Integrado em 2016.	- Convocação de docentes. - Remoção de docentes para o CRFI. - Criação de dois cursos na modalidade Ensino Médio Técnico Integrado. - Curso de capacitação para docentes na modalidade PROEJA. - Palestra no CRFI sobre PROEJA. - Reuniões.
11831- Criar ao menos 03 ações visando implementar mecanismos de qualificação dos servidores, participação e aperfeiçoamento da gestão do Campus Riacho Fundo	- Falta de fluxos e procedimentos.	- Emissão de Memorando-circular de Afastamento para capacitação, destinado aos docentes. (Semestral) - Parceria com órgãos de segurança, trânsito e da Regional do Riacho Fundo. - Participação de servidores em cursos oferecidos pela ESAF. - Levantamento de demandas para Reitoria Itinerante no CRFI.
Campus Samambaia		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
SA01 - Desenvolver e implantar planos de instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, predial e maquinários do <i>Campus</i> ;	- Falta de servidores para constituir uma equipe de manutenção preventiva e corretiva; - O <i>Campus</i> não dispõe dos arquivos e da plotagem das plantas de construção dos prédios, o que dificulta o conhecimento sobre as áreas internas.	A princípio pensou-se em criar uma comissão para desenvolver as ações relativas ao alcance dessa meta, porém com as diversas demandas do <i>Campus</i> e outras prioridades, essa meta não chegou a ser trabalhada em 2015.
SA02 - Executar 80% dos recursos disponíveis para capacitação;	- Os servidores não têm conhecimento sobre a atuação do processo para solicitação de capacitação; - Parte do recurso de capacitação teve de ser remanejado para cobrir despesas de custeio;	Foi realizado o mapeamento do processo de solicitação de capacitação e a padronização dos documentos para atuação do processo; Como parte do recurso de capacitação foi remanejada para cobrir despesas de custeio, os servidores que solicitaram capacitação foram orientados a realizar os cursos que foram oferecidos pela Coordenação-Geral de Políticas de Qualificação do IFB, realizados com recurso do Plano Anual de Capacitação.

SA03 - Submeter pelo menos 1 projeto de pesquisa ou de extensão por cada coordenação de curso;	- Muitas vezes os editais de fomento à pesquisa e extensão não chegam ao conhecimento dos servidores.	Foi realizada a divulgação dos editais internos e externos aos servidores do <i>Campus</i> .
SA04 - Elaborar 2 PPCs de cursos: Tecnólogo em Tecnologia em Saneamento e Médio Integrado nas áreas de Móveis ou Construção Civil;	- A elaboração dos PPCs depende, entre outros fatores, de estudos de viabilidade que envolvem toda a comunidade acadêmica.	Inicialmente pensou-se em criar uma comissão para elaboração dos PPCs e visitar dois Institutos Federais que ofertam cursos nessa modalidade, porém, diante das dificuldades orçamentárias e administrativas enfrentadas em 2015, não foi possível dar prosseguimento a essas ações.
SA05 - Publicizar mensalmente os gastos do <i>Campus</i> Samambaia;	- A principal dificuldade na consecução dessa meta foi a falta de servidores na Coordenação de Planejamento e Orçamento. Como só havia um servidor para realizar a execução orçamentária e financeira, não era possível atualizar tempestivamente as planilhas de controle de gastos.	A estratégia adotada foi divulgar relatórios semestrais com informações sobre a execução orçamentária e financeira e outras atividades da Coordenação de Planejamento e Orçamento.
SA06 – Estruturar em 90% o corpo de servidores da CDAE;	- O principal risco para o alcance dessa meta é que as nomeações de servidores não dependem diretamente do <i>Campus</i> Samambaia e sim da articulação da Direção Geral de Gestão de Pessoas.	A Direção Geral do <i>Campus</i> Samambaia atuou junto à Direção Geral de Gestão de Pessoas para viabilizar as nomeações.
SA07 - Ampliar o acervo da biblioteca em 10%;	- Falta de orçamento para aquisição de livros; - Morosidade e burocracia do processo licitatório.	Realizou-se o acompanhamento do processo licitatório para agilizar os procedimentos para a aquisição e foi efetuada a incorporação dos suportes informacionais recebidos por doação ao catálogo da biblioteca.
SA08 - Viabilizar o funcionamento do laboratório da área de móveis no <i>campus</i> boca da mata.	- Falta de espaço para alocação das máquinas e equipamentos do laboratório; - Pouco tempo para realizar a mudança no período das férias escolares sem prejudicar o andamento das aulas.	Foi definido novo layout dos espaços com o maquinário, e foi priorizado o pregão eletrônico para contratação da empresa especializada em mudança.
Campus São Sebastião		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
SS01- Descentralizar 02 procedimentos administrativos do Campus São Sebastião.	Carência de servidores técnicos administrativos para realização das atividades meio, principalmente quanto aos processos de compra e de execução orçamentária e financeira. Mudança do local de lotação/exercício de servidores levando a uma necessidade imediata de outro servidor para executar as atribuições o que não acontece rapidamente. Tempo considerável na capacitação dos novos servidores. Rotatividade em razão de vacâncias e pedidos de exoneração.	Capacitação prática intensiva nos setores de execução financeira, orçamentária e de contabilidade da Reitoria. Solicitação de novos códigos de vaga ao MEC. Realização de cursos presenciais e a distância principalmente nas escolas de governo: ENAP e ESAF e outras instituições como a ABOP.

<p>SS06 - Elaborar e Executar 5 ações de consolidação da política de assistência estudantil.</p>	<p>Alunos não terem conhecimento da Política de Assistência Estudantil e não acessarem a mesma, que corrobora para a permanência estudantil. Aumento dos índices de evasão. Baixo índice de aproveitamento escolar, que favoreça evasão dos atendidos pela Política de Assistência Estudantil. Traçar estratégias pedagógicas inapropriadas ao perfil dos alunos do EMI. Exposição dos alunos do EMI a vulnerabilidade social sofrimento psíquico sem acompanhamento adequado e reflexos no contexto educacional.</p>	<p>Foi desenvolvido e divulgado informativo com informações básicas sobre a política de Assistência Estudantil, enfatizando os auxílios ofertados, em linguagem clara e objetiva. Foram realizadas duas reuniões informativas com os alunos para orientações e informações sobre a Assistência Estudantil. Foram realizados acompanhamentos pelos profissionais de Psicologia e Serviço Social do campus. Os alunos foram inseridos no Programas de Permanência presencial e Auxílio Emergencial. Para identificação do perfil dos alunos do EMI foram realizadas entrevistas individuais com os alunos do ensino médio integrado e posterior tabulação e análise dos dados. Foram realizados acompanhamentos pelos profissionais de Psicologia e Serviço Social do campus. Inserção de dos estudantes nos Programas de Permanência presencial e Auxílio Emergencial.</p>
<p>SS07 - Elaborar e executar 8 ações de desenvolvimento do ensino.</p>	<p>Mudança da estrutura provisória para a definitiva durante o semestre letivo; Inexperiência com o Ensino Médio Integrado que foi implantado no ano de 2015 com as duas primeiras turmas; Mudança nos fluxos de processos para análise e aprovação dos PPC's; Dificuldade de engajamento dos alunos nos grupos de estudo do Campus. Ausência de documentos importantes de constituição do Campus, principalmente de criação de cursos.</p>	<p>Divisão dos trabalhos de elaboração do PPP de acordo com a área de interesse de cada servidor; Acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pelas coordenações de curso e de áreas; Criação de Mecanismos Interativos para facilitar o processo de estudo e aprendizado em grupo; Resgate dos documentos e organização em pastas. Estabelecimento de fluxo com auxílio dos setores envolvidos</p>
<p>SS15*- Realizar a transferência das atividades do campus provisório para o campus definitivo.</p>	<p>Mudança para o prédio definitivo antes da conclusão das obras. Falhas na comunicação. Estruturas internas sendo montadas durante o semestre letivo. Estabelecimento do Layout dos móveis e equipamentos.</p>	<p>Realização de atividades durante os finais de semana. Estabelecimento de novos fluxos e processos de trabalho. Priorização na mudança e organização dos setores de atendimento ao público. Acompanhamento sistemático das empresas encarregadas pela entrega e montagem dos móveis e equipamentos.</p>
Campus Taguatinga		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas

TG01 - Criar 05 ações de Estruturação e Informatização do Registro Acadêmico.	- Aumento do tempo de espera de atendimento; - Possível espaço insuficiente para armazenamento dos arquivos, considerando que nos próximos anos terá aumento da demanda de alunos.	- Reorganização do layout do Registro Acadêmico; - Implantação de uma sala de espera de atendimento; - Implantação de sistema informatizado para registro e matrícula de alunos. Todos os cursos já utilizaram o SGA em 2015
TG15* - Viabilizar oferta de curso tecnólogo em Automação Industrial e Design de Moda para 2015.	- O Campus não ter orçamento suficiente para os próximos anos pelo não cumprimento de metas. - Não atingir as metas de oferta de cursos	- Realização da audiência pública para o Tecnólogo em Automação; - Finalização e encaminhamento para aprovação do Plano de Curso pelo Conselho Superior dos cursos de Tecnólogo em Automação e Tecnólogo em Design de Moda; - Oferta dos cursos já no 2º semestre de 2016
TG16* - Viabilizar oferta de curso de Licenciatura em Física para 2015.	- O Campus não ter orçamento suficiente para os próximos anos pelo não cumprimento de metas. - Não atingir as metas de oferta de cursos	- Fazer parceria com outros campi para disponibilização dos laboratórios; - Articulação com os outros campi para aquisição de equipamentos laboratoriais da área de Física para todos os campi. - Oferta do curso já no 2º semestre de 2016
TG18* - Atender as áreas de ensino com os insumos necessários às aulas práticas.	- Falta de materiais de para as aulas práticas;	- Conscientização dos Coordenadores de Curso de sua responsabilidade no acompanhamento do controle e da média de consumo dos materiais. - Designação de servidores para elaboração de Especificações e Termo de Referência com vistas à contratação de insumos.
TG19 – Ampliar o acervo bibliográfico.	- Quantidade insuficiente de livros para atendimento dos alunos. - Avaliação negativa dos cursos superiores. - Baixa diversidade das possíveis abrangências por falta de diferentes abordagens dos conteúdos.	- Trabalhar em várias possibilidades de aquisições dos livros, tanto em elaboração de lista própria para possível licitação quanto na participação em licitação maior pela Reitoria do IFB. - Aquisição de aproximadamente R\$ 40.000,00 em acervo bibliográfico.
Campus Taguatinga Centro		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
TC01- Construir, de forma coletiva, 04 instrumentos de avaliação educacional e serviços prestados no Campus Taguatinga Centro	Conflito com instrumentos elaborados em âmbito institucional.	Foi identificado que a criação desses instrumentos poderia entrar em conflito com os instrumentos institucionais. Desse modo, a estratégia adotada foi suspender a construção desse material, e aguardar a conclusão do instrumento que será padrão para todos os campi.

<p>TC02 - Realizar 1 evento de integração do ensino, pesquisa e extensão por semestre.</p>	<p>A grande quantidade de eventos, locais e institucionais poderia prejudicar o desempenho de estudantes.</p>	<p>União de alguns eventos, fazendo que com ocorressem de forma simultânea.</p>
<p>TC03-Definir e implantar 6 fluxos de monitoramento dos parâmetros de qualidade dos cursos ofertados no campus.</p>	<p>Conflito com indicadores sistêmicos e locais.</p>	<p>Justifica-se a não elaboração dos fluxos de monitoramento em virtude das divergências frente aos indicadores sistêmicos em relação a indicadores locais propostos pelas ações. O Campus, ao elaborar seus índices, poderia entrar em choque com os índices estabelecidos pelo IFB.</p>
<p>TC04 - Realizar 3 ações para reduzir o índice de evasão dos cursos ofertados no campus Taguatinga Centro.</p>	<p>A partir das resoluções 05/2012 e 07/2013 que tratam das atribuições de cada setor e do escopo de atuação de cargos, respectivamente, surgiram várias indefinições e conflitos na execução desta meta.</p>	<p>A meta não foi cumprida pois não houve clareza na definição das atribuições e ações. Deste modo, essa meta foi replanejada para 2016, alinhada com as ações propostas pela Pró-Reitoria de Ensino.</p>
<p>TC05 - Revisar PPC dos cursos Técnicos e FIC's para criação de itinerários formativos que permitam a verticalização.</p>	<p>Diversas vezes os planos de curso foram discutidos em seus colegiados. No entanto, ainda não existem políticas institucionais que permitam a verticalização do nível técnico para o superior. Já em relação aos cursos FIC's, a distribuição de carga horária dos professores não permitiu que fossem ofertados novas turmas que atendessem a esse propósito.</p>	<p>A revisão do plano de curso técnico em comércio ainda está em andamento, por isso essa meta foi replanejada para 2016. Não foi identificada previsão legal para verticalização do curso técnico para superior. Existe uma análise da Pró-Reitoria de ensino para viabilizar esse tipo de fluxo, sendo assim a decisão foi aguardar uma posição institucional.</p>
<p>TC06 - Realizar 5 ações voltadas para ampliação da visibilidade, controle e disseminação dos materiais da biblioteca.</p>	<p>- Cancelamento de ofertas previstas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. - Falta de recursos necessários para realização de procedimentos internos. -Fracasso de processos de compra decorrentes da alta do dólar e de inabilitação de fornecedores.</p>	<p>- Programas e ações voltadas para o aumento de empréstimos, tais como Páscoa na Biblioteca, campanha de férias, dentre outras. - Priorização de outras ações que não dependessem de insumos para catalogação. - Aquisição parcial do acervo. Foram realizadas várias tentativas (Processo de compra institucional SRP, Processo de compra local - Pregão Eletrônico).</p>
<p>TC07 - Ofertar 40 vagas do curso tecnológico de Processos Gerenciais.</p>	<p>Não foi possível aderir ao SISU para oferta desta primeira turma, diminuindo o número de inscritos no processo seletivo.</p>	<p>Foi possível preencher todas as vagas ofertadas por meio da publicação de edital de seleção pela nota do Enem dos últimos anos.</p>

TC08 - Promover melhorias na infraestrutura do campus	Orçamento insuficiente.	Considerando que o recurso destinado para investimento foi contingenciado em 47% e não foi possível realizar a aquisição de computadores para a biblioteca. O saldo para investimento foi utilizado para aquisição de acervo bibliográfico em virtude da avaliação iminente do Curso de Licenciatura em Letras - Espanhol. Desse modo, essa tarefa não poderá ser concluída.
TC09 - Ampliar e garantir a disponibilidade dos serviços de TIC	Orçamento insuficiente	Considerando as restrições orçamentárias, não foi possível finalizar as ações 11562 e 11565. Quanto a ação 11564 não foi possível concluí-la pois falta implantação do catálogo no sistema e divulgação na Reitoria e Campi. Por isso, não foi possível padronizar o Gerenciamento de Serviços de TI no IFB, no ano de 2015.
TC10 - Divulgar e executar o orçamento do campus	Sistematizar a forma de divulgação para que pudesse ser entendida por todos.	Foi criada uma planilha online e compartilhada com todos os servidores. Deste modo, a atualização periódica permitia o acompanhamento de todos. Além disso a planilha foi detalhada durante reunião geral do campus, tirando todas as dúvidas dos servidores.
Diretoria de Gestão de Pessoas		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
Regularizar 30% dos exames periódicos.	*Orçamento restrito. *Não interesse, por parte dos servidores convocados, em realizar os exames periódicos.	*Foi convocado para realização dos exames periódicos os servidores efetivos até o limite orçamentário disponível. *Solicitar preenchimento do formulário de desistência, comprovando formalmente o não interesse na participação dos exames.
Núcleo de Auditoria Interna		
Riscos Identificados	Estratégias Adotadas	
a) ausência ou demora dos gestores em prestar informações e/ou disponibilizar documentos ao NAIN; b) falta de conscientização por parte de alguns gestores da importância dos devidos controles internos administrativos nos termos do artigo 13, do Decreto Lei 200/67, onde estabelece que “o controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos (...)”; c) quadro insuficiente de servidores no Núcleo de Auditoria Interna; e, d) insuficiência de capacitação e treinamento em áreas específicas.	Quando há demora por parte dos gestores em responder as Solicitações de Auditoria, as mesmas são reiteradas, nos termos do Manual de Auditoria Interna do IFB. Esta tem sido a estratégia adotada para minimizar as dificuldades identificadas desde a elaboração do planejamento até a execução das ações de auditoria	
Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas

Alcançar a implantação de link de internet ativado em 100% dos campi	- Não efetivação da contratação da empresa fornecedora de link;	- estudo e apontamentos de alternativas à contratação de empresas para o fornecimento de link.
Assegurar que ao menos 60% dos processos administrativos e acadêmicos sejam informatizados	- As áreas do IFB não conseguirem mapear seus processos de trabalho para que sejam informatizados;	- Esforço para que seja criado escritório de processos dentro do IFB para garantir que os processos possam ser mapeados de maneira adequada;
Alcançar a implantação de cabeamento estruturado 100% dos campi	- Falta de definição de localização dos pontos lógicos de cabeamento estruturado a ser implantado nos campus; - Serviço de implantação da solução ser prestado de maneira inadequada.	- Suporte para as unidades do IFB na definição e localização dos pontos lógicos; - instrução e capacitação dos fiscais de contrato para a fiscalização do contrato.
Núcleo de Comunicação Social		
Riscos Identificados		Estratégias Adotadas
O principal risco enfrentado pelo Núcleo de Comunicação Social foi a brusca redução no número de colaboradores. O Núcleo é constituído pelas Coordenação de Jornalismo, Coordenação de Rádio e TV, Coordenação de Eventos e Equipe de Criação e Equipe Administrativa que perderam, respectivamente, 4, 2, 3, 1 e 1 colabores. O NUCS que contava com 22 colaboradores no início de 2015 conta hoje com 11 servidores, distribuídos entre cada frente de trabalho.		Frente a essa nova realidade, foram adotadas estratégias como a limitação do horário para a solicitação de postagens, redução no número de atendimentos externos como cobertura jornalística de eventos e produção de pautas externas além da impossibilidade de escala de servidores para ações como o IFB Móvel que exigiriam o deslocamento de servidores.
Ouvidoria		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
Participar de cursos de capacitação em Mediação de Conflito.	No ano de 2015 não houve a oferta de curso gratuito relacionado a este tema por parte da OGU.	Manter contato direto com as OGU por meio da Rede de Ouvidorias.
Diagnosticar o impacto das respostas enviadas pela Ouvidoria aos manifestantes.	Não devolução da pesquisa respondida.	Sensibilização por meio da análise da pesquisa no relatório anual.
Diagnosticar o impacto dos resultados da Ouvidoria na gestão institucional.	Não devolução da pesquisa respondida.	Sensibilização por meio da análise da pesquisa no relatório anual.
Pró-Reitoria de Administração		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
Implementar o módulo SUAP-ALMOXARIFADO no Instituto Federal de Brasília	Não cumprir com os normativos (IN SEDAP 205/1988) e orientações do Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União.	Constituição de comissão de implantação, atribuindo as necessárias responsabilidades.
AD07 - Elaborar 50% do Plano Diretor de infraestrutura do IFB	A execução das obras ser feita em dissonância com as necessidades dos Campi e fora do planejamento estratégico.	Consulta aos campi sobre as necessidades para correta elaboração do plano.
AD06 - Executar 100% do orçamento do IFB	Não executar as ações do PPA relativas ao IFB.	Divulgação às áreas técnicas da disponibilidade orçamentária, divulgação constante dos prazos limite para empenho

AD03 - Implementar o setor financeiro/aquisições/contábil nos Campi São Sebastião e Estrutural até o fim de 2015	Dificuldade na definição da estrutura organizacional das novas unidades descentralizadas.	Foram passadas as orientações de como proceder aos campi por meio de memorando.
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
DI01 - Garantir a realização de 01 (um) evento por Campus de Planejamento Orçamentário Participativo	Devido à dificuldade de locomoção, o contingenciamento orçamentário, que acarretou a redução do quantitativo de motoristas e redução de gastos com combustíveis, além dos prazos para a realização de um evento em cada Campus, a opção encontrada foi a realização de eventos em comum, com a participação de todas as unidades. A presença dos CDPO's e DRAP's foi bastante significativa e o objetivo dos eventos foi alcançado..	Foram realizados 2 eventos com a presença de todos os Campi. Foi realizado no campus Brasília em 31/03/15 o encontro dos DRAP's e CDPO's dos campi com foco no balanço do planejamento de 2015 e no andamento da execução orçamentária dos campi. Em 26/08/15 foi realizado um evento no Campus Samambaia com a presença da Reitoria e de todos os Campus no Colégio de Dirigentes estendido à Comunidade, onde foi tratado todo o orçamento, tendo sido apresentada a matriz, a composição do orçamento, as dificuldades enfrentadas e dirimidas dúvidas. O material utilizado para a apresentação foi encaminhado para os campi.
DI04 - Garantir a execução de 95% do orçamento de capacitação	Os créditos oriundos da ação de capacitação, constantes na LOA 2015, totalizaram R\$1.210.000,00. Porém, foram feitos, ao longo do ano, diversos contingenciamentos no orçamento. Inicialmente houve um contingenciamento de 10% do crédito, reduzindo assim o montante reservado para capacitação. Em consequência desse contingenciamento, que atingiu todo o orçamento de custeio do IFB, as despesas necessárias para o funcionamento dos Campi e da Reitoria foram comprometidas. Buscando zelar pelo funcionamento do IFB, no intuito de garantir o pagamento das despesas necessárias ao dia a dia dos Campi e da Reitoria, o PAC foi reduzido e parte do crédito foi remanejado para atender à ação de funcionamento. Após os cortes no orçamento, foi executado com capacitação o total de R\$640.068,24, sendo R\$463.468,87 no PAC e R\$176.599,37 com despesas de capacitação não contempladas no PAC. O desafio foi atender todos os servidores do IFB, ofertando cursos de qualidade, mesmo com o contingenciamento dos recursos.	Com o objetivo de capacitar mais servidores com menos recursos, olhando sempre para a qualidade das capacitações, a CGPQ - Coordenação-Geral de Política de Qualificação, elaborou o Plano Anual de Capacitação, contemplando: a contratação da ESAF para ministrar vários cursos, a contratação de cursos específicos para formação de docentes, Mestrado em Educação e Inclusão Social. Durante o ano, alguns cursos não foram ofertados, devido ao ajuste no orçamento. O montante final disponibilizado para capacitação foi executado em sua totalidade.
DI05 - Rever 15% dos fluxos dos processos do IFB	- Alta rotatividade de pessoal na Coordenação de Normas e Processos (CDNP) – 3 coordenadores em 2015; - Falta de pessoal técnico para tratar do assunto mapeamento e melhoria de processos e gestão documental e arquivística. A	Comissão criada para discutir o tema gestão por processos e para elaborar manual de mapeamento de processos, apresentou, em seu relatório de trabalho, proposta de criação de uma coordenação própria para tratar do

	força de trabalho necessária para atuar na coordenação seria: <u>Administrador</u> para coordenar elaboração de estudos de racionalização administrativa e de aperfeiçoamento da estrutura organizacional; gerir o processo de elaboração da carta de serviços ao Cidadão bem como propor instrumentos de avaliação da satisfação do cidadão; e articular o processo de elaboração de normas no IFB; <u>Administrador ou Técnico de Tecnologia da Informação</u> para coordenar elaboração de estudos de melhoria de processos (mapeamento e melhoria); <u>Arquivista</u> para elaborar política de gestão de documentos e arquivo; A coordenação, entretanto, contou com apenas o (a) coordenador(a) em exercício para atuar nessas três vertentes.	tema. A proposta será avaliada na revisão do organograma, prevista para 2016. Além da comissão, uma portaria normativa sobre o assunto foi emitida e os fluxos de processos mapeados pelas unidades foram publicados na intranet.
DI06 – Elevar o percentual de docentes doutores do quadro efetivo do IFB para 18%.	Houve contingenciamento orçamentário/financeiro que inviabilizou a implementação de programas de incentivo à qualificação por meio de concessão de bolsas e estabelecimento de programas interinstitucionais para a oferta de doutorado (DINTER).	Concessão de afastamentos por meio de Edital, para dedicação integral ao curso. Destinação de parte da carga horária dos docentes para realização das atividades de pesquisa relativas aos cursos.
Pró-Reitoria de Ensino		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
Ofertas e Normatizações da Educação a Distância	Ofertas: Diminuição dos recursos financeiros Normatizações: dificuldade de reunir presencialmente os diversos setores	Ofertas: projeto piloto no Campus Ceilândia de EaD Própria Normatização: Utilização de ferramentas online para fazer as discussões.
Implantar um projeto de estudo e acompanhamento dos campi no que diz respeito aos índices de retenção e evasão e à garantia de êxito e permanência escolar	Falta de diagnóstico sobre as causas da evasão e retenção no IFB.	Implantação do projeto de permanência e êxito educacional que foi iniciado no campus Samambaia.
Articular/implantar 10% de projetos em ensino, pesquisa e extensão (eventos e editais) planejados para 2015.	Dificuldade de comunicação entre pró-reitorias e coordenações que compõem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Alinhamento de propostas com os Pró-reitores para posterior desenvolvimento junto às coordenações. Reuniões conjuntas das pró-reitorias de ensino-pesquisa e extensão.
Criar um projeto-piloto de informação para acompanhar as necessidades de qualificação para o mundo de trabalho.	Dificuldade de encontros inter-setoriais	Parceria com Secretarias do GDF e com setor produtivo.
Estabelecer pelo menos um processo de avaliação e acompanhamento em no mínimo 2 campi.	Não estabelecimento das diretrizes de avaliação do IFB	Constituição de grupo para propor minuta das diretrizes de avaliação

Assegurar condições para ampliação de oferta de estágio em pelo menos 5 campi.	Dificuldade de articulação entre a escola e as empresas Dificuldade de articulação entre coordenações da PREN com os campi.	Criação da Feira de Estágio e emprego. Encontros periódicos com os coordenadores de estágio.
Implementar 2 recursos tecnológicos nas bibliotecas.	Falta de recurso orçamentário para aquisição da solução de hardware que estava estimada no valor de aproximadamente R\$ 7.259.370,10 para atendimento a todas as bibliotecas do Instituto. Além de ter sido dado prioridade à aquisição de livros nacionais e importados devido à necessidade urgente de aquisição de material bibliográfico para formação do acervo dos cursos superiores. O orçamento foi destinado também à renovação do suporte técnico do sistema de gerenciamento das Bibliotecas e à aquisição de Normas da ABNT de modo a atender às demandas com bibliografia especializada.	Será replanejada para 2016
Instituir projeto de combate à evasão escolar.	Falta de diagnóstico sobre as causas da evasão e retenção no IFB.	Implantação do projeto de permanência e êxito educacional que foi iniciado no campus Samambaia. ²¹
Pró-Reitoria de Extensão		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
EX01 - Criar 2 documentos de melhoria dos processos	Envolve ações de articulação com outros setores do IFB e respeito aos prazos institucionais para alteração de fluxos formais, o que demanda maior tempo para que a meta seja totalmente concluída.	Foram realizadas reuniões com os diferentes setores do IFB envolvidos no processo (PREN e DRGP), além de consultas à CGPL/PRDI. No entanto, em razão do cronograma de cada setor e periodicidade definida para realizar alterações nos fluxos institucionais, ainda não foi possível total articulação para alcance da meta, que foi replanejada para 2016.
EX06 - Criar 3 comissões para ampliar a participação democrática inclusiva o IFB	Envolve ações de articulação com servidores experientes na área, especialmente docentes de diversos campi, demandando maior tempo para que a meta seja totalmente concluída.	Foram realizadas reuniões com profissionais interessados na temática e uma proposta para o funcionamento de um centro inclusivo foi desenvolvido: CIENDES (Centro de Inclusão e de Enfrentamento de Desigualdades). Novas reuniões para discussão e planejamento das ações estão programadas para o próximo ano. Meta replanejada para 2016.
EX10 - Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação regional	As ações que dependiam da PREX foram realizadas. No entanto, como essa meta envolve parceiros externos as ações destes seguem fluxo e motivação próprios que muitas vezes fogem ao controle da PREX.	Os acordos de cooperação foram desenvolvidos, faltando apenas detalhes para sua total efetivação. Para agilizar a finalização dos acordos deve ser criada uma planilha compartilhada com a empresa. A empresa será informada automaticamente de cada passo do processo, a fim de agilizar a comunicação e tomar providências com antecedência.
EX11 - Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação nacional	As ações que dependiam da PREX foram realizadas. No entanto, como essa meta envolve parceiros externos as ações destes seguem fluxo e motivação próprios que muitas vezes fogem ao controle da PREX.	Os acordos de cooperação foram desenvolvidos, faltando apenas detalhes para sua total efetivação. Para agilizar a finalização dos acordos deve ser criada uma planilha compartilhada com a empresa. A empresa será

		informada automaticamente de cada passo do processo, a fim de agilizar a comunicação e tomar providências com antecedência.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação		
Principais Metas	Riscos Identificados	Estratégias Adotadas
PI05 - Elaborar a política de distribuição interna e externa das obras fomentadas pela Editora IFB.	Entrada da meta na fila de análises do CONSED por alterações em normas internas.	Busca de celeridade na análise dos documentos pelo CONSED para tramitação para instancias envolvidas na aprovação.
PI07 - Elaborar pelo menos dois instrumentos para acompanhamento dos cursos de pós-graduação do IFB.	Período sem servidor responsável pela coordenação.	Busca por servidores com perfil para atuação na coordenação.
PI10* - Obter Indexador da Revista Eixo no Latindex.	Necessidade de alteração de normas internas para adequação aos requisitos do indexador.	Levantamento de alterações necessárias e busca de outros indexadores para inserção da revista como o DOAJ.
PI11* - Regularizar 100% dos programas institucionais da Resolução 17/2012.	Entrada da meta na fila de análises do CGPIBP por alterações em normas internas.	Priorização de elaboração de regulamentos que afetem o lançamento imediato de editais pela PRPI.
PI01 - Articular pelo menos duas palestras de incentivo à participação em Grupos de Pesquisa do IFB.	Ausência de espaço para o tema em específico na V Semana de Produção Científica, mediante os temas definidos.	Inserção do tema, em 2016, em palestra conjunta que trate amplamente do tema “pesquisa no IFB”.
PI04 - Ampliar a captação de artigos para a Revista Eixo em 10% em relação a 2014.	Redução no número de submissões em relação ao ano anterior.	Prospecção de programas de pós-graduação para divulgação da revista e uso dos meios de comunicação institucionais para promoção do periódico.
PI08 - Realizar a publicação de uma obra que apresente boas práticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão no IFB.	Redução da verba disponível para a concretização das publicações.	Avaliação da possibilidade de edição apenas em formato digital.
Fonte: SGI		

ANEXO 4 – Figura 3 - Acessibilidade: Acesso principal (CSSB)

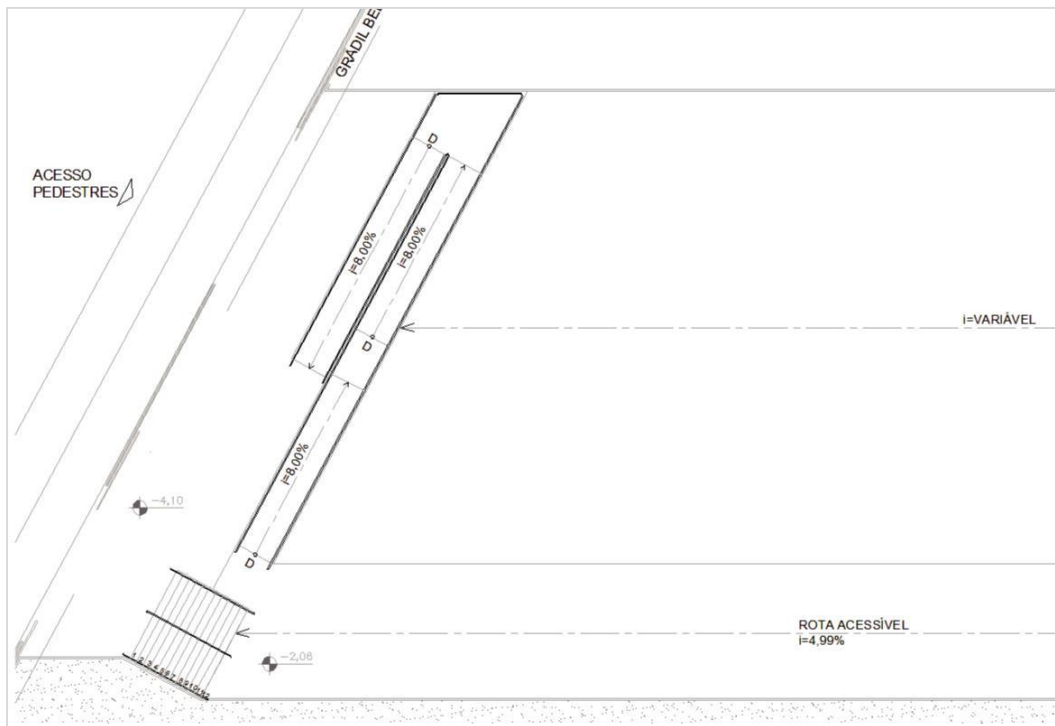


Figura 3 - Acessibilidade: Acesso principal (CSSB)
Fonte: NENG

ANEXO 5 – Figura 4 - Acessibilidade: Modelo de vagas reservadas e acessos (CSSB)

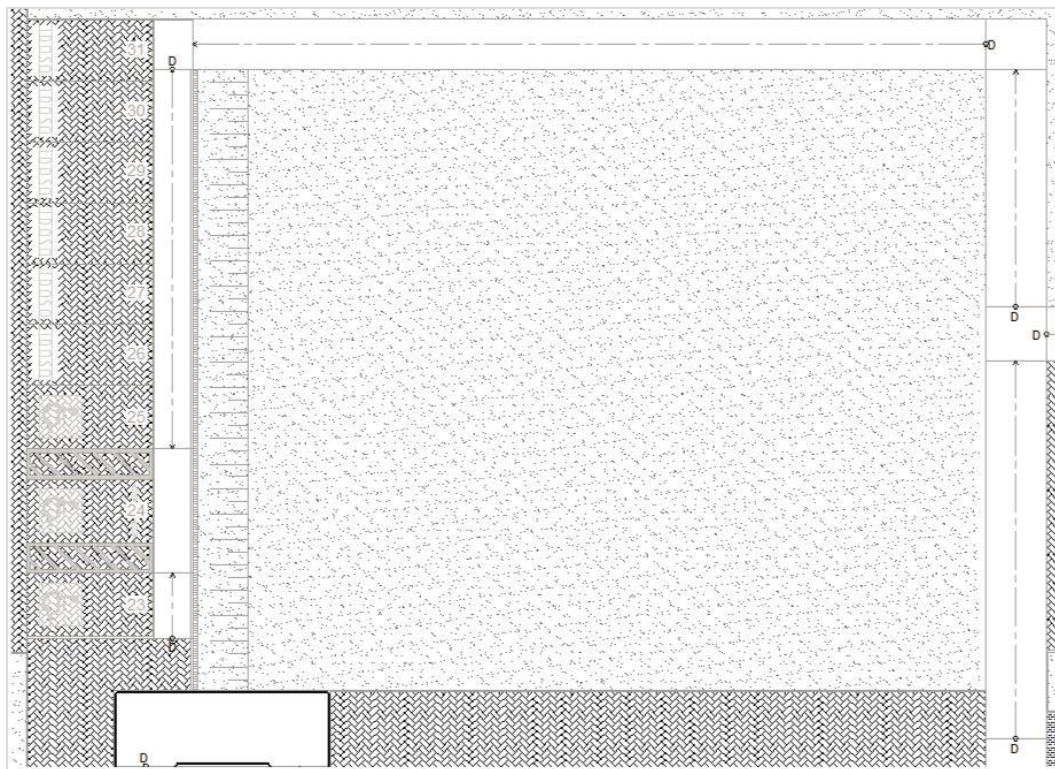


Figura 4 - Acessibilidade: Modelo de vagas reservadas e acessos (CSSB)
Fonte: NENG

ANEXO 6 – Figura 5 - Acessibilidade: Acesso em rampas (CSSB)

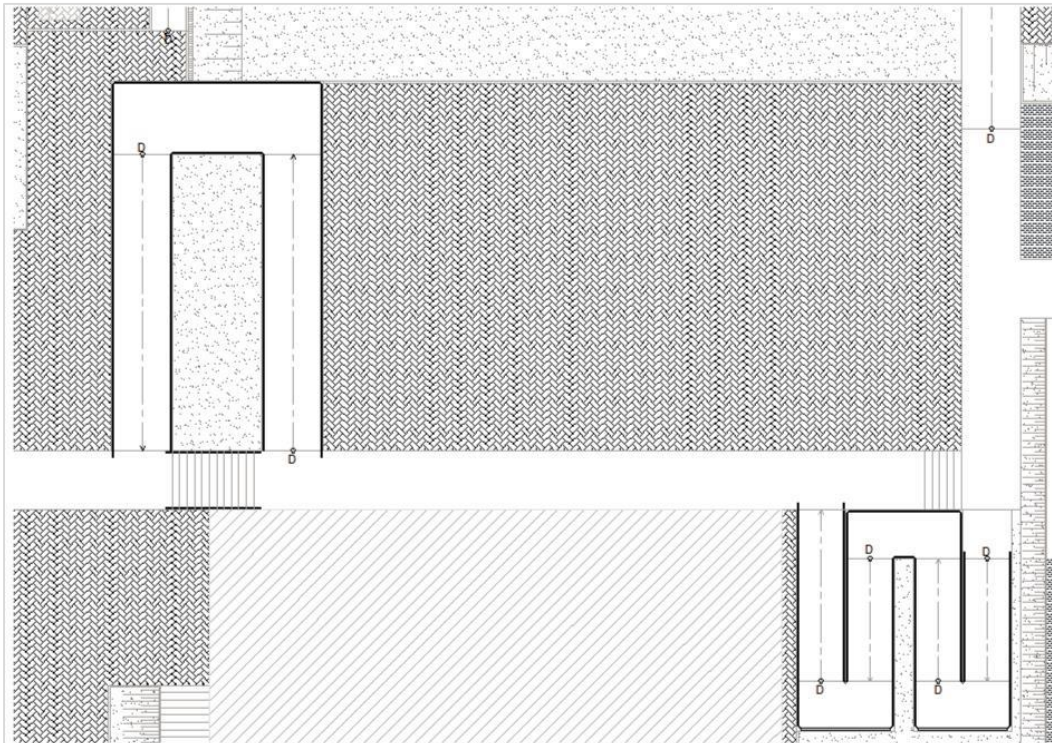


Figura 5 - Acessibilidade: Acesso em rampas (CSSB)
Fonte: NENG

ANEXO 7 – Figura 6 - Acessibilidade: acesso ao auditório locado em nível inferior (CSSB)

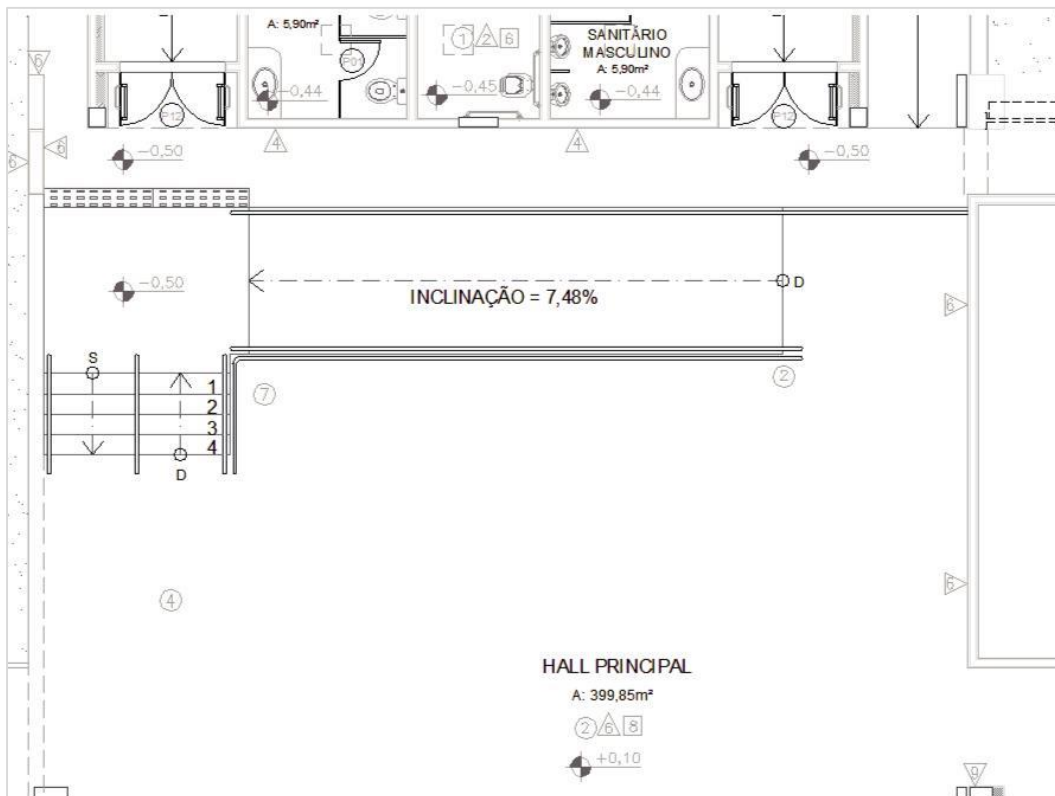


Figura 6 - Acessibilidade: acesso ao auditório locado em nível inferior (CSSB)
Fonte: NENG

ANEXO 8 – Figura 7 - Acessibilidade: Modelo de acesso em rampas no interior dos auditórios

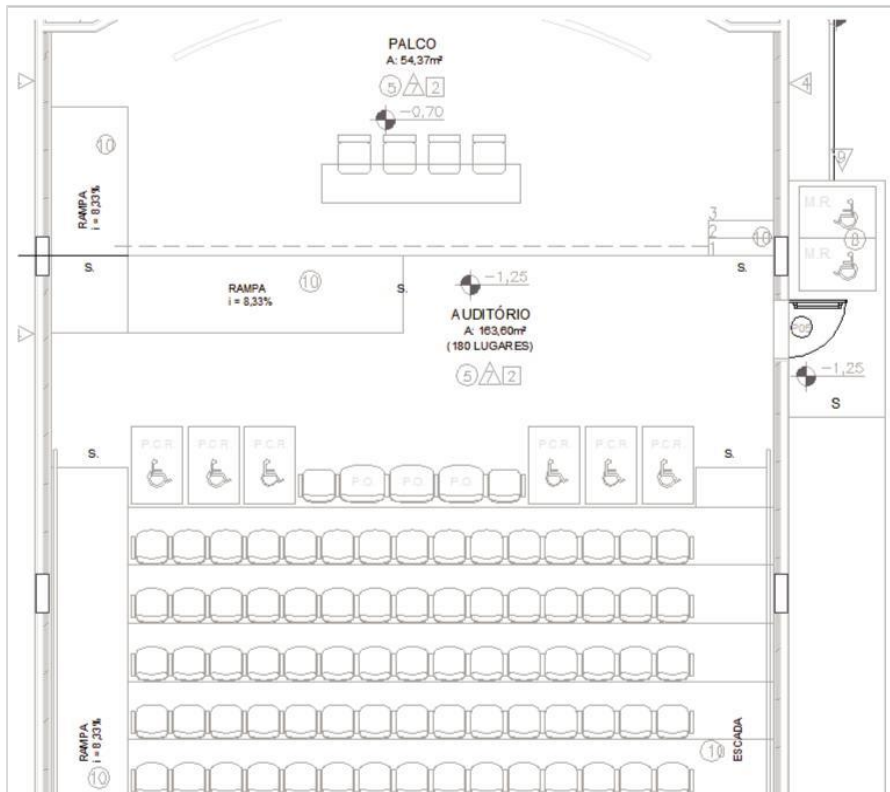


Figura 7 - Acessibilidade: Modelo de acesso em rampas no interior dos auditórios
Fonte: NENG

ANEXO 9 – Figura 8 - Acessibilidade: Modelo de acesso ao piso superior do bloco pedagógico-administrativo

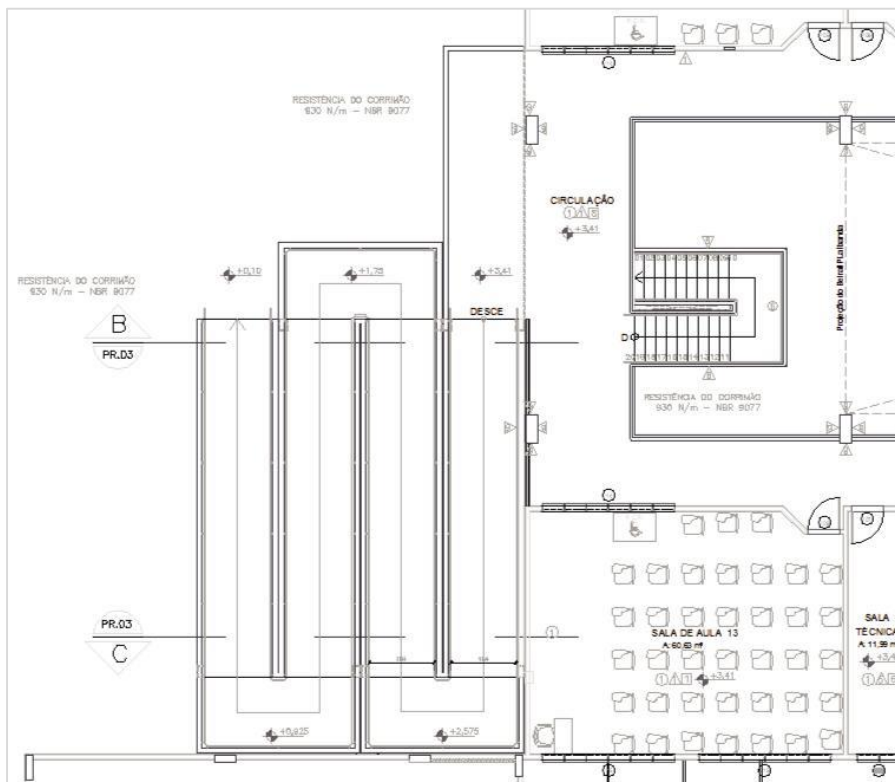


Figura 8 - Acessibilidade: Modelo de acesso ao piso superior do bloco pedagógico-administrativo
Fonte: NENG

ANEXO 10 – Figura 9 - Acessibilidade: Sanitário acessível do piso superior do bloco pedagógico-administrativo

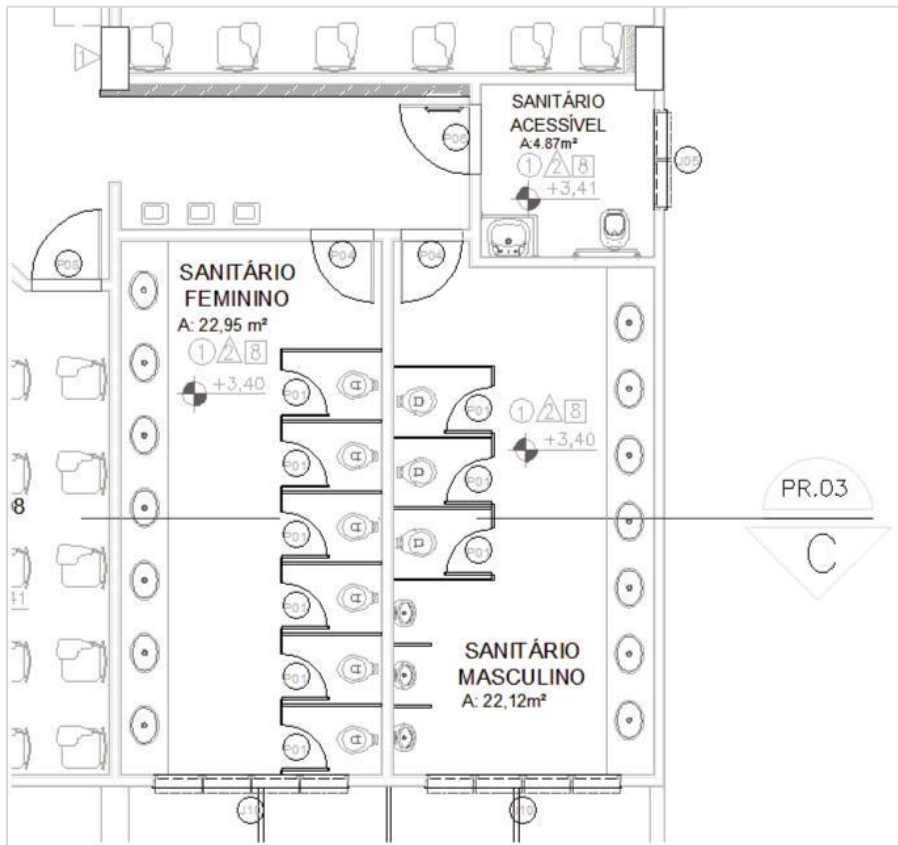


Figura 9 - Acessibilidade: Sanitário acessível do piso superior do bloco pedagógico-administrativo
 Fonte: NENG

ANEXO 11 – Figura 10 - Acessibilidade: Modelo de guichê de atendimento do bloco pedagógico-administrativo

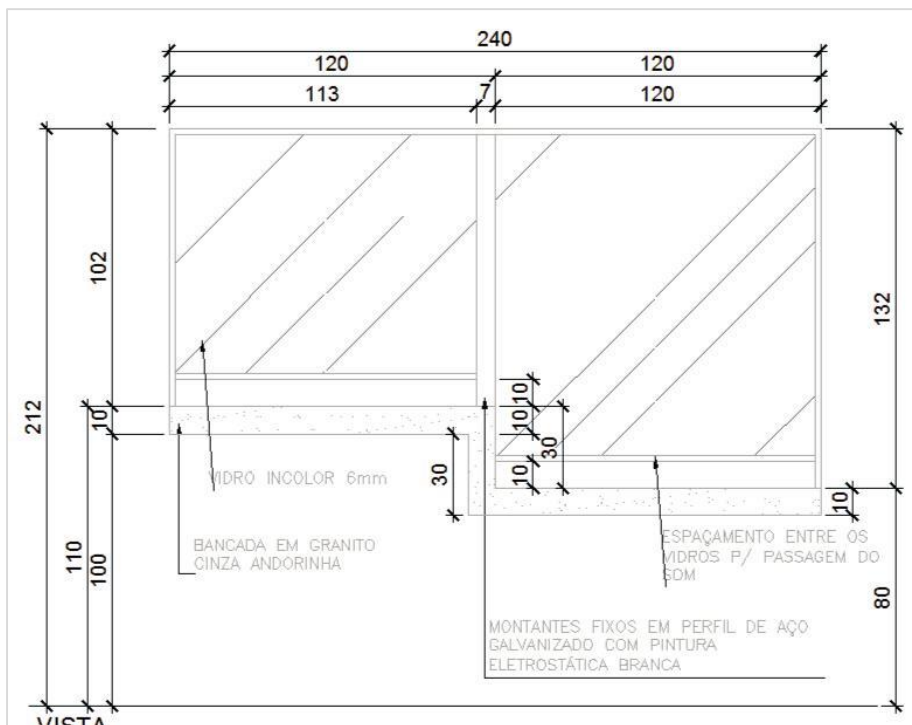


Figura 10 - Acessibilidade: Modelo de guichê de atendimento do bloco pedagógico-administrativo
 Fonte: NENG

ANEXO 12 – Figura 11 - Acessibilidade: Modelo de sanitário acessível e acesso do bloco Laboratório Especial

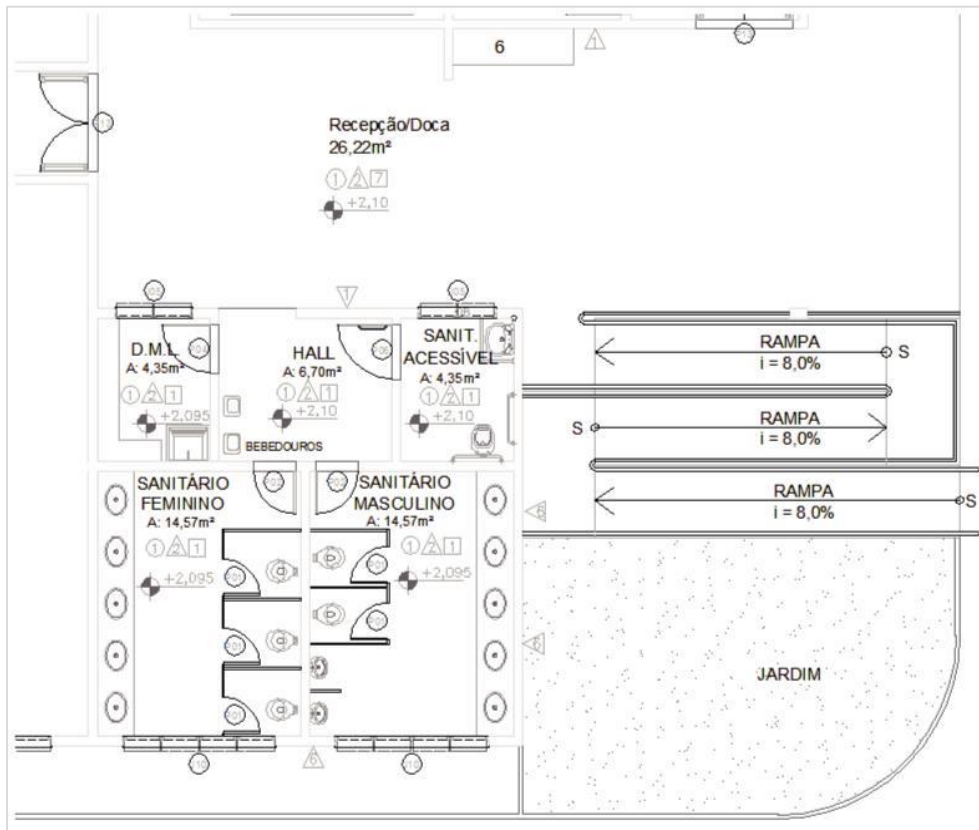


Figura 11 - Acessibilidade: Modelo de sanitário acessível e acesso do bloco Laboratório Especial
 Fonte: NENG

ANEXO 13 – Figura 12 - Acessibilidade: Modelo de vestiário/sanitário acessível do bloco ginásio

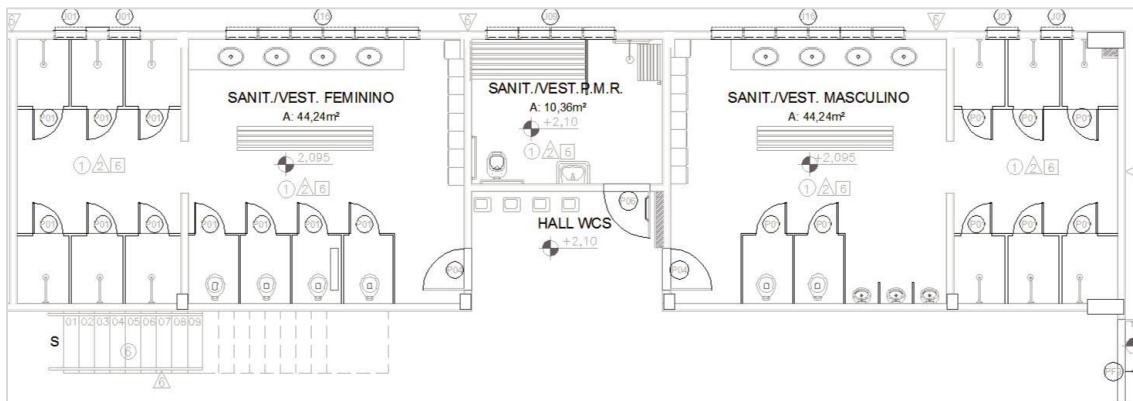


Figura 12 - Acessibilidade: Modelo de vestiário/sanitário acessível do bloco ginásio
 Fonte: NENG

ANEXO 14 – Figura 13 - Acessibilidade: Modelo de biblioteca

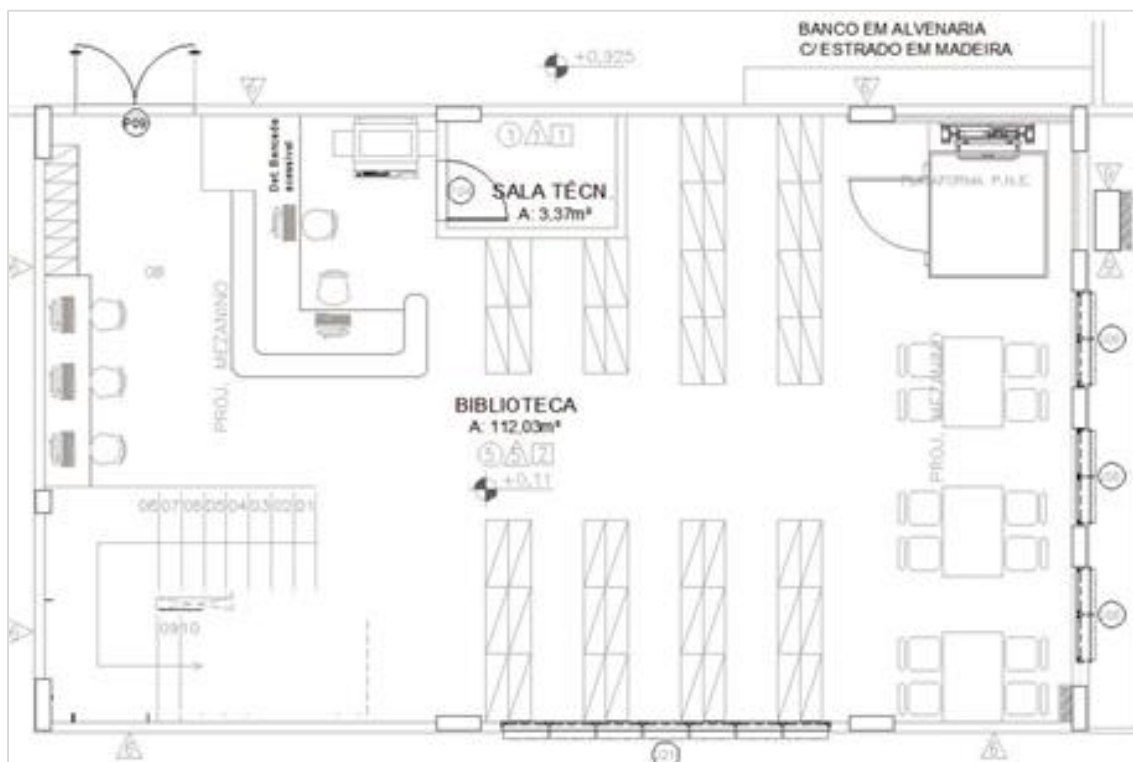


Figura 13 - Acessibilidade: Modelo de biblioteca
Fonte: NENG

ANEXO 15 – Figura 14 - Acessibilidade: Detalhes de rebaixo de calçada e sinalização tátil

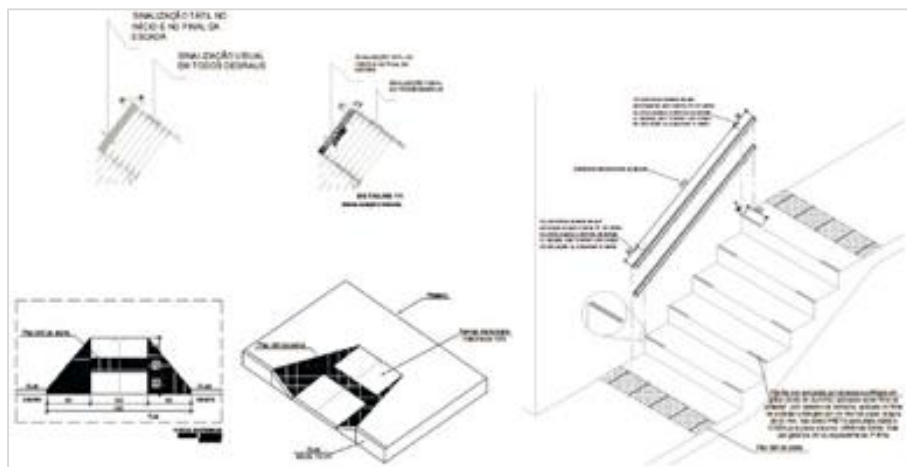


Figura 14 - Acessibilidade: Detalhes de rebaixo de calçada e sinalização tátil
Fonte: NENG

ANEXO 16 – Figura 15 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização em braille e sinalização em espaços abertos

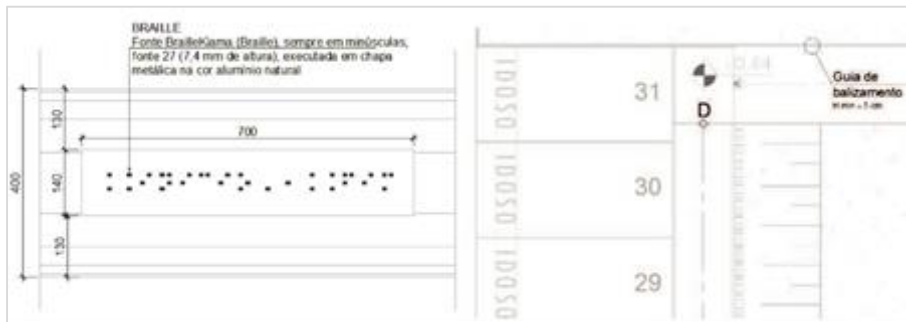


Figura 15 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização em braille e sinalização em espaços abertos

Fonte: NENG

ANEXO 17 – Figura 16 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização tátil e visual

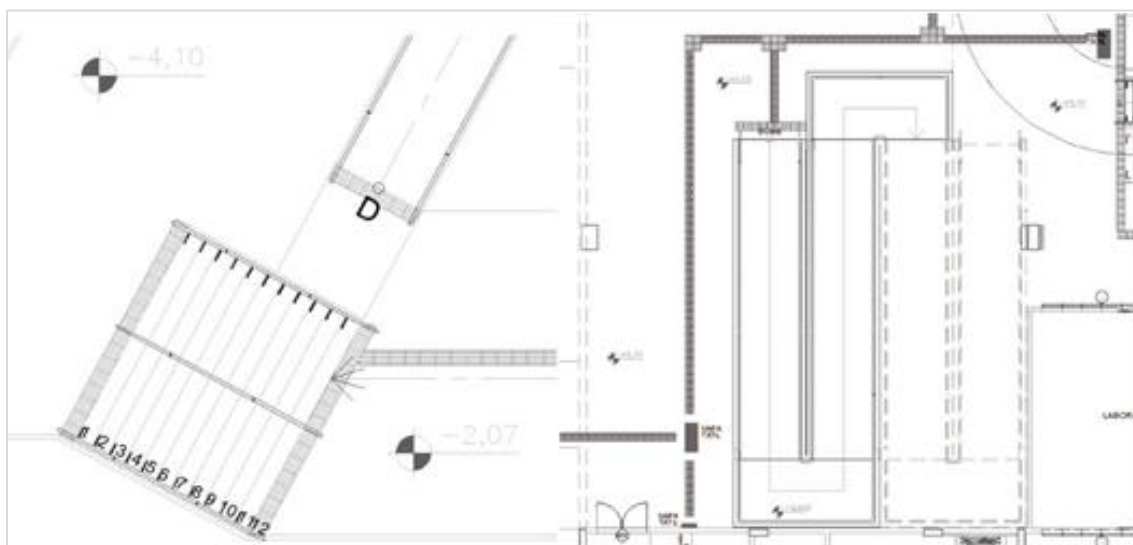


Figura 16 - Acessibilidade: Detalhe de sinalização tátil e visual

Fonte: NENG

ANEXO 18 – Figura 17 - Acessibilidade: Detalhe do podotátil e sinalização visual

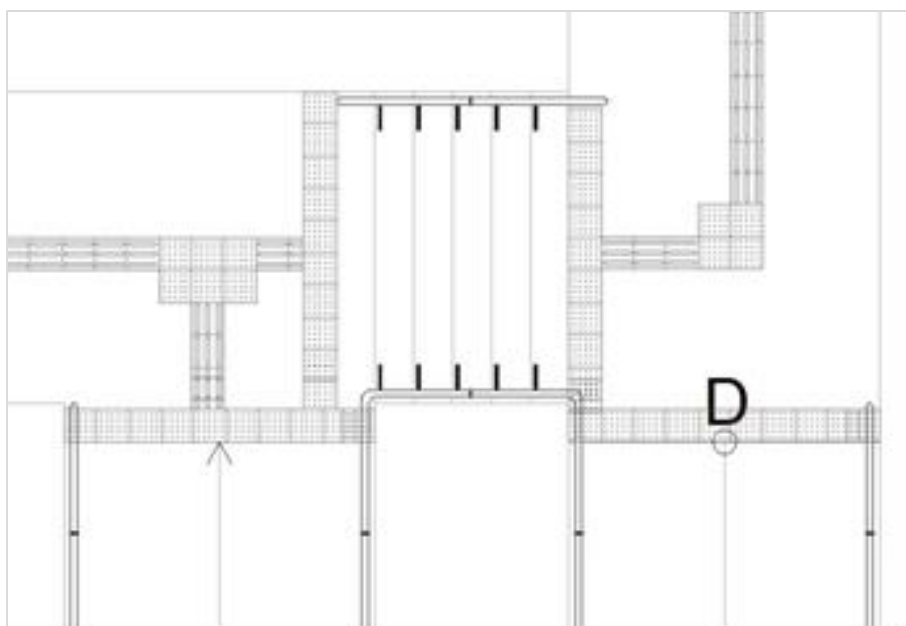


Figura 17 - Acessibilidade: Detalhe do podotátil e sinalização visual

Fonte: NENG

ANEXO 19 – Figura 18 - Acessibilidade: Reserva de espaço para P.N.E. no bloco do ginásio



Figura 18 - Acessibilidade: Reserva de espaço para P.N.E. no bloco do ginásio
Fonte: NENG

ANEXO 20 – Figura 19 - Acessibilidade: Execução de acessos em rampas (CCEI)



Figura 19 - Acessibilidade: Execução de acessos em rampas (CCEI)
Fonte: NENG

ANEXO 21 – Figura 20 - Acessibilidade: Execução de rebaixo de calçada para vaga reservada (CCEI)



Figura 20 - Acessibilidade: Execução de rebaixo de calçada para vaga reservada (CCEI)
Fonte: NENG

ANEXO 22 – Figura 21 - Acessibilidade: Rampa de acesso ao pátio central do bloco pedagógico-administrativo (CCEI)



Figura 21 - Acessibilidade: Rampa de acesso ao pátio central do bloco pedagógico-administrativo (CCEI)
Fonte: NENG

ANEXO 23 – Figura 22 - Acessibilidade: Modelo dos visores das portas das salas de aula



Figura 22 - Acessibilidade: Modelo dos visores das portas das salas de aula
Fonte: NENG

ANEXO 24 - Demonstrações contábeis: Balanço Financeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA
 ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/02/2016	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	2.497.670,50		Despesas Orçamentárias	151.703.587,64	
Ordinárias	34.053,93		Ordinárias	18.351.326,72	
Vinculadas	4.720.211,48		Vinculadas	133.352.260,92	
Educação	9.185,62		Educação	115.747.769,10	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	82.116,11	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	17.318.471,69	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.711.025,86		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	203.904,02	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.256.594,91				
Transferências Financeiras Recebidas	170.952.947,28		Transferências Financeiras Concedidas	18.367.910,40	
Resultantes da Execução Orçamentária	141.400.423,90		Resultantes da Execução Orçamentária	15.178.980,85	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasse Recebido	126.687.407,50		Repasse Concedido	465.964,45	
Sub-repasse Recebido	14.713.016,40		Sub-repasse Concedido	14.713.016,40	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	29.552.523,38		Independentes da Execução Orçamentária	3.188.929,55	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	26.577.107,72		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.136.459,78	
Demais Transferências Recebidas	9.230,22		Demais Transferências Concedidas	9.230,22	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.966.185,44		Movimento de Saldos Patrimoniais	43.239,55	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		

Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	25.466.321,42		- Despesas Extraorçamentárias	32.756.182,56
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.647.206,27		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	72,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.036.640,92		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	31.975.068,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	781.042,37		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	781.042,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.431,86		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	
Arrecadação de Outra Unidade			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	
Variação Cambial			Variação Cambial	
Valores para Compensação			Valores Compensados	
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos	1.431,86			
Saldo do Exercício Anterior	4.084.228,90		- Saldo para o Exercício Seguinte	173.487,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.084.228,90		Caixa e Equivalentes de Caixa	173.487,50
TOTAL	203.001.168,10		- TOTAL	203.001.168,10

ANEXO 25 - Demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA
 ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/02/2016	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	243.769,00	243.769,00	2.497.670,50	2.253.901,50
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	73.376,00	73.376,00	103.034,74	29.658,74
Receitas Imobiliárias	-	-	2.834,05	2.834,05
Receitas de Valores Mobiliários	73.376,00	73.376,00	84.885,34	11.509,34
Receita de Concessões e Permissões	-	-	2.163,44	2.163,44
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	13.151,91	13.151,91
Receitas Agropecuárias	39.500,00	39.500,00	29.355,26	-10.144,74
Receita da Produção Vegetal	7.250,00	7.250,00	262,00	-6.988,00
Receita da Produção Animal e Derivados	32.250,00	32.250,00	29.093,26	-3.156,74
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	64.446,00	64.446,00	27.549,25	-36.896,75
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-

Transferências de Pessoas				-	-
Transferências de Convênios				-	-
Transferências para o Combate à Fome				-	-
Outras Receitas Correntes	66.447,00	66.447,00	2.337.731,25	2.271.284,25	
Multas e Juros de Mora			4.821,00	4.821,00	
Indenizações e Restituições	66.447,00	66.447,00	2.332.910,25	2.266.463,25	
Receita da Dívida Ativa			-	-	
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS			-	-	
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS			-	-	
Receitas Correntes Diversas			-	-	
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Operações de Crédito Internas			-	-	
Operações de Crédito Externas			-	-	
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis			-	-	
Alienação de Bens Imóveis			-	-	
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Transferências Intergovernamentais			-	-	
Transferências de Instituições Privadas			-	-	
Transferências do Exterior			-	-	
Transferência de Pessoas			-	-	
Transferências de Outras Instituições Públicas			-	-	
Transferências de Convênios			-	-	
Transferências para o Combate à Fome			-	-	
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social			-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil			-	-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			-	-	
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.			-	-	
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café			-	-	
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional			-	-	
Receitas de Capital Diversas			-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS	243.769,00	243.769,00	2.497.670,50	2.253.901,50	
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual			-	-	
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual			-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	243.769,00	243.769,00	2.497.670,50	2.253.901,50	
DÉFICIT			149.205.917,14	149.205.917,14	
TOTAL	243.769,00	243.769,00	151.703.587,64	151.459.818,64	

DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA			2.200.750,00	2.200.750,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			2.200.750,00	2.200.750,00	-
Créditos Cancelados Líquidos				-	-
Créditos Adicionais Reabertos				-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	122.286.110,00	136.302.454,00	134.945.693,08	125.082.582,64	124.615.862,18	1.356.760,92
Pessoal e Encargos Sociais	79.712.135,00	93.415.645,00	92.620.995,22	92.600.777,70	92.600.777,70	794.649,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	42.573.975,00	42.886.809,00	42.324.697,86	32.481.804,94	32.015.084,48	562.111,14
DESPESAS DE CAPITAL	37.634.100,00	39.820.100,00	16.757.894,56	3.584.364,08	2.403.878,27	23.062.205,44
Investimentos	37.634.100,00	39.820.100,00	16.757.894,56	3.584.364,08	2.403.878,27	23.062.205,44
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	159.920.210,00	176.122.554,00	151.703.587,64	128.666.946,72	127.019.740,45	24.418.966,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	159.920.210,00	176.122.554,00	151.703.587,64	128.666.946,72	127.019.740,45	24.418.966,36
TOTAL	159.920.210,00	176.122.554,00	151.703.587,64	128.666.946,72	127.019.740,45	24.418.966,36

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.029.421,76	8.501.491,82	7.012.739,73	6.997.363,87	1.724.904,36	1.808.645,35
Pessoal e Encargos Sociais	-	994,34	-	-	994,34	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.029.421,76	8.500.497,48	7.012.739,73	6.997.363,87	1.723.910,02	1.808.645,35
DESPESAS DE CAPITAL	7.883.527,26	20.620.280,24	25.836.303,03	24.977.704,32	694.647,90	2.831.455,28
Investimentos	7.883.527,26	20.620.280,24	25.836.303,03	24.977.704,32	694.647,90	2.831.455,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.912.949,02	29.121.772,06	32.849.042,76	31.975.068,19	2.419.552,26	4.640.100,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	276,41	926,04	72,00	1.130,45	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	276,41	926,04	72,00	1.130,45	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	276,41	926,04	72,00	1.130,45	-

ANEXO 26 - Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA
 ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 17/02/2016	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	6.194.328,57		PASSIVO CIRCULANTE	3.902.387,07	
Caixa e Equivalentes de Caixa	173.487,50		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	137.220,36	
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.344.379,73	
Cientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.420.786,98	
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo					
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	74.808,61				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo					
Estoques	5.945.695,33				
VPDs Pagas Antecipadamente	337,13				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	189.070.784,70		PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Estoques			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
VPDs Pagas Antecipadamente			Provisões de Longo Prazo		
Investimentos			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Participações Permanentes			Resultado Diferido		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.902.387,07	
Participações Avaliadas pelo Método de Custo					
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes					
Propriedades para Investimento			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento			Patrimônio Social e Capital Social		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			Reservas de Capital		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo			Reservas de Lucros		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			Demais Reservas		
			Resultados Acumulados	191.362.726,20	

Demais Investimentos Permanentes			Resultado do Exercício	20.828.374,66	
Demais Investimentos Permanentes			Resultados de Exercícios Anteriores	170.658.201,12	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			Ajustes de Exercícios Anteriores	-123.849,58	
Imobilizado	188.062.878,01		(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	
Bens Móveis	66.138.058,06		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	191.362.726,20	
Bens Móveis	66.138.058,06				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis	121.924.819,95				
Bens Imóveis	121.924.819,95				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	1.007.906,69				
Softwares	1.007.766,69				
Softwares	1.007.766,69				
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
Diferido					
(-) Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO	195.265.113,27		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	195.265.113,27	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	173.487,50		PASSIVO FINANCEIRO	30.687.107,34	
ATIVO PERMANENTE	195.091.625,77		PASSIVO PERMANENTE	-	
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	164.578.005,93	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.833.920,67		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	136.177.980,26	
Execução dos Atos Potenciais Ativos	15.833.920,67		Execução dos Atos Potenciais Passivos	136.177.980,26	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.846.015,87		Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	13.987.904,80		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	32.413,87	
Direitos Contratuais a Executar	-		Obrigações Contratuais a Executar	136.145.566,39	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	
TOTAL	15.833.920,67		TOTAL	136.177.980,26	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.939.130,50
Recursos Vinculados	-27.574.489,34
Educação	-27.329.172,64
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-160.389,26
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-84.927,44
TOTAL	-30.513.619,84

ANEXO 27 - Demonstrações contábeis: Fluxo de Caixa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/02/2016	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	23.470.841,19	-
INGRESSOS	174.233.092,01	-
Receitas Derivadas e Originárias	2.497.670,50	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	18.149,40	-
Receita Agropecuária	29.355,26	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	27.549,25	-
Remuneração das Disponibilidades	84.885,34	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.337.731,25	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	171.735.421,51	-
Ingressos Extraorçamentários	781.042,37	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	170.952.947,28	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	1.431,86	-
DESEMBOLSOS	-150.762.250,82	-
Pessoal e Demais Despesas	-115.621.527,14	-
Legislativo	-	-

Judiciário	-
Essencial à Justiça	-
Administração	-
Defesa Nacional	-
Segurança Pública	-
Relações Exteriores	-
Assistência Social	-
Previdência Social	-333.934,35
Saúde	-
Trabalho	-
Educação	-115.287.592,79
Cultura	-
Direitos da Cidadania	-
Urbanismo	-
Habitação	-
Saneamento	-
Gestão Ambiental	-
Ciência e Tecnologia	-
Agricultura	-
Organização Agrária	-
Indústria	-
Comércio e Serviços	-
Comunicações	-
Energia	-
Transporte	-
Desporto e Lazer	-
Encargos Especiais	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-
Juros e Encargos da Dívida	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-
Outros Encargos da Dívida	-
Transferências Concedidas	-15.991.770,91
Intergovernamentais	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-
A Municípios	-
Intragovernamentais	-15.945.284,91
Outras Transferências Concedidas	-46.486,00
Outros Desembolsos das Operações	-19.148.952,77
Dispêndios Extraorçamentários	-781.042,37
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-
Transferências Financeiras Concedidas	-18.367.910,40
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Varição Cambial	-

Valores Compensados		
Valores em Trânsito		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Demais Pagamentos		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-27.381.582,59	
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	
DESEMBOLSOS	-27.381.582,59	
Aquisição de Ativo Não Circulante	-27.140.657,45	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-240.925,14	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.910.741,40	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.084.228,90	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	173.487,50	

ANEXO 28 - Demonstrações contábeis: Variações Patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 17/02/2016	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	185.568.762,69	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	
Impostos	-	
Taxas	-	
Contribuições de Melhoria	-	
Contribuições	-	
Contribuições Sociais	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	75.053,91	
Venda de Mercadorias	29.355,26	
Vendas de Produtos	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	45.698,65	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	89.662,84	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	
Juros e Encargos de Mora	4.777,50	
Variações Monetárias e Cambiais	-	
Descontos Financeiros Obtidos	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	84.885,34	
Aportes do Banco Central	-	
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	
Transferências e Delegações Recebidas	180.734.014,86	
Transferências Intragovernamentais	170.952.947,28	
Transferências Intergovernamentais	-	
Transferências das Instituições Privadas	-	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	
Transferências de Consórcios Públicos	-	
Transferências do Exterior	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	
Transferências de Pessoas Físicas	-	

Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.781.067,58
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.337.077,33
Reavaliação de Ativos	-
Ganhos com Alienação	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.900,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.327.177,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.332.953,75
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-
Resultado Positivo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
VPA de Dívida Ativa	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.332.953,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	164.740.388,03
Pessoal e Encargos	98.384.978,77
Remuneração a Pessoal	77.099.936,99
Encargos Patronais	15.134.510,12
Benefícios a Pessoal	5.684.838,86
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	465.692,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	355.901,74
Aposentadorias e Reformas	249.865,17
Pensões	84.069,18
Benefícios de Prestação Continuada	-
Benefícios Eventuais	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.967,39
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	27.881.028,53
Uso de Material de Consumo	2.147.136,04
Serviços	25.733.892,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.027,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-
Juros e Encargos de Mora	3.027,43
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Concedidos	-
Aportes ao Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	18.755.762,73
Transferências Intragovernamentais	18.367.910,40
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências a Instituições Privadas	86.721,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-
Transferências a Consórcios Públicos	-
Transferências ao Exterior	-

Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	301.131,33	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.501.442,68	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	
Perdas com Alienação	-	
Perdas Involuntárias	32.400,00	
Incorporação de Passivos	2.258.996,85	
Desincorporação de Ativos	13.210.045,83	
Tributárias	93.892,12	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.771,32	
Contribuições	77.120,80	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.764.354,03	
Premiações	28.113,70	
Resultado Negativo de Participações	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	
Incentivos	3.634.523,56	
Subvenções Econômicas	-	
Participações e Contribuições	-	
Constituição de Provisões	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	101.716,77	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.828.374,66	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014